

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

REBECCA DE OLIVEIRA FREITAS

**A TEORIA DE ACUMULAÇÃO SOCIALISTA PRIMITIVA DE
PREOBRAZHENSKY COMO TEORIA DE TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO (1918-
1927)**

NITERÓI
2018

REBECCA DE OLIVEIRA FREITAS

**A TEORIA DE ACUMULAÇÃO SOCIALISTA PRIMITIVA DE
PREOBRAZHENSKY COMO TEORIA DE TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO (1918-
1927)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:
Prof. Dr. Tatiana Silva Poggi de Figueiredo

Niterói
Março/2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

F862t Freitas, Rebecca de Oliveira
A Teoria de Acumulação Socialista Primitiva de
Preobrazhensky como Teoria de Transição ao Socialismo (1918-
1927) / Rebecca de Oliveira Freitas ; Tatiana Silva Poggi de
Figueiredo, orientadora. Niterói, 2018.
212 p.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Niterói, 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2018.m.06343323929>

1. Economia Política. 2. Socialismo. 3. Produção
intelectual. I. Título II. Figueiredo, Tatiana Silva Poggi de,
orientadora. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto
de História.

CDD -

REBECCA DE OLIVEIRA FREITAS

**A TEORIA DE ACUMULAÇÃO SOCIALISTA PRIMITIVA DE
PREOBRAZHENSKY COMO TEORIA DE TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO (1918-
1927)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 20 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Tatiana Silva Poggi de Figueiredo - UFF
Orientadora

Professora Dr^a Raquel Varela – UFF/UNL

Professor Dr^o Guilherme Leite Gonçalves - UERJ

Professor Dr^o Bernardo Kocher- UFF
Suplente

Niterói
2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à minha orientadora, a Professora Dr^a Tatiana Silva Poggi de Figueiredo, pelo trabalho em conjunto para a produção dessa dissertação, bem como pela disposição em topar os desafios de mudanças de temas que tivemos ao longo do percurso. Também gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em História da UFF pela estrutura e oportunidade de desenvolver essa pesquisa, bem como ao CNPQ pelo seu financiamento. Gostaria de agradecer à banca avaliadora, tanto do Exame de Qualificação quanto de Defesa da Dissertação pela leitura cuidadosa do trabalho e pelos conselhos e apontamentos. Agradeço aos professores e colegas do Núcleo Interdisciplinar de Ensino e Pesquisa em Marx (NIEP – Marx) e do Grupo de Estudos Mundos do Trabalho – em especial na figura do Professor Dr^o Marcelo Badaró Mattos, figura essencial para meu desenvolvimento acadêmico no mestrado. Aos colegas da pós-graduação Marcelo Ramos, Danielle Jardim, Livia Berdu, Bárbara Araujo, Camila Pizzoloto, Luiza Tonon, Márcio Lauria, Thaiz Senna e Joana Salém demonstro minha gratidão pelas trocas acadêmicas e também pessoais – sou feliz por poder encontrar solidariedade e companheirismo para a construção de um conhecimento crítico entre meus pares. Gostaria também de agradecer aos professores Donald Filtzer, Kevin Murphy e Chris Read pelas conversas e conselhos sobre os rumos dessa pesquisa.

Fora do âmbito acadêmico, mas essencial para que tivesse energia para desenvolvê-lo, gostaria e agradecer ao Grupo de Maracatu Baques do Pina e ao Baque Mulher RJ, minha família no Rio de Janeiro. Também agradeço ao PSOL e à Insurgência que, apesar de minha distância, compõe minha visão de mundo e me influenciam também na minha construção acadêmica. À minha família, pelo apoio de sempre e pela compreensão da distância – Marli, Caio e Marcelo. Aos amigos César, Carol, Tatá e Alê, pelo companheirismo. Ao Wagner, por de alguma forma estar sempre aqui.

RESUMO

A presente dissertação aborda a produção do economista e revolucionário russo Evgeny Preobrazhensky entre 1918 e 1927, mais especificamente sua teoria da Acumulação Socialista Primitiva. Sua produção está diretamente relacionada ao contexto pelo qual passava a revolução bolchevique durante o período, abrangendo o Comunismo de Guerra e a Nova Política Econômica (NEP). A URSS então teve sua produção completamente desmantelada e precisava reconstruir sua economia ao mesmo tempo em que se consideravam alternativas para fazê-lo com vistas à construção do socialismo. Preobrazhensky foi um ativo militante do Partido Bolchevique e participou diretamente da disputa por seus rumos ocorrida ao longo da década de 1920. O combate à burocratização do partido foi pauta importante tanto da Oposição de Esquerda (1923) quanto da Oposição Unificada (1926-7), ambas das quais ele foi proeminente participante. Assim, busca-se compreender sua obra não como uma produção meramente teórica, mas com vistas à prática e tendo como objetivo responder às demandas da construção de um projeto de transição para a classe trabalhadora russa. Preobrazhensky compreendia que haviam duas leis antagônicas em curso na URSS: a lei do valor e a lei da acumulação socialista primitiva. A ação desta lei da acumulação socialista primitiva deveria ser de apropriar-se de parte do excedente da esfera privada para desenvolvimento do âmbito estatal, bem como a transformação das relações de produção, tanto dentro da indústria estatal, como no campo – sempre de forma voluntária e gradual, com centralidade para o desenvolvimento da consciência de classe em ambas as esferas. Defende-se que sua Teoria da Acumulação Socialista Primitiva deve ser compreendida enquanto uma teoria da transição ao socialismo, a qual se relaciona diretamente com o programa político e social da oposição de esquerda de democratização do partido, bem como com a estratégia da revolução mundial. Portanto, considera-se impossível igualar as propostas contidas em tal teoria ao programa aplicado por Stálin ao longo da década de 1930.

Palavras-chave: economia soviética; Preobrazhensky; transição ao socialismo.

ABSTRACT

This dissertation deals with the production of Russian economist and revolutionary Evgeny Preobrazhensky between 1918 and 1927, more specifically with his theory of Primitive Socialist Accumulation. His production is directly related to the context which the Bolshevik revolution went through during that period, including War Communism and the New Economic Policy (NEP). The USSR then had its production completely dismantled and needed to rebuild its economy while considering alternatives to do so towards the building of socialism. Preobrazhensky was an active militant of the Bolshevik Party and participated directly in the dispute over its course throughout the 1920s. The fight against party bureaucratization was an important agenda for both the Left Opposition (1923) and the Jointed Opposition (1926-7), both of which he was prominent participant. Thus, it is sought to understand his work not as a purely theoretical production, but as one that aimed at practice and responding to the need of the construction of a project of transition for the Russian working class. Preobrazhensky understood that there were two opposing laws in the USSR economy: the law of value and the law of primitive socialist accumulation. Primitive socialist accumulation's actions should be to appropriate part of the surplus of the private sphere for the development of the State sphere, as well as the transformation of the relations of production both within the state industry and in the countryside - always voluntarily and gradually, caring for the development of class consciousness in both spheres. It's argued that his Theory of Primitive Socialist Accumulation must be understood as a theory of the transition to socialism, which relates directly to the political and social program of the left-wing opposition to party democratization, as well as to the strategy of the world revolution. It's therefore found impossible to equate the proposals contained in such a theory with the program applied by Stalin throughout the 1930s.

Key-words: soviet economy, Preobrazhensky, transition towards socialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. ACUMULAÇÃO SOCIALISTA EM PREOBRAZHENSKY À LUZ DO COMUNISMO DE GUERRA E DA NEP	19
1.1. Comunismo de Guerra	19
<i>1.2.1. Nacionalizações</i>	20
<i>1.2.2. A questão camponesa e a proibição do comércio</i>	24
<i>1.2.3. Finanças</i>	34
<i>1.2.4. Trabalho e sindicatos</i>	38
<i>1.2.5. Um debate geral</i>	39
<i>1.2.6. A transição para a NEP e a troca de não equivalentes</i>	40
1.3. Panorama sobre a NEP	44
2. TEORIA DA ACUMULAÇÃO SOCIALISTA PRIMITIVA	59
2.1. Transição e Marx	59
2.2. O Grande Debate – Discussões sobre economia e transição na URSS da década de 20	63
<i>2.2.1. Bukhárin e o grupo da maioria</i>	67
<i>2.2.2. Oposição de Esquerda</i>	73
<i>2.2.3. Outras posições</i>	74
<i>2.2.4. Alguns apontamentos</i>	77
2.3. Acumulação Socialista Primitiva	80
<i>2.3.1. Nova Econômica – um debate metodológico</i>	82
<i>2.3.2. Nova econômica – um debate sobre a Lei da Acumulação Socialista Primitiva</i> 89	
<i>2.3.3. Nova Econômica – um debate sobre a lei do valor</i>	105
<i>2.3.4. Nova Econômica - apêndices e a polêmica com Bukhárin</i>	131
2.4. Interpretações da Transição em Preobrazhensky	136
<i>2.4.1. Alexander Erlich</i>	137
<i>2.4.2. Richard B. Day</i>	138
<i>2.4.3. Donald A. Filtzer</i>	141
2.5. Uma síntese inicial	145
3. AS OPOSIÇÕES ENTRE 1923 E 1927 E O DEBATE DE PREOBRAZHENSKY 150	
3.1. O debate sobre burocratização e Lênin	150

3.2. Trotsky e as teses sobre a Indústria	153
3.3. A carta de Trotsky e a Declaração dos 46	155
3.4. A Derrota da Revolução Alemã.....	160
3.5. O Debate sobre o Novo Curso	161
3.6. XIII Conferência e Congresso do Partido Bolchevique	170
3.7. O Debate Literário e a aparição do Socialismo em um só País	174
3.8. O fim do triunvirato	181
3.8. A Oposição Unificada	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA	201

INTRODUÇÃO

A Revolução Russa foi um dos fatos mais importantes da história do século XX. Hobsbawm (1995) a chama de o evento definidor do “curto século XX”. O processo revolucionário abriu portas para se pensar a construção de uma nova sociedade, e esse desafio foi levado a cabo por diversos revolucionários, renomados ou anônimos, durante o início do século XX. A questão da transição ao socialismo foi abordada de diversas formas e, a partir das diversas esferas da vida social e o estudo da experiência soviética, traz contribuições para se pensar também os desafios do tempo presente. Como afirma China Mieville, autor, professor e político inglês: “essa foi a revolução da Rússia, certamente, mas ela pertenceu e pertence a outros, também. Ela poderia ser nossa. Se suas frases ainda estão inacabadas, cabe a nós terminá-las” (2017, p.2, tradução própria)¹.

A presente pesquisa tem como tema a teoria de Acumulação Socialista Primitiva do economista e revolucionário russo E. Preobrazhensky, tal qual formulada pelo autor ao longo da década de 20 do século XX.

Embora conhecido no círculo da historiografia sobre a União Soviética, e mesmo fora dela a partir de obras como a trilogia de Isaac Deutscher (2005) (a qual, ao traçar uma biografia de Leon Trotsky, também traz à luz uma série de outras personagens importantes durante os eventos que se desenrolaram no início do século XX na Rússia), ainda há bastante o que se investigar e debater sobre a figura e produção de Evgeny Preobrazhensky.

O arquivista M. Gorinov aponta no prefácio de *Preobrazhensky's Papers* (2014) que esse desconhecimento é ainda maior na Rússia do que no ocidente, onde a censura stalinista logrou apagar suas obras do rol de estudo de historiadores e economistas - fato que Gorinov tenta desconstruir a partir da publicação de trabalhos inéditos e reedição de outros já conhecidos. Mesmo o ocidente tendo conseguido acesso a diversas obras de autores opositores ao regime stalinista, dos quais o que mais se destaca é Leon Trotsky, os escritos de Preobrazhensky, ainda assim, levaram algum tempo para serem traduzidos – “A Nova Econômica” (1979), sua principal obra, só foi traduzida para o inglês em 1965, e boa parte de

¹ Todas as citações originais em língua estrangeira foram traduzidas pela autora e têm seu texto original indicado em notas de rodapé.

“This was Russia’s revolution, certainly, but it belonged and belongs to others, too. It could be ours. If its sentences are still unfinished, it is up to us to finish them”.

seus escritos estão disponíveis somente na língua russa. Ainda hoje, poucos estão disponíveis em língua portuguesa², também havendo pouca bibliografia a seu respeito nessa língua.

Pode-se dizer que foi a partir da publicação do estudo de Alexander Erlich (1960) acerca do debate sobre a industrialização soviética que o interesse dos leitores de língua inglesa cresceu sobre o autor, que passa a ser reconhecido como um dos mais importantes economistas russos de sua geração. Atualmente há um esforço, protagonizado por Gorinov e Richard B. Day, para sistematizar e disponibilizar a produção de Preobrazhensky, através da edição dos livros *Preobrazhensky's Papers*, já citada aqui, que até o momento possui o seu primeiro volume publicado em inglês.

Preobrazhensky foi um importante membro do partido bolchevique, envolvido nos processos revolucionários de 1905 e 1917. Suas formulações e intervenções ao longo da década de 20 foram fundamentais para o desenrolar de debates e ações sobre o comunismo de guerra, a NEP, a transição ao socialismo e o processo de industrialização, para citar alguns exemplos.

A retomada e análise de seu pensamento faz, em primeiro lugar, como destacam Gorinov e Day, justiça histórica a esse militante bolchevique, cujo legado o stalinismo tentou apagar. Em segundo lugar, seus escritos lançam luz à história da revolução russa, abrindo espaço para uma caracterização mais rica dos projetos em formulação e disputa no seu desenrolar. Em terceiro lugar, os textos trazem reflexões sobre a transição ao socialismo que, longe de se restringirem ao contexto histórico examinado, podem dar impulso a reflexões também para a atualidade e futuro.

A partir da leitura de escritos de Preobrazhensky produzidos entre 1918 e 1927 é possível reconhecer os elementos que compuseram a elaboração da sua Teoria da Acumulação Socialista Primitiva e defini-la como um processo de transição social, o que inclui a formação de novas formas de sociabilidade e novas instituições, e não somente como uma acumulação física de riquezas. Essas leituras levariam, portanto, a um entendimento de sua teoria como extrapolando o debate sobre industrialização ou relação com o campesinato, mas presente enquanto um projeto de sociedade.

Parte-se do entendimento de que os processos históricos são determinados pela dinâmica da luta de classes, a partir da leitura elaborada por Lukács em “História e Luta de Classes” (2003). Essa compreensão busca fugir do extremo economicista, que reduz o sujeito da história ao desenvolvimento das forças produtivas. O “marxismo-leninismo” de Stálin se centrou sobre

²Dos livros de Preobrazhensky, somente “O ABC do Comunismo” (2014e), escrito em conjunto com Bukhárin e “A Nova Econômica” (1979) foram traduzidos para o português, embora alguns artigos também possam ser encontrados.

a evolução dos modos de produção como motor da evolução histórica propriamente dita. Essa visão reduz o mecanismo de tal evolução basicamente ao desenvolvimento das forças produtivas, o que engendraria contradições insolúveis que determinariam a passagem de um modo de produção para outro. De acordo com essa visão, embora não se deixe de falar de luta de classes, a classe figura como um “subfenômeno” do modo de produção - o real agente do processo histórico. A determinação da classe é somente uma consequência do lugar econômico ocupado por um grupo de pessoas dentro do esquema do modo de produção.

Por outro lado, também busca-se evitar uma concepção completamente subjetivista da história, compreendendo que os homens fazem a história, mas não nas condições em que escolhem. Dessa forma, nos parece adequada a síntese expressada pela autora Joana Salém Vasconcelos:

Considerando a luta de classes o determinante dos processos históricos, sendo que: (1) os interesses de classe se manifestam a partir de uma estrutura econômica; (2) as condições subjetivas da consciência de classe são determinantes diretos e fundamentais da amplitude de possibilidades abertas nas transformações revolucionárias (2013, p.30).

Também pretende-se analisar a obra de Preobrazhensky compreendendo-o enquanto um intelectual, no sentido gramsciano do termo. Para Gramsci, é impossível definir a intelectualidade com referência pura às atividades intelectuais, sendo necessário fazê-lo a partir do sistema de relações no qual essas atividades se encontram no conjunto geral das relações sociais - ou seja, não há autonomia da esfera intelectual da totalidade social. Ainda assim, Gramsci afirma que “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é mediatizada, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’.”(2000, p. 20) Destaca-se, assim, o papel dos intelectuais na construção da hegemonia e, conseqüentemente, na própria formação da classe, a qual não é determinada de forma apriorística por uma localização econômica, mas depende dos próprios mecanismos de construção de hegemonia para sua própria afirmação. A produção teórica e propagandística de Preobrazhensky tinha como objetivo a construção de um projeto político de emancipação dentro da classe trabalhadora e, portanto, contribuiu para a sua conformação – tanto através da publicação e textos seus nos periódicos do partido, os quais tinham uma ampla circulação, quanto através de sua participação direta em debates de base, e ainda através da determinação das políticas partidárias.

Colocada aqui a importância geral do estudo de sua obra, passa-se a uma breve exposição da biografia de Preobrazhensky, a qual considera-se importante para compreender as formulações do autor. Essa exposição tem como objetivo uma apreensão geral de sua trajetória, sendo suas posições e seu papel dentro das disputas do partido bolchevique exploradas em mais detalhe nos capítulos seguintes desta dissertação.

Evgeny Preobrazhensky nasceu em 15 de fevereiro de 1886 em Bolkhov, na província de Orel. Sua família tinha origem no clero ortodoxo russo tanto do lado paterno quanto materno. Seu pai, Aleksei Aleksandrovich, era padre e também exerceu a função de professor em diversas escolas e paróquias. Ainda que parte do ambiente eclesiástico, A. A. Preobrazhensky mantinha uma biblioteca em que se podia encontrar alguma literatura que contradizia o ponto de vista religioso – o que aponta para uma maior abertura intelectual de sua parte. Dos cinco filhos do casal, dois receberam uma educação espiritual, em escolas eclesiásticas, e dois, incluindo Evgeny, uma educação secular. As informações sobre o restante de sua família são esparsas. Sabe-se que até 1932 os pais passaram duas vezes pelo processo de *deskulakização*. Em 1936 seu pai foi preso, tendo falecido na prisão. Sua mãe, Varvara Alekseevna, faleceu pouco tempo depois da morte do marido.

A infância de E. Preobrazhensky se passou, assim, imersa em um universo religioso. Gorinov (2014) aponta a importância da formação religiosa de Preobrazhensky para sua escolha e abordagem da militância revolucionária posterior, o que é afirmado pelo próprio Preobrazhensky em sua autobiografia. Ali, o revolucionário russo aponta como três características principais de sua infância o seu desenvolvimento intelectual, sua religiosidade e o desprezo à desigualdade material.

Meu desprezo pela desigualdade material surgiu de sentimentos sociais que despertaram em mim em uma idade muito jovem. Eu me lembro que quando tinha oito anos de idade, deixei de lado as botas novas que minha mãe tinha trazido para a Páscoa, com o fundamento de que a pobreza forçava Mishka Uspensky, meu amigo de infância e filho de um sapateiro, a usar botas que tinham buracos para a Páscoa. (PREOBRAZHENSKY, 2014a, p. 3.)³

A importância de destacar essa característica da biografia de Preobrazhensky não diz respeito somente a sua individualidade, mas, segundo Gorinov (2014), ao conjunto da *intelligentsia* russa. Nesse sentido, ele faz um paralelo da trajetória de E. Preobrazhensky à de

³ “My loathing of material inequality arose from social sentiments that awakened in me at a very early age. I remember that when I was eight years old, I demonstratively threw aside new boots that mother had bought for Easter on the grounds that poverty forced Mishka Uspensky, my childhood-playmate and the son of a shoemaker, to dress for Easter in boots that had holes.”

outros revolucionários como Sergei Bulgakov, que também rompe com um ambiente religioso para aderir aos princípios revolucionários, embora esse último tenha posteriormente retornado à esfera religiosa. O autor destaca a importância da *intelligentsia* russa nos processos revolucionários do início do século XX e retoma L. Haimson (GORINOV, 2014, p. XX), segundo quem poder-se-ia caracterizar três tipos ideais formadores dessa *intelligentsia*, cujas origens teriam influência sobre seus traços. Esses tipos ideais seriam (i) a nobreza provincial; (ii) os *popovichy* e (iii) as minorias nacionais. Segundo Haimson, Preobrazhensky se enquadraria no segundo tipo, *popovichy*, os quais seriam indivíduos advindos do clero ortodoxo e graduandos de academias espirituais e seminários. Suas contribuições para a formação da *intelligentsia* teriam consistido em trazer um senso de dever em relação ao povo, uma atenção a questões morais - Preobrazhensky foi um dos únicos revolucionários que dedicou um livro inteiro ao tema, na perspectiva revolucionária - e uma necessidade intelectual de encontrar um substituto para a cosmologia russa ortodoxa.

Aos 14 anos de idade, E. Preobrazhensky se tornou ateu, o que lhe trouxe atritos com a família. O rompimento com a Igreja não significava somente o rompimento com o âmbito espiritual, mas mesmo a possibilidade de uma crítica a um regime que se sustentava também sobre a autoridade divina do czar. Em sua autobiografia ele fala sobre se encontrar em um estado de revolucionarismo indefinido e sem forma por um longo período depois disso. Nessa obra, ele afirma que a leitura de O Manifesto Comunista, de Karl Marx e Engels, e O desenvolvimento do Socialismo Científico, de Engels, foram decisivos para sua opção de aderir aos socialdemocratas russos, abandonando suas simpatias pelos Socialistas Revolucionários (*narodniks*), vistos como não científicos. É no outono de 1903, aos 17 anos de idade, que ele, juntamente com Ivan Anisimov e Aleksandr Litkens, passou a compor uma célula do Comitê de Orel, do Partido Social Democrata dos Trabalhadores Russos.

Dali para frente seu envolvimento na militância política só se intensificou. Em 1904, ainda, por determinação partidária passou algum tempo em Bryansk, o único distrito industrial na província de Orel, o qual era predominantemente agrícola. Durante aqueles anos houveram greves em quase todas as fábricas da região. Em 1905, após ter participado da organização de uma greve geral das instituições educacionais de Orel, ele se mudou para Bryansk, onde seguiu sua militância partidária junto aos trabalhadores da cidade - já então ele se identificava com a fração bolchevique do partido. Nesse ano sua trajetória política deu um salto e ele foi indicado para ir à Moscou, onde se encontrou no centro dos acontecimentos revolucionários daquele ano e foi nomeado propagandista chefe do distrito de Presnensky.

Preobrazhensky se envolveu no trabalho partidário em Ekaterinburg, Chelianbinsk, Perm e especialmente no sul dos Urais: Ufa e Zlatoust (GORINOV, 1991). No verão de 1907, ele participou da Conferência do Partido na Finlândia, onde conheceu Lênin. Nos anos que se seguiram, ele manteve uma correspondência constante com o revolucionário, com quem posteriormente dividiria espaços partidários como o Comitê Central do Partido Comunista Russo.

Após 1907, Preobrazhensky foi preso várias vezes. Em maio e setembro de 1909 ocorreram duas de suas prisões, a segunda das quais o condenou a um exílio interno - período durante o qual ele manteve seu contato com o movimento revolucionário. Foi durante o exílio que ele se casou com sua primeira esposa, Roza Abramovna Nevel'son, com a qual teve dois filhos: Leonid e Irma. Após o fim do casamento, ele se casou novamente, com Polina Semenovna Vinogradskaia na década de 20, com quem teve um filho chamado Igor.

Em 1916, ele se mudou para Chita, onde permaneceu até a Revolução de Fevereiro. Ele então participou enquanto delegado do Primeiro Congresso dos Soviotes de Trabalhadores e Soldados, depois do qual retornou para seu trabalho partidário nos Urais.

Em 1917, Preobrazhensky foi eleito delegado ao sexto congresso do Partido Comunista Russo, onde foi nomeado suplente do Comitê Central. Já nesse congresso pode ser identificada de forma marginal a divergência que se estabelecerá mais fortemente entre ele e a futura Oposição de Esquerda, e Joseph Stálin no que se refere a possibilidade de construção do socialismo em um só país (GORINOV, 1991). Nesse congresso Preobrazhensky defendeu que constasse em uma resolução que a revolução no ocidente seria uma pré-condição para a determinação do caráter da revolução na Rússia - sugestão à qual Stálin se opôs, afirmando a possibilidade da Rússia abrir o caminho para o socialismo.

Em 1918, nos Urais, Preobrazhensky escreveu seu primeiro trabalho de maior envergadura, *Anarchism and Communism* (2014b). Nesse texto está refletida uma concepção altamente centralizadora do planejamento econômico sob o comunismo, o que reflete o contexto de implementação do chamado comunismo de guerra. A partir disso, ele se opunha às defesas anarquistas de oposição a qualquer tipo de Estado, já que esta forma colocaria a construção do socialismo em risco - mesmo o Estado proletário.

Foi também no ano de 1918 que surgiu dentro do partido a polêmica sobre a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial. Preobrazhensky se posicionou, então, juntamente com Bukhárin e os demais chamados “Comunistas de Esquerda”, contrariamente à assinatura do tratado de paz de Brest-Litovsk, advogando a necessidade de uma guerra revolucionária (RODRIGUES, 1979, p.12). Eles consideravam que a “paz anexionista” com a Alemanha iria

atrapalhar a consciência internacionalista do proletariado mundial, colocando em risco a revolução mundial. Para além da posição em relação à guerra, os Comunistas de Esquerda também apontavam para o fato de que a população proletária dos maiores centros da Rússia estavam se perdendo no mar pequeno burguês que dominava a sociedade russa. Esse fato, somado à necessidade de se reestabelecer a ordem econômica no país, levaria à dependência ao capital estrangeiro e à centralização burocrática da indústria, retirando o proletariado do controle sobre a vida política e econômica (FILTZER, 1980, p. xiv). Para eles, então, a revolução russa não poderia deixar o caminho da revolução mundial sob pena de não conseguir “salvar-se”. Donald Filtzer aponta a importância que o período de comunista de esquerda teve sobre o pensamento de Preobrazhensky, ainda que ele não tenha mantido o conjunto dos posicionamentos adotados então.

Em 1919, o revolucionário russo escreveu em conjunto com Bukhárin o livro *O ABC do Comunismo* (2014e), para divulgação do programa do partido comunista. Este livro foi muito popular na URSS até que seus autores foram condenados pelo stalinismo ao esquecimento histórico, e também foi traduzido para diversas línguas naquele momento.

Em 1920, no 9º Congresso do Partido Comunista, Preobrazhensky foi eleito parte do Comitê Central do Partido, e assumiu um dos cargos de secretaria geral, que na época eram três, ocupados por ele, Krestinskiain e Serebriakov. Naquele momento, o cargo de secretário-geral ainda não tinha a importância que mais tarde ganharia com sua ocupação por Stálin. Nessa circunstância, ele se muda com sua família para Moscou definitivamente, se dedicando, além das tarefas da secretaria, a tarefas de agitação e propaganda, trabalho entre as mulheres e trabalho em áreas rurais.

Durante o debate sobre a temática dos sindicatos, ocorrido no X Congresso do Partido Comunista Russo em 1921, ele apoiou a resolução defendida por Bukhárin e Trotsky. A proposta defendia que os sindicatos fossem colocados sob controle estatal, ainda que com democracia interna. Sua função deixaria de ser somente organizar os trabalhadores em suas reivindicações para incluir também a direção da economia nacional. Essa resolução é derrotada no Congresso, o qual aprova o início da Nova Política Econômica, a NEP (HEGEDÜS, 1986).

No 11º Congresso do Partido Bolchevique, em 1922, observa-se uma tensão que se relaciona à polêmica gerada em torno da implementação da NEP. Preobrazhensky tecia críticas à NEP, no sentido de que ela possibilitaria um fortalecimento dos setores mais ricos do campo, os *kulaks*.

O processo de nivelamento das diferenças sociais no campo foi detido; começou novamente o processo de diferenciação que se desenvolveu mais fortemente nos lugares em que a recuperação da economia camponesa se realizou com mais êxito e onde a superfície da terra cultivada aumentou.... No meio da imensa decadência da economia camponesa no seu conjunto e do empobrecimento geral do campo, vem-se formando uma agricultura burguesa de emergência (PREOBRAZHENSKY, 1921 *apud* RODRIGUES, 1979, p. 12).

Nesse congresso, Preobrazhensky apresentou teses sobre a questão agrária, nas quais ele defendia a construção de fazendas estatais e de complexos coletivos agrícolas inseridos no conjunto de uma economia planificada. Preobrazhensky argumentava, contudo, que a coerção não econômica era inaceitável como método para tratar da questão camponesa, e mais especificamente dos *kulaks*. Lênin trouxe uma defesa diferente das teses defendidas por Preobrazhensky, afirmando que o sistema corrente, e que deveria se desenvolver, era o capitalismo de estado.

Em 1921, Preobrazhensky escreveu *From NEP to Socialism* (1973). Nesse livro ele desenvolve o raciocínio que identifica a existência de duas naturezas de relações, as de mercado e as socialistas, em antagonismo e disputa na URSS. Essa formulação será posteriormente desenvolvida em seu artigo A Lei Fundamental da Acumulação Socialista, publicado em 1924, o qual se tornou um dos capítulos do livro *Nova Econômica* (1979) publicado pela primeira vez em 1926. É nesse artigo, e depois no livro, que ele desenvolve de forma mais extensa o conceito de acumulação primitiva socialista, que se baseia na necessidade de acumulação do setor socialista estatal a partir de excedentes extraídos do setor privado – e traz desdobramentos sobre o ritmo da industrialização soviética.

O debate sobre os rumos da economia soviética se entrelaçou a um período de reordenamento das figuras nas posições de poder do Partido Comunista Russo. Com a doença de Lênin, e sua posterior morte, houve uma disputa entre diversos nomes importantes, como Kamenev, Zinoviev, Trotsky, Bukhárin e Stálin sobre os rumos do partido. Nesse contexto, Preobrazhensky fez parte do grupo da Oposição de Esquerda e, mais tarde, da Oposição Unificada – temática que será aprofundada no terceiro capítulo dessa dissertação.

O revolucionário russo foi um dos fundadores da Oposição de Esquerda, assinando a *Plataforma dos 46* em 1923. O documento relacionava as dificuldades econômicas à burocratização política do Partido. Nesse momento, embora diversos signatários da plataforma se identificassem com posições de Trotsky, este ainda não compunha o grupo, ao qual se juntará posteriormente (FILTZER, 1980, p. xv). As posições da Oposição abrangiam a defesa de democracia interna ao partido, o internacionalismo, e o conseqüente combate à ideia de socialismo em um só país, além da defesa de um maior impulso à industrialização, cujo

financiamento viria em parte do excedente da produção privada no campo, em especial dos *kulaks*. Esse último ponto, do qual Preobrazhensky, ao se dedicar à formulação econômica é o maior porta voz, é alvo de forte polêmica entre ele e Bukhárin. Este acusava Preobrazhensky de querer colocar o proletariado como explorador do campesinato - a que ele se oporia, como atesta sua célebre frase que convocava os camponeses a enriquecer.

A posição oposicionista foi, então, gradativamente excluída do partido, com a expulsão de figuras como Zinoviev e Trotsky em 1927. Nesse mesmo ano, Preobrazhensky foi expulso do partido, responsabilizado pela impressão clandestina da Plataforma da Oposição Unida. Foi exilado para Uralsk, onde se dedicou aos estudos.

Se a posição que contribuiu para a justificativa da expulsão da oposição era aquela defendida pela maioria bukharinista-stalinista, em 1929 há um rompimento desse grupo. Stálin passa a atacar as visões de Bukhárin em relação ao *kulak* e a defender um programa de combate ao *kulak* e impulso acelerado à industrialização. Essa “guinada à esquerda” abriu espaço para que vários oposicionistas expulsos retornassem ao partido. Em 1929, assim, Preobrazhensky é readmitido ao partido, juntamente com cerca de 400 outros opositores de esquerda. Seus trabalhos, a partir daquele momento, deixaram a temática da economia soviética para se dedicar sobre a questão das crises sob o capitalismo.

Ainda que haja essa mudança de foco, Filtzer (1980) aponta a existência de uma continuidade entre seus trabalhos antes e depois de sua adesão, turbulenta como se verá a seguir, ao regime stalinista, no que diz respeito à concepção teórica formulada. Seu período dentro do partido então dura pouco - ele é novamente expulso em 1931. Sua expulsão nessa ocasião se deu após a publicação do livro *O Declínio do Capitalismo* e de um artigo criticando o Plano Quinquenal, cuja publicação não foi autorizada. Ele foi readmitido em 1932, e realizou em 1934 uma pesada autocrítica, típica do processo dos expurgos stalinistas, da qual reproduz-se um trecho abaixo:

Eu fui considerado um dos teóricos do trotskismo. Vocês sabem que minhas obras teóricas, inclusive a *Nova Econômica*, têm servido de arma na luta contra o Partido. Vocês sabem que meu grande erro consistiu em comprar de modo mecânico nossa economia e o capitalismo e em construir uma ‘lei da acumulação socialista primitiva’. Eu introduzi nesta elaboração teórica a falta de confiança no campesinato e o menosprezo pelo camponês que são características do trotskismo... Eu pensei que, explorando o camponês, concentrando os recursos da economia camponesa nas mãos do Estado, seria possível construir uma indústria e desenvolver a industrialização. Trata-se de uma tosca analogia com a acumulação capitalista primitiva... Eu me afastei do leninismo. Os fatos desmentiram inteiramente o que eu afirmava e as previsões de Lênin posteriormente foram triunfantemente transformadas em realidade sob a liderança de Stálin, A coletivização, eis o ponto essencial. Tinha eu previsto a coletivização? Não, eu não a tinha previsto... Como vocês sabem, nem Marx nem Engels escreveram muito sobre os problemas do socialismo na aldeia nem

visualizaram como a vida na aldeia seria transformada. Vocês sabem que Engels tendia a considerar que isto exigiria um longo processo de evolução. O que faltava era a notável sagacidade de Stálin, sua grande coragem de enfrentar os problemas, a sua firmeza de atuação política. (RODRIGUES, 1979, p.36)

Em 1935, ele foi condenado a dez anos de prisão com trabalhos forçados. Nos meses que se seguiram, a oposição foi fisicamente eliminada. Em agosto de 1936, no chamado “julgamento dos dezesseis”, Zinoviev e Kamenev foram julgados, condenados à morte e executados - nesse julgamento Preobrazhensky participou enquanto testemunha de acusação à Zinoviev. Em junho de 1937 foi a vez de Bukhárin, no “julgamento dos 21”, também ser condenado à morte e executado. Não houve julgamento público de Preobrazhensky, que foi preso em dezembro de 1936, e se atribui esse fato a sua provável recusa em realizar as autocríticas vexatórias que eram exigidas dos acusados nessas ocasiões. Seu assassinato ocorreu no dia 13 de julho de 1937. Seu caso foi revisto na Sessão Plenária da Suprema Corte da URSS em 22 de dezembro de 1988 (GORINOV, 1991).

Prossegue-se, agora, para o texto da dissertação, a qual está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado Acumulação Socialista em Preobrazhensky à luz do Comunismo de Guerra e da NEP, há uma caracterização geral do período do Comunismo de Guerra e da NEP. A partir dos principais aspectos do período segundo a historiografia, resgatam-se escritos de Preobrazhensky da época, os quais não consistem em seus principais escritos teóricos. A partir dessas fontes serão traçadas algumas características importantes que compõem sua Teoria da Acumulação Socialista Primitiva.

No segundo capítulo, intitulado Teoria da Acumulação Socialista Primitiva, há uma contextualização dos debates econômicos da década de 20 dentro da tradição marxista. Depois de sua introdução, é feita uma abordagem da elaboração teórica de Preobrazhensky propriamente dita, buscando articular com os elementos trazidos no capítulo anterior.

O terceiro capítulo, intitulado As Oposições entre 1923 e 1927 e o debate de Preobrazhensky, busca contextualizar a produção teórica do autor dentro do contexto de disputa partidária mais amplo, expondo os principais fatos dessa disputa a partir da historiografia e de fontes do período, bem como as elaborações da Oposição da qual o autor fazia parte. Assim, busca-se enriquecer a interpretação da obra do autor, inserindo-o em um contexto de discussões que não se restringem à esfera econômica, mas que se relacionam a ela.

Por fim há, nas considerações finais, uma tentativa de síntese dos principais pontos desenvolvidos ao longo da dissertação.

1. ACUMULAÇÃO SOCIALISTA EM PREOBRAZHENSKY À LUZ DO COMUNISMO DE GUERRA E DA NEP

O presente capítulo tem como objetivo traçar um panorama sobre o contexto do período estudado (1918-1927), o qual abrangeu o chamado *Comunismo de Guerra* e a implementação da *Nova Política Econômica* (NEP). Foi utilizada historiografia sobre o tema para a construção do contexto, à qual refere-se ao longo do texto. Busca-se relacionar as temáticas tratadas aos escritos de Preobrazhensky.

Os escritos selecionados foram aqueles referentes ao período em questão, ou ainda de períodos posteriores, mas que se referiam à temática debatida. Alguns dos textos analisados não têm como objetivo principal falar sobre a teoria da Acumulação Socialista Primitiva, nosso tema principal, mas a partir da análise de Preobrazhensky dos períodos como o Comunismo de Guerra e a NEP é possível extrair elementos que complementam e enriquecem suas formulações mais teóricas e diretas sobre o tema, possibilitando a sua compreensão dentro de uma leitura mais completa da realidade soviética e de estratégia revolucionária.

1.1. Comunismo de Guerra

Inicia-se agora a análise dos escritos de Preobrazhensky sobre e durante o período do Comunismo de Guerra. Para tanto, também será feita uma contextualização do período de acordo com a historiografia, traçando suas principais características. Os textos de Preobrazhensky utilizados para realizar tal análise são *Peasant-Russia and Socialism, Towards a Review of Our Agrarian Programme* (2014c), *The Economic Policy of the Proletariat in a Peasant Country* (1980^a), *O ABC do Comunismo* (2014e), *Anarchism and Communism* (2014b) e *Paper Money in the Epoch of Proletarian Dictatorship* (2014d).

Comunismo de Guerra é o nome dado ao período de extrema nacionalização e estatização iniciado em meados de 1918 e terminado em 1921, com a implementação da NEP. Esse período traz consigo as circunstâncias do fim da Primeira Guerra Mundial e de uma Guerra Civil dentro da Rússia após a revolução, os quais influenciaram profundamente as características do regime.

Alec Nove, em seu livro *An Economic History of the USSR: 1917-1991* (1969), identifica cinco características principais do Comunismo de Guerra. Para traçar uma

perspectiva geral do período foram utilizados esses cinco pontos como base, procurando enriquecê-los com a bibliografia disponível sobre o tema.

1.2.1. Nacionalizações

O primeiro traço trazido por Nove (1969), define o período enquanto uma tentativa de banir a manufatura privada, a nacionalização da indústria como um todo e a alocação das matérias primas e do pouco excedente existente pelo Estado para fins de guerra.

É interessante perceber que esse processo de nacionalização não se deu de forma centralizada o tempo todo, ou completamente controlada pelo Estado. É possível utilizar como exemplo disso a nacionalização das terras, que se ligará posteriormente à questão camponesa, também elencada entre os pontos de caracterização elaborada por Nove.

Em 8 de novembro de 1917 foi editado o Decreto das Terras, segundo o qual toda a terra seria nacionalizada, e o direito de uso seria dado aos camponeses. A supervisão da distribuição da terra seria feita pelos comitês locais e sovietes. Nove destaca que o processo de nacionalização da terra foi, na prática, efetivado pelos próprios camponeses - e feito da forma como eles decidiam. Nem os bolcheviques, nem outras facções que naquele momento procuravam influenciar os rumos da revolução como os Socialistas Revolucionários, podiam controlar os camponeses. Os órgãos estatais aceitavam ou legitimavam aquilo que se passava.

Ainda que se tentasse deliberar questões relacionadas ao campo no sentido de melhorar sua produtividade e iniciar um processo de construção de fazendas coletivas, esses planos não conseguiam sair do papel, visto a pouca estrutura material e de pessoal disponível - os bolcheviques quase não tinham representação nas aldeias. Assim, em relação ao campo, a ação do Estado ao longo do período de comunismo de guerra se restringiu basicamente a medidas que visaram a garantia de abastecimento das cidades. É possível relacionar essas questões ao debate apresentado por Bettelheim (1979), do entrelaçamento de duas revoluções no processo revolucionário russo de 1917: uma revolução democrática, no campo, e uma revolução proletária, que apontava para as tarefas socialistas.

Sobre essa temática é interessante observar o panfleto *Peasant-Russia and Socialism, Towards a Review of Our Agrarian Programme* (2014c) escrito por Preobrazhensky em 1918. Nesse panfleto, publicado durante o período do comunismo de guerra, pode-se visualizar alguns elementos que ajudam a compor sua visão sobre a economia soviética, que se formulará em sua forma mais acabada no livro *Nova Econômica* (1979), que será abordado mais para frente neste

trabalho. O destaque aqui se dá para a visão que o autor tem para o programa bolchevique para o campo e da relação entre os camponeses e o proletariado de uma forma geral. Esses temas compareceram às polêmicas sobre a economia soviética na década de 20 e, portanto, sua análise aqui também nos auxilia a melhor compreendê-las.

O panfleto de Preobrazhensky começa com uma divergência com os Socialistas Revolucionários no que diz respeito ao programa para o socialismo no campo. Estes defendiam que a terra deveria ser socializada entre os camponeses, ou seja, que eles deveriam ter a propriedade da terra, dividida de forma igualitária. Já os bolcheviques defendiam a nacionalização da terra.

Preobrazhensky se opõe à noção de socialização da terra dos SR, a qual ele até concede algum espaço enquanto elemento tático de transição, mas jamais um princípio revolucionário. Isso se daria pois a socialização nos termos dos SR seria uma forma de combate ao capitalismo – para ele uma utopia pequeno-burguesa. Os camponeses defendiam a socialização, segundo Preobrazhensky, não por uma tendência igualitária, mas por ser a forma mais fácil de dividir os espólios da desapropriação dos grandes proprietários no campo.

A nacionalização seria o programa socialista de fato, pois permitiria a transição para formas coletivas de produção: “mas só se pode falar de dar um passo à frente se a quebra das relações agrárias nas vilas levarem a uma expansão da propriedade comunal da terra às custas da pequena propriedade camponesa” (PREOBRAZHENSKY, 2014c, p. 571)⁴.

Preobrazhensky passa, então, à definição do programa dos bolcheviques sobre a questão agrária, com destaque para formas coletivas de produção no campo, à qual voltaremos mais adiante neste texto. De qualquer forma, é importante frisar o local de destaque que a nacionalização, com sua relação com formas coletivas de produção ganha no pensamento do autor.

Retoma-se agora a questão da nacionalização da indústria. Em novembro de 1917 foi instituído o decreto que determinava o controle operário sobre as fábricas, que determinava uma autoridade centralizada para os comitês de fábrica locais, que perdem autonomia. Bettelheim afirma que os trabalhadores não estavam convencidos da necessidade dessa política, e que os representantes das organizações de base nos órgãos decisórios eram minoritários quando comparados à outras organizações, como os sindicatos. Isso não preveniu, e em alguns casos contribuiu, para a existência de um caos industrial no pós-revolução.

⁴ “But one can only speak of taking a step forwards if the break-up of land relations in the village leads to the expansion of communal land-ownership at the expense of small-scale peasant-property”.

Obviamente esse caos não se determinou por essa medida, mas houve uma larga ausência de coordenação na produção industrial como um todo. Posteriormente, o controle operário se desintegrará junto com os antigos comitês de fábrica. Em fevereiro de 1918 é a vez dos bancos serem nacionalizados, após se recusarem a emitir dinheiro para o governo revolucionário.

No fim de 1917, foi criado o Conselho Supremo da Economia Nacional, cuja sigla em russo era VSNKH. Sua tarefa era a de organizar a economia nacional e as finanças estatais, dirigir de maneira unificada as atividades de todas as autoridades econômicas existentes, centrais e locais, inclusive as do conselho do controle operário de toda a Rússia. Ele era o órgão centralizador da gestão da indústria, sendo que a *Gosplan* só surgiu em 1921. Com os avanços do processo de nacionalização, o VSNKH começou a se desdobrar em diversos departamentos, os chamados *glavki*, cada um dos quais se responsabilizava por um ramo da produção. A composição do VSNKH incluía uma camada técnica com postos de poder, advindos da *intelligentsia*.

A nacionalização da indústria propriamente dita iniciou-se em um passo mais lento. Os primeiros locais nacionalizados consistiam em plantas individuais e não indústrias completas. A maior parte das nacionalizações até 1918 foram locais e possivelmente se deram por motivações também locais. Até então, não havia um comando centralizado para as nacionalizações. Tal fato fica claro pela instituição de um decreto em janeiro de 1918 que determinava que nenhuma expropriação deveria ocorrer sem autorização do VSNKH - esse decreto é posteriormente reeditado, o que aponta para uma continuidade dessa prática. É possível ver, portanto, que assim como no processo da terra, ainda que em escala distinta, também o início do processo de nacionalização da indústria se deu de forma não completamente controlada pelos bolcheviques.

Sobre essa temática, inclusive, há uma disputa na historiografia sobre o grau de nacionalização pretendido pelo governo. Nove afirma que as fontes da época apontam para o desejo de manutenção de uma economia mista por algum tempo – o que também era defendido por Lewin (1974), enquanto Venediktov, citado por Nove, afirma que o partido já tinha um plano de nacionalização para os maiores ramos da indústria.

O grande salto da nacionalização se dá partir da metade de 1918, quando é instituído o Decreto de Nacionalização, o qual afeta, em princípio, todas as fábricas. Em maio de 1918 havia mais ou menos 1000 empresas industriais estatais, que passam a cerca de 4000 no outono do mesmo ano (BETTELHEIM, 1979). A partir daí o processo só se aprofunda e não se atenua até

o fim do comunismo de guerra. Em 1920, por exemplo, foi instituído um decreto que nacionalizava também a indústria de pequena escala.

A nacionalização da grande indústria se deu, de forma geral, até 1918 - após esse ano somente restou a questão da pequena indústria com a qual se lidar. A partir de então, mais do que a nacionalização, a forma de administração a partir de uma perspectiva socialista passou a ser a questão a ser debatida.

Sobre essa temática, Carr (1985) destaca a existência de algumas controvérsias, como o debate sobre a utilização de especialistas de origem burguesa, visto que a revolução ainda não tinha tido tempo nem tampouco estrutura para formar os seus próprios. Essa posição foi defendida por Lênin e combatida por alguns opositores de esquerda, os quais questionavam a autoridade a eles concedida, bem como seus salários mais elevados. Deste debate decorreu, posteriormente a discussão sobre a diferenciação salarial dos trabalhadores, que foi colocada em prática. Outra questão foi o gerenciamento das indústrias: deveriam se dar de forma coletiva ou individualizada? Também defendido por Lênin, a existência de um gerente individual passa a ser forma de gestão das indústrias soviéticas.

Dentre outras questões relacionadas à indústria, destaca-se o fato de que, ainda que a alta centralização das decisões seja uma característica forte do período do Comunismo de Guerra, isso não quer dizer que ela também não tivesse seus limites de efetivação prática. Por exemplo, o sistema de choque, onde se elegeram algumas plantas ou setores prioritários aos quais se daria um volume maior de combustível, matéria prima, transporte, rações para os trabalhadores, por vezes esbarravam na sua organização. Ainda que priorizadas, muitas vezes recebiam os materiais em desproporção entre si, o que as impedia a de fato colocar em prática todo o potencial esperado - sendo esse apenas um exemplo dos conflitos surgidos entre a administração centralizada e as esferas locais (DOBB, 1948).

Essas formas de gestão, contudo, não lograram evitar a queda brutal da produção das indústrias russas. A Guerra Civil e a Guerra Mundial contribuíram de diversas maneiras, direta e indiretamente, para esse quadro, e um desdobramento das condições sociais da época foi uma diminuição brutal da população das cidades, a qual soma-se à queda do número de trabalhadores - em 1911 eram 11 milhões que passam a somente 4,6 milhões em 1922 (BETTELHEIM, 1979), muitos dos quais tombaram na guerra civil, foram absorvidos pela estrutura partidária ou migraram para o campo.

Também há uma queda da produtividade desses trabalhadores, a qual se relaciona com as péssimas condições de vida a que eram submetidos. Segundo Maurice Dobb (1948), o salário do trabalhador de Moscou em 1920 só era suficiente para mantê-lo por onze a treze dias. Carr

(1985) aponta, ainda, a dificuldade de se extrair o excedente do campo como fator preponderante para o não sucesso do desenvolvimento industrial durante o Comunismo de Guerra, mais do que qualquer questão administrativa dentro do próprio setor industrial.

1.2.2. A questão camponesa e a proibição do comércio

O segundo ponto levantado por Alec Nove enquanto uma característica do período do comunismo de guerra é a proibição do comércio privado, ainda que não tenha nunca se efetivado completamente. Compreender o porquê dessa proibição nos leva à terceira característica apontada por Nove: a apreensão dos excedentes dos camponeses.

A garantia de abastecimento de comida para as cidades e para o exército - lembremos, são tempos, inicialmente de Guerra Mundial e, depois, de Guerra Civil dentro da própria Rússia - demandava que o excedente dos camponeses fosse requisitado. Por outro lado, o contexto de Guerra Civil impedia que a produção da indústria e da cidade fosse suficiente para dar uma contrapartida à produção dos camponeses, e a esparsa produção era também direcionada para as necessidades do exército.

Para garantir o abastecimento, proibiu-se a comercialização desses excedentes. Como já se disse, isso não significa que não houvesse comércio algum - Nove retoma Kristman, segundo quem em 1919 só 19% dos alimentos vinham de canais oficiais (NOVE, 1965, p.55), ou seja, havia um amplo espaço ocupado pelo mercado negro. Até mesmo as indústrias estatais tinham que adquirir parte de seus insumos através do mercado livre ilegal.

Em junho de 1918 foi instituído o Decreto sobre os Comitês dos Pobres, segundo o qual esses comitês deveriam requisitar o excedente de produção dos *kulaks*. E. H. Carr (1985) destaca que somente na primeira semana de agosto houve três decretos tratando da temática dos Comitês dos Pobres, regulamentando e autorizando diversas formas para que esses comitês executassem suas atividades. O autor cita Lênin, o qual, após o fim do Comunismo de Guerra, traz uma definição sucinta da relação do Estado com o campesinato àquela época:

A peculiaridade do comunismo de guerra consistia no fato de que nós realmente tomávamos dos camponeses todos os seus excedentes, e algumas vezes até o que não era excedente, mas parte do que era necessário para alimentar o camponês, tomávamos para cobrir os custos do exército e para manter os trabalhadores. Nós o tomamos em sua maior parte em crédito, por dinheiro em espécie. De outra forma nós não

poderíamos vencer os proprietários de terra e capitalistas em um país pequeno camponês devastado (LENIN apud CARR, 1985, p. 150)⁵

Tal atitude tinha como contrapartida reações dos camponeses, as quais envolviam, por um lado, um problema de curto prazo - a retenção dos estoques - e outro de longo prazo - a diminuição da área cultivada somente àquela necessária para subsistência (DOBB, 1948). Sobre esse tema, também é interessante observar o trecho a seguir, retirado de um artigo de Preobrazhensky de 1922, intitulado *The Economic Policy of the Proletariat in a Peasant Country* (1980a), onde ele define o Comunismo de Guerra numa linha semelhante à enunciada por Lênin acima:

Em essência, nossa requisição era um sistema de empréstimos compulsórios em espécie apoiado sobre o campesinato, por que o Estado não podia cumprir sua promessa de pagar por produtos agrícolas com produtos industriais. O campesinato repudiava aquele sistema não somente por que como uma classe ele não recebia da cidade o equivalente dos produtos que ele entregava em requisições, mas também por que um sistema de apropriação nas linhas de uma requisição e distribuição equalizada dos produtos da indústria urbana matavam todo incentivo à produção expandida nos pequenos arrendamentos independentes. (PREOBRAZHENSKY, 1980a, p.21)⁶

Carr (1985) destaca, ainda, que a virada em direção aos camponeses pobres em 1918 se relacionou com um objetivo mais amplo do governo soviético: o desenvolvimento da agricultura de larga escala.

Neste ponto é interessante voltar ao texto de Preobrazhensky, *Peasant-Russia and Socialism, Towards a Review of Our Agrarian Programme* (2014c). Neste documento, o autor traça um esboço do que deveria ser o programa agrário do Partido Social Democrata Russo - Bolchevique. Já foi apresentada brevemente a polêmica que ele engendra com os Socialistas Revolucionários nesse texto - ele a desenvolve para caracterizar que a “socialização da terra” proposta por estes últimos não seria mais do que uma socialização entre aspas. A verdadeira socialização só poderia se dar a partir, em primeiro lugar, da nacionalização da terra e, em segundo lugar, da sua utilização de forma coletiva - idealmente em grandes fazendas coletivas,

⁵ “The peculiarity of war communism consisted in the fact that we really took from the peasants all their surpluses, and sometimes even what was not surplus, but part of what was necessary to feed the peasant, took it to cover the costs of the army and to maintain the workers. We took it for the most part on credit, for paper money. Otherwise we could not beat the landowners and capitalists in a ravaged small-peasant country”.

⁶ “In essence, our requisition was a system of compulsory loans in kind shouldered by the peasantry, because the state could not fulfill its promise to pay for agricultural products with industrial products. The peasantry repudiated that system not only because as a class it did not receive from the town the equivalent of the products it had delivered in the requisition but also because a system of appropriation along the lines of a requisition and equalized distribution of the products of urban industry killed every incentive to expanded production in independent petty holdings”.

mas com formas coletivas de mediação para a transição até esse ponto ideal. A “socialização” defendida pelos SR, na opinião de Preobrazhensky, só poderia levar à contrarrevolução.

A linha geral defendida pelo autor é, então, de apoio à existência de *artels*, formas coletivas de organização da produção, ainda que na esfera privada. Essa é a única forma de o camponês semiproletário e médio aumentar sua produtividade. Nessa defesa, há uma determinante de concepção, mas também de contingência: o estado soviético não tinha muito dinheiro ocioso, então seria melhor investir em um lugar só do que nos camponeses individualmente.

Ele traça, então, a proposta de texto para o programa, o qual basicamente compreende:

- 1) A erradicação da dominação no campo pela nobreza e *kulaks* – com o conseqüente confisco de suas terras;
- 2) A eliminação da propriedade privada da terra e a nacionalização de toda terra;
- 3) O uso das terras confiscadas para formação do maior número possível de fazendas modelos coletivas de larga escala, garantia de estrutura para os camponeses que não têm cavalo nem equipamento e para os trabalhadores agrícolas e outros proletários e semiproletários no campo para organizar tais fazendas e para trabalhar a terra com base nos princípios de *artel*;
- 4) Estruturação de fazendas estatais;
- 5) Reassentamento socialista para fazendas-modelo de larga escala com a estrutura necessária;
- 6) Monopólio estatal na compra e venda de grão e de maquinário e fertilizantes – os primeiros passos em direção à regulação estatal de todas as trocas econômicas e uma forma de exclusão dos mercadores e especuladores privados do comércio de grãos;
- 7) Gradual estabelecimento de controle estatal sobre a agricultura e auxílio à transição à agricultura coletiva;
- 8) Realocação dos recursos do comércio para a agricultura e nacionalização dos bancos para esse fim.

A questão da coletivização da agricultura também está presente no livro *O ABC do Comunismo* (2014e) escrito conjuntamente por Preobrazhensky e Bukhárin em 1919. O livro tinha como objetivo divulgar o programa do partido bolchevique e trazia diagnósticos da situação na URSS da época e descrevia o programa do partido para aquela situação concreta.

A constatação principal é que somente a grande propriedade coletiva poderia dar as bases para uma agricultura socialista com todas as suas vantagens, servindo como elemento de convencimento do campesinato – como já apontado em outros textos. “É somente através de fazendas soviéticas é que nós realmente estamos em uma posição para mostrar aos camponeses todas as vantagens da agricultura coletiva de larga escala” (PREOBRAZHENSKY, 2014e, p.700)⁷.

Contudo, aqui também se apresenta uma proposta diferente, a do desenvolvimento da agricultura urbana. Esta forma de produção teria como vantagens a utilização do fertilizante produzido pelas cidades e o auxílio no processo de unificação da indústria e da agricultura. Essa proposta não reaparece em outros textos, possivelmente devido ao clima pró-camponês iniciado com a NEP, o qual, embora Preobrazhensky não compartilhe entusiasticamente, tem uma influência sobre o debate geral da época como será visto na sequência.

De qualquer forma, quando tratava da agricultura como um todo, Preobrazhensky considerava que ela só poderia se tornar socialista quando a socialização atingisse os camponeses. Ele cita novamente os *artels* como uma forma de realizar esta transição, acrescentando agora, também, a figura das comunas - que difeririam dos *artels* por incluírem uma organização comum não só da produção, mas também do consumo. Apesar de o número de *artels* e comunas estar crescendo no momento de escrita do livro, ainda eram poucos e com um tamanho de terra predominantemente pequeno, o que limitava o sucesso de seu desenvolvimento. Ainda assim, Preobrazhensky os via como vantajosos no sentido de que permitiriam uma melhor divisão do trabalho, inclusive havendo uma liberação das mulheres do trabalho na cozinha para sua inserção no trabalho produtivo.

Outra forma de transição da pequena produção camponesa para formas mais desenvolvidas de produção coletiva citada nesta obra é o chamado cultivo social. Este seria uma forma ainda menos rígida do que os *artels* de associação entre os camponeses e teria a vantagem de o camponês se sentir mais livre para aderir a ela.

É interessante, assim, observar o papel central que o cultivo do campo de forma socializada tem na elaboração de Preobrazhensky deste período. Ele defende uma transição do cultivo de pequena escala para o de larga escala e, enfim, para o cultivo efetivamente socialista. Essa defesa também aparece em outro livro seu, *Anarchism and Communism* (2014b), publicado em 1918, onde ele brevemente descreve as etapas dessa evolução:

⁷ “It is only through soviet-farms that we are actually in a position to show the peasants all the advantages of large-scale collective agriculture”.

No começo, a agricultura socialista vai ocorrer somente nas terras estatais cultivadas sob a supervisão do Estado proletário, naqueles estados avançados que não foram saqueados e divididos e estarão sob o controle dos soviets locais desde o começo, e, finalmente, naquelas terras que serão cultivadas por comunas dos pobres do campo, que estão agora emergindo na Rússia e se tornando crescentemente numerosos (PREOBRAZHENSKY, 2014B, p. 622)⁸.

Contudo, é sempre destacado o caráter gradual dessa transição, bem como o caráter voluntário da adesão do campesinato que, convencido da superioridade da produtividade e das melhores condições de vida oferecidas pelas fazendas coletivas estatais adeririam a essa forma de produção. Assim, é equivocado associar essas defesas de Preobrazhensky ao processo de coletivização forçada efetivamente implementado durante os anos 30 sob o regime stalinista. O trecho final do programa deixa tal fato claro:

O Partido proclama sua convicção inabalável de que a implementação de todas as medidas previstas neste programa demonstrará com a máxima claridade todas as desvantagens associadas à agricultura de pequena escala e todas as superioridades da agricultura de larga escala; e se baseia sobre a experiência para convencer todos os trabalhadores rurais de que, depois da transferência do poder estatal para o proletariado e para os pobres do campo, não haverá categoria ou posição superior àquela de um trabalhador gerente de pleno direito do Estado socialista, resultando em uma transição em massa, da parte dos agricultores de pequena escala individuais, para a participação voluntária no exército socialista do trabalho (PREOBRAZHENSKY, 2014c, p.575).⁹

Corroborado aqui: “quando todos os camponeses aprenderem as vantagens da agricultura socialista através da experiência, só indivíduos excêntricos ficarão em seus pequenos conluis independentes” (PREOBRAZHENSKY, 2014, p.622)¹⁰.

O prosseguimento do documento sobre o programa agrário traz alguns pontos importantes para as discussões posteriores. Ao refletir sobre as possibilidades de exportação, Preobrazhensky aponta que a situação europeia do pós-guerra deve constituir um mercado favorável para a Rússia, a qual deveria aproveitá-lo para conseguir receita o suficiente para substituir o maquinário defasado e desgastado da indústria e da agricultura, bem como para

⁸ “In the beginning, socialist agriculture will occur only on state-lands worked under supervision of the proletarian state, on those advanced estates that have not been ransacked and divided and will be under the control of local soviets from the start, and finally, on those lands that will be worked by communes of the rural poor, which are now emerging in Russia and becoming increasingly numerous”.

⁹ “The Party proclaims its unshakeable conviction that implementation of all the measures foreseen in its program will demonstrate with the utmost clarity all the disadvantages associated with small-scale agriculture and all the superiorities of large-scale agriculture; and it relies upon experience to convince all the rural toilers that, following the transfer of state-power to the proletariat and the rural poor, there will be no higher rank or position than that of a full-fledged worker-manager of the socialist state, resulting in a mass-transition, on the part of individual small-scale farmers, to voluntary participation in the socialist army of labor”.

¹⁰ “When all the peasants learn the advantages of socialist agriculture through experience, only individual eccentrics will stay on their small independent plots”.

conseguir adquirir materiais que só conseguia no mercado internacional. É visível a importância que a manutenção do capital constante adquire na sua organização das tarefas aqui, o qual reaparecerá quando do debate sobre a industrialização sob a NEP.

Ele também aprofunda a questão do monopólio do comércio de grãos, parte do programa, o qual teria inúmeras vantagens. Em primeiro lugar, liberaria os produtores de grão dos especuladores, bem como deixaria parte do capital nacional livre para propósitos produtivos. Além disso, o monopólio possibilitaria economia em transporte, pela possibilidade de planejamento, bem como a negociação em mercados internacionais em melhores condições. Evitaria a adulteração da qualidade do grão e abriria espaço para o envolvimento estatal na produção propriamente dita também figura entre essas vantagens. Por fim, isso também permitiria ao Estado retirar o fardo da taxa indireta do setor mais pobre da população, aumentando o preço do pão ao setor não produtor de grão da população urbana.

Para essas tarefas, são considerados aliados as partes mais pobres do campesinato, os quais Preobrazhensky define como:

os proletários no campo, juntamente com aqueles camponeses que não têm cavalo, mais um número significativo daqueles com somente um cavalo, que são compelidos economicamente a formar um bloco com o proletariado urbano e os quais, de acordo com o antigo censo de 1891, incluem até cinco milhões de um total de mais de dez milhões de famílias. (PREOBRAZHENSKY, 2014b, p.581)¹¹

Para ele, esses grupos rurais se aliarão ao proletariado não somente na liquidação dos domínios dos senhores de terra, mas também no período posterior, quando a luta se voltasse contra o *kulak*. Preobrazhensky passa então a uma sessão do panfleto destinada a debater a relação de classe entre o proletariado e o campesinato. Ele se pergunta se a relação de aliança com o campesinato pobre seria somente uma agitação para a tática momentânea, ou se teriam havido mudanças na realidade russa com a revolução que também significariam a alteração da relação entre essas classes.

Partindo dos conceitos de classe e de luta de classes tal qual definidos por Marx, ele define classe enquanto um grupo de pessoas unidas:

1) por uma posição comum no processo de produção e, sobretudo, por sua relação com a propriedade dos meios de produção; 2) por uma fonte idêntica de renda e um interesse comum relativo à distribuição da renda nacional; 3) por uma oposição

¹¹ “the proletarians in the countryside, together with those peasants who have no horse, plus a significant number of those with only one horse, who are economically compelled to form a bloc with the urban proletariat and who, according to the old census of 1891, include up to five million out of a total of more than ten million households”.

comum entre seus interesses e aqueles de outros grupos sociais. (PREOBRAZHENSKY, 2014c, p. 582)¹².

É interessante que aqui, longe de uma concepção meramente economicista de classe, visto que nenhum dos pontos por ele elencado é suficiente para a sua definição, ele a define de forma relacional, também formada em oposição às outras classes, na luta destas.

Ele retoma que, segundo a teoria marxista, sob uma sociedade burguesa desenvolvida, o proletariado e o campesinato formariam classes distintas que na maioria das vezes teriam interesses opostos (PREOBRAZHENSKY, 2014c, p.582). Contudo, a posição camponesa seria contraditória segundo o terceiro ponto da definição de classe por ele proposto. Por um lado, como proprietários, os camponeses teriam interesses em comum com os grandes proprietários e defenderiam os interesses do campo contra a cidade. Por outro, enquanto classe de pequenos proprietários que nunca dividiram o poder, sofreriam como o proletariado pelos altos impostos, pelo militarismo e por várias formas de exploração do grande capital e da agricultura capitalista a que estariam sujeitos. Assim, haveria uma tendência, sob o regime burguês, dos camponeses se associarem, ainda que de forma contraditória, às demais classes proprietárias.

Sob o regime revolucionário, as relações entre os trabalhadores e o campesinato teriam se alterado. Em primeiro lugar, suas posições em relação à propriedade dos meios de produção mudaram: o trabalhador estaria mudando sua condição à medida em que se aproximavam do socialismo, passando de proletário para coproprietário dos meios sociais de produção. O resultado é o apagamento da distinção entre trabalhador e camponês existente na sociedade burguesa. Em segundo lugar, se desenvolveria crescentemente o bloco do povo trabalhador, conforme nota-se no seguinte trecho: "por um lado, uma ligação crescente se desenvolve entre essas duas classes, na medida em que elas constituem um bloco único do povo trabalhador, uma aliança daqueles que criam valor contra todos aqueles grupos sociais que vivem de renda que não é associada ao trabalho" (PREOBRAZHENSKY, 2014c, p. 583)¹³.

Para além disso, o camponês teria também um interesse econômico na revolução: a eliminação de suas dívidas com os bancos. Mais um ponto para a defesa da nacionalização dos bancos, já que diminuiria a possibilidade de revoltas camponesas, segundo Preobrazhensky.

¹² "1) by a common position in the process of production and, above all, by their relation to ownership of the means of production; 2) by an identical source of income and a common interest concerning distribution of the national income; and 3) by a common opposition between their interests and those of other social groups".

¹³ "On the other hand, an ever-growing bond develops between these two classes, insofar as they constitute a single bloc of working people, an alliance of those who create value against all those social groups who live off income that is not associated with labor".

Contudo, isso não significa que a relação entre os camponeses e os proletários fossem completamente harmônicas. A fonte da disputa seria a contradição na questão da distribuição da renda nacional. Essa disputa, contudo, não é vista como uma que leva a uma contradição insolúvel e negativa entre as duas classes. Pelo contrário, ela é retratada enquanto um incentivo ao desenvolvimento das forças produtivas em ambas as esferas:

É difícil prever que formas essa luta de classes tomará entre o proletariado e o campesinato em questões de distribuição de renda. Há razões para esperar que mais provavelmente terá consequências benéficas em termos do desenvolvimento econômico do país como um todo. Sob a pressão do campesinato, o trabalhador terá de se mover para além da tecnologia atrasada e da baixa produtividade do trabalho que nós vemos em nosso país em comparação com o ocidente. (PREOBRAZHENSKY, 2014c, p. 585)¹⁴

Aqui não figura a contradição entre esfera privada e esfera estatal, mas entre campo e cidade – diferentemente dos debates posteriores do fim do Comunismo de Guerra e durante o período da NEP, em que o autor associa essas esferas. Há de se levar em conta que esse panfleto foi escrito antes do mais profundo desenvolvimento do comunismo de guerra, com as já sinalizadas expectativas de desenvolvimento de formas coletivas de produção no campo. Ainda assim, é importante ver a leitura que é feita do papel do camponês e a defesa da unidade entre campesinato e proletariado. Isso parece desautorizar uma leitura de Preobrazhensky como um defensor da exploração do campo, do camponês, pela cidade, pelo proletário - acusação que ele recebeu durante a década de 20 por Bukhárin. Esta citação também traz essa característica de seu pensamento: “por consequência, os interesses contraditórios que nós estamos considerando não são objetivamente intransponíveis ao ponto de que uma classe deva lutar por uma ditadura política de modo a suprimir e explorar economicamente a outra” (PREOBRAZHENSKY, 2014c, p.586)¹⁵.

Preobrazhensky então afirma que esse bloco do povo trabalhador deve se fortalecer à medida que a oposição entre esse bloco, e a União Soviética, se der contra o capitalismo mundial. Aqui, ele trata a ligação da vitória da revolução russa ao advento da revolução mundial

¹⁴ “It is difficult to foresee what forms this class-struggle will take between the proletariat and peasantry on questions of income-distribution. There are reasons to expect that it will most likely have beneficial consequences in terms of the country’s economic development as a whole. Under pressure from the peasantry, the worker will have to move beyond the backward technology and low labor productivity that we see in our country by comparison with the West”.

¹⁵ “As a consequence, the contradictory interests that we have been considering are not objectively insurmountable to the extent that one class must strive for political dictatorship in order to suppress and economically exploit the other”.

como um pressuposto de seu pensamento - marca posterior do programa da Oposição de Esquerda e da Oposição Unificada, as quais ele comporá.

Internamente, ele considera ser possível, através do planejamento econômico, tomar medidas que contribuam para a diminuição dessa contradição na distribuição da renda nacional. Os primeiros passos nesse sentido seriam o tabelamento dos preços de grãos e produtos industriais e a instituição de um salário-mínimo.

Dada essa relação entre o proletariado e o campesinato, a única hipótese que ele visualiza de os camponeses se somarem a uma ação contrarrevolucionária seria no caso de haver uma retomada do poder por parte da burguesia. Nesse caso, as revoltas contrarrevolucionárias seriam consequência e não causa da derrota.

Nesse trabalho, ele quase não se dedica a falar do camponês médio, que é tão somente citado enquanto aliado do *kulak*, buscando estabilidade na sua relação de propriedade da terra. Contudo, mais uma vez deve-se lembrar que esse texto foi escrito em 1918, quando ainda não havia uma leitura de predominância do campesinato médio no campo ocorrida durante o desenvolvimento do Comunismo de Guerra. Naquele momento, a associação do camponês médio ao *kulak*, na visão de Preobrazhensky, empurraria o camponês pobre ainda mais na direção do proletariado, seu único aliado na nacionalização da terra. O incentivo da luta de classes no campo, contudo, deveria ser dado como um impulso para as formas coletivas de produção, como os *artels*:

Nós devemos garantir que essa luta não tome a forma de uma rebelião espontânea, com uma tendência lumpemproletária em direção à ‘equalização’ e à pilhagem de tesouros familiares, mas que ela leve, ao invés disso, à união econômica dos pobres para que, talvez com apoio do Estado e às custas do campesinato mais forte, eles sejam capazes de começar a cultivar parte das antigas terras dos senhores de terra através de *artels*. (PREOBRAZHENSKY, 2014c, p.573)¹⁶

Apesar da defesa de Preobrazhensky, a efetivação de formas coletivas no campo foi esparsa. As tentativas de fazê-las adquiriram diversos formatos no período, como os *sovkhozy* (as fazendas soviéticas), as comunas agrícolas e os *artels* agrícolas. Contudo, o próprio Lênin destacou que em 1918 havia apenas algumas centenas dessas experiências. Apesar da campanha dos bolcheviques em defesa da implementação do socialismo no campo, e da consequente socialização da agricultura - que conta inclusive com um decreto em 1919 que determina a

¹⁶ “We must see to it that this struggle does not take the form of a spontaneous rebellion, with a lumpen-proletarian tendency towards ‘equalization’ and the plundering of household-treasures, but that it leads, instead, to an economic union of the poor so that, perhaps with state-support and at the expense of the stronger peasantry, they will be able to begin working their share of the former landlords’ land through *artels*”.

migração de formas individuais para coletivas de utilização da terra - os resultados práticos não foram muito efetivos. Além de poucas, as fazendas coletivas eram pequenas e dispunham das piores terras. O impulso para sua existência vinha das cidades e dos órgãos oficiais e não encontrava respaldo no campo. Frente à resistência encontrada, o governo soviético não podia se dedicar a nenhuma política que pudesse prejudicar a próxima colheita e garantir o abastecimento da cidade e do exército. Ainda assim, isso é sintomático do quanto a forma de produção da pequena agricultura não se mostrava suficiente para colocar em movimento o país à época.

No fim de 1918, os Comitês de Camponeses Pobres foram absorvidos pelas estruturas dos soviets rurais. Carr afirma que essa abolição dos comitês foi, em algum nível, uma admissão de derrota, mas também uma sinalização no sentido de passar a se relacionar também com os camponeses médios (DOBB, 1948), os quais muitas vezes eram hostilizados juntamente aos *kulaks* pelos Comitês de Camponeses Pobres. Os camponeses médios se multiplicaram em número com a nacionalização das terras, e eram então a maioria do campesinato.

Esta questão é expressa no livro *O ABC do Comunismo* (2014e). Nessa obra, Preobrazhensky, apesar de apontar a necessidade da grande produção coletiva como já foi dito, reconhece que a pequena produção duraria ainda bastante tempo na URSS. Caberia ao Estado tomar uma série de medidas para auxiliar esse desenvolvimento. Ele trata, então, mais uma vez dos interlocutores do Estado no campo e vê-se uma alteração quando comparado ao expresso no anteriormente mencionado *Peasant-Russia and Socialism, Towards a Review of Our Agrarian Programme* (2014c), onde ele aponta a aliança quase que exclusiva com o campesinato pobre.

Em *O ABC do Comunismo* (2014e), o campesinato pobre ainda é um importante aliado e o *kulak* continua sendo o inimigo, um elemento contrarrevolucionário:

Até que a classe dos *kulaks* seja completamente liquidada, ela deve inevitavelmente emergir como um inimigo implacável do Estado proletário e sua política de terras, e, em troca, ela pode esperar da autoridade soviética somente a luta mais impiedosa contra todas as tentativas de contrarrevolução. (PREOBRAZHENSKY, 2014e, p.710).¹⁷

Contudo, quando trata do campesinato médio, Preobrazhensky destaca a necessidade de deslocá-lo do *kulak*, e fortalecer sua aliança com o proletariado. Isso se dá ao ponto de ele

¹⁷ "Until the kulak-class is fully liquidated, it must inevitably emerge as an implacable enemy of the proletarian state and its land-policy, and, in turn, it can expect from the Soviet authority only the most merciless struggle against all attempts at counter-revolution".

afirmar o cuidado com uma pressão por demais incisiva sobre os elementos médios do campesinato para a passagem às formas coletivas de produção:

Finalmente, ao lutar por uma reconstrução socialista da agricultura, devemos evitar irritar o camponês médio com o descuido e a pressa de nossas próprias medidas, e isso significa evitar completamente qualquer tentativa de forçá-lo a entrar em comunas e *artels*. (PREOBRAZHENSKY, 2014e, p.711).¹⁸

Essas concessões ao campesinato médio coincidiram temporalmente com a tentativa de restringir a ação da Cheka e de uma relativa tolerância aos Mencheviques e dos Socialistas Revolucionários, a qual durou o fim de 1918 e o começo de 1919. Carr (1985) afirma que a guerra civil não teria sido ganha caso esses elementos não estivessem sob o regime soviético. Ainda assim, já no fim de 1919, o Congresso dos Sovietes aprovou uma dura resolução sobre a política das requisições, aumentando os produtos a serem requisitados.

Houve resistência às requisições forçadas e às condições de vida impostas aos camponeses ao longo daquele período. Um exemplo é a revolta liderada por Makhno na Ucrânia, que ficou conhecida como Makhnovtchina em 1919. Ainda assim, o medo da volta dos senhores de terras mantinha os camponeses ao lado dos bolcheviques na guerra civil, o que foi essencial para a vitória destes. As requisições forçadas se mantiveram entre os anos de 1919 e 1920.

1.2.3. *Finanças*

O quarto ponto levantado por Nove consiste na eliminação parcial do dinheiro nas negociações estatais entre suas próprias organizações e os cidadãos, bem como a instituição de rações gratuitas, quando havia rações a serem dadas. Ao longo do comunismo de guerra, a forma oficial de intercâmbio era a requisição, e não a troca. As cooperativas eram as ferramentas da coleta e distribuição. Para tanto, elas foram assimiladas ao sistema soviético de tal maneira que praticamente faziam parte do corpo estatal e assim eram vistas (DOBB, 1948).

Desconsiderando as opiniões dos intelectuais que lideravam as cooperativas e se recusando a rejeitar todo aparato cooperativo devido às propensões contrarrevolucionárias destes líderes, o poder soviético continuamente esforçou-se

¹⁸ "Finally, in struggling for a socialist reconstruction of agriculture, we must avoid irritating the middle-peasant with the carelessness and hastiness of our own measures, and this means completely avoiding any attempt to force him into communes and *artels*".

para fundir a distribuição cooperativa gradualmente a seu sistema geral de órgãos de distribuição (PREOBRAZHENSKY, 2014e, p. 718).¹⁹

O nível da desvalorização do dinheiro e a inflação eram tamanhos que aquele perde sua função dentro do setor estatal, e passa a ter pouca função no restante da economia, onde as trocas passam a se fazer por espécie. Se isso, por um lado, tem a ver com as circunstâncias já citadas, também não se pode perder de vista que fatores ideológicos também comparecem. Carr (1985) utiliza a metáfora do “fazer da necessidade virtude”, visto que antes de sua efetivação, a maioria dos teóricos afirmava a impossibilidade da abolição imediata do dinheiro. Quando tal fato se tornou inevitável, eles passam, então, a justificá-lo teoricamente. Afirmava-se, inclusive, que a completa estatização e abolição do mercado seriam já a edificação do socialismo completo e que, portanto, o dinheiro seria um anacronismo.

Carr (1985) cita um trecho da introdução do livro de Preobrazhensky *Paper Money in the Epoch of Proletarian Dictatorship* (2014d), escrito em 1920: “uma citação famosa de Preobrazhensky, que descrevia a imprensa [de dinheiro] como ‘aquela metralhadora do Comissariado de Finanças a qual abria fogo contra a retaguarda do sistema burguês e usava as leis da moeda do regime de modo a destruí-lo’” (p. 261).²⁰

Carr se limita a caracterizar o livro como uma justificativa *a posteriori* da política de emissão desenfreada de papel-moeda da URSS no período. Contudo, há diversos outros elementos na obra que destacam-se como uma leitura do período de Comunismo de Guerra que se relacionam com a elaboração da teoria de Acumulação Primitiva Socialista.

A centralidade da argumentação teórica sobre a emissão de dinheiro pelo Estado na argumentação de Preobrazhensky vem não da própria questão monetária, mas da relação entre a produção no âmbito socializado, estatal, e a produção no âmbito privado. Ele afirma que, se uma sociedade capitalista tem seu sucesso medido pela quantidade de mercadorias produzidas, em uma sociedade em transição para o comunismo esse sucesso seria medido na quantidade de produtos produzidos – bens produzidos não para serem trocados em relação de mercado. Nessa transição, a produção de produtos cresce em prejuízo da produção de mercadorias, ocupando seu espaço.

¹⁹ “Disregarding the opinions of the intellectuals leading the cooperatives and refusing to reject the entire cooperative-apparatus because of the counter-revolutionary proclivities of these leaders, the Soviet power continuously endeavored to fuse cooperative-distribution gradually into its general system of distribution-organs”.

²⁰ “a famous dictum of Preobrazhensky, who described the printing press as “that machinegun of the Commissariat of Finance which poured fire into the rear of the bourgeois system and used the currency laws of that regime in order to destroy it”.

No campo monetário, só essa alteração na correlação entre produtos e mercadorias, ou seja, no volume da produção do setor estatal e do setor privado, já seria suficiente para levar a uma desvalorização do dinheiro, mesmo que o crescimento de sua emissão fosse interrompido. Ainda assim, ele atenta para o fato de que a manutenção da pequena produção em países com um regime proletário atrasa o declínio da massa de mercadorias e também tem um peso para o ritmo desse processo. Ele tira, então, uma conclusão que ele mesmo diz poder parecer absurda, mas que é lógica a partir desse esquema:

Se a economia socialista coexistir durante um longo período com a economia pequeno-burguesa, e se o livre mercado se mantiver por um longo período, então, durante uma parte significativa do tempo em que o mercado livre existir – se não durante todo o tempo – o Estado socialista terá uma oportunidade para adquirir uma porção dos produtos da produção pequeno burguesa através da emissão de papel-moeda que, a cada ano, adicionará um ou mais zeros a seu valor nominal (PREOBRAZHENSKY, 2014d, p. 758).²¹

Fica claro que a argumentação dele não se baseia simplesmente na emissão de papel-moeda, mas no crescimento da produção estatal.

Ao contrário, para uma sociedade construindo o socialismo, a condição para sua existência e um requisito vital na esfera da distribuição não é levantar a taxa de papel-moeda, mas aumentar P às custas de M. [Nota do tradutor: P para produto; M para mercadoria] (PREOBRAZHENSKY, 2014d, p.761).²²

Ele aponta que um dos perigos em relação a isso seria, por exemplo, que o sistema monetário entrasse em colapso antes que a produção estatal tivesse se expandido ao ponto de conseguir naturalizar o salário-mínimo do trabalhador. À medida que a produção se expande, diminuiria o papel da emissão de papel-moeda como forma de captação de recursos do Estado.

Analisando a utilização da emissão de papel-moeda enquanto uma forma de taxaço indireta, Preobrazhensky verifica o resultado sobre cada setor da sociedade soviética:

Nós chegamos à conclusão, portanto, que uma taxa indireta, imposta pelo poder soviético na forma de emissão de papel-moeda, cai sobre aqueles que têm dinheiro e sobre o campesinato, na medida em que eles são detentores de um estoque de dinheiro; sobre os trabalhadores e empregados, na medida em que eles são incapazes de realizar a parte em dinheiro de seus salários para adquirir o mínimo necessário de itens de consumo e são assim compelidos à fome; e também sobre os pequenos produtores, na

²¹ “If the socialist economy coexists over a long period with the petty-bourgeois economy, and if the free market is retained for a long time, then, for a significant part of the time in which the free market exists – if not for the whole time – the socialist state will have an opportunity to acquire a portion of the products of petty-bourgeois production through issues of paper that, each year, will add one or more zeros to their nominal value”.

²² “On the contrary, for a society building socialism, the condition for its existence and a vital requirement in the sphere of distribution is not to raise the rate of paper-money, but to increase P at the expense of C”.

medida em que eles perdem valores através da taxa que não são compensados por nenhum valor equivalente. Na análise final, os camponeses e artesãos acabam estando em uma posição melhor que os trabalhadores e empregados em termos de redução sua parte da taxa, através da luta espontânea entre todas essas classes na arena do livre mercado. (PREOBRAZHENSKY, 2014d, p.775)²³

Ele reconhece, assim, as limitações desse método de taxação, que também incide sobre os trabalhadores, que tem menor possibilidade de resistência. Além disso, Preobrazhensky não procura apontar a política partidária de emissão de dinheiro até então planejada em termos da ciência econômica. Pelo contrário, ele aponta sua espontaneidade que pode, inclusive, ter gerado vários erros.

Finalmente, Preobrazhensky faz a ligação direta dessa questão à acumulação socialista primitiva:

Em países diferentes, o proletariado vitorioso receberá uma herança diferente do capitalismo. Mas, não importa o quanto esta herança varie em dimensões e valores, não há nenhum único país em que o proletariado terá capacidade de evitar o tipo de período de construção que, na excelente expressão do camarada V. Smirnov, pode ser chamado de época da acumulação socialista primitiva. É necessário reunir e ter em conta todas as posses expropriadas da burguesia; estender a expropriação às empresas; reunir e colocar em posição a força de trabalho e líderes técnicos; restaurar o equipamento técnico, especialmente na indústria pesada mas em geral incluindo tudo que, no período burguês, era chamado de capital de produção fixo; restaurar os meios para aquisição de material; e estender as taxas naturais à toda produção de pequena escala e majoritariamente camponesa para beneficiar a economia socialista que está sendo construída (PREOBRAZHENSKY, 2014d, 786).²⁴

Embora essa não seja a única forma de acumulação socialista primitiva, a taxação indireta pela emissão de papel-moeda foi o objeto do livro em questão. Ainda assim, a determinante para o ritmo dessa emissão é afirmada como sendo o ritmo do crescimento da produção estatal. Por fim, o autor ainda destaca o fato de que, mesmo quando houver a

²³ "We come to the conclusion, therefore, that an indirect tax, imposed by the Soviet power in the form of issuing paper-money, falls on those who hold money and on the peasantry, insofar as they are holders of a stock of cash; on the workers and employees, insofar as they are unable to realize the cash-part of their wages to acquire the necessary minimum of consumer-items and are thus compelled to go hungry; and also on the small producers, insofar as they lose values through the tax that are not compensated by any equivalent value. In the final analysis, the peasants and craftsmen turn out to be in a better position than workers and employees in terms of reducing their share of the tax, through the spontaneous struggle among all these classes in the arena of the free market".

²⁴ "In different countries, the victorious proletariat will receive a different inheritance from capitalism. But, however much this inheritance may vary in dimensions and values, there is not a single country in which the proletariat will be able to avoid the kind of construction-period that, in the excellent expression of comrade V. Smirnov, can be called the epoch of primitive socialist accumulation. It is necessary to gather together and take account of all the possessions expropriated from the bourgeoisie; to extend the expropriation to the enterprises; to assemble and put in position labor-power and technical leaders; to restore the technical equipment, especially in heavy industry but generally including everything that, in the bourgeois period, was called the fixed capital of production; to restore the means for acquiring material; and to extend natural taxes to all small-scale and mainly-peasant production to the benefit of the socialist economy that is being set up".

naturalização do salário do trabalhador, é possível que se mantenha algum nível de circulação de papel-moeda.

Dessa forma, a sua defesa da emissão de papel-moeda enquanto uma forma de taxaço dos setores privados da economia não consiste em uma afirmação absoluta, sem mediações sobre sua aplicabilidade e limitações, nem sem uma ligação com uma visão de transição mais ampla, como Carr faz parecer ao limitar-se a citar um curto trecho da introdução do livro de Preobrazhensky. Ainda que ele, nessa publicação, enfatize o crescimento de uma economia não monetária, a discussão de fundo é a relação entre a esfera estatal e a privada – é a acumulação socialista primitiva.

Neste sentido, sua argumentação não é tão diferente daquela apresentada em *O ABC do Comunismo* (2014e), texto anterior a este. Lá, Preobrazhensky afirma categoricamente a impossibilidade de uma eliminação imediata do dinheiro:

Era completamente impossível eliminar o dinheiro imediatamente por que um enorme volume do comércio privado, o qual a autoridade soviética ainda não foi forte o suficiente para substituir inteiramente pela distribuição socialista, ainda está sendo praticado. Finalmente, não é benéfico eliminar o dinheiro de uma só vez na medida em que a emissão de papel-moeda substitui tributação e ajuda a sustentar o Estado proletário em circunstâncias inacreditavelmente difíceis. (p. 722)²⁵

Contudo, destaca que tal fato ocorrerá, sim, quando se atingir o comunismo. Assim, percebe-se que já em 1919 Preobrazhensky aponta a emissão de papel-moeda como uma forma de taxaço indireta do setor privado da economia.

1.2.4. Trabalho e sindicatos

Por fim, o quinto e último ponto sistematizado por Nove seria a utilização do terror e da arbitrariedade de expropriações e requisições. Há esforços para que se estabeleça uma disciplina quase militarizada, havendo controle do partido sobre os sindicatos e um extenso debate sobre o seu papel junto à gestão da economia.

Carr (1985) traz um panorama da abordagem da questão do trabalho durante o período do comunismo de guerra. Ele traça o caminho desde a primeira legislação de obrigatoriedade do trabalho em 1918, que é visto como um serviço à sociedade e não mais como uma mercadoria

²⁵ “It was all the more impossible to eliminate money immediately because an enormous volume of private trade, which the Soviet authority has not yet been strong enough to replace entirely with socialist distribution, is still being practiced. Finally, it is not beneficial to eliminate money all at once insofar as the issue of paper-money replaces taxation and helps to sustain the proletarian state in unbelievably difficult circumstances”.

como no sistema capitalista, até a defesa de uma militarização do trabalho a qual atinge seu ápice em 1920. No fim da Guerra Civil, por exemplo, o Exército Vermelho, ao invés de ser desmobilizado, foi direcionado para trabalhar com vistas a resolver a crise energética.

1.2.5. *Um debate geral*

Nove (1965) propõe em seu livro a questão sobre se o Comunismo de Guerra seria uma consequência somente das circunstâncias ou se poderia ser considerado a implementação da doutrina socialista em suas últimas consequências. Esse debate está presente na historiografia, assim como também esteve presente no próprio período revolucionário. Ele aponta um breve balanço historiográfico, onde há historiadores como Wiles, Paul Craig Roberts e Lazlo Szmuelly que interpretam o período do Comunismo de Guerra como a efetivação do socialismo. Também encontra-se esta interpretação em Hegedüs (1986).

Já outros, como Dobb, acentuariam a questão das circunstâncias como determinante de extrema importância para o desdobramento dos eventos naquele período (e, na opinião de Nove, exagerariam nesse balanço). Ainda assim, é interessante contextualizar que o próprio Dobb enuncia seu trabalho como uma resposta aos pesquisadores do ocidente que igualam o Comunismo de Guerra à implementação do ideal comunista e, portanto, dá destaque a argumentos contrários a esses. Para Nove, ambos os fatores determinaram o processo, interpretação que ele encontrou também em Silvana Malle (2002).

Está claro, contudo, que um contexto de Guerra Mundial, Guerra Civil, grandes necessidades ditadas pelo *front*, a perda de áreas vitais de indústria para os inimigos, longos períodos de escassez e fome, a diminuição da população das cidades - de 2.6 milhões em 1917 para 1.2 milhões em 1920 (NOVE, 1965, p. 60) e o bloqueio ocidental ao comércio não podem ser ignorados para a correta interpretação do período.

Além disso, a nacionalização da terra resultou em sua fragmentação em pequenas propriedades que, submetidas a um processo de requisição de produtos sem contrapartida por parte da cidade, desestimulava os camponeses a aumentarem sua produtividade. Pelo contrário, crescia o volume de terra utilizado para subsistência e reduziam-se as plantações especializadas, voltadas para a produção de matérias prima ou alimento em larga escala. A propriedade produzia menos e consumia mais.

A situação era extremamente crítica, e as revoltas camponesas, que se multiplicavam a medida em que o Exército Branco ia consolidando sua derrota, colocaram na ordem do dia a

necessidade de se repensar a organização da economia e do país como um todo. Dessas revoltas, que também incluíram uma série de greves na segunda metade dos anos 20, não se pode deixar de citar o levante de Kronstadt, simbólico por ser um local de tradicional sustentação bolchevique, onde agora ecoavam as críticas e descontentamentos demonstrados pelo campesinato. Assim, quando a guerra civil terminou no fim de 1920, como afirma Carr (1985), a tarefa não era mais apreender o excedente do campesinato, mas estimular sua produtividade.

1.2.6. A transição para a NEP e a troca de não equivalentes

Ao longo dos anos de 1926 e 1927, Preobrazhensky produziu uma série de artigos sobre os esquemas de reprodução e de equilíbrio desenvolvidos por Marx no segundo livro de *O Capital: The Problem of Economic Equilibrium Under Concrete Capitalism and in the Soviet System* (1980b) de 1926, *Economic Equilibrium Under Concrete Capitalism and in the System of the USSR* (1980c) também de 1926 e *Economic Equilibrium in the System of the USSR* (1980d) de 1927.

Nesses artigos, o revolucionário russo destrincha a forma como os esquemas de reprodução e as condições de equilíbrio se dariam para uma economia capitalista, em um nível menor de abstração do que aquele utilizado por Marx. Preobrazhensky pretende dar aos esquemas maior concretude e, para tanto, insere elementos como um terceiro setor de pequena produção não propriamente capitalista nos seus esquemas.

Após aprofundar a análise destes, ele passa a analisar as condições de equilíbrio e reprodução dentro da URSS, no terceiro artigo da sequência. Ao fazê-lo, ele traça análises sobre o período do Comunismo de Guerra, a transição para a NEP e as rupturas e continuidades entre os dois períodos.

Preobrazhensky inicia o artigo destacando o fato de que era comum na URSS de então se subestimar a influência do comunismo de guerra sobre o período que o seguiu, no caso, a NEP. Os intelectuais contemporâneos localizariam um vácuo na forma de interação entre o Estado e as esferas privadas da economia em cada um desses momentos.

Para contestar essa ideia, o autor traça algumas características básicas do Comunismo de Guerra que, como visto anteriormente, são comuns à caracterização geral trazida pela historiografia. O Comunismo de Guerra foi, para Preobrazhensky, caracterizado pela existência de uma economia dividida: de um lado a pequena produção camponesa e do outro a economia estatal. Esses dois campos não interagiam através de relações de mercado, mas sim através de

requisições e distribuição de bens industriais, o que era uma característica bastante particular. Perceber essa particularidade não impede, contudo, que Preobrazhensky reconheça a existência de um mercado ilegal, inclusive entre esses dois campos.

Sob o Comunismo de Guerra, o principal objetivo da economia não era a sua reprodução ampliada – esse objetivo não comparecia nem no setor estatal nem no setor privado. A economia se voltava para a produção de bens de consumo para o exército, em primeiro lugar, para o proletariado urbano e camponeses pobres, bem como produzir armas para a defesa da revolução. Não havia, ao longo desse período, preocupação com a depreciação da própria indústria. Para além da produção, a distribuição, cujas particularidades foram uma marca do Comunismo de Guerra, também tinha como prioridade a vitória bélica.

Como consequência desse ordenamento, a economia sob o Comunismo de Guerra tinha uma reprodução em declínio. Preobrazhensky compara esse declínio àquele da Europa Ocidental durante e depois da Primeira Guerra Mundial, mas destaca que há uma diferença: na URSS tal declínio se dá sob a égide de uma economia socialista. Não estaria sob a vigência, portanto, da lei do valor enquanto reguladora da economia. A regulação das trocas se dava em relação às necessidades da defesa, sem levar em conta equivalências - com a abolição do sistema monetário, as medidas em espécie não tinham um paralelo no mundo do valor.

Assim, Preobrazhensky traça quatro pontos básicos para a compreensão do Comunismo de Guerra:

Primeiro, existiriam só dois setores na economia: o setor da economia estatal e o setor da pequena produção (este último já tendo perdido muito da característica de mercadoria, por conta da naturalização da economia) - a produção capitalista e do comércio capitalista foram completamente eliminados.

Segundo, muito pouco do capital fixo usado durante o Comunismo de Guerra foi repostado. A consequência disso foi a erosão daquele já existente. Isso não só impedia a reprodução ampliada, mas a própria reprodução simples ou mesmo um declínio lento da produção. Houve uma paralisia do setor da indústria pesada cuja função era repor o capital fixo, visto que toda a atenção se voltava para a produção de bens de consumo, como já se disse.

Terceiro, a parte do capital constante composta por combustível e matéria prima bruta não podia se reproduzir em proporções suficientes porque regiões básicas de produção de combustíveis haviam sido perdidas. Além disso, houve uma série de bloqueios de comércio externo e a diminuição da produção camponesa interna.

As contingências do Comunismo de Guerra determinavam a impossibilidade de existência de relações de mercado durante aquele período, como é possível observar no trecho abaixo, que indica o quarto ponto:

Mesmo se trocas normais de mercado tivessem ocorrido entre a cidade e o campo, uma redução geral da produção camponesa à 50% de seu nível pré-guerra teria impedido a economia camponesa de fornecer à cidade – com base na troca – as quantidades de artigos de consumo, matérias primas industriais, e trabalho direto (transporte de cargas e assim por diante) necessitados pelo Estado durante a guerra civil. E, por outro lado, mesmo se o campo conseguisse fornecer todos esses valores através de trocas normais de mercado, então a produção estatal, considerando que o volume de sua produção estava em um mínimo enquanto o consumo improdutivo trazido pela guerra era enorme, teria sido objetivamente incapaz de substituir os bens que ela recebia do campesinato, mesmo através de trocas grosseiramente não equivalentes e mesmo com uma taxa monetária alta sobre o campo (PREOBRAZHENSKY, 1980d, p. 171).²⁶

A regra sob o Comunismo de Guerra era, portanto, de trocas não equivalentes. Essa não equivalência tinha um duplo aspecto: em primeiro lugar, a não equivalência das trocas entre a cidade e o campo, com prejuízo para o último; e, em segundo lugar, dentro do próprio campo a distribuição dos itens fornecidos era desigual, havendo uma preferência para os camponeses pobres que, na prática, não forneciam excedente extraído do campo pela cidade, mas que eram essenciais para sua extração e para a luta na guerra civil. Ainda que contrabalanceada pelas trocas ilegais, mesmo assim se mantém a ausência de equivalência.

Conforme já apontado, o crescimento da contradição entre o campo e a cidade cresceu, sendo as revoltas camponesas dos anos 1920-21 prova disso, fazendo das mudanças inevitáveis – as quais são enfim efetivadas com a NEP.

Preobrazhensky passa, então, a traçar as mudanças trazidas pela NEP. A partir de sua implementação houve uma volta do sistema de mercado, de incentivos para a produção camponesa de matéria prima, bem como um crescimento das exportações. Essas mudanças foram de duas ordens:

Primeiramente, certas mudanças foram feitas nos métodos de gerenciamento da economia estatal de modo a extrair tudo de valor das técnicas capitalistas usuais de contabilidade, cálculo e assim por diante nos primeiros estágios da construção

²⁶ “Even if normal market exchange had taken place between the city and the countryside, an overall reduction of peasant production to 50 percent of its prewar level would have prevented the peasant economy from supplying the city-on the basis of exchange-with the quantities of articles of consumption, industrial raw materials, and direct labor (freight transportation and so on) needed by the state during the Civil War. And, conversely, even if the countryside had been able to supply all these values through normal market exchange, then state production, considering that the volume of its output was at a minimum whereas nonproductive consumption brought about by the war was enormous, would have been objectively unable to replace the goods that it received from the peasantry, even though grossly nonequivalent exchange and even with a high monetary tax on the countryside”.

socialista; em outras palavras, essas foram mudanças introduzidas no interesse da economia estatal em si em um nível dado de cultura socialista
 (...) Essas mudanças na economia do campo não devem ser confundidas com aquelas que foram impostas sobre a economia estatal pela predominância da pequena produção de mercadorias no campo (PREOBRAZHENSKY, 1980d, p. 173)²⁷.

Preobrazhensky considera a volta das relações mercantis uma condição ditada pela preponderância da produção em pequena propriedade na economia da URSS e pela relativa fraqueza do setor estatal – e esta fraqueza não é só material, mas também cultural. Disso decorreria que ambos os setores estariam em permanente conflito, havendo uma guerra para controlar, e eventualmente subjugar, as tendências do desenvolvimento capitalista.

É então que ele entra nas condições de equilíbrio de uma economia socialista, as quais diferem das condições de equilíbrio no mundo capitalista. Se quem dita essas condições no capitalismo é a lei do valor, no socialismo o equilíbrio se obteria a partir do enfrentamento entre a lei do valor e a lei da acumulação socialista primitiva.

Sob o socialismo na sua etapa de acumulação socialista primitiva e quando a base tecnológica está sendo respondida, os preços divergiriam dos valores como uma regra – Preobrazhensky faz essa afirmação no sentido de que os valores não atuariam nem mesmo como referencial último em torno do qual os preços oscilariam, dado que a sua regulação não seria pautada pela lei do valor, mas justamente pela lei de acumulação socialista primitiva. Não há equivalência em relação ao mercado mundial, até por que a produção da URSS na época não aguentaria isso, assim como as trocas de não equivalentes também dentro do país se mantêm.

Com a NEP, ou como Preobrazhensky a chama de “período de acumulação socialista primitiva”, o desenvolvimento das forças produtivas tanto no setor estatal, quanto no privado, não só permitiu, como demandou um mercado como forma de mediação das trocas. Isso foi importante, inclusive, para garantir as condições de existência e desenvolvimento do setor estatal.

Assim, Preobrazhensky reconhece as diferenças entre o Comunismo de Guerra e o período da NEP: o reestabelecimento da ligação entre os setores estatal e privado através do mercado e o reaparecimento do setor capitalista. Contudo, há uma continuidade entre a NEP e

²⁷ “First, certain changes were made in the methods of managing the state economy in order to squeeze everything of value from the usual capitalist techniques of accounting, calculation, and so on in the first stages of socialist construction; in other words, these were changes introduced in the interests of the state economy itself at a given level of socialist culture
 (...)

These changes in the country's economy must not be confused with those that were imposed upon the state economy by the predominance of petty commodity production in the country”.

o Comunismo de Guerra: a não equivalência das trocas – tanto em relação ao mercado mundial quanto em relação ao trabalho necessário. Obviamente, o nível dessa não equivalência diminuiu, mas ela ainda se mantém presente. Preobrazhensky, então, critica aqueles que não observam essa continuidade, e situam a NEP unicamente como uma ruptura com o sistema do Comunismo de Guerra.

Aqui, fica claro que Preobrazhensky caracteriza uma continuidade existente entre o Comunismo de Guerra e a NEP, a qual consiste na permanência das trocas de não equivalentes.

1.3. Panorama sobre a NEP

Como apontado no fim do item sobre o Comunismo de Guerra, a situação em 1920 era crítica em termos de insatisfação, explodindo no formato de revoltas dos camponeses mais fortemente, mas também presente nas cidades. A forma de organização do Comunismo de Guerra se mostrava incapaz de contornar a situação e uma nova política deveria ser iniciada.

É neste contexto em que foi implementada a NEP, a Nova Política Econômica. Será feito agora o levantamento de suas principais características, bem como seus efeitos para as esferas da agricultura, indústria, vida dos trabalhadores e finanças. A partir do reconhecimento da NEP, assim, será possível passar às observações de Preobrazhensky sobre o tema, traçando a forma como sua teoria da Acumulação Socialista Primitiva se forma e se aplica à análise desse período.

Para sistematizar as posições de Preobrazhensky sobre a NEP serão utilizadas cinco fontes principais: primeiramente, o livro *From NEP to Socialism* (1973) de 1921, e em seguida os artigos: As perspectivas da Nova Política Econômica (1987) também de 1921, *The Economic Policy of the Proletariat in a Peasant Country* (1980a) de 1922, *Economic Notes I. On the Goods Famine* (1980e) de 1925 e *Economic Notes II* (1980f) de 1926. A leitura desses textos procurará levantar os principais pontos discutidos para o autor, bem como suas implicações para a formação de sua teoria da Acumulação Socialista Primitiva.

A Nova Política Econômica se iniciou com a mudança do tratamento do campesinato. Em 7 de março de 1921 foi aprovada a substituição do sistema de requisição de grãos dos camponeses por um imposto em espécie. Para apreciar até que ponto essa mudança interferiu na realidade do Comunismo de Guerra, é interessante retomar um texto de Lênin que fala sobre a medida em 1922.

Na obra “Sobre o imposto em espécie. O significado da nova política econômica e suas condições” (1987), publicado originalmente em maio de 1922 como um folheto, Lênin fala sobre as características da economia russa da época, respondendo a críticas e traçando a justificativa para a existência do imposto em espécie naquele momento. Ao tratar dessa temática, o autor afirma a centralidade dos camponeses no processo revolucionário: sua importância reside no aumento da produção e colheita de trigo, no abastecimento e no transporte de combustível. O incentivo a essas atividades só poderia se dar através da melhora na situação dos camponeses, elevando suas forças produtivas.

Para tanto, foi proposta uma mudança na política de abastecimento, através da substituição do sistema de confisco pelo imposto em espécie. Essa substituição está diretamente vinculada à liberdade de comércio, após o pagamento do imposto, ao menos no nível do comércio local.

O imposto em espécie é uma das formas de transição do peculiar “comunismo de guerra” - determinado pela extrema miséria, pela ruína, pela guerra – para uma justa troca socialista de produtos. E esta última é, por sua vez, uma das formas de transição do socialismo ao comunismo, com as particularidades originadas pelo predomínio dos pequenos camponeses entre a população (LENIN, 1987, p.156).

Assim, constata-se que a substituição da requisição pelo imposto em espécie não significa somente uma mudança na forma de se obter o excedente do campesinato. A legislação aprovada também determinava a redução do nível desse imposto quando comparado às requisições executadas no ano anterior, bem como um incentivo ao crescimento da produção, visto que o percentual do imposto diminuía à medida que a produção aumentava.

Por fim, aumentou-se a liberdade do produtor para o uso de seu excedente acima do imposto; esse excedente poderia ser vendido no comércio local (o que logo o extrapolou para além), desde que garantido o pagamento do imposto. A cobrança deste passou a ser feita de forma individualizada, e não mais coletivamente através das cooperativas ou outros mecanismos vigentes durante o Comunismo de Guerra. Além disso, se estabeleceu um fundo estatal que deveria fornecer bens de consumo e equipamento agrícola não mais para a parte mais pobre da população, mas para aqueles que dispusessem de um excedente pelo qual trocá-los. No mercado, as vendas eram feitas por cooperativas, mas também individualmente.

Preobrazhensky considera que a NEP não teria consistido em mero desvio tático do caminho ao socialismo, justificada pelo desenvolvimento do socialismo em um só país a que a URSS havia sido submetida até aquele momento pela ausência de uma revolução mundial.

O autor constrói a suposição de que, em havendo uma revolução na Alemanha, por exemplo, alguns pontos essenciais da NEP se manteriam. Isso se daria pela peculiaridade da implementação de uma política econômica do proletariado em um país predominantemente camponês. Assim, haveria um nível de medidas da NEP que corresponderiam a essa contingência do isolamento, mas outro determinado pelas características encontradas na economia da Rússia no período da revolução (PREOBRAZHENSKY, 1980a, p. 20).

Preobrazhensky retoma a definição do comunismo de guerra e a forma como se dava a relação com os camponeses então. Havia empréstimos em espécie compulsórios, já que o Estado não conseguia pagar os camponeses com produtos industriais. O autor retoma os elementos que justificam a insatisfação dos camponeses nesse contexto: por um lado, eles não recebem enquanto classe o equivalente de produtos que fornecem, por outro, há uma ausência completa de incentivo à expansão da produção também relacionada à distribuição igualitarista dos bens de consumo industriais.

O período do Comunismo de Guerra nos convenceu que tal sistema de distribuição equalizada não beneficia nem mesmo os trabalhadores, ou seja, a classe que teria que executar a socialização (ver abaixo). O que então poderia se pedir da massa de pequenos produtores independentes? (PREOBRAZHENSKY, 1980a, p. 21)²⁸

O fim do comunismo de guerra traz para o Estado Soviético as seguintes tarefas, segundo Preobrazhensky:

(1) como aumentar a produção da indústria de larga escala com base em um sistema de distribuição que, dado o presente nível de cultura e consciência socialista da classe trabalhadora, garanta a máxima produtividade do trabalho;

(2) como aumentar a produção agrícola do país, usando as forças motrizes da própria pequena produção, e ao mesmo tempo ganhar controle sobre a pequena produção da forma que o capital sempre fez, a saber através do comércio e crédito; e

(3) como avançar para a próxima etapa, quando a base tecnológica da pequena produção camponesa deve ser transformada. (PREOBRAZHENSKY, 1980a, p.22).²⁹

²⁸ “The period of War Communism convinced us that such a system of equalizing distribution does not even benefit the workers, that is, the class that would have to carry out socialization (see below). What then could one ask of the mass of independent petty producers?”

²⁹ “(1) how to increase the output of large-scale industry on the basis of a system of distribution that, given the present level of culture and socialist consciousness of the working class, will ensure maximum productivity of labor;

(2) how to increase the country's agricultural output, using the motive forces of petty production itself, and at the same time gain control over petty production in the way that capital has always done so, namely through trade and credit; and

(3) how to move on to the next stage, when the technological base of petty peasant production must be transformed.”

Ele reconhece a necessidade de aumento da produção e da produtividade e nesse sentido não se opõe à NEP como um todo. No livro *From NEP to Socialism* (1973), uma ficção especulativa traçando como um historiador do futuro narraria o processo de passagem do período da NEP ao período socialista na URSS, o tom geral dado à NEP é positivo. Ainda que não seja um livro de teoria, nem tampouco de análise da realidade concreta, mas de construção de hipóteses, estas revelam muito das defesas do autor no campo do desenvolvimento econômico soviético, bem como aquilo que ele via como tendências de desenvolvimento.

Assim, ao retratar a NEP de uma forma positiva, ele destaca o seu não completo desacordo com a política. Contudo, o centro de sua apreciação da NEP diz respeito não a como incentivar os camponeses a produzir, meramente, mas incentivar a produção estatal e a produção socialista em geral (PREOBRAZHENSKY, 1980a).

Segundo Carr (1985), a NEP não demandava tanto a criação de novas instituições, mas sim a transformação daquelas existentes de instrumentos de compulsão em instrumentos da nova política de incentivar a iniciativa individual dos camponeses. Por mais que os incentivos aos camponeses tenham de fato obtido resultados para o desenvolvimento da agricultura, eles não conseguiram evitar a grande fome de 1921, visto terem sido implementados após o período de semeadura que, então, manteve a característica de uma restrição de área cultivada que se desenvolveu durante o Comunismo de Guerra. Somou-se a isso um segundo ano de seca, o que culminou em uma péssima colheita.

Em 1920 a colheita foi 54% da média entre 1910 e 1913, atingindo 43% em 1921 (NOVE, 1965, p.81). A calamidade era tão grande que foi formado um comitê não partidário de ajuda aos famintos, o qual incluía anti-bolcheviques, e foi recebida ajuda monetária dos Estados Unidos. Os camponeses cuja produção mais sofreu nesse processo foram isentos do imposto naquele ano. Carr (1985) afirma ser impossível precisar as mortes decorrentes da grande fome de 1921.

No fim de 1921 é, portanto, anunciada uma campanha agrícola para 1922. São dados incentivos individuais e coletivos para a produtividade, tanto na forma de dinheiro quanto de condecorações. Houve uma diminuição do imposto em espécie para 10% da produção do camponês, bem como se proibiu a apreensão de gado como forma de punição por não pagamento de imposto.

Preobrazhensky, em “Da NEP ao Socialismo”, aponta para um hipotético crescimento da agricultura russa a partir de 1922, graças a mudanças como o aumento da área semeada e dos animais disponíveis, os quais, contudo, não alterariam a estrutura da pequena agricultura.

No caso realmente ocorrido visualiza-se um fenômeno semelhante, em que houve um incentivo à produção sem, contudo, romper com a forma da pequena produção agrícola.

Desta forma, a NEP revertia o básico da relação entre o Estado e o camponês vigente durante o Comunismo de Guerra, abrindo um espaço para a liberdade de decisão sobre o cultivo da terra para o camponês, bem como uma maior sensação de segurança da ocupação da terra, a qual era ausente pela instabilidade da guerra civil e das ações de requisição dos bolcheviques até então.

Em maio de 1922 foi aprovada a Lei Fundamental de Exploração da Terra pelos Trabalhadores, a qual permitia o arrendamento de terra e o trabalho assalariado no campo. É um marco para o fim das tendências igualitaristas do Comunismo de Guerra. Essa visão sobre a produção agrícola não se restringia à produção individual, mas se estendia também às fazendas coletivas do estado, que eram vistas como um arrendamento da terra para a instituição que a explorava - um *sovkhov*, por exemplo - e que pagava seus impostos para o Estado.

Essa política não foi já desde o seu início isenta de críticas. Se os debates da década de 20 sobre a NEP, e a forma como se desdobram para uma discussão sobre a transição em geral, serão tratados no próximo capítulo, é importante notar dois pontos levantados por Carr (1985) de críticas já presentes sobre a NEP em 1921.

O primeiro deles consiste na crítica sobre o seu efeito sobre a estrutura social do campesinato, e o segundo sobre as condições de vida na cidade. Será abordado brevemente o primeiro ponto, ligando-o com a produção de Preobrazhensky.

Em 1922, Preobrazhensky fez uma série de teses que tratavam da questão agrária, criticando o espaço dado aos *kulaks* e defendendo o desenvolvimento dos *sovkhovy*, as quais foram rejeitadas por Lênin como inadequadas.

O autor, em seu texto *As Perspectivas da Nova Política Econômica* (1987), segue a tônica dos debates já apresentados aqui, ao discutir a forma como deveriam se relacionar o espaço de desenvolvimento capitalista privado e aquele de Estado. Já estão presentes aqui alguns elementos que compõem sua teoria da acumulação socialista primitiva.

O autor verifica a existência, na Rússia soviética, de duas leis naturais coexistentes, as quais historicamente se sucedem, mas ali existem simultâneas: (i) a lei natural de desenvolvimento da pequena produção mercantil, a qual se desdobra em relações capitalistas de produção; e (ii) a lei natural do desenvolvimento da sociedade socialista, a partir fundamentalmente do desenvolvimento da grande indústria. O reconhecimento da existência de duas leis em conflito no período de transição entre o capitalismo e o socialismo é apontado como um elemento importante por Marcelo Carcanholo (2018), que considera a

impossibilidade de se ter uma ruptura total nos reguladores da economia, sendo necessário ver a forma como há continuidades do sistema capitalista e a forma como elas entrariam em conflito e disputariam espaço com uma nova organização econômica e social.

A afirmação da existência de duas leis e a sua separação metodológica para análise também é apontada por Balanço (1996) enquanto um traço distintivo do pensamento de Preobrazhensky. O reconhecimento da existência de ambas as leis é a base para a caracterização de Preobrazhensky da economia soviética enquanto uma economia socialista mercantil e sua recusa do termo ‘capitalismo de Estado’, já que:

O capitalismo que existia na Rússia então, e que cresceu majoritariamente sobre o solo dado pelo comércio privado, era muito pouco “de Estado” em seu caráter, e o Estado não tinha nada em comum com o capitalismo, já que era uma organização do proletariado para esmagar o capitalismo (PREOBRAZHENSKY, 1973).³⁰

Ao constatar tal realidade, Preobrazhensky constrói hipóteses de qual seria o cenário caso (i) somente as relações capitalistas de produção se desenvolvessem, caso (ii) somente as relações socialistas se desenvolvessem e, por fim, caso (iii) as duas se dessem de forma articulada. O autor chega à conclusão de que é a partir dessa terceira fórmula, representada pela NEP, que esse desenvolvimento pode se dar de forma melhor. Isso não quer dizer que se ignore a existência de conflitos. Pelo contrário, se destaca que o desenvolvimento dessas formas levaria, necessariamente, a um conflito, o qual seria mais profundo de acordo com o grau de maturidade dessas relações. Esse conflito se desenvolveria ao ponto de que uma delas deveria ceder lugar a outra.

Preobrazhensky aponta o campo como o local onde essas contradições amadureceriam mais rapidamente, por conta das medidas tomadas pela NEP. Frente a esse conflito, ele aponta o papel do Estado soviético enquanto criador de uma base econômica para os camponeses pobres a qual garantiria a exploração coletiva do campo.

Sobre este tema também há referências em “Da NEP ao Socialismo”, quando Preobrazhensky descreve a maneira como ele supunha que teriam evoluído as formas coletivas de produção no campo nas fronteiras da URSS, a partir de organizações voluntárias dos indivíduos em questão. Mais uma vez o autor coloca a necessidade de convencimento do campesinato para a passagem à agricultura coletiva e não a sua imposição coercitiva. Isso é interessante, ainda, para reconhecer a importância que ele dá a esta dimensão da transformação

³⁰ “The capitalism which then existed in Russia, and which grew up mainly on the soil provided by private trade, was very little ‘state’ in character, and the state had nothing in common with capitalism, as it was an organization of the proletariat for smashing capitalism”.

subjetiva do campesinato que, se ainda teria muito em que avançar, já teria sofrido um forte impacto advindo do processo revolucionário: “a guerra mundial, a revolução e a guerra civil jogaram milhões de pessoas para lá e para cá, ampliando seus horizontes e mudando radicalmente a psicologia estagnada e conservadora do camponês russo” (PREOBRAZHENSKY, 1973).³¹

Preobrazhensky, então, resume as tarefas a serem cumpridas da seguinte forma:

Visto que as principais forças da contrarrevolução se concentram, durante este período, no campo, é preciso organizar o campesinato pobre enquanto contrapeso aos *kulaks*. No domínio da grande indústria é necessário dar início o mais rápido possível ao ressurgimento dos ramos mais importantes, e é preciso que o ritmo elevado da indústria não nacionalizada seja rapidamente superado pelo da indústria nacionalizada. Finalmente, é preciso reforçar o aparelho estatal e utilizá-lo ao máximo, em todos os campos, como, por exemplo, no da informação, para preparar o quanto antes, em todas as inevitáveis lutas de classes futuras, as garantias para a vitória (PREOBRAZHENSKY, 1987, p.252).

A segunda crítica se baseava no efeito da NEP não sobre o campo, mas sobre a cidade. A concessão aos camponeses estaria custando condições de vida ao trabalhador industrial, que logo perdeu a garantia das rações e viu o crescimento do desemprego. O impulso econômico que a NEP tem em seus primeiros anos, contudo, não dava espaço para que essas críticas ganhassem muita força.

Há, além disso, um incentivo à cooperação como uma forma de persuasão do camponês para formas mais coletivas de organização. Essa defesa é feita por Lênin, e ele afirma que se, por um lado, a cooperação de pequenos produtores de mercadorias gera inevitavelmente relações capitalistas, pequeno-burguesas, por outro lado ela desenvolve a pequena economia para uma posterior transição ao socialismo. Nesse sentido, quando apontou que é consequência da permissão para o livre comércio o desenvolvimento do comércio capitalista privado, Lênin (1987) destaca a importância de incentivar que esse livre comércio se volte para formas cooperativas.

Em 1922 ocorre a melhor colheita desde a revolução de 1917, devido tanto aos incentivos da NEP quanto às condições climáticas mais favoráveis. Contudo, há um crescimento também do consumo camponês, e este aumento não acaba com a escassez de alimentos no país como um todo. Dessa forma, há uma queda relativa dos preços dos bens industriais em comparação aos (escassos) gêneros alimentícios (NOVE, 1969). Essa situação se agrava pelo contexto da indústria naquele momento e dos efeitos da NEP sobre ela.

³¹ “The world war, the revolution and the civil war had thrown millions of people this way and that, widening their horizons and radically changing the stagnant, conservative psychology of the Russian peasant.”

A NEP era uma política para o campo – e para o comércio interno por decorrência - mas não para a indústria. O congresso que a deliberou nem ao menos debateu a questão industrial. Contudo, a decorrência da priorização da relação com o campesinato, determinava a necessidade de produção de bens de consumo que pudessem ser com eles trocados. Assim, a linha determinada para a indústria que se desdobraria seria um investimento na indústria de bens de consumo em detrimento da indústria pesada.

...destruição foi tão longe que nós não podemos de uma só vez restaurar a larga escala, fábrica, estado, produção socialista... isso significa que é indispensável em certa medida ajudar a restauração da pequena industrial que não requer máquinas, não quer nem matérias primas, combustível e comida estatais ou em grandes estoques e que possa dar alguma ajuda imediatamente à economia camponesa e elevar seus poderes produtivos. (LENIN, *apud* CARR, 1985, p. 297)³²

Dois decretos em 1921 implementaram essa linha sobre a legislação: um deles determinava que fossem tomadas as medidas necessárias para o desenvolvimento da indústria rural e pequena e o segundo deles cancelava os decretos que limitavam a ação das cooperativas e acabava com o decreto de 1920 de nacionalização de todas as empresas industriais. Em maio de 1921, iniciou-se o arrendamento de indústrias que já tinham sido nacionalizadas, mas que o estado não conseguia administrar lucrativamente.

Ainda assim, é importante destacar que o Estado manteve as esferas centrais da economia sob seu domínio, como o sistema bancário, o comércio exterior e a indústria pesada – ainda quem com pouco investimento.

Kamenev afirmou, no décimo Congresso Pan-Russo dos Sovietes em dezembro de 1922, que a indústria estatal, incluindo o transporte, empregava 3.000.000 de trabalhadores, contra 70.000 empregados em indústrias privadas e arrendadas. Um censo de 165.000 chamadas empresas indústrias feito em março de 1923 mostrou que 88,5% delas eram de propriedade privada ou arrendadas a pessoas privadas, empresas gerenciadas pelo Estado eram 8,5% e empresas cooperativas eram 3%. Mas 84,5% de todos os trabalhadores industriais eram empregados nas empresas estatais, as quais empregavam uma média de 155 trabalhadores cada, enquanto as empresas cooperativas empregavam em média 15 trabalhadores contratados cada e empresas de gerenciamento privado somente 2. (CARR, 1985, p.302)³³

³² “...destruction have gone so far that we cannot at once restore large-scale, factory, state, socialist production . . . that means that it is indispensable in a certain measure to help the restoration of small industry which does not require machines, does not require either state-owned or large stocks of raw material, fuel and food, and can immediately render some aid to the peasant economy and raise its productive powers.”

³³ “Kamenev stated, at the tenth All-Russian Congress of Soviets in December 1922, that state industry, including transport, employed 3,000,000 workers, as against 70,000 employed in private and leased industries. A census of 165,000 so-called industrial enterprises taken in March 1923 showed that 88·5 per cent of them were in private ownership or leased to private persons, state-run enterprises accounting for only 8·5 per cent and cooperative enterprises for 3 per cent. But 84·5 per cent of all industrial workers were employed in the state enterprises, which

É possível observar, assim, que a proporção que essas empresas privadas ocupavam na produção era pequena. Portanto, a parte mais importante da nova política era não o reconhecimento da propriedade ou administração privada das pequenas indústrias, mas a postura em relação à administração da indústria nacionalizada de larga escala.

Foi determinado que a indústria de larga escala deveria ser conduzida sob os princípios do mercado (*khozrchet*). Nesse sentido, a organização da indústria sofreu uma centralização, através da concentração das empresas de um mesmo ramo em trustes, ao mesmo tempo em que também uma descentralização, através do estabelecimento de sua independência frente ao VSNKH. Essa separação da gestão da indústria estatal do Estado e sua gestão a partir do critério da lucratividade tem consequências para as condições de trabalho. As empresas passam a ser diretamente responsáveis pela manutenção dos trabalhadores empregados por elas através do pagamento de salários (em dinheiro ou espécie).

A trustificação da indústria avançou até o ponto de que, em agosto de 1922, haviam 421 trustes. Um decreto de 1923 os definia assim:

Os trustes estatais [afirmava o artigo 1 do decreto] são empresas industriais estatais, para as quais o Estado concede independência para a condução de suas operações de acordo com o estatuto colocado para cada empresa, e o qual opera sobre os princípios da contabilidade comercial com o objetivo de ganhar lucro. (CARR, 1985, p. 309)³⁴

Voltemos, então, à crise dos preços industriais de 1921-22. Conforme foi dito, iniciou-se uma desproporção entre os preços do campo e da cidade, favoravelmente para aquele. A competição entre os trustes, que funcionam pela lógica de mercado e eram então independentes da centralização mais estrita do VSNKH, aprofunda essa situação. Isso significou uma crescente dificuldade para cobrir os custos, com consequência de demissões e o decorrente aumento do desemprego.

Nos artigos *Economic Notes I* e *Economic Notes II*, Preobrazhensky aborda a questão da “fome de bens” - a desproporção entre indústria e agricultura em 1921. Uma definição simples dada pelo autor para a “fome de bens” é a de um excesso de demanda efetiva em relação à oferta. Contudo, ele considera que isso não era um evento sazonal e que, portanto, dever-se-ia observar as características mais gerais da economia soviética para realmente entendê-lo.

employed an average of 155 workers each, while the cooperative enterprises employed on an average 15 hired workers each and privately run enterprises only 2”.

³⁴ “State trusts [ran article 1 of the decree] are state industrial enterprises, to which the state accords independence in the conduct of their operations in accordance with the statute laid down for each enterprise, and which operate on principles of commercial accounting with the object of earning a profit”.

No momento em que ele escreve os artigos – entre 1925 e 26 – a proporção entre produção agrária e industrial teria alcançado os patamares do pré-guerra. Contudo, ele considera que essa descrição seria insuficiente para de fato compreender o fenômeno.

No pré-guerra havia uma parte da produção rural que era vendida compulsoriamente e pela qual os camponeses não recebiam um retorno equivalente, taxas locais e centrais as quais eram menores então proporcionalmente, bem como os gastos com pagamento do aluguel da terra – que não mais existia no pós-revolução. Por fim, os camponeses também tinham de pagar a usura dos *kulaks*, senhores de terra, clero e etc. Assim, no momento em que escreve, Preobrazhensky considera que o camponês tem uma liberdade maior com que dispor da sua produção, em termos de ritmo e forma. A consequência disso é o aumento da demanda efetiva dos camponeses: "manter o equilíbrio entre a parte mercantilizada da produção industrial e agrícola nas proporções pré-guerra ano passado e este ano significa perturbar agudamente o equilíbrio entre a demanda efetiva do campo e a produção de mercadorias da cidade" (PREOBRAZHENSKY, 1980e, p. 36).³⁵

Ou seja, a fome de bens seria o resultado da alteração positiva do orçamento do camponês depois da revolução de outubro. A desproporção, contudo, não se encerraria na questão camponesa, também tendo sua contrapartida da parte dos trabalhadores. Seus salários após a revolução estariam cada vez menos submetidos à lei do valor bem como teriam uma quantidade de impostos menor incidindo sobre eles do que no período pré-guerra. Isso significa, mais uma vez, uma tendência a um aumento da demanda de consumo da parte da classe trabalhadora em comparação com o pré-guerra.

Tudo isso deve levar a uma expansão de nosso mercado doméstico de produtos industriais. A significação deste aumento da demanda dos trabalhadores e camponeses como um estímulo para o ritmo da reprodução ampliada na indústria diferente da taxa pré-guerra não é, do ponto de vista da nossa economia nacional, atualmente o resultado de um nível diferente de desenvolvimento da economia como um todo; ao invés disso, é o resultado de um sistema de distribuição da renda nacional diferente e da mudança no equilíbrio de pagamentos com os países estrangeiros. O Estado toma menos para propósitos não produtivos; menos vai para as classes não produtivas, especialmente aquelas que desperdiçam fundos no exterior ou na importação de bens de consumo; nada vai para pagar dívidas estrangeiras e nada como lucro para o capital estrangeiro investido em nossa indústria. Se nós somarmos todos os valores que listamos, menos o crescente consumo em forma natural, então nós teremos a quantidade total de demanda doméstica efetiva extra que resultou de outubro. (PREOBRAZHENSKY, 1980e, p. 38)³⁶

³⁵ "Maintaining the equilibrium between the marketed share of industrial and agricultural output at prewar proportions last year and this year means sharply upsetting the equilibrium between the effective demand of the countryside and the commodity output of the town".

³⁶ "All this must lead to an expansion of our domestic market for industrial products. The significance of this rise in worker-peasant demand as a stimulus to the pace of expanded reproduction in industry quite different from the prewar rate is not, from the standpoint of our national economy, currently the result of a different degree of

Soma-se se a isso a eliminação da importação de capitais pelo bloqueio ao qual a URSS foi submetida, o que significa um incremento ainda maior dessa desproporção.

Frente a isso, Preobrazhensky considera a taxa de crescimento da indústria, da acumulação ampliada, insuficiente em relação ao mercado doméstico adicional criado pela revolução de outubro em um contexto onde as importações cessaram. Assim, quanto mais se aproximam dos níveis pré-guerra de produção, mais essas contradições se agudizariam, aprofundadas também pela impressão de papel-moeda em demasido.

Nós temos que reconhecer três coisas: (1) a expansão projetada da indústria é insuficiente; (2) as alocações orçamentárias para a indústria são insuficientes – e, eu me aventuraria a dizer, desgraçadamente pequenas para um Estado socialista; e (3) o plano financeiro para renovar o capital fixo e especialmente o plano financeiro para a construção de novas plantas é insuficiente e está retardando o desenvolvimento de toda a economia nacional. (PREOBRAZHENSKY, 1980e, p. 40).³⁷

A consequência disso é que, como os preços do setor estatal são tabelados, a busca pelo equilíbrio através do aumento dos preços, dado o aumento do dinheiro em circulação, só pode se dar no setor privado. Desta forma se garante um monopólio do setor privado sobre o aumento dos preços. Isso é sinônimo de um desequilíbrio entre os pagamentos entre o estado e a esfera privada em favor da economia privada. Isso prejudicaria não só a economia estatal, mas também seus trabalhadores, visto que os aumentos dos salários previstos mal conseguiriam manter o salário real.

Frente a isso, ele defende a tomada de medidas com vistas a questões imediatas e de longo prazo. No campo das imediatas, ele defende que se faça a economia estatal se recuperar de todas as perdas que sofreu devido à depreciação da moeda, que se aumente os impostos sobre a economia privada e que se aumentem os preços dos produtos do setor estatal que estejam em menor oferta e que consigam arrancar maior lucro do setor privado.

As propostas de longo prazo incluíam atingir um nível de acumulação da indústria estatal que garantisse o equilíbrio dentro do sistema econômico inteiro, uma política de preços

development of the entire economy; rather, it is the result of a different system of distribution of the national income and of the change in the balance of payments with foreign countries. The state takes less for nonproductive purposes; less goes to nonproductive classes, especially those who squander funds abroad or on imports of consumer goods; nothing goes to pay foreign debts and nothing as profit to foreign capital invested in our industry. If we add up all the sums we have listed, minus the growing consumption in natural form, then we get the total amount of extra effective domestic demand that has resulted from October”.

³⁷ “We have to recognize three things: (1) the projected expansion of industry is insufficient; (2) the budget allocations for industry are insufficient- and, I would venture to say, downright disgracefully small for a socialist state; and (3) the financial plan for renewing fixed capital, and especially the financial plan for new plant construction, is insufficient and is retarding the development of the entire national economy”.

dos trustes que garantisse a acumulação socialista, um aumento nos impostos - principalmente para os elementos ricos do campo, e um plano de importação que garantisse à indústria todo equipamento e matérias primas necessários à produção naquele ano. Sua conclusão final é a impossibilidade de que se mantenha uma prioridade sobre a indústria leve.

Em reação à queda relativa dos preços dos bens industriais, os trustes começaram a se unir em sindicatos que articulavam entre si sua intervenção no mercado. Isso aumentou o poder de barganha da indústria e ajudou a estabilizar os preços em 1922. A partir disso, com a organização da indústria e a boa safra, os preços ganham uma nova desproporção, agora com vantagem para a indústria. Essa nova desproporção ficou conhecida como a crise das tesouras de 1923.

A crise das tesouras se relaciona com o fato de que a agricultura se recuperou muito mais rapidamente do que a indústria do Comunismo de Guerra. Em 1921, a agricultura já atingia 60% da produção de 1913, ao passo que, no fim de 1922, a produção da indústria pesada consistia em 26% do pré-guerra. A isso se somaram os já citados sindicatos de trustes e o fato de que a indústria estatal era ineficiente, operando muito abaixo de sua capacidade. Sua produtividade se encontrava muito abaixo do pré-guerra. A distribuição de sua produção ainda era ineficiente e custosa.

Além disso, havia formas de manter o preço dos produtos agrícolas mais baixos. O fato de que o governo era o principal comprador de trigo fazia com que ele tivesse uma força para a manutenção dos preços mais baixos deste produto. Soma-se a isso o fato de que os camponeses sofriam mais com a corrida inflacionária, visto que muitas vezes o tempo de deslocamento até a cidade para a compra de bens de consumo era o tempo de desvalorização considerável de seu dinheiro. Tudo isso conflui para que os preços industriais estivessem acima dos preços de 1913, enquanto os agrícolas se encontravam abaixo.

Para diminuir essa disparidade, uma série de medidas foram tomadas, dentre elas decretos controlando os preços industriais, a diminuição do pessoal excedente na indústria e no comércio e a diminuição do crédito ao setor estatal. Isso faz com que na virada de 1923 para 1924 o preço dos produtos industriais caísse em 23% (DOBB, 1948).

A volta do livre mercado sob a NEP também significou a existência de um mercado de trabalho, com o fim da mobilização compulsória para o trabalho - uma das marcas do Comunismo de Guerra. A aplicação do *khozraschet* demanda a volta da economia monetária, incompatível com um sistema de rações gratuitas ou do trabalho como um serviço social dado ao Estado pelo cidadão. A partir de então, crescem as formas salariais ligadas à produtividade, dando fim às tendências igualitaristas na indústria.

Em 1921, não há mais distribuição gratuita de rações – a distribuição da comida para os trabalhadores é feita a preço de mercado e é posteriormente descontada do salário do trabalhador. O pagamento em dinheiro foi introduzido aos poucos, pois de início a instabilidade da moeda o fazia muito impopular. A contratação do trabalho se dava na relação entre o empregador e o trabalhador, ou através do sindicato, sem a mediação do Estado.

Tratando da questão da remuneração do trabalhador, Preobrazhensky afirma que o nível de cultura e consciência da classe naquele momento não permitiam equalizar o sistema de distribuição dentro do setor estatal. Cresceram, já antes da NEP, mas de forma mais acelerada durante ela, mecanismos como o salário por peça, que buscava incentivar a produtividade. Chegou-se ao ponto de, sob a NEP, o trabalhador ser pago como no capitalismo - quanto mais se produz, mais se recebe.

Ainda assim, Preobrazhensky não reduz a NEP a sinônimo de uma gerência capitalista do trabalho. Segundo ele, ainda haveria avanços, como uma distribuição mais ou menos planejada do fundo de salários dos trabalhadores e funcionários estatais e alguns elementos de coletivismo. Aqui entra como exemplo a existência de pagamentos coletivos, ao invés dos individuais. Essas formas coletivas de pagamento são uma evolução da forma de remuneração sob o capitalismo, quando o pagamento é individual e por vezes lhe é somada uma parte dos lucros da empresa. O que ocorre é a criação das condições para que se possa sair do pagamento individual em direção ao pagamento coletivo.

Para Preobrazhensky, o momento em que a maioria dos trabalhadores fizeram a transição entre incentivos individuais para os coletivos ao trabalho não seria menos importante que o momento de socialização dos instrumentos de produção. Ele considera que os incentivos individuais seriam inadequados à produção socialista e que, portanto, seria característico do período da ditadura do proletariado o desenvolvimento dos salários coletivos.

Quando trata da questão salarial em “Da NEP ao Socialismo” (1973), Preobrazhensky revela mais uma vez a importância da educação no processo de transformação das relações capitalistas em direção ao socialismo – uma maior qualificação dos trabalhadores em geral, por exemplo, caminharia para uma maior equiparação salarial.

Outro elemento que não pertence diretamente à esfera da produção, mas poderia ter um impacto sobre a política de salários é a política de assistência às crianças, visto que, em havendo garantias estatais para a criação das crianças, diminui a desigualdade entre indivíduos com e sem filhos que recebam um mesmo salário. Ele também afirma a importância de uma alteração não somente material do salário – de individual a coletivo - mas também psicológica, ou seja, que os trabalhadores passem a pensar a partir de uma lógica coletiva.

O principal problema social relacionado ao trabalho no período foi o desemprego – o qual tem um impacto especial no que diz respeito às mulheres (GOLDMAN, 1993). Ele se tornava um problema social nas cidades após o fim do Comunismo de Guerra pois, diferentemente daquele período quando as péssimas condições de vida levaram grandes contingentes populacionais a procurar refúgio no campo, a grande fome de 1921 impedia essa saída.

Com as relações de mercado imperando, alterou-se também o papel dos sindicatos. Se durante o Comunismo de Guerra eles praticamente se tornaram parte da estrutura estatal, agora assumiam um papel crescente de defesa do trabalhador, ainda que de forma mais incisiva contra os empregadores privados do que contra o Estado. Ainda assim, na medida em que se abre espaço para uma maior liberdade econômica, o partido procura garantir que ela não será utilizada de forma a questionar o Estado. Consequentemente, também se delibera que os sindicatos deveriam se manter sob o controle do partido.

O Partido Comunista Russo, através de suas organizações centrais e locais, como antes dirige todo o lado ideológico do trabalho dos sindicatos incondicionalmente. ... A escolha dos líderes do movimento sindical deve, claro, se dar sob o controle dirigente do partido. Mas a organização partidária deve ser particularmente cuidadosa para aplicar métodos normais de democracia proletária nos sindicatos, onde mais do que tudo a escolha dos líderes deve ser feita pelas próprias massas organizadas. (CARR, 1985, p. 324).³⁸

No campo das finanças, após o fim do Comunismo de Guerra, o rublo continuava se depreciando. Frente a isso, o Banco Estatal, criado em 1921, cria uma nova moeda: os *chervronets*, em 1922. As duas moedas coexistiram durante 1922 e 1923, sendo o rublo finalmente abolido em 1924.

Com relação às finanças, Preobrazhensky traz alguns apontamentos em “Da NEP ao Socialismo”. Ali, ele fala do possível papel do banco estatal no processo de adaptação das relações capitalistas ao socialismo. O *Gosbank* teria o potencial de contribuir para a acumulação estatal através da emissão de dinheiro, através de um controle sobre a produção privada a partir da concessão ou não de empréstimos e o recolhimento de depósitos - um fundo para a acumulação estatal. Além disso, a política de finanças também teria na política de preços uma importante forma de acumulação pelo mercado: “preços de mercado, formalmente o regulador

³⁸ “The Russian Communist Party, through its central and local organizations, as before unconditionally directs the whole ideological side of the work of the trade unions... The choice of the leading personnel of the trade union movement must, of course, take place under the directing control of the party. But party organization should be particularly careful to apply normal methods of proletarian democracy in the trade unions, where most of all the choice of leaders should be made by the organized masses themselves”.

espontâneo da economia, agora foram transformados, nas mãos do Estado poderoso, em uma ferramenta auxiliar da economia planejada” (PREOBRAZHENSKY, 1973).³⁹

Além disso, ele reafirma nesta obra a existência do dinheiro durante o período de transição, ainda que com um conteúdo diferenciado quando se refere ao âmbito estatal, e a sua eliminação somente no comunismo:

Em geral, a abolição do dinheiro é inevitável na sociedade comunista, onde não há contabilidade individual ou de grupo de quem pega o que e quanto. O socialismo, contudo (por que é socialismo e não comunismo), tem essa contabilidade, apesar de eventualmente ela ser aplicada somente a uma parte dos produtos distribuídos (PREOBRAZHENSKY, 1973).⁴⁰

Os anos de 1924 e 1925 são aqueles em que a NEP atinge seu ápice. Há um início de tentativa de planejamento econômico. Contudo, esse planejamento entre 1923 e 26 tem um significado completamente distinto daquele que adquiriu posteriormente. Aqui, foi traçado o primeiro balanço da economia nacional que, apesar de todas as imprecisões, daria as bases para um início de planejamento desse crescimento econômico.

É inegável que com a NEP houve um desenvolvimento econômico bastante significativo e rápido. Todavia, também é necessário reforçar as características desse crescimento, que se baseou na agricultura e na indústria leve de bens de consumo, com consequências importantes para a indústria pesada. Os dados da indústria metalúrgica daquele período são notáveis nesse sentido. Em 1920, a produção metalúrgica chegava somente a 6% daquela em 1912, aumentando para 9% em 1921 e caindo novamente para 7% em 1922 (CARR, 1985, p.311).

Mais do que isso, a NEP também abriu espaço para um processo de estratificação social no campo, com a fortalecimento da figura do *kulak*, e também na cidade, com o surgimento dos chamados *nepmen*, pessoas que enriqueciam a partir do comércio e também da pequena produção. Essas contradições de seu desenvolvimento geraram espaço para um intenso debate sobre os rumos do socialismo na URSS, o qual será abordado no próximo capítulo.

³⁹ “Market prices, formerly the spontaneous regulator of the economy, were now transformed, in the hands of the mighty state, into an auxiliary tool of planned economy”.

⁴⁰ “In general, the abolition of money is inevitable in Communist society, where there is no individual or group accounting of who takes what and how much. Socialism, however (because it is socialism and not communism), does have this accounting, though eventually it is applied only to a section of the products distributed”.

2. TEORIA DA ACUMULAÇÃO SOCIALISTA PRIMITIVA

Este capítulo tem como objetivo dar um panorama sobre a elaboração teórica de Preobrazhensky sobre a Teoria da Acumulação Socialista Primitiva, a partir principalmente da obra “A Nova Econômica”, publicada em 1926. Inicia-se contextualizando o debate de Marx e Engels sobre a temática da transição ao comunismo, passando então a um panorama sobre os debates empreendidos sobre o desenvolvimento econômico soviético na URSS durante a década de 20, como forma de melhor compreender o ambiente de diálogo da produção de Preobrazhensky. Passa-se, então, à análise da obra propriamente dita, relacionando-a com a formulação teórica marxista, na qual ela pretende se referenciar. O capítulo ainda fará um breve balanço historiográfico sobre a abordagem da teoria de transição de Preobrazhensky e, por fim, tentará traçar algumas reflexões iniciais sobre o exposto até ali.

2.1. Transição e Marx

Os revolucionários russos se encontraram perante um grande desafio a partir da revolução de 1917. Mais do que uma interpretação sobre a realidade capitalista, colocava-se perante eles a necessidade de iniciar o processo de construção de uma nova sociedade. Nas obras de Marx e Engels não há uma produção extensiva sobre como se organizaria a sociedade comunista e de que forma se daria a transição entre o capitalismo e o comunismo. Isto se relaciona com a própria metodologia de Marx, onde não haveria como produzir um modelo pronto a ser posto em prática no mundo todo, mas sim uma construção histórica processual, que se relacionaria com a realidade – e não adviria da teoria - do contexto determinado em que a revolução ocorresse.

Das poucas referências deixadas por Marx sobre o tema, podemos citar algumas presentes em textos como O Manifesto Comunista (1998), Crítica do Programa de Gotha (2012), A Guerra Civil na França (2011a) e em sua correspondência com Vera Zaslitch (2013). Longe de querer dar um tratamento exaustivo da questão da transição em Marx, visa-se com esta seção apontar algumas ideias levantadas pelo autor e, assim, destacar o nível do desafio de inovação colocado frente aos bolcheviques a partir de 1917.

Em Crítica do Programa de Gotha (2012), Marx fala sobre uma primeira fase da sociedade comunista, um certo momento de transição, no qual ainda imperariam algumas características distintas do comunismo propriamente dito.

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se *desenvolveu* a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de *sair* da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu. (MARX, 2012, p. 29)

Durante esta fase primeira, a relação da produção e apropriação dos indivíduos se daria a partir de uma troca de equivalentes – o produtor individual receberia de volta da sociedade exatamente aquilo que lhe deu, contado a partir de um sistema de cupons correspondentes às horas trabalhadas. Estas distorções seriam superadas na fase superior da sociedade comunista:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, 2012, p. 32)

Ainda que aponte para esta transição entre fase inferior e superior do comunismo, esta é ainda uma definição bastante geral quando levada à prática. Além disso, não há apontamentos de como se passa da primeira fase para a fase superior.

A forma política desta transição seria a ditadura revolucionária do proletariado - apontada como um objetivo também no texto do Manifesto Comunista (1998). Neste texto, o comunismo é apresentado como um regime da abolição da propriedade e individualidade burguesa, onde o trabalho acumulado se torna meio de “ampliar, enriquecer e promover a existência dos trabalhadores” (MARX; ENGELS, 1998, p. 53). Reconhecendo a especificidade de cada país em que a revolução ocorresse, Marx aponta uma série de tarefas após a tomada do poder:

- 1) Expropriação da propriedade fundiária e emprego da renda da terra para despesas do Estado.
- 2) Imposto fortemente progressivo.
- 3) Abolição do direito de herança.
- 4) Confisco da propriedade de todos os emigrados e rebeldes.
- 5) Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com monopólio exclusivo.
- 6) Centralização de todos os meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.
- 7) Multiplicação das fábricas nacionais e dos instrumentos de produção, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral
- 8) Unificação do trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.

9) Unificação dos trabalhos agrícola e industrial; abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país.

10) Educação pública e gratuita a todas as crianças; abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material etc. (MARX; ENGELS, 1998, p. 58)

Somado ao caráter geral de algumas destas medidas, há o fato de que a realidade russa era bastante distinta daquela dos países centrais da Europa ocidental. Mais do que isto, a estrutura disponível para a produção após a guerra civil era esparsa, e propunha ainda novos desafios.

Outros elementos são trazidos no livro *Guerra Civil na França* (2011a) onde, ao tratar da experiência da Comuna de Paris, Marx se refere positivamente a seus elementos que podem, assim, ser também associados à sua visão de comunismo. Exemplos disso são a alteração da função da polícia, o estabelecimento de salários de operários para funcionários públicos, não importando sua função, a expropriação de todas as Igrejas, o ensino gratuito e laico e a eleição dos servidores públicos, magistrados e juízes.

A Comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe. Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe. (MARX, 2011a, p. 59)

Quando trata especificamente da Rússia e de uma revolução naquele país, tem-se como referência a correspondência - e na verdade principalmente os manuscritos - entre Marx e Vera Zaslitch (2013). Estes esboços foram encontrados em 1911 por Riazanov, embora este só tenha encontrado a carta final em 1923 – a qual foi publicada somente em 1924. Um elemento importante, contudo, já figurava no prefácio também escrito por Marx à edição russa do *Manifesto Comunista*, datado de 1882: a possibilidade de um processo revolucionário de caráter socialista na Rússia, e quem sabe, inclusive, começando na Rússia (MARX; ENGELS, 1998).

Nos esboços das cartas, Marx restringiu o processo de acumulação capitalista primitiva a uma necessidade somente nos países da Europa ocidental. Dessa forma, apontou a possibilidade de a comuna rural russa - ao invés de se dissolver e ter seus elementos absorvidos pelo capitalismo - se desenvolver em uma forma coletiva de produção e ser o germe de uma reorganização da produção em um eventual processo revolucionário.

As reflexões de Marx sobre o tema apontam basicamente que o fato de a comuna rural russa ter sobrevivido em escala nacional contemporaneamente à produção capitalista possibilitaria que ela se livrasse de suas características primitivas e, se apropriando das

conquistas positivas do modo de produção capitalista, se tornasse um elemento da produção coletiva em escala nacional. Isto, contudo, não estaria dado, sendo a dualidade de seus elementos uma condição, seja para seu desenvolvimento ou para sua decadência:

Sua forma constitutiva admite a seguinte alternativa: ou o elemento da propriedade privada implicado nela prevalecerá sobre o elemento coletivo ou este último prevalecerá sobre o primeiro. Essas duas soluções são *a priori* possíveis, mas para que ocorra uma ou outra é preciso, evidentemente, que haja ambientes históricos completamente díspares. Tudo depende do ambiente histórico em que a comuna se encontra localizada. (MARX. ENGELS, 2013, p. 93)

Alguns elementos característicos da comuna são destacados por Marx como facilitadores da transição: a propriedade comum da terra, facilitando a transição para a agricultura coletiva, o solo propício à modernização da agricultura, os *artels* seriam uma transição para uma forma cooperativa de trabalho. Além disso, a sociedade russa teria uma dívida histórica com a produção fornecida por estas comunas e, assim, deveria lhes auxiliar em seu desenvolvimento.

Para Marx, assim, uma vez que se retirasse a carga que pesava sobre estas comunas – como os impostos e a exploração geral - e elas tivessem um terreno com uma extensão normal, a própria comuna veria a necessidade de organizar o trabalho em cooperativas de larga escala. Para esta necessidade, as condições materiais estariam dadas pelo desenvolvimento capitalista.

Deste modo, é possível perceber que nos escritos de Marx não havia respostas prontas aos bolcheviques. Mesmo nos seus últimos escritos sobre a realidade russa, suas elaborações não são conclusivas e se desenvolvem principalmente nos esboços, e não tanto na carta de fato enviada.

Ademais, a questão de um desenvolvimento socialista a partir das comunas rurais é tratada abstraindo diversos elementos da realidade russa – sua conjuntura política e o nível de desenvolvimento do movimento são apenas dois exemplos. Isso se relaciona ao fato de Marx não se propor, nestes textos, a traçar o caminho global para uma revolução russa socialista, mas procurar em uma forma social específica - a comuna rural - as potencialidades de desenvolvimento que pudessem contribuir a esta transição (MACHADO, 2017). Assim, os bolcheviques teriam, com base na análise das condições dadas em seu próprio contexto histórico, que construir o processo revolucionário e de transição ao socialismo. Não é à toa a riqueza da produção nos primeiros anos da revolução - uma imensidão de possibilidades se colocava diante deles. Passa-se, então, às discussões travadas à época.

2.2. O Grande Debate – Discussões sobre economia e transição na URSS da década de 20

Diferentemente da expectativa expressa nos principais escritos de Marx e Engels, e daquilo esperado pelos pensadores marxistas que os sucederam, a revolução explodiu em primeiro lugar na Rússia, um país com uma indústria fraca e pouco desenvolvida e uma agricultura ainda bastante primitiva. O estabelecimento de um governo soviético, baseado sobre a aliança entre trabalhadores e camponeses, que expropriou os proprietários de terra e os capitalistas, socializando a indústria de larga escala colocava desafios sobre as formas de construção do socialismo (DOBB, 1948, p.177).

Já foram apontadas algumas questões levantadas durante o período do Comunismo de Guerra e também relacionadas ao contexto da NEP. Agora, contudo, passa-se ao exame mais especificamente do conjunto de argumentos colocados durante a década de 1920 nos debates sobre as estratégias de transição da URSS, os quais se expressaram majoritariamente através de debates econômicos, embora não somente. As discussões aqui apresentadas se relacionam, por óbvio, ao cenário de implementação da NEP já explorado no capítulo anterior dessa dissertação.

Objetiva-se, assim, contextualizar as discussões dentre as quais as elaborações de Preobrazhensky se inseriram e os argumentos com os quais dialogam, mas também demonstrar a riqueza dos debates naquele momento.

Os problemas com que os revolucionários russos se depararam na década de 20 do século XX produziram um espaço riquíssimo de debates. As discussões, posições e situações problemáticas por eles levantados, longe de terem uma relevância somente histórica e datada, têm influência sobre discussões que posteriormente foram travadas por aqueles que buscavam pensar a questão da transição ao socialismo e, inclusive, debates relativos ao desenvolvimento em países de terceiro mundo.

Temas como o financiamento da acumulação de capital, estratégias de crescimento econômico e industrialização e o papel do campesinato, neste contexto permearam a construção de outros processos revolucionários e estão presentes nos debates econômicos - mesmo os não revolucionários - atuais. Torna-se evidente, então, a importância do estudo dessa rica produção do período (NOVE, 1965).

É notável, ainda, o fato de que as revoluções ocorridas ao longo do século XX se processaram principalmente nas periferias do capitalismo. Assim, os debates referentes aos desafios postos pelo subdesenvolvimento foram uma constante nos processos revolucionários, com especial destaque para a questão da agricultura. (VASCONCELOS, 2013, p. 29).

Naquele contexto, a produção teórica também se tornou bastante rica dada a possibilidade de um debate franco, permitindo-se a pluralidade de posições dentro do Partido Bolchevique. Esses canais de debate foram posteriormente cortados durante o período do stalinismo e, desta forma, também se perdeu a riqueza de sua produção. Pode-se dizer que houve uma incrível riqueza no desenvolvimento intelectual durante a primeira década do regime bolchevique.

O estudo da história intelectual marxista floresceu sob a supervisão de David Ryzanov no recém-formado Instituto Marx-Engels; uma economia matemática marxista começou a germinar; o planejamento foi pela primeira vez tratado seriamente por marxistas; e uma versão embrionária da teoria da dependência emergiu como parte do processo em que o marxismo revolucionário movia seu foco para o leste. Historiadores soviéticos pesquisaram mais sobre a dimensão asiática do materialismo histórico; estatísticos como Kondratiev desenvolveram ideias estimulantes sobre a natureza cíclica do crescimento capitalista; e mesmo o neopopulismo tentou fazer sua contribuição para resolver os problemas da transformação socialista da agricultura (HOWARD; KING, 1989, p. 288-9).⁴¹

Cabe destacar que esse desenvolvimento não se restringiu às esferas de vanguarda, mas também às ferramentas de educação de massas. Isso abrangeu desde processos de alfabetização dentro do próprio exército vermelho durante a guerra civil, quanto uma expansão bastante grande no número de bibliotecas que, após a guerra civil, duplicam em número na então Petrogrado e triplicam em Moscou (FALKNER, 2017).

Além disso, o nível de novidade da situação impunha a necessidade de constante inovação nas elaborações por parte dos teóricos e governantes bolcheviques. Não é de admirar que ao longo da primeira década da revolução muitos deles mudaram seus posicionamentos referentes às questões problematizadas, como destaca Joana Salém Vasconcelos, demonstrando o quanto os rumos da transição eram também um terreno fértil de dúvidas.

Lênin, em janeiro de 1923, escreveu um artigo sobre a função socialista das cooperativas agrárias (LÊNIN, 1986), uma importante inflexão em seu raciocínio de 1918, que identificava as cooperativas com a pequena burguesia (LÊNIN, 1965b). Bukhárin, em 1920, defendia uma política agressiva contra o campesinato médio (BETTELHEIM, 1976, p. 350), mas em 1927 foi o maior entusiasta do livre comércio (BUKHÁRIN, 1987). Trotski, em 1921, apoiou a NEP como salvaguarda da aliança proletário camponesa (TROTSKI, 1987), mas em 1925 passou a divulgar propostas industrialistas de sufocamento do campesinato médio (DOBB, 1972). Stálin defendeu

⁴¹ "The study of Marxian intellectual history blossomed under the supervision of David Ryzanov in the newly formed Marx-Engels Institute; a Marxian mathematical economics began to germinate; planning was for the first time treated seriously by Marxists; and an embryonic version of dependency theory emerged as part of the process in which revolutionary Marxism moved its focus to the East. Soviet historians researched further into the Asiatic dimension of historical materialism; statisticians like Kondratiev developed stimulating ideas on the cyclical nature of capitalist growth; and even neo-populism sought to make its contribution to resolving the problems of a socialist transformation of agriculture".

a aliança com o campesinato médio em 1925 (STALIN, 1954b), mas em 1929 foi o arquiteto da coletivização forçada (DOBB, 1972). (VASCONCELOS, 2013, p.32)

Alec Nove (1965), propõe uma pergunta para guiar os debates empreendidos então: qual teria sido a natureza da NEP? Ele aponta a ambiguidade com a qual essa pergunta foi respondida por Lênin. Em 1921, Lênin externou a posição de que a NEP seria um retrocesso indesejado. Daí pode-se entender que o próximo passo seria, então, voltar ao curso do desenvolvimento iniciado durante o Comunismo de Guerra.

Em outros momentos, contudo, ele nega esse caráter indesejado da NEP, caracterizando o Comunismo de Guerra como uma ação determinada majoritariamente pelas circunstâncias e que a partir na NEP, na verdade, estaria se voltando novamente ao curso econômico correto. Esse caráter não completamente conclusivo de sua posição também deu abertura para reivindicações do “verdadeiro leninismo” de posições diversas dentro do debate, com suas diferentes nuances.

Outros autores, como Erlich (1960), apontam que, ainda que a atitude geral adotada pelo partido bolchevique tenha sido a de considerar a NEP como um retrocesso em direção ao mercado, a postura de Lênin teria como configuração uma mudança mais profunda de estratégia, com a retomada de posicionamentos pré-guerra civil.

Bettelheim (1979, 1978) vai ainda mais longe, afirmando que a elaboração de Lênin da NEP não a via como mera política econômica, mas como uma forma particular da ditadura do proletariado que tinha como essência a formação de uma aliança com o campesinato, através da implementação do capitalismo de Estado. Para Bettelheim, o restante do partido teria se equivocado na interpretação da NEP e, ao não compreender sua essência, teria gestado os conflitos que culminaram em seu fim – empurrando o campesinato médio em direção ao *kulak*. É possível compreender essas afirmações do autor, também, à luz a influência que a Revolução Chinesa teve sobre o seu pensamento, a qual ele afirma inclusive na introdução de seus livros.

Lewin (1974), por outro lado, tem uma compreensão diferente de Bettelheim da utilização do conceito de Capitalismo de Estado de Lenin. Enquanto Bettelheim o interpreta como sinônimo da NEP para Lênin, Lewin o associa as defesas de Lênin de abertura de espaços para grandes capitais internacionais entrarem a partir das concessões. Ademais, Lewin dá maior destaque às contradições no discurso de Lênin sobre a NEP, ora a apontando como um recuo e ora a destacando como a solução de fato para o desenvolvimento soviético.

Embora seja impossível determinar qual seria a posição de Lênin sobre o desenvolvimento da NEP, devido à sua morte prematura, é importante apontar os elementos traçados pelo autor que deram início a esta política na URSS. Antes de sua morte, Lênin teve

uma inflexão importante de sua posição sobre a relação entre a esfera estatal e a privada, quando comparada ao período do comunismo de guerra. Em 1921 a tônica de sua defesa reside sobre o Capitalismo de Estado, o qual seria uma etapa em direção ao socialismo. Esta é uma retomada de uma posição semelhante expressa por ele em 1918, a qual ele cita em um artigo de 1921:

[...] pois o socialismo não é mais que o passo seguinte ao monopólio capitalista de Estado [...] O capitalismo monopolista de Estado é a preparação material mais completa para o socialismo, sua antessala, um degrau na escada histórica entre o qual e o degrau chamado socialismo não há nenhum degrau intermediário. (LENIN, 1987, p. 150)

Lênin responde, então, às críticas daqueles que consideram ser o embate principal a se travar na economia soviética aquele entre capitalismo e socialismo. O autor identifica, nesse momento de transição para o socialismo, a existência de formas sociais diversas na Rússia da época: (i) economia camponesa patriarcal; (ii) pequena produção mercantil; (iii) capitalismo privado; (iv) capitalismo de Estado; (v) socialismo. Frente a essa diversidade ainda existente, Lênin afirma ser o principal adversário para a implementação do socialismo, não o capitalismo de Estado, mas sim o capitalismo privado: “não é o capitalismo de Estado que luta contra o socialismo, mas a pequena burguesia e o capitalismo privado que lutam juntos, de comum acordo, tanto contra o capitalismo de Estado como contra o socialismo” (LENIN, 1987, p. 145).

Contudo, em 1923 é possível identificar uma inflexão sua no sentido de considerar o sistema cooperativo como uma forma também passível de contribuir para a transição ao socialismo (VASCONCELOS, 2013). É interessante notar que, ao adotar semelhante defesa, Lênin dá um grande destaque para o processo de educação e cultura socialista como forma de fortalecimento de uma lógica coletiva de produção.

O período de vida de Lênin abrangeu somente o início destes debates, que atingiram seu ápice em meados da década de 20. De forma geral, é possível apontar dois grandes campos nessa discussão.

O primeiro deles consiste na maioria do partido, a chamada direita, a qual tem como principal porta-voz em termos de política econômica Bukhárin. Soma-se a ele Stálin, Rikov e, até 1925, também Kamenev e Zinoviev. Esse grupo defendia uma política que incentivasse a produção do campesinato.

O segundo campo é aquele composto pela Oposição de Esquerda, mais tarde Oposição Unificada. Seus principais protagonistas são Preobrazhensky, no campo econômico, e Trotsky. A ele aderem Zinoviev e Kamenev em 1925. O tom desse debate é matizado pela disputa interna

do partido e se relaciona com temáticas não restritas ao campo econômico, mas pertinentes à transição.

A seguir serão caracterizadas essas posições levantadas. É importante salientar, contudo, que fora desse núcleo de debate já destacado, também há outros intelectuais produzindo, como aqueles ligados ao Comissariado de Finanças (*Narkomfin*) e à *Gosplan*. As contribuições por eles trazidas também serão destacadas nesta seção do texto.

2.2.1. Bukhárin e o grupo da maioria

Bukhárin foi um dos líderes da revolução de outubro, participando da fração bolchevique do Partido Operário Social Democrata Russo. O revolucionário teve uma vasta produção intelectual ao longo do período revolucionário. Suas posições variaram desde a composição do grupo dos Comunistas de Esquerda, durante a guerra civil – do qual, como visto, Preobrazhensky também fazia parte - até se localizar com a ala direita do partido nos debates sobre a industrialização da década de 20. Após a mudança da política econômica da URSS em 1929, ele foi crescentemente isolado dentro do partido. Como boa parte da vanguarda bolchevique, foi assassinado durante os expurgos stalinistas em 1938.

A elaboração de Bukhárin amadurece de modo substancialmente independente das diversas opções táticas, embora essas marquem a sua complexa biografia desde o antiestatismo quase anarquista da fase pré-revolucionária e do utopismo permanentista, dos rigores do comunismo de guerra, da adesão à NEP, até a fase mais madura que o leva da proposta do socialismo em um só país à importante fase da direção da Internacional e à derrota. (TELO, 1986, p. 160)

Sua posição em relação ao desenvolvimento econômico da URSS se alterou ao longo do tempo. Durante o período do comunismo de guerra ele escreveu o livro “Teoria Econômica do Período de Transição”, o qual é considerado por Howard e King (1989) e Erlich (1960) como a expressão teórica mais sofisticada do Comunismo de Guerra. Na obra, Bukhárin defendia a necessidade de uma alta centralização para condução do regime. Por certo, isso se relacionava ao estado de guerra civil, cujo fim, contudo, aparecia para Bukhárin como um momento de mudanças, mas não de reestruturação geral das estruturas forjadas no período.

O Comunismo de Guerra seria, nessa leitura, um momento de reorganização do capitalismo de Estado sob o comando proletário. A ditadura do proletariado, fundada sobre o controle da coerção estatal teria escapado do domínio das leis econômicas. Portanto, as

categorias da economia política não caberiam à análise do período, visto que não se trataria mais de um sistema de produção de mercadorias.

Ver-se-á que a temática das categorias adequadas para a análise da economia socialista e de transição marcam presença no debate da época, sendo um ponto de bastante importância na reflexão também de Preobrazhensky. Posteriormente, durante o período inicial da NEP, Bukhárin, ainda que defendesse as mudanças introduzidas pela Nova Política Econômica, ainda se referia ao Comunismo de Guerra enquanto portador de um papel na edificação das bases sobre as quais ela se construiu.

Todavia, pode-se situar a partir de 1923 uma mudança no tipo de compreensão de transição defendida por Bukhárin (HOWARD; KING, 1989). A partir daí, o autor passa a defender que o socialismo seja atingido através de uma rota circular, dependente do crescimento de formas não socialistas - o inverso da defesa da Oposição de Esquerda e de Preobrazhensky em particular, que via no crescimento absoluto e relativo do setor estatal em relação à economia privada a chave para essa transição.

Isso não quer dizer, contudo, que não existam continuidades entre o modelo de transição advogado por Bukhárin pré e pós 1923. A defesa do vanguardismo e a necessidade da manutenção do poder político com o partido se mantêm. Também é uma constante sua interpretação sobre o materialismo histórico. Por fim, seu objetivo de longo prazo continua sendo enunciado como o mesmo: atingir uma economia completamente socializada, incluindo a agricultura e a eliminação das relações de mercado.

Entrando em sua análise da NEP a partir de 1923, é visível que o autor defendia que a NEP deveria durar bastante tempo. Isso não significava que lhe saía do horizonte a transição ao socialismo, mas que ele via esse período de transição como bastante longo e lento – esse gradualismo se relaciona ao fato de ele ter sido um dos únicos teóricos da época que vislumbrava a possibilidade de estabilização de longo prazo do capitalismo no período (NOVE, 1965). Essa transição dependeria, segundo Bukhárin, de dois fatores: (i) de uma expansão da indústria de larga escala e (ii) do desenvolvimento de cooperativas.

Contudo, a própria ordem cronológica que o autor afirmava ser a correta para que essa transição se desse trazia problematizações para essa questão e opunha de certa maneira as tarefas imediatas dela desdobradas:

O crescimento da produção agrícola elevou o poder de compra camponês, o qual carregou a indústria leve para frente; isso por sua vez expandiu a demanda pelos produtos da indústria pesada. Bukhárin manteve que ele não estava simplesmente

generalizando conexões empíricas passadas, mas identificando um princípio econômico necessário e universal. (HOWARD; KING, 1989, p. 302)⁴²

A sequência lógica apresentada é aquela da economia ortodoxa, de primeiro a agricultura, depois a indústria leve e, somente na medida em que demandada pelas duas primeiras, a pesada - ortodoxia levada ao extremo por figuras como Shanin, referido mais a frente nesse texto. Assim, para conseguir chegar à finalidade de expansão da indústria, o elo imediato necessário era o aumento da produção do campesinato e, conseqüentemente, de seu poder de compra.

Nossa indústria estatal não pode obter os meios para sua expansão somente do trabalho da classe trabalhadora dentro da própria indústria estatal, mas deve necessariamente se aproveitar do reservatório não industrial para os meios para apoiar e expandir a indústria.... O campesinato deve fazer sua parte para ajudar o Estado a construir um sistema socialista de indústria.... seria completamente errado dizer que a indústria deveria se desenvolver somente sobre o que é produzido dentro da própria indústria.... A questão toda é: quanto nós podemos tirar do campesinato, até que limite e por que métodos nós podemos realizar o 'processo de bombeamento', quais são os limites do 'bombeamento'?... Os camaradas da oposição são a favor de uma quantidade imoderada de bombeamento, e desejam colocar uma pressão tão severa sobre o campesinato que em nossa opinião o resultado seria irracional economicamente e impermissível politicamente. Nós não sustentamos nem um pouco do ponto de vista de que somos contra este bombeamento, mas nossos cálculos são mais sóbrios, nós nos confinamos a medidas econômica e politicamente adaptadas a seus objetivos. (BUKHARIN *apud* DOBB, 1965, p. 203)⁴³

Desse modo, ele considerava essencial para esse desenvolvimento o crescimento do excedente no campo. Visto que este era majoritariamente produzido pelo camponês médio e pelos *kulaks*, ele afirma que não se deve antagonizá-los. Assim, para Bukhárin, a utilização de força contra os camponeses como forma de incremento da produção está fora de questão. O autor defende que, através do mercado, se dê incentivos a esse crescimento de produção. É interessante notar que, ainda que não se opusesse às defesas de Bukhárin, Stálin procurou

⁴² "Increases in agricultural output enhanced peasant purchasing power, which carried light industry forward; this in turn expanded the demand for the products of heavy industry. Bukharin maintained that he was not simply generalizing past empirical connections, but identifying a necessary, universal economic principle".

⁴³ "Our State industry cannot obtain the means for its expansion solely from the labor of the working class within this State industry itself, and it must necessarily draw upon the non-industrial reservoir for the means to support and expand industry.... The peasantry must take its share in helping the State to build up a socialist system of industry. ... It would be entirely wrong to say that industry should develop solely upon what is produced within this industry itself.... The whole question is: how much can we take away from the peasantry, to what extent and by what methods can we accomplish the 'pumping-over process', what are the limits of the pumping over? ... Comrades of the opposition are in favor of an immoderate amount of pumping-over, and are desirous of putting so severe a pressure upon the peasantry that in our opinion the result would be economically irrational and politically impermissible. We do not in the least hold the standpoint that we are against this pumping-over, but our calculations are more sober; we confine ourselves to measures economically and politically adapted to their purpose".

manter uma distância segura da eloquência da defesa do campesinato, em especial do rico, feita por Bukhárin.

Ele defendia o mercado como forma de se atingir o socialismo a partir de dois sentidos. Em primeiro lugar, ele o apontava enquanto um estimulante para incentivos pessoais palpáveis para o desenvolvimento da produção. Em segundo lugar, ele seria a forma para a absorção e desenvolvimento da economia no plano geral. A partir dessa compreensão, Bukhárin questionaria a interpretação de Rosa Luxemburgo dos esquemas de reprodução apresentados por Marx no Livro II de O Capital.

A interpretação da Luxemburgo é que os esquemas de reprodução estariam em contradição com a teoria do valor tal qual apresentada no Livro I de O Capital, pois apontariam a possibilidade da existência de um equilíbrio na economia capitalista. Ela afirmava que em uma economia de mercado, com capitalistas e trabalhadores, seria impossível haver demanda o suficiente para realizar o total da produção em constante crescimento e que, portanto, o capital sempre dependeria de fronteiras externas a ele para se expandir e conseguir realizar essa produção – análise que ela insere no contexto de interpretação do imperialismo inglês.

Bukhárin a critica justamente por apontar as possibilidades de realização do mercado, não entrando no debate do nível de abstração presente no Livro II de O Capital. É evidente, contudo, que o centro da crítica à formulação de Luxemburgo é na verdade que aquele nível de abstração não pode ser utilizado para a análise do concreto real, como aponta Carcanholo (2007), e que a pressuposição do equilíbrio dos esquemas de reprodução são, na verdade, uma prova por absurdo de que o equilíbrio é impossível no capitalismo.

De qualquer forma, é interessante a importância que o debate sobre os esquemas de reprodução ganha no contexto da URSS, visto que justamente o descompasso do desenvolvimento da produção industrial e da esfera agrícola (e também pensando nessas esferas como de produção e consumo ainda que não exclusivamente) faziam com que o debate sobre a possibilidade de um equilíbrio e sua relação com o mercado ganhasse especial relevo. O próprio Preobrazhensky dedicará uma sequência de artigos para a temática.

Bukhárin também questiona Tugan Baranovski, o qual defenderia que a produção de meios de produção teria o potencial de se expandir infinitamente, mesmo que o consumo individual não crescesse no mesmo ritmo ou mesmo diminuísse. Bukhárin dá uma centralidade grande ao consumo, daí sua ênfase sobre a necessidade de dar incentivos ao campesinato (ERLICH, 1960).

Ao passar para o campo da indústria, o desdobramento lógico da prioridade dada ao campesinato se torna a prioridade da produção também para o consumo desses, seja na indústria

soviética ou através da importação. Além disso, a política de preços dessa indústria deveria ser de ter os preços mais baixos possíveis, não só como um ajuste à demanda limitada, mas também como um ponto de partida para o crescimento. Lewin (1974) afirma que Bukhárin não possuía entre 1924 e 1926 um programa sério para a indústria – e, ao compará-lo à Oposição de Esquerda, afirma que, se esta tinha um programa para a indústria, não o tinha para a agricultura. A noção de acumulação através da circulação através do mercado só faria sentido, segundo Lewin, caso existisse uma indústria em rápido avanço.

Outro ponto defendido por Bukhárin foi a retirada dos monopólios estatais. Ele considerava que dessa forma os gerentes das indústrias seriam pressionados a melhorar os métodos de produção pelo mercado, bem como haveria uma expansão da produção doméstica e o crescimento do comércio. Ele chegou ao ponto de defender o fim do monopólio do comércio exterior, visto que isso possibilitaria a entrada de produtos estrangeiros mais baratos, os quais poderiam contribuir para o aumento da produtividade. Ademais, isso estimularia a expansão das indústrias cujos produtos fossem complementares aos produtos importados. Esse desenvolvimento do comércio, com base na priorização da agricultura e, na indústria, à indústria de bens de consumo, daria as bases suficientes para a restauração completa da indústria (ERLICH, 1960).

Quanto à questão das cooperativas, Bukhárin afirmava que, ainda que também existissem sob o capitalismo, quando sob o regime revolucionário alteraria seu caráter. Isso é interessante, pois aponta uma prevalência da política sobre a economia no pensamento do autor. Para ele, a promoção da cooperação camponesa seria a contribuição mais importante para o campo, e não a promoção de fazendas coletivas. Essa seria a forma gradual de transição do campo ao socialismo.

Bukhárin não negava que suas propostas incentivariam o desenvolvimento da figura do *kulak*. Pelo contrário, como diz em sua célebre frase: “nós temos que falar para todo o campesinato, todos os seus estratos: enriquecei, acumulai, desenvolvi vossa economia” (ERLICH, 1960, p.16).⁴⁴ A transição dessas formas, assim, não se daria pela coerção, mas a partir da cooperação. Daí é possível entender a centralidade dada pelo autor ao bloco operário camponês.

Por fim, é essencial ver como essa sua lógica de transição apoiava-se na premissa de uma autonomia do mercado – mesmo quando tratava da planificação, afirmava que esta seria

44 “We have to tell the whole peasantry, all its strata: get rich, accumulate, develop your economy”.

corrigida pela espontaneidade do desenvolvimento social, especificamente do mercado. Essa correção, contudo, não significava para ele antagonismo.

Bukhárin acreditava que o planejamento e o mercado eram forças complementares dentro do sistema soviético, criticando severamente a noção de duas leis antagônicas defendida por Preobrazhensky. Ele sustentava tal ponto de vista a partir da defesa de que todas as sociedades tinham uma lei referente à necessidade de distribuir a força de trabalho existente proporcionalmente entre as diferentes áreas e ramos da economia. A lei do valor seria uma forma dessa lei geral. A regulação consciente da economia através do plano também seria uma. A partir disso afirma que a lei do valor e o planejamento não seriam princípios incompatíveis, mas diferentes mecanismos da mesma lei básica. A NEP teria, inclusive, mais de um mecanismo: lei do valor (áreas de mercadoria simples, ou seja, o campesinato); preço de produção (mecanismo aplicado aos empresários privados); e produtividade do trabalho (princípio do setor estatal) (LEWIN, 1974).

Esse ponto é a raiz da sua oposição à troca de não equivalentes entre indústria e agricultura defendida pela Oposição de Esquerda. Enquanto Preobrazhensky trazia o debate sobre a política de finanças enquanto uma das formas de aquisição do excedente do setor privado, Bukhárin preferia enfatizar o caráter integrador das finanças e políticas de preços de mercado (DAY, 1982).

Bukhárin ficou conhecido pela ênfase sobre o caráter atrasado da economia russa, e pela utilização de expressões como “o socialismo virá a passo de lesma”: “nós chegamos à conclusão de que podemos construir o socialismo mesmo com esse nível tecnológico miserável... que nós nos moveremos a passo de lesma, mas que nós construiremos o socialismo e que nós o construiremos” (BUKHÁRIN *apud* ERLICH, 1980, p.78).⁴⁵

Contudo, a sua formulação para a transição não se restringe ao ambiente russo. O autor considera que mesmo países desenvolvidos teriam uma transição indireta. Isso se daria pelo fato de que a composição de classe mundial seria primordialmente pequeno burguesa, o que destaca novamente o papel central da aliança entre o proletariado e o campesinato. Além disso, ele aponta a grande probabilidade de existência de guerras civis após as revoluções, bem como de novas guerras imperialistas que levariam a um processo de reprodução negativa do capital. Ou seja, nesses lugares também seria necessário um processo de reconstrução das forças produtivas. (HOWARD; KING, 1989).

45 “We have come to the conclusion that we can build socialism even on this wretched technological level... that we shall move at a snail’s pace, but that we shall be building socialism and that we shall build it”.

Outro elemento que se soma a essa discussão, e que será explorado em mais detalhe no terceiro capítulo desta dissertação, é a polêmica em torno da possibilidade da edificação do socialismo em um só país. Bukhárin se alia a Stálin nessa defesa, e é importante ter isso em mente quando se avalia a natureza de suas.

Ainda assim, Stálin começa a se afastar das ideias de Bukhárin a partir de 1926, ano em que as defesas da industrialização se tornam cada vez mais constantes dentro do partido, rompendo com elas claramente em 1928.

2.2.2. Oposição de Esquerda

Conforme dito anteriormente, o principal nome da Oposição de Esquerda no campo da elaboração econômica foi Preobrazhensky. A oposição de esquerda possuía uma certa heterogeneidade interna de posições, havendo um tronco comum de defesas que se pode traçar aqui.

Será feita uma breve introdução dos pontos econômicos defendidos pela oposição, visto que o próximo item deste capítulo se dedica a explorar a teoria da acumulação socialista primitiva mais especificamente. Em termos gerais, a oposição avaliava que a política da NEP se dava em termos favoráveis demais para os camponeses ricos e que seu plano de industrialização era por demasiado modesto e centrado na produção de bens de consumo. Preobrazhensky e a Oposição de Esquerda destacavam a inevitabilidade da existência de crises nos moldes da “fome de bens” caso não houvesse investimento na indústria pesada.

Pontuam-se, contudo, algumas discordâncias entre os dois principais líderes da Oposição de Esquerda: Trotsky e Preobrazhensky. O pano de fundo dessas divergências consiste no peso dado ao mercado internacional dentro da URSS e as formas como o Estado Soviético poderia interagir com ele.

Trotsky afirmava que a URSS estava inserida em um mercado internacional do qual não pode se isolar, ao passo que o conflito entre a lei do valor e a lei da acumulação socialista primitiva no interior da URSS seria, para Preobrazhensky, não baseada na lei do valor do mercado mundial, mas em uma constante violação dessa lei, na base de uma constante violação do mercado mundial. Um desdobramento prático disso, por exemplo, é o fato de que na política econômica Trotsky admitia a compra de bens de consumo do exterior como uma possibilidade, condenada por Preobrazhensky (DAY, 1982).

As objeções sofridas pelas teses defendidas pela Oposição de Esquerda giraram principalmente em torno de três argumentos.

Em primeiro lugar, afirmava-se que sua política de aceleração da industrialização às custas do campesinato significava uma ruptura da aliança entre proletários e camponeses.

Em segundo lugar, haviam aqueles que afirmavam que suas teses subestimavam os recursos latentes de produtividade que poderiam ser mobilizados dentro da indústria e comércio estatais na forma de uso mais intensivo de trabalho subempregado e racionalização da organização e dos métodos do trabalho.

O terceiro possível alvo de crítica era a ausência de uma previsão de coletivização da agricultura. Os oponentes da “ditadura da indústria”, Bukhárin e Rykov se concentravam centralmente na primeira objeção (DOBB, 1948).

O grupo de Bukhárin via nas demandas levantadas pela oposição uma ameaça de quebra na aliança entre o campesinato e o proletariado, essencial para o sucesso revolucionário. O autor criticou fortemente a utilização de termos como “exploração” para se referir ao campesinato – o qual é posteriormente, como será visto, contextualizado na discussão por Preobrazhensky - e também condenou a realização de trocas desiguais com o campesinato.

Como já citado, a Oposição de Esquerda também defendia o caminho da revolução mundial como o único possível de garantir a evolução socialista da economia soviética. Segundo seus oponentes, a esquerda implantava confusão e descrença ao negar a possibilidade do socialismo em um só país.

A construção do socialismo não poderia ser levada a cabo sem o apoio de uma revolução vitoriosa em algum país avançado. A "degeneração" burocrática era o primeiro passo no caminho da restauração do capitalismo. Defendiam uma vigorosa política de industrialização dirigida contra os comerciantes privados e os kulaks, possível após a restauração da democracia ao partido. (DAVIES, 1986, p. 86).

2.2.3. Outras posições

O Comissariado de Finanças (*Narkomfin*) tinha em seu interior alguns economistas que também trouxeram contribuições para esse debate. Dentre eles, é necessário citar as figuras de Solkonikov e Shanin, os quais são caracterizados por Nove (1969) como a extrema direita do espectro político da discussão. Eles defendiam um investimento centrado na agricultura, a qual então aumentaria a produção de seus excedentes voltados ao comércio exterior. Essa

preferência se daria pelo fato de a agricultura demandar um investimento menor de capital quando comparada à indústria.

‘Já que sob as nossas condições’, escreve Shanin, ‘a agricultura usa menos capital do que a indústria, a preferência deveria ser dada. O desenvolvimento da agricultura até a extensão total que o mercado pode absorver deve ser a diretriz básica para alcançar um aumento na economia nacional através de exportações, ou seja, para alcançá-las da forma mais barata possível (DOBB, 1965, p. 204).⁴⁶

Os autores apontavam a necessidade de se investir em setores cujo retorno do capital fosse mais rápido, que possibilitassem uma alta taxa de lucro e baixa intensidade de capital. Sua defesa da agricultura de alta intensidade de trabalho se baseava no fato de seus produtos constituírem uma mercadoria relativamente fácil de ser vendida no mercado mundial, possibilitando a compra de mercadorias estrangeiras.

Além disso, a importância da proximidade a esse setor tinha a ver com o entendimento de que ele seria a base da economia nacional por um longo período. Erlich (1960) destacava que essa análise também carecia de uma compreensão mais global das forças produtivas, visto que só se preocupam com a economia de capital na esfera do capital constante, e não no campo do trabalho.

Na prioridade dada à agricultura, se aproximavam das posições defendidas por Bukhárin. Contudo, enfatizavam o papel do comércio exterior, ou seja, da importação de bens de consumo industriais como o caminho para suprir a demandas por mercadorias desse ramo, levando a um extremo o não investimento no campo industrial. Essa posição foi bastante criticada pois, a partir dessa lógica, a industrialização ficaria dependente do mercado mundial – ao contrário das defesas feitas pela Oposição de Esquerda que apontavam para um protecionismo econômico.

Também é necessário citar Maslov, que defendia que o desenvolvimento da economia soviética só poderia se dar a partir de investimentos que garantissem o aumento do emprego em geral e que produzissem o máximo possível com o menor gasto de capital possível. Dada a grande demanda de investimento para o incentivo da grande indústria, isso implicava na defesa de investimentos sobre a agricultura e a indústria leve.

Bernstein Kogan teria conseguido enunciar o dilema presente nessas posições:

46 ‘Since under our conditions’, Shanin writes, ‘agriculture less capital than industry, preference should be given. The development of agriculture to the full extent of market can absorb ought to have been the basic directive. of achieving an upsurge in the national economy through exports, i.e., of achieving it in the cheapest possible bigg

Ou se economiza recursos de investimento mantendo a intensidade de capital mais baixa possível, e assim condenando a economia soviética à estagnação de longo prazo; ou então se renova o equipamento existente intensivamente, se desenvolve as indústrias básicas, se instala uma infraestrutura poderosa e uma taxa de retorno do investimento consideravelmente mais baixa (NOVE, 1969, p. 128).⁴⁷

Bazarov, um dos economistas da *Gosplan*, propunha a divisão da economia em duas partes, com a existência de um setor prioritário que fosse capaz de fornecer lucros elevados, como a eletrificação e o transporte, e a manutenção do restante relegado a segundo plano. Isso possibilitaria uma venda imediata desses produtos tanto interna quanto externamente (DAVIES, 1986). O autor teria elaborado uma “teoria da curva de nivelamento”, a partir desses investimentos focados e que aos poucos levassem a economia a sua capacidade completa.

Uma economia dotada de reservas consideráveis de capacidade ociosa e baseando seu crescimento de produção primeiramente sobre a utilização mais intensiva das plantas disponíveis experienciará um afinilamento gradual de sua taxa de crescimento a medida em que ela se aproxima de seus limites de total capacidade (ERLICH, 1960, p.60).⁴⁸

Seu diagnóstico da economia soviética seria, na verdade, bastante semelhante ao da Oposição de Esquerda: o reconhecimento de que a demanda de capital para a reconstrução era enorme em termos de volume de investimento por unidade de tempo, e do tempo de duração do período de gestação e que as poupanças voluntárias ou forçadas eram insuficientes para garantir o processo de desenvolvimento sem crises inflacionárias.

Sua conclusão, contudo, era diferente: enquanto a oposição defendia uma aceleração dessas condições, Bazarov apontava para a necessidade de um investimento mais ponderado e lento. Se este ritmo poderia aproximá-lo da posição de Bukhárin, sua ênfase sobre a necessidade da reconstrução parcial ou total da planta industrial o distanciava dele.

Às objeções que afirmavam que tal defesa demandaria um investimento muito alto de capital para serem construídas, Bazarov apontava uma sequência determinada no tempo para que esse problema pudesse ser superado. A prioridade deveria, assim, ser dada à “linhas que produzem bens de consumo de massa e aqueles tipos de meios de produção pelos quais a demanda já atingiu uma proporção grande o suficiente” (ERLICH, 1960 p. 68).⁴⁹

47 “Either save investment resources by maintaining the lowest possible capital intensity, and so condemn the Soviet economy to long-term stagnation; or else renew the existing equipment intensively, develop the basic industries, install a powerful infrastructure and lower considerably the rate of return on investment”.

48 “An economy endowed with considerable reserves of idle capacity and basing its increase in output primarily on the more intensive utilization of the available plant will experience a gradual tapering-off in its rate of growth as it approaches full-capacity limits”.

49 “lines which produce mass-consumption goods and those types of means of production the demand for which has already reached sufficiently large proportions”.

Outra semelhança de Bazarov à oposição é a identificação de que a fonte do desemprego na URSS não seria a deficiência da demanda, mas sim a falta de capital. Contudo, suas conclusões são mais uma vez diferentes daquelas da oposição, defendendo que os desempregados não deveriam afluir às cidades, mas serem absorvidos pela agricultura.

Conjuntamente com Groman, ele defende uma postura realista para pensar a economia, condenando o subjetivismo na condução do planejamento. Quando há a virada na política econômica em 1929, eles são duramente criticados por uma suposta cautela excessiva, que desacreditaria as potencialidades da revolução. (DOBB, 1965) Dzherzhinsky, presidente do VSHNK em 1924, aponta a necessidade de racionalização da produção.

Outros nomes a serem citados são Leonid Krasin, que defendia que só se chegaria ao desenvolvimento econômico se o governo soviético conseguisse obter consistentes empréstimos do exterior, Kacenenbaum, defendendo a obtenção de poupanças voluntárias da população como fonte de financiamento para a industrialização.

Também havia Kondratiev, que defendia uma prioridade ao desenvolvimento da agricultura, partindo do entendimento de que a diferenciação econômica entre os camponeses era necessária à eficácia da agricultura e Tchaianov, o qual refutava a ideia de que as formas capitalistas da agricultura fossem necessárias ao progresso econômico, defendendo a forma de cooperativas verticais (DAVIES, 1986).

Algumas dessas propostas eram vistas como insuficientes, mas acabaram sendo parcialmente implementadas: nos ambientes oficiais tinha-se como certo que as estratégias propostas por Krasin, Kacenenbaum e Bazarov não podiam fornecer uma contribuição de grande alcance à industrialização, mas na prática se tornaram instrumentos úteis mas secundários (DAVIES, 1986, p.95).

2.2.4. Alguns apontamentos

Apesar das diferenças apresentadas nesse debate, é importante também observar as confluências presentes. O conjunto dos envolvidos tinha convicção sobre a importância da manutenção do poder político pelo partido (HOWARD; KING, 1989, p. 289) e da necessidade do desenvolvimento da industrialização e de construção de formas mais coletivas de produção no campo. Havia, contudo, uma diferença em termos de tempo, método e avaliação dos perigos

colocados por cada estratégia que, se não eliminavam um horizonte comum de defesa, diferenciavam grandemente as propostas apresentadas (NOVE, 1969).

Em 1926, ano em que se restaurou o patamar de produção industrial do pré-guerra, há um crescimento no volume das vozes que defendiam uma intensificação da industrialização. Nove destaca a existência de dois princípios em debate. Aqueles que defendiam um desenvolvimento genético da economia e aqueles que defendiam um sentido teleológico. O genético teria uma ênfase sobre a situação vigente, guiando-se a partir das forças de mercado, da lucratividade e das taxas de retorno – exemplos dessa defesa poderiam ser encontrados em Bazarov e Groman. Já o teleológico teria uma ênfase sobre a estratégia de desenvolvimento para uma mudança nas proporções e no tamanho da economia como forma de maximização do crescimento – exemplos são Feldman e Strumilin (BETTELHEIM, 1978).

Em termos de temáticas, como apontado brevemente, as polêmicas apresentadas abrangeram um grande número de questões, como destaca Joana Salém Vasconcelos:

(1) no âmbito da teoria revolucionária, havia o debate gerado pela tese da acumulação socialista originária de Preobrazhensky (1979), algumas vezes erroneamente atribuída a Trotski; (2) na esfera política, punham-se diferentes visões sobre o papel do estado soviético na luta de classes da transição ao socialismo; (3) no campo da política econômica, divergências sobre a política de preços e a deterioração dos termos de troca entre agricultura e indústria; (4) no tocante à teoria econômica, havia debates sobre o papel da lei do valor e da emulação no incremento da produtividade; (5) no nível político-administrativo, existiam contendas sobre quais as prioridades do investimento estatal; (6) no âmbito das novas relações de produção, havia a discussão sobre o papel das transformações culturais na economia; (7) no que se refere à execução dos princípios da revolução, discutiam-se métodos divergentes para alcançar a coletivização agrária. (2013, p. 32)

Enfim, o debate empreendido ao longo dessa década trouxe importantes pontos sobre uma política de transição ao socialismo à tona e teve influência, seja em seus argumentos teóricos e econômicos, seja no seu entrelaçamento com as disputas políticas, sobre os rumos da URSS de então.

O grande debate, ou debates mais adequados, devem ser vistos como ocorrendo em níveis muito diferentes. Havia a luta política pelo poder. Havia o conflito no nível político entre defensores de políticas diferentes em relação aos camponeses, ou taxas de industrialização (tempo), ou 'socialismo em um só país'. Havia discussões e propostas levantadas por especialistas em critério de investimentos e estratégias de crescimento (NOVE, 1969, p.132)⁵⁰

50 “The great debate, or more properly debates, must be seen as taking place at many different levels. There was the political struggle for power. There was the conflict at the political level between advocates of different policies towards the peasants, or on industrialization rates (tempos), or 'socialism in one country'. There were discussions and proposals put up by experts on investment criteria and growth strategies”.

No fim de 1927 os camponeses forneceram metade do cereal referente no mesmo período do ano anterior. Frente a isso, as autoridades obrigaram os camponeses a suprir o resto. Chamadas então de "medidas extraordinárias" elas marcaram o começo do fim da NEP - ainda que oficialmente a NEP não tenha tido um fim exatamente datado, visto que os pronunciamentos da época eram pouco precisos - até 1931 ela ainda figurava na retórica do governo stalinista.

A partir de 1927 é possível localizar, então, dois grupos. O primeiro, a chamada direita, constituída por Bukhárin e Rikov, defende a restauração do equilíbrio de mercado - segundo Davies (1986), ainda que as notas escritas por Bukhárin então tragam as marcas do discurso oficial do período, como ataques aos *kulaks* e a defesa dos *kolkozés* – recusando sempre a violência - é possível reconhecer a defesa da volta de relações de mercado com os camponeses como seu pano de fundo.

Também muda sua ênfase sobre qual seria a direção do desequilíbrio do sistema soviético. Se antes a principal questão era a falta de demanda, e assim seria necessário incentivá-la através do fomento da produção camponesa, eles passaram a, concordando com o diagnóstico da oposição, apontar o excesso da demanda como o risco principal.

Ainda assim, mantinham a crítica à Oposição de Esquerda e a seu plano de industrialização, o qual, ao demorar para dar frutos, contribuiria para a crise. Mais uma de suas frases emblemáticas nesse sentido seria: “é impossível construir uma fábrica hoje com tijolos do futuro” (ERLICH, 1960, p. 83).

Ademais, uma política de preços prejudicial ao campo impactaria mais sobre os camponeses pobres. Seu tema principal, assim, ainda se mantinha a manutenção do bloco operário camponês, e a recusa a dar a qualquer setor da economia uma preponderância que custasse o retrocesso de outro setor. Essas características são importantes pois evitam uma interpretação simplista de Bukhárin, como completa linha auxiliar de Stálin.

Bukhárin esteve, de fato, na linha de frente dos ataques à Oposição de Esquerda em conjunto com Stálin. Contudo, no campo da teoria e da estratégia política, Bukhárin teria uma elaboração independente. Ainda assim, pode-se cair no outro extremo de simplesmente afirmar que, frente ao “giro à esquerda” de Stálin, Bukhárin teria se mantido como defensor do campesinato e teria resistido à Stálin.

Lewin (1974) aponta que se essa interpretação, a qual ele relaciona à autores como Carr e Deutscher, é em parte correta, ela desconsidera as mudanças ocorridas no pensamento de Bukhárin em 1926. Para ele, até 1925 Bukhárin luta para que NEP se torne uma realidade

firmemente estabelecida – a forma para uma evolução para uma sociedade socialista - e atacava a esquerda por esta acusar o partido de burocratização.

Lewin considera que, a partir de 1926 ele muda sua posição sobre esses dois pontos, admitindo a necessidade de aumento da industrialização e combate à burocratização com maior ênfase. Ainda assim, haveria continuidades, principalmente no que diz respeito à percepção do sistema social e econômico em termos de equilíbrio e da relação prioritária com o campesinato.

Já o segundo grupo, composto por Kuibitchev e Kaganotich defendiam que, pelo contrário, a crise cerealista demonstrava a grande eficácia e necessidade dos métodos administrativos para lidar com a situação. Nesta época, a Oposição de Esquerda já havia sido excluída do debate político.

Stálin em um primeiro momento diz apoiar Bukhárin, mas cada vez mais defende um desenvolvimento industrial que faça a Rússia capaz de produzir ela própria todo o material necessário para o desenvolvimento econômico. Quando ele finalmente se volta contra Bukhárin e defende um processo de industrialização acelerado, e depois ainda a coletivização forçada dos campos, ele busca fazê-lo ainda assim se diferenciando da oposição:

O bloco de oposição pressupôs um conflito entre indústria e agricultura e está a caminho de romper a indústria da agricultura. Ele não percebe e não quer admitir que é impossível desenvolver a indústria negligenciando os interesses da agricultura e manter esses interesses de uma forma grosseira. (STALIN *apud* ERLICH, 1960, p. 96).⁵¹

Diversos autores apontam uma possível continuidade entre as defesas da oposição de esquerda, e de Preobrazhensky mais especificamente, e as medidas implementadas por Stálin a partir de 1929, de aceleração da industrialização e coletivização forçada do campo. Considera-se não ser possível traçar tal continuidade, e essa questão será alvo de análise no próximo capítulo desta dissertação, à luz de outros debates como a questão do socialismo em um só país.

2.3. Acumulação Socialista Primitiva

Parte-se agora para a análise da obra de maior envergadura produzida por Preobrazhensky, *A Nova Econômica* (1979). Ao longo desta sessão se buscará analisar a forma

51 The oppositionist bloc assumed a conflict between industry and agriculture and is headed toward breaking industry away from agriculture. It does not realize and it does not admit that it is impossible to develop industry while neglecting the interests of agriculture and hurtling these interests in a rude fashion

como o autor trata as categorias da economia política marxista, bem como quais os principais traços que caracterizam sua teoria de acumulação socialista primitiva.

O projeto original do livro *A Nova Econômica* incluía dois volumes. O primeiro, que foi de fato publicado, se debruça sobre questões teóricas e o segundo seria sobre o debate histórico, sobre a realidade na URSS e uma apreciação das ideias socialistas e comunistas sobre o socialismo. O livro *A Nova Econômica*, que foi de fato publicado, seria a primeira parte deste primeiro volume. A segunda parte trataria especificamente da história da teoria socialista, objetivo parcialmente completado em dois artigos publicados por Preobrazhensky sob o nome “Concepções Socialistas e Comunistas do Socialismo”, os quais só estão disponíveis em russo. Além do conteúdo desses artigos, a segunda parte deste volume pretendia ter também conteúdo sobre Lênin e os bolcheviques – parte que nunca foi escrita.

O segundo volume nunca chegou a ser publicado, embora parte do seu conteúdo esteja presente em artigos publicados separadamente. Três artigos sobre o equilíbrio econômico sob o capitalismo concreto e sob o sistema soviético foram publicados em 1926 e 1927, os quais têm tradução disponível em inglês e foram utilizados como fonte para esse trabalho. Esses artigos seriam a parte 1 do volume II, constituindo a parte teórica deste volume, que tinha como objetivo fazer uma análise concreta da economia soviética – contendo, em sua segunda parte, equações algébricas dos esquemas de reprodução discutidos teoricamente na parte 1. Essa segunda parte nunca foi escrita.

Da primeira parte do primeiro livro *A Nova Econômica*, fragmentos já haviam sido publicados em artigos separados anteriormente - o segundo e o terceiro capítulos do livro já haviam sido impressos no Mensageiro a Academia Soviética. Na edição analisada, portanto, Preobrazhensky procura dialogar com as críticas recebidas aos artigos publicados anteriormente. Um exemplo disso é o fato de ele retirar a palavra exploração quando se refere à “alienação de uma parte do sobreproduto da economia privada em proveito dos fundos da acumulação socialista.” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 42), uma clara resposta às críticas de Bukhárin e Rykov que o acusavam de defender a exploração do campesinato pelo proletariado, como já exposto na sessão anterior deste trabalho.

Preobrazhensky enumera no prefácio do livro as objeções que seus artigos haviam recebido até então e as rebate. Estas se deram sobre três eixos: (i) questões metodológicas; (ii) sobre a existência de duas leis em vigência na economia soviética; (iii) sobre as trocas não-equivalentes com a economia privada. As temáticas apresentadas brevemente neste prefácio serão exploradas de forma mais profunda no restante da obra e optou-se por apresentar sua

argumentação presente no prefácio para os momentos em que cada tema será tratado ao longo da análise do livro propriamente dito.

2.3.1. *Nova Econômica – um debate metodológico*

Prossegue-se agora à análise do restante do livro. A obra é dividida em três capítulos: o primeiro trata da questão metodológica quando da análise da economia soviética; o segundo fala especificamente da lei da acumulação socialista primitiva e, o terceiro, sobre a lei do valor na economia soviética.

O primeiro capítulo é intitulado “Sobre o Método de Análise Teórica da Economia Soviética”. Longe de se restringir a uma discussão completamente teórica sobre metodologias, propõe o seu debate em relação à análise do concreto. Isso se relaciona justamente à metodologia marxista, da qual o autor parte, que não traz as categorias prontas para encaixá-las na realidade, mas, ao contrário, analisa a realidade para a elaboração de categorias abstratas.

Donald Filtzer (1976), em sua tese sobre a reprodução ampliada em Preobrazhensky, aponta a importância que a compreensão da natureza das categorias marxistas tem para a leitura da obra do autor. Segundo ele, a teoria da acumulação socialista primitiva de Preobrazhensky depende necessariamente da premissa de que as categorias de análise são transitórias historicamente e representações ideais de tipos específicos de relações sociais. Filtzer aponta que a naturalização de categorias é uma consequência da fetichização das relações sociais, que aparecem como coisas cristalizadas.

É só através da tradução do trabalho humano concreto em valor, em valor abstrato e alienado que tenha tido suas características concretas e úteis completamente apagadas dele e seja assim comum a todos os produtores, que a troca, como *sine qua non* da produção capitalista, pode existir. O ato da troca requer e pressupõe que relações diretas entre produtores sejam abolidas e que toda produção e relações sociais sejam mediadas através de coisas. Consequentemente, essas relações se tornam objetificadas na consciência humana precisamente por que elas se tornaram objetificadas na vida social (FILTZER, 1976, p.26).⁵²

52 “It is only through the translation of man’s concrete labor into value, into abstract, alienated labor that has had its concrete and useful characteristics completely effaced from it and is thus common to all producers, that exchange, as *sine qua non* of capitalist production, can take place. The act of exchange requires and presupposes that direct relations between producers are abolished and that all production and social relations are mediated through things. Hence these relations become objectified in human consciousness precisely because they have become objectified in social life”.

O autor também cita Rubin, para se referir às categorias econômicas marxistas. Estas expressam relações de produção entre as pessoas e são, portanto, localizadas historicamente.

As categorias econômicas expressam relações de produção diferentes entre as pessoas e funções sociais que correspondem a elas, ou as formas social-econômicas das coisas. Essas funções ou formas tem um caráter social porque elas são inerentes, não às coisas em si, mas às coisas que são partes de um ambiente social definido, notadamente coisas através das quais as pessoas entram em relações de produção determinadas umas com as outras. Essas formas não refletem as propriedades das coisas, mas as propriedades do ambiente social (RUBIN *apud* FOLTZER, 1976, p. 32).⁵³

Soma-se às citações já elencadas acima, um trecho do próprio Preobrazhensky, retirado do terceiro capítulo da Nova Econômica, que demonstra seu tratamento dessas categorias.

O que denominamos de categorias da economia política são descrições logicamente puras, ideais das relações reais de produção, troca e repartição que se estabelecem com base na produção mercantil e mercantil capitalista. (...) É a descrição científica desses tipos de relações de homens entre si (e não de coisas entre si ou de homens entre coisas), a partir da produção mercantil e mercantil capitalista que Marx designa por categorias da economia política; estas categorias conseqüentemente, descrevem adequadamente as relações reais quotidianas do capitalismo mas, na ciência, essas relações são reproduzidas de modo abstrato, sob sua forma pura (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 168-9).

Posto que as categorias marxistas da economia política são históricas, se referindo à análise do capitalismo, Preobrazhensky encontra dois problemas sobre que método usar para analisar a economia soviética, os quais se referem à diferença do objeto encontrado por ele daquele analisado por Marx, o capitalismo clássico. Essas diferenças são a existência de um capitalismo em decadência e de um novo sistema econômico.

Preobrazhensky expõe o método da economia de Marx enquanto altamente abstrato, sendo sua primeira abstração aquela da estrutura da superestrutura: "o marxismo começa a análise a partir do centro evolutivo de todas as modificações e de todo movimento, quer dizer, a partir da economia, separando-a de todo o resto, num momento determinado do estudo, pela força da abstração" (1979, p. 52). Apesar de a utilização da terminologia estrutura/superestrutura por Preobrazhensky poder parecer mecanicista, consideramos que a forma como interpreta essa relação não caminha nesse sentido, mas sim de uma relação dialética.

⁵³ economic categories express different production relations among people and the social functions which correspond to them, or the social-economic forms of things. These functions or forms have a social character because they are inherent, not in things as such, but in things which are parts of a definite social environment, namely things through which people enter into certain production relations with each other. These forms do not reflect the properties of things but the properties of the social environment.

Contudo, haveria ainda a necessidade de um segundo nível de abstração, feito em cima da estrutura já abstraída da superestrutura, de reconhecimento das leis de funcionamento do capitalismo a partir de seu conceito puro. A partir dessa abstração, ficariam claras as particularidades desta estrutura econômica que exigem um método analítico abstrato adequado para estudá-las, diferente de uma metodologia geral sociológica.

O primeiro movimento de abstração consistiria na utilização do materialismo dialético em geral, como o método sociológico universal de Marx. Já o segundo apontaria para a elaboração das categorias próprias à análise do capitalismo, ou seja, da economia política.

É possível perceber aqui uma tendência a separar o método do objeto, quando este na verdade tem sua origem no próprio objeto – ainda assim, mesmo que de forma mais específica no segundo momento de abstração, Preobrazhensky reconhece a historicidade do método e sua direta referência ao objeto que analisa. Será seguida a ordem proposta por Preobrazhensky para acompanhar seu raciocínio.

O autor então situa que a análise de um sistema em que a essência das coisas e sua manifestação não coincidem só poderia ser feita a partir de uma análise crítica e abstrata da lei do valor. Para a análise marxista do capitalismo, assim, seria necessário o método dialético abstrato e o conceito de lei de valor - este segundo ponto seria uma diferença para a análise de sociedades nas quais a lei do valor ainda ou não mais regula.

Assim, dada a alteração do objeto de estudo, que deixa de ser o capitalismo para ser uma sociedade de economia socialista mercantil, e dada a historicidade das categorias marxistas, Preobrazhensky propõe a substituição da economia política, adequada para a análise do capitalismo, pela noção de tecnologia social:

Mas se, no domínio da realidade econômica, a mercadoria do modo de produção capitalista é substituída, na economia planificada, pelo produto; se o valor é substituído pela medida do tempo de trabalho; se o mercado (enquanto domínio de manifestação da lei do valor) é substituído pela contabilidade da economia planificada; se a mais-valia é substituída pelo sobreproduto, do mesmo modo, no domínio da ciência, a economia política é substituída pela tecnologia social, isto é, pela ciência da produção social organizada. (1979, p. 55).

O autor afirma que a economia política, segundo Marx, não seria uma tecnologia social, pois estuda apenas as relações de produção de uma forma de economia espontânea e não organizada, com os tipos de regulação que são inerentes somente a esta forma, isto é, os tipos de regulação que se manifestam com base na lei do valor. A lei do valor imporá limitações ao planejamento, mesmo que os agentes estivessem delas cientes.

Preobrazhensky passa a se perguntar, então, o que teria mudado no objeto de estudo. No caso de uma sociedade de produção socialista plenamente organizada e planejada, ele afirma que ainda haveria a submissão das atividades dos homens à necessidade e suas relações sociais estariam subordinadas a leis. Obviamente a regulação não se daria mais a partir da lei do valor, como no capitalismo, mas haveria ainda um tipo de regulação. Ele dialoga com críticas recebidas a sua defesa de chamar a regulação dentro de um regime socialista de lei. Para rebater tais críticas, ele cita trechos do *Anti-dühring* de Engels, parte dos quais são reproduzidos aqui:

As leis de sua própria atividade social que, até o presente, levantavam-se contra os homens enquanto leis da natureza, estranhas a eles e os dominando, são a partir de agora aplicadas e dominadas pelos homens plenamente conscientes.

(...)

A liberdade consiste unicamente nisto: o homem social, os produtores associados, regulam de modo racional suas trocas com a Natureza e as submetem a seu controle coletivo, em lugar de se deixar dominar por elas como uma força cega (...) Mas este domínio continua o da necessidade. É além dela que começa este desenvolvimento das energias humanas que constitui um fim em si mesmo o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode desabrochar sobre a base deste império da necessidade. (ENGELS *apud* PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 57-8)

Preobrazhensky destaca que não se fala de supressão das leis da atividade social dos homens, só que a lei do valor deixa de existir. A característica fundamental das leis que regulam os regimes socialistas e comunistas seria a sua adaptação e utilização pelos homens. “É nisso que consiste a diferença entre as leis da produção capitalista e as regulações econômico-sociais da economia socialista planejada. O determinismo domina aqui também mas são diferentes as formas da dependência e as formas da causalidade (*ibidem*, p. 59).

Um exemplo que ele cita para ilustrar essa diferenciação é o de um hipotético aumento da demanda de calçados em uma sociedade socialista. Ele aponta que, ao contrário do capitalismo, onde isso só poderia ser verificado *a posteriori*, pela prova do mercado, na sociedade socialista isto terá sido previsto de antemão. Ainda que ele componha, assim, o planejamento, o aumento das necessidades segue sendo um fator objetivo – seja pelo aumento populacional ou pelo cálculo da durabilidade dos sapatos existentes, por exemplo, o qual não resulta de uma variação decorrente da influência consciente da própria sociedade visando a substituição de um tipo de calçado por outro e a produção não acarreta deliberadamente novas demandas. Desta forma, sob o socialismo, a regulação não se impõe por intermédio do mercado. A presença da regulação se apresenta não *a posteriori*, como no capitalismo, mas se manifesta previamente com o conhecimento dos organismos econômicos reguladores da sociedade (*ibidem*, p.61). Esta antecipação do processo regido por leis constitui justamente o primeiro traço característico da produção socialista, da nova produção, traço que a distingue da antiga.

Em segundo lugar, a dependência mútua das diferentes partes do mecanismo de produção também se faz sentir não de modo espontâneo, mas sim como parte do planejamento elaborado pelo estado soviético, a partir da figura da *Gosplan*. Disso decorre que as possibilidades de utilização da força de trabalho e dos recursos naturais existentes são maiores do que aquelas sob as condições apresentadas pelo capitalismo, já que seu planejamento em conjunto permite a organização de diversas combinações não possíveis pela anarquia capitalista. Isso significa que, a partir de uma mudança qualitativa, abre-se a possibilidade para um aumento quantitativo da produção.

Essas diferenças seriam, portanto, a justificativa da impossibilidade de se trabalhar meramente com o arsenal teórico forjado pela economia política fazendo com que, com a mudança do objeto, também se tornasse necessário mudar as categorias de análise a ele vinculadas.

Com o desaparecimento da lei do valor da realidade econômica desaparece igualmente a velha economia política. Uma nova ciência ocupa agora o seu lugar a ciência da previsão da necessidade econômica numa economia organizada, a ciência que – no campo da produção ou em outro - visa obter o necessário do modo mais racional (*ibidem*, p. 62).

Contudo, ao tratar da realidade soviética daquele momento, fala-se não de um sistema socialista puro, mas de um momento de transição. Nesse momento, coexiste um princípio de planificação com a lei do valor. Para analisá-las, ele destaca o fato de que a mera descrição dos fenômenos não seria suficiente, sendo necessário usar o método analítico abstrato, o qual já foi apresentado no início desta sessão, sobre esta realidade para revelar os aspectos puros das tendências que se enfrentam. Enquanto sobre a lei do valor já haveria uma vasta produção, Preobrazhensky aponta a dificuldade de tratar da lei de acumulação socialista primitiva - e é isso que ele passará a explorar a seguir.

O primeiro questionamento proposto pelo autor é se seria correto falar da existência de uma lei de acumulação socialista primitiva ao invés de simplesmente se referir a um princípio de planificação e sua implementação prática. Falar especificamente dessa temática também é uma resposta às críticas recebidas pelos artigos que ele havia publicado anteriormente sobre o tema - ele trata dessas críticas e de sua resposta a elas brevemente também no prefácio dessa obra. As objeções que tratavam da questão das duas leis em funcionamento na economia soviética revelariam, para Preobrazhensky, uma concepção naturalista e a-histórica da lei valor, a qual seria vista como a reguladora dos gastos com mão de obra em geral, em qualquer sistema social, ao invés de específica ao regime mercantil capitalista.

Além disso, ao afirmarem que a lei do valor seria a única em vigência na URSS, seus opositores teriam negado o caráter socialista da economia soviética - aqui Preobrazhensky faz uma ressalva de que esse caráter ainda poderia ser considerado bastante primitivo - e negando também a existência de uma luta na economia soviética entre tendências da economia mercantil e as tendências do desenvolvimento socialista. Essa concepção, para ele, se aproxima daquela defendida pelos mencheviques.

Uma outra abordagem dessa mesma objeção se centra sobre o reconhecimento da existência de uma luta entre o princípio de planificação contra o mercado, mas a impossibilidade de se afirmar a existência de uma luta da lei do valor contra uma lei da acumulação socialista primitiva. Ele questiona esse aspecto da crítica afirmando que, sob essa interpretação, a lei da acumulação socialista primitiva se reduziria à lei do *Sovnarkom* (Conselho de Comissários do Povo). Esses críticos que afirmam a existência da lei do valor, ou seja, de uma regulação objetiva da economia mercantil, ao negar a existência de uma regulação objetiva ao processo de reprodução ampliada do Estado soviético negariam também a possibilidade de uma análise científica dessa realidade, a partir de critérios de causalidade de determinações.

O autor defende a utilização do conceito de lei, retomando seu sentido sociológico geral - “uma repetição das consequências quando da reprodução de causas relativamente semelhantes numa conjuntura social que é relativamente a mesma” - e em seu sentido econômico - “uma repetição das consequências que decorre da reprodução de um tipo determinado de relações de produção” (*ibidem*, p. 64). A essas definições, ele soma a necessidade de, em um momento de transição, haver um esforço consciente para a constituição de um novo tipo de relação de produção.

Todo o conjunto de tendências conscientes e semiconscientes, dirigidas para o desenvolvimento máximo da acumulação socialista primitiva, constitui justamente esta necessidade econômica, esta lei coercitiva da existência e do crescimento de todo o sistema, que pressiona incessantemente a consciência do conjunto dos produtores da economia estatal e os conduz ainda e sempre a repetir as ações dirigidas para a realização do ótimo de acumulação numa conjuntura dada (*ibidem*, p.66).

No caso da transição socialista, as tarefas inerentes dessas tendências conscientes e semiconscientes incluem uma continuação da reprodução ampliada das relações socialistas, a extensão dos meios de produção que pertencem ao governo proletário, a união de um número sempre maior de trabalhadores em torno desses meios, o aumento da produtividade do trabalho em todo o sistema e a sua reprodução ampliada.

Ainda assim, o autor destaca mais uma vez o caráter determinado dessas ações conscientes. Por exemplo, o aprofundamento do trabalho de planificação imposto à economia coletiva é visto como uma lei externamente coercitiva, ele é necessário dentro desse regime, e não somente uma decisão voluntária de seus membros - a elaboração do primeiro plano quinquenal pela *Gosplan* é citada como um exemplo. Essa lei de regulação dita certas proporções para a organização no interior da economia estatal, há um mínimo necessário para a reprodução ampliada que é imposto de modo coercitivo para sua resistência.

Desconhecer a existência desta lei, ignorar que ela tem um caráter coercitivo para a economia estatal e que influi sobre a economia privada, constitui não somente um erro teórico, uma obstinação mental e um conservadorismo, mas uma coisa perigosa na prática, em termos da luta pela existência de todo nosso sistema econômico coletivo. (*ibidem*, p. 77)

Isso leva Preobrazhensky a destacar o essencial papel do planejamento dentro da economia soviética. Isso é uma justificativa a seu próprio esforço teórico, pois ele afirma o seguinte:

Entre nós, onde existe a economia estatal centralizada do proletariado, e onde a lei do valor está limitada e parcialmente substituída pelo princípio do planejamento, a previsão desempenha um papel absolutamente excepcional em comparação com a economia capitalista e, os erros de previsão podem ter, em razão da administração centralizada da economia, consequências mais graves do que os erros dos dirigentes das empresas privadas [...] a teoria aparece como o único meio seguro, e o mais democrático, que assegura a todos os trabalhadores uma previsão científica no que diz respeito à direção planificada. Daí o papel propriamente produtivo de uma adequada teoria científica da economia soviética. (*ibidem*, p.46)

Ele afirma, assim, que a responsabilidade dada à ciência durante o período socialista atinge uma escala desconhecida durante o período capitalista, sendo possível conceder-lhe um papel não só científico, mas produtivo.

A segunda indagação levantada por Preobrazhensky questiona se seria possível e correto metodologicamente analisar os efeitos da lei sob sua forma pura, abstraindo a política econômica real do governo soviético. Ele considera tal fato correto pois esse é o método de Marx, a análise da economia em primeiro lugar - remetendo ao prefácio de sua *Crítica da Economia Política*, quando se trata da questão da estrutura e superestrutura.

É possível ainda indagar-se o quanto essa decisão também não tem uma influência do contexto político em que ele se encontra. O livro foi publicado em 1926, período em que a Oposição de 1923, a qual ele compôs, encontra-se desarticulada – só voltará a organizar-se em 1927, mas que não deixa de ser atacada por isso. O debate da política econômica sem referência

direta à direção do partido poderia ser uma forma de tentar retirar o debate do campo das falsas polêmicas.

Ainda assim, como será visto no terceiro capítulo, o debate econômico é também um dos debates que aglutina a oposição e, ainda que em seus escritos teóricos Preobrazhensky não aluda diretamente à direção partidária, acredita-se ser possível reconhecer aqui também toda uma série de debates e críticas que compõe o programa geral das oposições.

Voltando ao debate metodológico, Preobrazhensky aponta outra dificuldade acrescida àqueles que procurassem não utilizar o método de abstração no que se refere ao ambiente de um regime especificamente socialista. Isso se dá pelo fato de que uma política imposta por pressões externas têm a aparência de uma decisão assumida com toda a liberdade. Isso se refere à própria natureza da sociedade socialista, onde, como já se disse, à reação às determinações da necessidade se dá *a priori* e não *a posteriori*.

Ao não buscar abstrair as características dessa regulação, portanto, corre-se o risco de englobar tudo dentro da esfera do livre-arbítrio voluntário da tomada de decisões do governo. Se a mudança do objeto obriga a passagem da economia política para a tecnologia social, o momento de transição demanda uma ciência que ainda estaria para ser criada pelos economistas soviéticos. O método escolhido por Preobrazhensky é, então, fazer a análise separada do setor socialista e do setor mercantil da economia soviética, procurando ao fim traçar uma síntese.

A última indagação metodológica feita pelo autor consiste no questionamento sobre a existência de duas leis em conflito na economia soviética. Se sim, qual delas consistiria em seu regulador único? Sua resposta inicial para isso é que de fato existem duas determinantes simultâneas – o que não seria nem ao menos uma novidade histórica, visto que os momentos de transição entre modos de produção também teriam comportado a existência de reguladores simultâneos.

Essa contradição estaria presente, por exemplo, no interior da própria economia estatal, a qual ao mesmo tempo em que não se trata de uma produção com vistas ao lucro, também não é, todavia, uma produção com vistas ao consumo dos trabalhadores da economia estatal e, menos ainda, de todos os indivíduos da economia privada. Essa é sua contradição interna, ligada tanto à natureza desta economia como às condições da luta por sua existência e crescimento. Contudo, Preobrazhensky já antecipa aqui o fato de que a contradição entre uma e outra tendência no interior da economia estatal não adquire a forma de um antagonismo entre classes.

2.3.2. Nova econômica – um debate sobre a Lei da Acumulação Socialista Primitiva

O segundo capítulo do livro de Preobrazhensky trata diretamente da lei da acumulação socialista primitiva e é dividido em duas partes: “Acumulação capitalista primitiva e acumulação socialista primitiva” e “A luta entre as duas leis”.

Na primeira destas Preobrazhensky faz uma comparação entre o período de acumulação primitiva socialista e capitalista, traçando suas diferenças e semelhanças, já destacando que as diferenças são muito mais numerosas. Será seguida a argumentação do autor, buscando debater acerca de cada tema levantado.

Acumulação Socialista e Capitalista Primitiva – uma comparação

Uma diferença apontada por Preobrazhensky consiste nas condições necessárias para que o processo de acumulação de fato se dê, seja de forma capitalista ou socialista. A reprodução capitalista precisaria de uma acumulação anterior de capital suficiente para a aplicação de uma técnica mais evoluída, a presença de um contingente de operários assalariados, o desenvolvimento suficiente do sistema de economia mercantil em geral.

Para tanto, teria sido necessário um longo período de pilhagem da pequena produção para que a produção capitalista demonstrasse sua superioridade técnica e econômica sobre a produção artesanal. Essa pilhagem se teria se dado a partir do capital comercial, da coerção e expropriação das populações camponesas, dos impostos estatais e da política colonial – elementos muitas vezes mediados a partir da violência.

A superioridade técnica e econômica das formas de produção capitalistas teria emergido de forma fragmentada, sendo possível poucas empresas que representem a nova economia iniciar um movimento de progressão sem que a transição se realizasse de modo maciço e simultâneo - não haveria uma demanda, portanto, de um planejamento inicial e centralizado para a mudança do paradigma tecnológico.

À medida que os principais ramos de produção se tornassem capitalistas, a acumulação com base na produção diretamente aumentaria, ou seja, aquela baseada diretamente na extração da mais-valia, que contaria com um enorme desperdício da força de trabalho do proletariado em nome da maior economia possível dos meios de produção, no interesse, conseqüentemente da redução do curso de fabricação das mercadorias. Essas seriam as características principais do período de Acumulação Primitiva do capitalismo, assim denominada por Marx por não ser um resultado histórico, mas sim a base histórica da produção especificamente capitalista - de acordo com a exposição de Preobrazhensky.

Já o início da acumulação socialista teria como pré-condições o acúmulo de um mínimo de meios sob a forma de recursos produtivos materiais “...para que o conjunto da economia estatal possa desenvolver todas suas vantagens econômicas e estabelecer seus novos fundamentos técnicos.” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p.92) O primeiro pré-requisito para tanto seria a nacionalização da grande indústria. Embora esse consista em seu primeiro grande ato, é essencial apontar que ele não lhe seria suficiente. Ao contrário da acumulação capitalista que, como já citado, teve seus saltos de desenvolvimento técnico impulsionados de forma espontânea e fragmentada entre as diversas empresas existentes e isso foi suficiente para colocar em outro patamar os parâmetros da produção social como um todo, Preobrazhensky aponta que nenhuma acumulação em pequenas proporções seria suficiente para resolver a questão da organização socialista da economia. Isso significaria, no campo da tecnologia e do planejamento, a necessidade de atingir a técnica capitalista vigente então dentro da economia estatal em geral.

Contudo, se ele destaca a demanda pela técnica capitalista, também aponta a necessidade de uma organização científica do trabalho, através de uma planificação de todo o complexo da economia estatal. Ademais, aponta que esse desenvolvimento tecnológico deveria se dar enquanto sistema geral e não somente em partes isoladas, visto que a interdependência do movimento do conjunto do sistema torna absolutamente impossível um progresso descoordenado segundo o método da guerrilha capitalista, da iniciativa individual e da concorrência.

Mais do que somente a descrição da diferença dessas condições prévias necessárias, há também uma diferença quanto à sua temporalidade. A produção capitalista nasceu e se desenvolveu antes das revoluções burguesas. Sua acumulação primitiva se passou durante uma época em que no plano político predominava o absolutismo e no plano econômico a produção feudal e as relações servis.

A acumulação socialista, por outro lado, só poderia começar a partir da tomada do poder pelo proletariado. O complexo da produção estatal socialista só poderia nascer da ruptura do antigo sistema em todas as suas frentes. Isso traria desafios para a transição em si, mas também para sua análise.

O autor destaca a dificuldade de estudo do objeto, visto que, se nenhuma formação econômica pode se desenvolver de forma pura, mas sempre o faz a partir do afastamento de outras formas econômicas que desaparecem progressivamente, a análise se torna ainda mais difícil nos casos em que a forma econômica progressista ainda não domina a esfera da economia – como é o caso da transição ao socialismo.

Outrossim, o fato de que a acumulação socialista só se inicia após a revolução e que se dá de forma processual implica no reconhecimento de que a acumulação socialista primitiva ocorre simultaneamente à produção socialista e em parte à acumulação socialista com base na produção – esta última definida como:

...a adição, aos meios de produção em funcionamento, de um sobreproduto que foi criado no interior de uma economia socialista já constituída e que não servirá para uma repartição suplementar entre os agentes da produção socialista e o Estado socialista, mas será empregado na reprodução ampliada. (*ibidem*, p. 94-5).

Preobrazhensky aponta, contudo, que essa simultaneidade não alteraria o caráter “primitivo” ou “prévio” da acumulação socialista primitiva, pois essa manteria a essência da acumulação primitiva capitalista - a constituição das condições prévias para o desenvolvimento da acumulação dentro daquele sistema determinado.

É interessante observar que, ao destacar a simultaneidade desse fenômeno na transição ao socialismo, o autor acaba afirmando a não simultaneidade desse dentro do sistema capitalista, o qual constituiria uma etapa posteriormente superada com o desenvolvimento pleno das formas de acumulação e autorreprodução do capital - no máximo, ele admite que esse processo foi simultâneo ao primeiro período do desenvolvimento da indústria capitalista.

Para aprofundar essa discussão, é interessante observar como ela se apresenta em Marx. Para traçar o conceito de acumulação primitiva para Marx parte-se do célebre capítulo XXIV do Livro I de O Capital (2013), da seção “Formas que precederam a produção capitalista” dos *Grundrisse* (2011b), a correspondência entre ele e Vera Zaslitch e sua resposta à redação da *Otechestivenye Zapiski* (2013).

No capítulo XXIV do Livro I de O Capital, Marx aponta a existência de um ciclo vicioso onde acumulação de capital pressupõe a existência das condições de sua reprodução ao mesmo tempo em que as produz: “porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias” (2013, p.785).

Desta forma, ele aponta para a necessidade de ter havido um período anterior ao capitalismo, uma pré-história do capital, em que se acumularam as condições necessárias para acumulação de fato capitalista. Marx define a polarização do mercado entre proprietário dos meios de produção e o proletário enquanto a condição fundamental da produção capitalista. “A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (2013, p.786).

Em sua resposta à redação da *Otechestivenye Zapiski* e em sua correspondência com Vera Zasulich, o autor reafirma esta interpretação de seu capítulo: seu objetivo seria mostrar o movimento histórico que, “divorciando os produtores de seus meios de produção, converteu os primeiros em assalariados e os detentores dos últimos em capitalistas” (MARX; ENGELS, 2013, p. 66).

Segundo Marx, este teria sido um processo de libertação do proletariado em dois sentidos: tanto no sentido de não constituir ele próprio posse de ninguém, e ser, portanto, livre, quanto de estar livre da posse dos meios de produção de sua própria existência.

De um lado, são pressupostos processos históricos que colocaram uma massa de indivíduos de uma nação, etc., se não de início na condição de trabalhadores realmente livres, ao menos na de trabalhadores que o são potencialmente, cuja única propriedade é sua capacidade de trabalho e a possibilidade de trocá-la por valores existentes; indivíduos frente aos quais todas as condições objetivas da produção se apresentam como *propriedade alheia*, como sua *não propriedade*, mas ao mesmo tempo permutáveis como *valores* e, em consequência, apropriáveis até ‘certo ponto’ pelo trabalho vivo. (MARX, 2011b, p. 412)

A base deste processo seria a expropriação da terra do campesinato. À ela, Marx soma, nos *Grundrisse*, a dissolução das relações em que o trabalhador figura como proprietário do instrumento e a perda dos meios de consumo para viver como produtor - resultado da sua expropriação da terra e dos meios de trabalho.

Ele destaca, no capítulo XXIV, que os meios utilizados para este processo de expropriação não foram puramente econômicos, mas também violentos. Ele cita o exemplo do processo dos cercamentos como uma evidência da forma como a lei e o Estado se tornaram veículos de roubo das terras dos camponeses. Marx resume assim esta formulação:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre. (MARX, 2013, p.804)

Os trabalhadores têm, então, de adquirir a disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, a qual lhes é submetida “por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas” (MARX, 2013, p.808).

Com o tempo, inicia-se um processo de naturalização das exigências do modo de produção capitalista por parte dos próprios trabalhadores - ainda que isso não elimine por

completo a necessidade do uso de violência extra econômica. A relação de dominação capitalista pressupõe a apropriação da vontade alheia (MARX, 2011b) e destacar este caráter demonstra como Marx não via as classes como reduzidas a suas posições econômicas e, tampouco via suas subjetividades reduzidas à reflexo destas posições: a construção de uma classe trabalhadora que via com naturalidade as relações do capital foi, justamente, uma construção - nada natural como o destaca veementemente Marx. Uma construção parte do processo de acumulação primitiva, ou seja, parte da base necessária ao desenvolvimento do capitalismo.

Ele descreve a forma como a legislação foi utilizada historicamente para comprimir os salários de modo a garantir a acumulação, em um momento em que a composição orgânica do capital ainda era baixa e que, portanto, a subordinação do trabalho ao capital ainda era formal. Nesse sentido, há um destaque para como ferramentas como o Estado e o direito foram utilizadas para a implementação de violência não econômica para a consecução da acumulação primitiva do capital.

Como pode-se ver, a ênfase de Marx se dá sobre o processo de formação das relações capitalistas e estabelecimento de seus sujeitos, ou seja, proletários e capitalistas. É claro que é necessário que haja um nível de desenvolvimento suficiente para que seja possível concentrar esses meios de produção – é por isso que este processo se dá em um momento histórico determinado e não em outro. Sua elaboração não diz respeito meramente a acumulação de capital, no sentido material, suficiente para o início da produção. Pelo contrário, ele destaca a gênese do capital como a gênese da relação capitalista - o capital já surge como relação e não como coisa.

Por essa razão, nada pode ser mais estúpido do que conceber essa formação primitiva do capital como se ele tivesse acumulado e criado as condições objetivas da produção e as tivesse então oferecido ao trabalhador delas *despojado*. Ao contrário, a fortuna em dinheiro em parte contribui para *despojar* dessas condições as forças de trabalho dos indivíduos aptos ao trabalho; (MARX, 2011b, p.418)

Ainda assim, no capítulo XXIV, Marx (2013) aponta, para além do processo de expropriação já descrito até aqui, a empresa colonial bem como a dívida pública como formas de acumulação de capital, neste sentido material, entre os capitalistas.

Nos *Grundrisse* (2011b), ainda, ele destaca que o capital teria origem na fortuna mobiliária acumulada mediante a usura e mediante lucros mercantis. Contudo, que esta fortuna acumulada só se tornaria capital porque encontrou trabalhadores livres e meios materiais e de subsistência livres.

Ao contrário, sua [do capital] *formação primitiva* se dá simplesmente pelo fato de que o valor existente como *fortuna em dinheiro* é capacitado pelo processo histórico da dissolução dos antigos modos de produção para, por um lado, *comprar* as condições objetivas do trabalho e, por outro lado, receber em troca, por dinheiro, o próprio trabalho *vivo* dos trabalhadores tornados livres. (MARX, 2011b, p.417)

Cabe destacar que este processo de acumulação primitiva não consiste em regra para Marx o qual deveria ser seguido como uma etapa do desenvolvimento histórico geral da humanidade. Ele o aponta como uma tendência somente do desenvolvimento da Europa Ocidental de sua época. É possível ver isto claramente em sua carta à redação da *Otechestvenye Zapiski*, onde ele questiona a interpretação de sua obra dada por Michailovski.

Ele ainda tem necessidade de metamorfosear totalmente meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem, para acabar chegando à formação econômica que assegura, com o maior impulso possível das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral possível de cada produtor individual. (MARX; ENGELS, 2013, p.68)

A compreensão do processo de acumulação primitiva enquanto um processo de expropriação e, por consequência, de criação de trabalhadores livres de um lado e proprietários dos meios de produção de outro, e não a sua redução à acumulação material de capital também é reforçada pela interpretação dada por Virgínia Fontes (2010) sobre o processo de expropriação.

Fontes considera que a “expropriação massiva é condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista” (2010, p. 22). A autora critica David Harvey, para quem a expropriação seria um momento anterior à normalidade do capital de acumulação ampliada. Harvey prefere utilizar o termo acumulação por espoliação para designar os fenômenos do capitalismo contemporâneo, pois considera ser qualitativamente diferente da forma tradicional do capitalismo. Para Fontes, contudo, o processo de expropriação não seria restrito ao momento descrito como período de acumulação primitiva por Marx, mas faria parte do processo de reprodução das relações sociais capitalistas.

A suposição de que a “acumulação primitiva” tenha sido algo de ‘prévio’, ‘anterior’ ao pleno capitalismo leva ainda à suposição de que, no seu amadurecimento, desapareceriam as expropriações ‘bárbaras’ de sua origem, sob uma azeitadíssima expansão da exploração salarial, configurando uma sociedade massivamente juridicizada sob a forma do contrato salarial e ‘civilizada’. Se Marx criticava a origem idílica do capital, aqui se trata de uma figuração idílica da historicidade regida pelo capital. (FONTES, 2010, p.45).

Assim, Fontes aponta o processo de expropriação como parte da acumulação primitiva, mas também como uma constante sob o capitalismo e com características para além da questão material.

a expropriação abrange praticamente todas as dimensões da vida. Incide sobre direitos tradicionais como o uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entreada local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, entre outros aspectos, e envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas. (*ibidem*, p. 51)

Embora Fontes desenvolva esta argumentação para se referir a um período distinto daquele da acumulação primitiva capitalista, quando historicamente considerado, este seu entendimento do processo de expropriação como o forjar de relações sociais capitalistas, em suas diversas dimensões, permite procurar encontrar o quanto esta perspectiva também quando analisamos as elaborações de Preobrazhensky.

Para relacionar o conceito de Marx de acumulação capitalista primitiva e de Preobrazhensky de acumulação socialista primitiva é interessante observar o artigo *A Note on Primitive Accumulation in Marx and Preobrazhensky* de James Millar (1978). Neste texto, o autor afirma que as interpretações da obra de Preobrazhensky, bastante influenciadas pela obra de Erlich (1960) - a qual será abordada ainda neste capítulo - normalmente reduzem a elaboração do autor àquilo que se refere a sua polêmica com Bukhárin, ou seja, somente em torno da discussão sobre o ritmo da industrialização e a relação com o camponês. Para Millar, a redução da análise a estes termos demonstra um desconhecimento do conceito para Marx e, por consequência, da analogia feita por Preobrazhensky.

Como já apontado, Millar destaca que a acumulação primitiva de capital em Marx não seria simplesmente uma acumulação de capital fisicamente falando - embora uma certa acumulação seja necessária - mas sim a formação das relações capitalistas de produção, durante a qual se destaca o papel do Estado como catalisador: "o Estado ajudou o processo não somente ao proteger as populações da expropriação, mas também pela aquisição de colônias e pela criação da dívida pública e do sistema moderno de impostos" (1978, p. 387).⁵⁴

Passando à análise de Preobrazhensky, Millar destaca que ao apontar a necessidade da acumulação socialista primitiva, ou seja, defender um crescimento absoluto da produção com vistas a uma abundância relativa e um crescimento maior e mais rápido do setor estatal em

54 "The state assisted the process not only by not protecting the population from expropriation, but also by the acquisition of colonies and by the creation of the public debt and of the modern system of taxation".

relação ao setor privado, Preobrazhensky não está falando sobre a acumulação material. O autor relacionaria diretamente esta ao processo de estabelecimento de relações de produção diferentes, assim como Marx. “Seguindo com Marx, Preobrazhensky não diferenciava entre a aquisição de recursos materiais através de expropriação e o processo anexo de mudança social e deslocamento de classe (MILLAR, 1978, p.389).⁵⁵

Este seria um processo de expropriação do setor privado como uma forma de superação do estado de dualismo econômico da URSS sob a NEP. Aqui, o papel do Estado é ainda maior do que aquele representado durante a acumulação capitalista primitiva.

Neste trecho do texto, como observado, Preobrazhensky se centra muito mais em apontar as diferenças entre o período de acumulação capitalista primitiva e de acumulação socialista primitiva do que apontar a similaridade que permite a analogia. Mais uma vez, essa escolha do autor se relaciona ao contexto de debate em que está inserido – lembre-se que Bukhárin o acusou de, ao fazer a analogia à acumulação primitiva de Marx, que é descrita em O Capital como um processo sangrento, defender a exploração do campesinato.

Desta forma, é compreensível a preocupação de Preobrazhensky de se dissociar de semelhante interpretação. Ainda assim, ele não abdica da analogia, e é possível ver as similaridades se expressando em diversos pontos de forma fragmentada na obra de Preobrazhensky – mas considera-se que a leitura de Millar é correta no sentido de apontar que tanto Marx quanto Preobrazhensky falam sobre um período em que se forjam as condições materiais - compreendendo que isso inclui as relações sociais de produção e, portanto, não significa mero acúmulo físico de capital - para a reprodução em cada um dos sistemas - socialista ou capitalista. Este ponto será retomado no último ponto deste capítulo.

Métodos de acumulação socialista primitiva

Preobrazhensky aponta que a acumulação socialista primitiva, enquanto um período de formação das premissas materiais da produção socialista, teria como uma característica a “acumulação nas mãos do Estado dos recursos materiais extraídos total ou parcialmente de fontes situadas fora do sistema da economia estatal” (1979, p. 95). Ainda que isso não signifique que não exista acumulação dentro do espaço estatal, a predominância do período se dá sobre a acumulação às expensas do setor não-estatal.

55 “Also in keeping with Marx, Preobrazhensky did not differentiate between the gathering in of material resources via expropriation and the accompanying process of social change and class displacement”

As formas de conseguir extrair esse excedente do setor privado seriam diversas. Em primeiro lugar, viriam as formas extraeconômicas de pressão sobre a pequena produção. Nesse quesito, o primeiro ponto destacado por Preobrazhensky nessa seara é a recusa da pilhagem colonial empregada pelo processo de acumulação primitiva capitalista, visto a defesa de uma política de igualdade de direitos das nacionalidades e de sua adesão voluntária à associação das nações, rejeitando os métodos da violência capitalista.

Outros métodos extraeconômicos aceitos como forma de acumulação socialista primitiva seriam, por exemplo, os impostos sobre a agricultura e a taxaço do lucro capitalista privado, bem como dos *kulaks*. Essas últimas duas nada mais seriam do que uma forma de acumulação a partir do trabalho dos operários ou dos camponeses assalariados, visto que uma dedução da acumulação do capitalista ou do *kulak* é extrair deles aquilo que eles extraíram de seus trabalhadores. Isso se torna também uma forma de pressão política para superar esse tipo de relação de produção.

Mais um método extraeconômico citado é a concessão de empréstimos. Preobrazhensky diferencia a existência de dois sistemas de empréstimos, os semicompulsórios - que comporiam propriamente uma forma extraeconômica de acumulação - e os normais existentes em regime burguês - os quais não se incorporam às fontes de acumulação socialista porque funcionam, na verdade, como uma instância intermediária na acumulação da burguesia estrangeira.

O último método citado como uma forma de acumulação extraeconômica é a emissão de papel-moeda, a qual o autor considera que quando feita por um Estado que dirige o país e ao mesmo tempo é o proprietário de um vasto complexo econômico, serve à acumulação socialista.

Preobrazhensky passa, então, aos métodos econômicos de acumulação socialista primitiva. Em primeiro lugar, ela deve se dar não somente às custas do sobreproduto da pequena produção, mas também às custas da mais-valia das formas capitalistas de produção.

O fato de a transição ao socialismo ocorrer cronologicamente depois do capitalismo monopolista significaria a existência de meios de regulação de toda a economia e dos métodos de redistribuição da renda nacional à disposição dessa transição, os quais se originaram nele.

Passando aos exemplos de formas econômicas de acumulação socialista, Preobrazhensky cita a questão do transporte. Um sistema de tarifas privilegiadas para certas cargas seria um meio de redistribuição dos recursos do Estado e de taxaço indireta do setor não socialista da economia.

Outro exemplo seria o monopólio do sistema bancário. Ainda que o sistema de crédito estatal aja mais no sentido da distribuição de recursos disponíveis no país do que na redistribuição da renda nacional, o fato de que seus principais financiamentos se voltem para

as empresas estatais garante que sua acumulação seja potencializada. No futuro, contudo, poderia ser possível que a concessão de crédito à economia privada se tornasse um dos instrumentos mais importantes da redistribuição da renda nacional no interesse da economia estatal e de submissão da economia privada.

Outra forma de conseguir extrair excedente da esfera privada é através do comércio interno e externo. Na esfera interna, é possível situar as trocas executadas dentro da própria economia estatal - as quais no total não contribuiriam para a acumulação socialista - e aquelas no interior da economia privada e entre esta e a esfera estatal. Nesse campo é possível utilizar métodos extraeconômicos, como os impostos, por exemplo, quanto econômicos, como a compra de mercadorias do mercado privado e sua posterior revenda aos consumidores privados. Preobrazhensky aponta que se deve retirar mais dos produtores pequeno-burgueses do que o capitalismo já retirava, pois a sua renda será ainda mais elevada através da racionalização da economia, incluindo a pequena produção, através da industrialização do país e intensificação da agricultura.

Dentro disso, há uma demanda de ampliar a realização da produção industrial estatal fora do setor socialista, ao mesmo tempo em que se deve buscar diminuir os custos de circulação, principalmente através da crescente retirada da esfera privada das formas de transporte e mediação do comércio das mercadorias estatais.

Passando ao comércio externo, ele destaca a grande importância desse aspecto para a acumulação socialista como um todo – o monopólio desse comércio pelo Estado é condição para que a acumulação se dê e consiste em um dos instrumentos mais importantes da regulação de toda a economia da URSS.

Outra forma de proceder essa acumulação consiste na política de preços, a qual deveria ser calculada com vistas à alienação de uma parte determinada do sobreproduto da economia privada sob todas as suas formas. Dentro dessa categoria se encontra a política alfandegária, a qual compõe a acumulação a partir da taxação dos instrumentos de produção importados pela indústria privada e da importação de produtos de consumo.

Também está presente a política de preços dos produtos industriais. Aqui entra o debate sobre a equivalência das trocas entre o setor estatal e o privado. Sobre essa questão, Preobrazhensky propõe três hipóteses: (a) a economia estatal transfere mais valor que recebe do setor não socialista, o período inicial da NEP teria sido um exemplo disso, porém essa não é uma forma de proceder à acumulação socialista primitiva; (b) há troca de equivalentes: esse caso é considerado improvável dada a natureza de disputa das leis reguladoras presente na economia soviética; e (c) a economia privada transfere mais valor que recebe do setor socialista,

única alternativa considerada não só possível mas inevitável pelo autor, que defende uma “política de preços conscientemente calculada com vistas à alienação de uma parte determinada do sobreproduto da economia privada sob todas suas formas” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p.125).

Ao rebater críticas sobre essa questão, ele afirma a existência de duas determinantes para essa forma de troca: (i) razões que condicionam as trocas não equivalentes na economia mundial, ou seja, a diferença de produtividade entre pequena e grande indústria na economia mundial e (ii) condições especificamente soviéticas de um atraso histórico da indústria, com baixa produtividade do trabalho comparada à dos países capitalistas e da necessidade de, através da política de preços, alienar parte do sobreproduto da economia privada para o fundo de acumulação socialista.

Estas determinantes eventualmente seriam eliminadas quando se alcançasse o nível técnico de desenvolvimento do capitalismo. Soma-se a isso o desenvolvimento da grande e média agricultura cooperativa e socialista que também exerce uma pressão sobre a produção privada – o que é uma evidência da posição desvantajosa da pequena produção em relação à grande produção. Por fim, a troca de não equivalentes teria vantagens sobre outras formas de impostos diretos e indiretos, por demandar menos estrutura e apresentar menor resistência.

Prossegue-se, então, para a acumulação com base na produção. O papel da acumulação com base na produção aumentaria constantemente na medida em que os principais ramos da produção se transformassem numa produção socialista, segundo Preobrazhensky: “a fonte desta acumulação é a mesma que existe no capitalismo, quer dizer, o trabalho da classe operária cujo salário deve ser mais baixo do que o valor global dos produtos criados por esta classe operária” (1979, p. 131).

Contudo, há também diferenças em relação à acumulação sob o capitalismo. O período de acumulação primitiva capitalista – refere-se aqui ao período historicamente anterior ao estabelecimento do capitalismo, sem esquecer que essa forma de acumulação não cessa durante o seu desenvolvimento – foi o período em que uma característica do sistema capitalista se expressou de forma mais brutal, embora não tenha sido o único.

Essa característica é o desperdício da força de trabalho do proletariado em nome da maior economia dos meios de produção e maior lucro. Para apontar uma diferença em relação a isso, Preobrazhensky cita o exemplo do período do Comunismo de Guerra, durante o qual a produção operava sem nenhum lucro – fato impensável dentro do capitalismo a não ser como uma exceção. Após o fim do comunismo de guerra, essa forma de gestão da produção levou a um processo, não de aumento do fundo anual de reposição da economia estatal, mas de redução

do deficit anual dessa economia - a acumulação socialista não teria começado do zero, mas abaixo de zero.

Após a revolução proletária, o Estado dirige a produção esforçando-se socialmente em reduzir as perdas da economia como um todo e não somente de uma empresa individual. O Estado se coloca, então, dois objetivos econômicos: a consecução da acumulação mais rápida possível e a proteção do novo sistema econômico frente ao sistema capitalista - que é econômica e tecnicamente a ele superior.

Desse último ponto decorre o fato de que possivelmente a Europa também fosse obrigada a passar por um processo de acumulação socialista primitiva, dado o caráter atrasado de sua economia quando comparada a dos Estados Unidos, por exemplo, forçando a defesa de seu sistema contra as forças do mercado exterior.

Preobrazhensky também faz uma avaliação da relação da duração e natureza da lei de acumulação socialista com o nível de desenvolvimento econômico e técnico anterior à revolução, bem como ao impacto da provável guerra civil. Isso o leva a afirmar um caráter universal para essa lei, que pode se aplicar de forma distinta em cada localidade de acordo com esses fatores, mas ainda assim comparece.

A lei fundamental da acumulação socialista primitiva aparece como motor principal de toda a economia estatal soviética. Mas é provável que esta lei possua uma significação universal (...) Quanto mais este ou aquele país, que passa à organização socialista da produção, é economicamente atrasado, pequeno-burguês e agrícola, menor será a herança que recebe para seu fundo de acumulação socialista o proletariado do país considerado no momento da revolução social - e mais, relativamente, a acumulação socialista será obrigada a se apoiar sobre a apropriação de uma parte do sobreproduto das formas pré-socialistas da economia e menor será a parte específica da acumulação retirada de sua própria base de produção, quer dizer, menos ela se alimentará do sobreproduto dos trabalhadores da indústria socialista. Ao contrário, quanto mais este ou aquele país, em que a revolução social é vitoriosa, for econômica e industrialmente desenvolvido, mais será importante a herança material - sob a forma de indústria altamente desenvolvida e agricultura organizada de modo capitalista - que o proletariado deste país recebe da burguesia após a nacionalização; quanto menor for a parte específica no referido país das forças pré-capitalistas, mais será necessário para o proletariado reduzir as trocas não-equivalentes de seus produtos contra os das antigas colônias e mais o centro de gravidade da acumulação socialista deslocar-se-á para a produção com base nas formas socialistas, quer dizer, apoiar-se-á no sobreproduto de sua própria indústria e sua própria agricultura (1979, p. 141).

Há diferenças, também, na natureza da relação com os trabalhadores. Enquanto no capitalismo a luta de classes consiste em uma limitação para o desenvolvimento produtivo, no socialismo os limites são colocados de antemão e levados em consideração no planejamento, visto que o proletariado seria não mais objeto de exploração, mas sujeito da transformação.

Exemplo disso seria o fato de que, apesar da pobreza da economia soviética, ela tivesse mantido a jornada de trabalho de oito horas e que anualmente se adotassem medidas de proteção ao trabalho. Ele afirma, então, que caso a classe se submetesse a restrições, isso se daria conscientemente. No campo das restrições ele inclusive aponta o recente período de guerra civil, que marcado por sua pobreza, desempenharia um papel de acumulação socialista, visto que a classe trabalhadora restringiria seu consumo mais facilmente frente a essa memória. Embora a economia estatal proletária trabalhe para o mercado e apareça, no domínio das trocas, como uma produção mercantil, ela começa - mas somente começa - a desempenhar com relação ao operário o papel de sistema de produção para o consumo dos produtores.

Outra diferença entre o período de acumulação socialista e capitalista primitivas diz respeito à questão do desemprego. No socialismo, solucioná-lo exige desvios do fundo de acumulação, diferentemente do capitalismo, onde quem arca com as consequências do desemprego não são os capitalistas, mas os próprios trabalhadores desempregados que devem encontrar alternativas de sobrevivência.

A acumulação socialista primitiva é para Preobrazhensky não só acumulação de capital, mas também luta contra a economia privada. No início do seu desenvolvimento, a forma socialista não pode desenvolver todas as vantagens inerentes ao socialismo, pois ainda não estão dadas as relações socialistas. Isso significa que a indústria estatal não tem condições de vencer na livre concorrência as empresas capitalistas individualmente – ela não tem superioridade técnica ao capital.

Ainda assim, o autor considera que ela já demonstra alguns prenúncios de vitória ainda sob o período da acumulação socialista primitiva. Em primeiro lugar, porque a economia estatal não se lança à luta e não pode se lançar a não ser como um todo único. O complexo integral da economia estatal é também alguma coisa a mais do que a soma aritmética de todas as empresas e de todos os trustes que a constituem. Além do mais, o poder estatal, ao se fundir com a economia estatal, garante a extensão de seu poder sobre o sobreproduto da economia privada. Isso, mais do que um instrumento de acumulação primitiva é também uma reserva permanente desta acumulação. Ademais, o monopólio do comércio e o protecionismo econômicos seriam realizações da força política interna do Estado proletário e do apoio externo do proletariado mundial.

Chegamos, assim, à conclusão de que, se existe entre a expansão capitalista e a expansão socialista uma semelhança formal, ou seja, se ambas possuem uma tendência imanente e específica de se desenvolver não somente utilizando seus próprios recursos, mas também através da eliminação dos modos de produção historicamente ultrapassados e sua exploração constante, em compensação, os

métodos de luta contra as formas antigas diferem completamente no capitalismo e no socialismo. O capitalismo obtém a vitória de modo disperso, nas condições de uma livre concorrência com as formas econômicas pré-capitalistas. O socialismo obtém a vitória graças ao caráter compacto da economia estatal que atua como um todo único e se encontra amalgamada ao poder político nas condições de uma limitação sistemática e de uma quase surpresa da livre concorrência. A existência aparente de uma livre concorrência depois da supressão da política do Comunismo de Guerra não passava de uma medida pedagógica destinada a estimular e a racionalizar o trabalho das empresas estatais e não significava um retorno à forma de relações mútuas com o antigo modo de produção que, historicamente, era próprio ao capitalismo no primeiro e segundo estágio de seu desenvolvimento. O socialismo tem como forma inerente sua própria forma de relações mútuas com as formas pré-socialistas que não pode, de modo algum, ser um renascimento da conjuntura de acumulação capitalista primitiva e nem tampouco um renascimento desta livre concorrência que o próprio capitalismo ultrapassou ao entrar na fase das uniões monopolísticas. Nada podemos dizer das formas através das quais se realizará a eliminação pelo socialismo dos outros sistemas econômicos de produção durante o período em que a economia socialista terá começado a utilizar suas novas bases técnicas. Porém, para o período que atualmente examinamos, referente à acumulação socialista primitiva, estes são os métodos para estimular a reprodução socialista ampliada: limitação ou mesmo supressão da livre concorrência; utilização total das vantagens do monopólio estatal; luta da economia estatal como um complexo único; e combinação de meios econômicos e meios políticos (PREOBRAZHENSKY, 1979, p.148-9).

Preobrazhensky passa, então, a abordar alguns pontos finais da relação da economia estatal com o modo pequeno burguês de produção. Para ele, a pequena burguesia, notadamente agrária, poderia passar a se organizar a partir de comunas e *artels*, como uma forma particular de transição da pequena produção para o socialismo. Contudo, outras dificuldades, além das de acúmulo de capital físico, se colocam para isso e estas se relacionam à formação cultural e à consciência dos trabalhadores.

O tipo de trabalhador da economia estatal, enquanto tipo social particular, existe apenas em germe, fato que obriga o novo sistema econômico a se apoiar sobre os “velhos tipos” sofrendo assim um enorme prejuízo em consequência da incompetência dos abusos, etc. Como veremos num capítulo especial do segundo volume, a acumulação de hábitos socialista e a acumulação da cultura socialista têm um alcance muito importante na luta da produção socialista com a produção capitalista. (*ibidem*, p.151)

É uma pena que, como dito anteriormente, o segundo volume deste livro nunca tenha sido publicado e, portanto, as questões relativas às reflexões de Preobrazhensky sobre o papel da cultura e consciência dos trabalhadores no processo de transição possam apenas ser captados a partir de trechos esparsos de sua produção. Contudo, o fato de ele citá-lo como parte do projeto de sua principal obra teórica aponta um papel de importância da temática para o autor.

Relação com o Capitalismo Internacional

O último ponto característico do período da acumulação socialista primitiva citado por Preobrazhensky diz respeito à relação com o capitalismo internacional na forma de empréstimos externos e concessões.

Sobre os empréstimos, ele conclui que, apesar de na teoria ser uma forma de acumulação do mundo capitalista, nesse período eles podem servir mais à acumulação socialista através da sua aceleração. Contudo, o autor considera improvável a concessão desses créditos pelos capitalistas internacionais.

Sobre as concessões, ele destaca seus pontos positivos, já que o fundo de acumulação receberia alguma coisa a partir delas que inexistiria caso elas não fossem feitas, e negativos, já que as concessões obrigariam a economia estatal em seu período mais fraco a entrar em contato com o capital estrangeiro. Ele conclui sobre esse assunto que o excesso de concessões pode levar à decomposição da economia estatal, ao passo que no momento em que elas não teriam um impacto tão forte, em um futuro onde a forma socialista estivesse mais fortalecida, elas já não seriam necessárias.

Luta entre as duas leis

Preobrazhensky define o sistema econômico da URSS como mercantil socialista. A lei de acumulação socialista primitiva tem sua origem nos setores estatais, e estende sua ação à economia privada enquanto um meio estranho da mesma forma que a lei do valor também estende também sua ação sobre a economia estatal. Essas duas leis estabelecem limitações uma à outra. Ele reafirma os argumentos sobre porque a economia não poder ser considerada meramente mercantil – não há apenas o regulador da lei do valor, mas também outro, o da acumulação socialista primitiva.

A produção para o mercado não é só aquela exercida na esfera privada, mas também na estatal. As trocas de mercadorias por via monetária são dominantes na esfera da circulação após o comunismo de guerra - contudo, para Preobrazhensky, tal fato não é sinônimo necessariamente de um fortalecimento da lei do valor - a disputa entre as duas leis tem sua relação de forças determinada pelo grau de organização das partes em confronto.

Vê-se a lei do valor exercendo sua influência quando da compra pelo setor estatal da pequena produção mercantil que tem, simultaneamente, outros compradores no interior do país, mas também quando o setor estatal vende sua produção no mercado privado. Aqui, a indústria estatal está estreitamente ligada à economia privada - a demanda do mercado constitui a premissa necessária da própria acumulação socialista. As oscilações do elemento espontâneo

da economia privada abrem um espaço dentro da economia estatal - essa abertura pode ser limitada por uma política de preços planificada e pelo desenvolvimento planificado da economia estatal, a qual necessita ter em conta previamente a economia privada.

A conclusão a que ele chega é que, se não pode se afirmar que a economia soviética estava livre da ação da lei do valor, ela não funcionaria no sistema soviético da mesma forma que na livre concorrência visto que tem as limitações impostas pela organização da economia estatal.

Finalmente, o autor traça uma definição sintética da lei de acumulação socialista primitiva:

Entendemos por lei da acumulação socialista primitiva a soma de todas as tendências conscientes e semi-espontâneas da economia estatal que estão orientadas para a ampliação e reforçamento da organização coletiva do trabalho na economia soviética e que impõem necessariamente ao Estado soviético: 1) proporções determinadas na distribuição das forças produtivas, proporções que se estabelecem a partir da luta contra a lei do valor dentro e fora de nossas fronteiras e que têm por tarefa objetiva atingir o ponto ótimo da reprodução socialista ampliada em dadas condições e o máximo de capacidade defensiva de todo o sistema na luta contra a produção mercantil capitalista; 2) proporções determinadas de acumulação de recursos materiais com vistas à reprodução ampliada, notadamente às custas da economia privada, na medida em que volume determinado desta acumulação é ditado compulsoriamente ao Estado soviético, sob a ameaça da desproporção econômica, do aumento do capital privado, do enfraquecimento dos laços que unem a economia estatal à produção camponesa, da ruptura, nos próximos anos, das proporções necessárias da reprodução socialista ampliada e do enfraquecimento de todo o sistema na sua luta contra a produção mercantil capitalista no interior e fora do país (*ibidem*, p. 165).

2.3.3. Nova Econômica – um debate sobre a lei do valor

Analisa-se agora o capítulo três, “A Lei do Valor na Economia Soviética”. Neste capítulo, ele examinará brevemente a situação da lei do valor sob as condições do capitalismo monopolista, sua relação com a transição socialista, a forma como a luta entre as duas leis evolui e quais suas consequências sociais.

Com esta finalidade, ele faz um estudo de quais categorias da economia política podem ser utilizadas para a análise da economia soviética e de que modo elas se modificam. Será seguida a exposição do autor, buscando destacar a forma como ele interpreta as categorias marxistas e relacionando essa interpretação à sua teoria da transição. Contudo, não é objetivo deste texto apontar os erros de interpretação da teoria marxista empreendidos por Preobrazhensky. Objetiva-se, a partir do reconhecimento da embocadura de sua interpretação,

identificando suas ênfases e faltas, compreender os elementos que compõem a teoria de transição do autor.

Preobrazhensky define a lei do valor enquanto a lei do equilíbrio espontâneo da sociedade mercantil capitalista. Ele aponta que, para seu pleno desenvolvimento enquanto uma lei espontânea, a lei do valor precisa encontrar uma realidade onde haja o mínimo de limitações a sua ação, como a intervenção estatal, por exemplo.

Para que a lei do valor se manifeste de modo mais total é necessário que exista plena liberdade de circulação das mercadorias, tanto no interior do país como entre os países no mercado mundial. É necessário, depois, que o operário seja livre vendedor de sua força de trabalho e o capitalista livre comprador da força de trabalho enquanto mercadoria. Cumpre que a ingerência do Estado no processo de produção e o número de empresas de propriedade estatal se reduza ao mínimo e também que não haja regulamentação dos preços de parte das organizações monopolistas dos próprios empresários. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 171)

Ele admite que nenhuma época histórica conseguiu acumular todas as características apontadas, tendo sido a mais próxima delas o período do Capitalismo Clássico. Dessa forma, as tendências monopolistas do capitalismo terminariam com a livre concorrência e, portanto, limitaria também a ação da lei do valor. Essa limitação se daria por um afastamento sistemático dos preços e do valor, seja num sentido de aumento, ou de diminuição quando da existência de um *dumping*. O resultado é que uma equalização da taxa de lucro torna-se extraordinariamente difícil.

Preobrazhensky cita então alguns exemplos que o ajudam a explicar sua tese. Na Alemanha teria se desenvolvido uma forma de capitalismo estatal, no qual havia uma planificação da produção nos principais ramos e uma regulamentação estatal no nível da mais-valia, ou seja, uma repartição desta entre os capitalistas a partir da autoridade estatal.

Para ele, o período de guerra deixou claro que o capitalismo monopolista dá as condições para a planificação socialista – afirmação não incomum entre os revolucionários russos, também estando presente nos textos de Lênin. No período pós-guerra, contudo, essas tendências não só não refluíram como se expandiram. Ele passa, então, ao papel norte-americano na economia mundial. Os Estados Unidos conseguiriam manter a subordinação da economia mundial às suas relações de valor a partir da ligação do dólar americano à base-ouro, da utilização do crédito como forma de pressão sobre outros países e economias e da própria superioridade técnica e produtiva, produzindo mercadorias de maior qualidade, menores preços e com a possibilidade de dar vantagens creditícias aos compradores.

Assim, o nível de desenvolvimento do capitalismo monopolista teria levado a uma limitação e transformação da ação da lei do valor não só dentro das fronteiras nacionais, mas na arena da economia mundial. Uma contradição que ele destaca nesse processo é que a submissão das demais economias pela americana, como já citado, não se dá somente por fatores extraeconômicos, como também através da sua superioridade técnica e produtiva, ou seja, pela própria lei do valor. Esse desenvolvimento da lei do valor, contudo, diminuiria sua própria ação gradualmente, visto a suposta limitação da concorrência.

Aqui cabe um breve debate sobre a lei do valor em Marx para pensar esta afirmação de que o capitalismo monopolista limitaria a ação da lei do valor. Para tanto, parte-se da elaboração de João Machado Neto (2004) sobre o tema. Neto caracteriza a existência de três facetas principais da lei do valor.

A primeira delas seria a lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, ou seja, o estabelecimento do tempo de trabalho enquanto referência e medida social para as trocas. Contudo, ele destaca que a divergência dos preços de seus valores enquanto regra quase absoluta sob o capitalismo - ainda que orbitem em torno dos valores - dá as bases para a segunda faceta da lei do valor.

Esta consiste na lei da distribuição do trabalho social. A partir desta variação dos preços há um impulso para a alocação de capital de um setor menos lucrativo, para outro, mais lucrativo. Dessa forma, a lei do valor determina qual o conteúdo da produção e em que proporção.

Trata-se de explicar por que, na economia mercantil capitalista, o trabalho assume a forma de valor dos produtos do trabalho (das mercadorias). Nessa linha de raciocínio, a razão fundamental para que o trabalho assumira a forma de valor das mercadorias é que esta é a única possibilidade de regulação da distribuição social do trabalho em uma economia de produtores privados, que não articulam previamente seus gastos de trabalho. (NETO, 2004, p. 146)

Todavia, Neto aponta o perigo de uma ênfase muito grande sobre este aspecto da lei do valor, pois ela pode acabar dando uma caracterização da lei do valor como uma lei de equilíbrio, quando na verdade o equilíbrio sob o capitalismo é uma exceção. Ele aponta a definição dada por Mandel da lei como satisfatória ao não incorrer neste erro:

Lei do Valor. Mecanismo econômico de uma sociedade de produtores privados que distribui a força de trabalho total à disposição da sociedade (e assim todos os recursos materiais necessários à produção) entre os vários ramos de produção, pela mediação da troca de todas as mercadorias por seu valor (por seus preços de produção, no modo de produção capitalista). Sob o capitalismo, esta lei determina o padrão de investimento – isto é, a entrada e saída de capital dos diversos ramos de produção,

segundo desvio de sua taxa de lucro específica relativamente à taxa média de lucro (Mandel, 1985, p. 413 *apud* NETO, 2004, p. 148)

Para tratar da terceira faceta da lei do valor, a lei da minimização do tempo de trabalho abstrato, Neto aborda o debate sobre a concorrência. Ele aponta a existência de dois tipos de concorrência: a intersetorial, de caráter equilibrador, e a intrasetorial, de caráter desequilibrador, relacionada a categorias como mais-valia extra e superlucro. É este segundo tipo de concorrência que explicaria o porquê de as empresas estarem sempre em busca do progresso técnico - a tentativa de conseguir agarrar o superlucro - daí a tendência à diminuição do trabalho abstrato.

O trecho abaixo resume bem a formulação elaborada por Neto:

Fica claro, portanto, que a lei do valor não pode apenas ser entendida como lei da determinação do valor pelo tempo de trabalho, tampouco como lei da regulação da distribuição do trabalho social. Esses momentos existem, mas ela vai além deles. Seu sentido mais profundo é o de uma lei que define e redefine continuamente uma norma produtiva, que cria a partir daí uma lógica de produção pela produção e que dá à economia capitalista um grande dinamismo, juntamente com um caráter profundamente contraditório. A lei do valor, naturalmente, é uma lei da concorrência. A fixação nos seus dois primeiros aspectos implica mirar apenas a questão da relação entre valores e preços, e, portanto, a concorrência intersetorial entre os capitais. No entanto, a dialética valor individual – valor de mercado, e a concorrência intra-setorial, são aspectos não menos fundamentais da economia capitalista; são captados pela terceira dimensão da lei do valor, o de lei da minimização do tempo de trabalho abstrato. Ela determina (e redetermina), portanto, uma norma produtiva, que tem implicações sobre a própria organização da produção, sobre os métodos empregados, etc., e esse é seu sentido mais profundo. Muito mais do que uma lei da distribuição (dos capitais e do trabalho social), a lei do valor é uma lei da produção. (NETO, 2004, p.153)

Por fim, Neto aponta que na época do imperialismo clássico a lei do valor não deixa de operar, pelo contrário, ela não conduz à homogeneização da economia mundial, mas sim à sua hierarquização. A lei do valor ainda opera e empurra os produtores em busca do superlucro, que neste período específico se obtém majoritariamente na relação dos países imperialistas com os países coloniais e semicoloniais.

Ao afirmar o declínio da lei do valor com o capitalismo monopolista e que isto comporia as características que lhe fariam próprio como etapa anterior ao socialismo, Preobrazhensky reduz a lei do valor a sinônimo de concorrência, e de total livre concorrência, mais especificamente. Se tal definição não se sustenta do ponto de vista da teoria marxista, como apontado, é interessante observar que, ao tratar da ação da lei do valor dentro da URSS, sua concepção dela parece mais complexa, envolvendo elementos da distribuição do trabalho social e trazendo questões próprias da produção, como a exploração do trabalho.

Seguindo a argumentação de Preobrazhensky, vê-se que para o autor a única forma de organização econômica capaz de se contrapor ao capitalismo monopolista seria a economia socialista.

Nossa economia estatal aparece historicamente como a continuação e aprofundamento das tendências monopolistas do capitalismo e, conseqüentemente, também como continuação das tendências ao declínio da economia mercantil e à liquidação ulterior da lei de valor (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 159).

Essa superação, contudo, não se daria dentro do campo da quantidade de riquezas produzidas ou da tecnologia desenvolvida, visto que o momento de transição ao socialismo implica em um nível inferior de desenvolvimento das forças produtivas do que o do capitalismo avançado, mas sim por uma estrutura de organização econômica superior.

Outro elemento que cita como um exemplo da degenerescência da lei do valor enquanto regulador da vida econômica seria aquele encontrado em Estados de ditadura fascista. O ponto mais importante que se altera nesses casos seria as relações de mercado entre vendedores de força de trabalho e seus compradores. Enquanto no domínio da livre concorrência os capitalistas comprariam a força de trabalho com base na lei do valor, no período do declínio do capitalismo seria necessário introduzir o seguinte:

... outro tipo de disciplina ao trabalho, organizada obrigatoriamente e submetida ao Estado fascista através dos sindicatos fascistas. Isto equivale a restringir o funcionamento da lei do valor no mercado de trabalho em benefício da classe exploradora. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p.181)

Ele passa, então, à temática da ação da lei do valor no interior de uma economia como a da União Soviética, a qual, além de possuir tantos elementos estatais e capitalistas, também tem um caráter majoritariamente agrário. Essa reflexão é importante para pensar quais categorias da economia política podem ser utilizadas para a compreensão da economia soviética, visto o debate metodológico apresentado no primeiro capítulo.

Preobrazhensky aponta como as relações entre o setor estatal e o privado têm um caráter específico na URSS, tanto pelo setor privado consistir basicamente de pequena produção – a pequena agricultura camponesa – quanto pelo fato de coincidirem com a oposição, também, de áreas distintas de aplicação do trabalho – a agricultura e a indústria. Ele destaca que os laços entre a economia estatal e a economia camponesa seriam mais fracos e que, portanto, o impacto da lei do valor no interior do setor da economia estatal seria mais fraco.

Mercadoria, o Mercado e o Preço; A mais-valia, o sobreproduto, o salário.

Ao tratar dessas categorias e avaliar o quanto elas podem ser aplicadas à realidade soviética, Preobrazhensky afirma que em um sistema desenvolvido de produção socialista planificada há uma substituição da produção mercantil à produção socialista planificada, do mercado à contabilidade da sociedade socialista, do valor e dos preços aos custos de trabalho da produção, da mercadoria ao produto, da mais valia pelo sobreproduto. Embora o autor trate desses pontos em tópicos diferentes de seu texto, considera-se ser apropriado observá-los em conjunto para melhor compreender a visão do autor sobre essas categorias. Prossegue-se, agora, a um exame delas, recorrendo a uma análise daquelas formuladas por Marx quando necessário.

Inicia-se com a definição de mercadoria para Marx, partindo do primeiro capítulo do Livro 1 de O Capital (2013). A mercadoria é, por um lado, algo – seja material ou imaterial - que satisfaz as necessidades humanas, ou seja, um valor de uso. Por outro lado, a mercadoria é um valor de uso produzido para outrem, ou seja, para ser levado à troca no mercado. Um dos pressupostos da existência da mercadoria, portanto, é a existência de uma divisão social do trabalho, como forma de garantir a existência de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes para produzirem mercadorias distintas.

Por outro lado, a realização das trocas de mercadorias distintas por seus valores de uso, ou seja, por suas qualidades materiais, demanda algo que lhes dê uma comensurabilidade. Visto a diferença de suas propriedades materiais, Marx aponta que o elemento em comum possuído pelo conjunto das mercadorias consiste no fato de serem elas produtos do trabalho humano, ou seja, “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos” (MARX, 2013, p.121).

Contudo, esses trabalhos úteis, concretos, também são diferentes em suas atividades – o trabalho de um alfaiate é diferente do trabalho de um pedreiro, por exemplo. A consequência lógica aqui é que, ao se abstrair a concretude dos valores de uso como forma de tentar encontrar-lhes algo em comum, também se abstrai a concretude do trabalho realizado para sua produção.

Assim, chega-se ao elemento comum às mercadorias que permite a sua mensuração em comum e sua troca no mercado: o trabalho humano abstrato, medido a partir do tempo de trabalho – saindo do âmbito qualitativo para o quantitativo.

Contudo, é importante destacar que esse tempo de trabalho é determinado pela média social do tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria determinada em um determinado período histórico. Esse caráter social da determinação do valor da produção

aparentemente independente do produtor privado se relaciona, como será visto mais à frente, ao caráter fetichista da mercadoria.

A mercadoria é, então, a união de valor de uso e valor, sendo que este último é um elemento abstrato que se objetiva em sua representação concreta enquanto valor de troca – alguma outra mercadoria pela qual ele seja trocado. É a contradição entre o valor de uso e o valor de troca que colocam a mercadoria em movimento - a mercadoria tem de deixar de ser um valor de uso perante o vendedor para converter-se em valor, concretamente seu valor de troca.

Marx destaca a forma como a verificação do valor de uma mercadoria determinada se dá sempre de forma relativa a outra, que se torna a expressão física de seu valor abstrato. Nesse caso, a mercadoria cujo valor se mede tem a forma de valor relativo, ao passo que aquela em cujo corpo o valor é representado ocupa o papel de valor equivalente. Enquanto, em princípio, qualquer mercadoria poderia ocupar qualquer uma das posições, desde que cada posição fosse ocupada por uma mercadoria diferente da outra, Marx destaca que historicamente existe uma tendência a que as mercadorias em geral expressem seu valor em uma única mercadoria que se torna, então, a equivalente universal, ou mercadoria dinheiro. Ele destaca que concretamente o ouro foi a melhor mercadoria para cumprir esse papel, por suas características de ter uniformidade, divisibilidade e quantidade limitada. Ele demonstra, assim, como a forma dinheiro tem sua origem, na verdade, na forma mercadoria.

O primeiro capítulo do Livro 1 de O Capital (2013), assim como o livro como um todo, tem um alto grau de abstração. Se trata da definição do conceito de mercadoria a partir da abstração de uma realidade histórica determinada – condição que se complexifica nos Livros II e III da obra. Ainda assim, esse grau de abstração já permite vislumbrar elementos importantes para a definição do conceito de lei do valor que regula as trocas no capitalismo.

A lei do valor implica que as mercadorias têm sua equivalência dada pela quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido. Contudo, não é assim que elas aparecem para os sujeitos nesse processo envolvidos. Adentra-se, então, a temática do fetiche da mercadoria, a qual complexifica a caracterização da lei do valor e também traz elementos para se pensar a transição ao socialismo.

O processo de fetichismo da mercadoria consiste na reificação das relações sociais. As trocas das mercadorias no mercado nada mais são do que a demonstração do caráter social de sua produção, dado pela divisão social do trabalho e pela generalização do trabalho abstrato enquanto medida de valor.

Contudo, elas não são vistas como uma relação entre homens, mas como características próprias das mercadorias em si, propriedades naturais dos objetos, existentes independentemente dos produtores. Assim, aquilo que são relações entre homens se apresentam enquanto relações entre coisas. Entretanto, isso não é sinônimo de uma apreensão equivocada da realidade por parte dos envolvidos. Essas relações se apresentam reificadas porque de fato o são.

Os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas. (MARX, 2013, p. 148).

Ao final da sessão em que trata sobre a temática do fetichismo da mercadoria, Marx aponta para como as relações de produção se estruturam e são apreendidas em formas econômicas pré-capitalistas, como a Idade Média, por exemplo, e em uma hipotética associação de homens livres. Essa associação organizaria seu trabalho a partir de meios de produção coletivos e despenderia sua força social de trabalho conscientemente de uma forma unitária.

O produto produzido seria um produto social, sendo parte dele usada como meio de produção e outra parte distribuída entre seus membros para o consumo de subsistência. Embora admita a possibilidade de distribuição a partir de critérios diversos, Marx constrói um exemplo em que, em paralelo à produção da mercadoria, a distribuição se desse com base no tempo de trabalho. Nesse caso, as relações sociais são evidentes para os envolvidos, e não reificadas.

A figura do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado. Para isso, requer-se uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência que, por sua vez, são elas próprias o produto natural espontâneo de uma longa e excruciante história de desenvolvimento. (*ibidem*, p. 154)

Esse ponto destacado por Marx é importante para pensar as próprias características da lei de acumulação socialista primitiva levantadas por Preobrazhensky, dentre as quais a consciência do planejamento figura entre um dos pontos mais importantes. Essa questão será retomada na elaboração de uma síntese dos elementos de transição para o autor apresentados até aqui.

Postas as características básicas da mercadoria, é preciso inseri-la dentro da forma capitalista de produção de mercadorias - ou seja, não só de valor, mas de mais-valor - para que seja possível passar à análise das ideias de Preobrazhensky.

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2013, p.273)

No quarto capítulo do Livro I de O Capital (2013), Marx descreve o processo de formação do capital. Dentro de um contexto onde a produção e o comércio já se encontram desenvolvidos, há uma alteração da forma imediata da circulação de mercadorias, representada pela fórmula $M - D - M^{56}$, para o formato $D - M - D$.

O que poderia parecer uma mera mudança formal de ordem é, na verdade, uma alteração do objetivo da circulação - ele deixa de ser um valor de uso para ser o próprio valor, na figura de seu valor de troca.

A circulação simples de mercadorias – a venda para a compra – serve de meio para uma finalidade que se encontra fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido. (*ibidem*, p. 228)

A circulação neste formato não se justifica caso não haja um acréscimo de dinheiro ao final do processo, ou seja, $D - M - D'$, visto que não haveria sentido em se trocar a mesma quantia de dinheiro pela mesma quantia de dinheiro. Nessa forma de circulação, o valor se torna o sujeito que, ao alterar sua forma, ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza, valorizando a si mesmo.

As particularidades do ciclo do capital do ponto de vista de cada uma de suas formas são exploradas por Marx no Livro II de O Capital (2014), mas não serão tratadas aqui. Por ora, o ponto de interesse é a definição desse processo de valorização e forma como ele é abordado por Preobrazhensky.

Marx destaca que a arbitrariedade da determinação de preços da parte dos vendedores de mercadorias não pode explicar a existência desse acréscimo de valor ao fim da transação. Há um elemento, ao mesmo tempo dentro e fora da esfera da circulação, que garante a existência

⁵⁶ Nota da autora: nessa fórmula e nas demais M representa Mercadoria, D representa dinheiro e D' o representa D acrescido de um valor ΔD .

do capital. Fora, porque a produção do valor se dá na esfera da produção, portanto fora da circulação. Dentro, porque se dá a partir do consumo de uma mercadoria específica adquirida no processo de circulação e posteriormente também se realiza a partir da venda da mercadoria produzida no mercado. A mercadoria que tem a capacidade de, através do seu consumo, produzir mais valor do que ela mesma vale, é a força de trabalho.

Contudo, Marx destaca que, para que a capacidade de trabalho se torne uma mercadoria disponível no mercado, é necessário que existam trabalhadores livres, indivíduos livres em dois sentidos: ser uma pessoa livre para dispor de sua força de trabalho como quiser, inclusive vendendo-a, e ser uma pessoa livre de outras mercadorias, restando somente a sua capacidade de trabalho como mercadoria a ser vendida.

Passa-se, então, às reflexões de Preobrazhensky sobre essa temática. Ele inicia esse item definindo mais-valia para Marx, traçando algumas condições para sua existência: (i) tem que existir mercadorias, ou seja, valor; (ii) o trabalho humano tem que ser uma mercadoria; (iii) tem que existir um “proletariado, separado dos instrumentos de produção, e uma classe de compradores da força de trabalho, dispondo do monopólio do direito de propriedade sobre os instrumentos de produção” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 208); e (iv) tem que existir um desenvolvimento da produtividade o suficiente para a garantia de um excedente. O autor traça, então, um resumo do desenvolvimento histórico dessa categoria, levando em conta que em sistemas não capitalistas havia sobreproduto, porém não mais-valia.

Quando passa ao campo da economia soviética, ele considera que há uma atrofia dos elementos da categoria da mais-valia à medida que se desenvolvem as forças produtivas em sua forma socialista. Ele avaliará o quanto cada um dos pressupostos da existência da mais-valia se mantém dentro do regime de transição soviético.

O primeiro pressuposto era a existência de mercadorias e, portanto, de valor. Nesse quesito, Preobrazhensky afirma que está ocorrendo uma transição da mercadoria se tornando produto. Para ele, essa transição se daria mais rapidamente no setor estatal da produção de meios de produção. Esse fato tem duas determinantes, uma do campo da produção e outra no campo da circulação.

A primeira delas, da produção, afirma que a tendência à elevação da composição orgânica do capital se mantém durante o socialismo, ou seja, há uma tendência a proporção de capital constante crescer relativamente ao capital variável na composição dos meios de produção. Este fato faria com que o setor que produz o capital constante, especificamente o capital fixo, ganhasse uma importância cada vez maior dentro da economia. Daí

Preobrazhensky conclui que a diminuição da parte relativa do capital, ou seja, da participação humana na produção caminha no sentido do fim da produção mercantil.

Mas, dado este fato, o desenvolvimento das forças produtivas deve inevitavelmente implicar um aumento da importância específica da produção de meios de produção e este aumento de modo completamente automático acentua a tendência ao desaparecimento da produção mercantil na economia estatal e, deste modo, mina a categoria da mais-valia. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 211-2)

Ao falar do fim da categoria mais-valia, Preobrazhensky parece, na verdade, estender esse colapso à categoria valor como um todo. Essa é uma visão que apresenta uma compreensão equivocada da teoria do valor de Marx.

Para este, como visto, o caráter de valor das mercadorias não deriva somente do fato de que estas são fruto do trabalho humano - valores de uso sempre foram produzidos pela humanidade, sendo o trabalho o seu fato ontológico, segundo o próprio Marx - mas sim que o trabalho humano passa a ser a medida social utilizada para as trocas e passa a regular a produção e circulação como um todo.

Desta forma, o desenvolvimento das forças produtivas não aponta inevitavelmente para o fim da mais-valia, o valor pode ainda regular as relações sociais a partir de outras proporções, nesse caso menores, de sua incorporação em cada mercadoria individual.

Essa afirmação de Preobrazhensky carrega um otimismo sobre a técnica, uma certa ideologia do progresso. Ou, ainda, uma visão fatalista das crises no capitalismo, como se fossem sinônimo do fim do capitalismo – o que é refutado pelo próprio Marx que aponta a crise como um momento de exacerbação da contradição da mercadoria com vistas à sua violenta e momentânea resolução. Ainda que as críticas a ela não sejam completamente eliminadas pela segunda parte de sua argumentação, relacionada ao campo da circulação, há uma complexificação de seu argumento.

Preobrazhensky se pergunta se o produto da produção da indústria estatal pode ser considerado uma massa de mercadorias. Para isso o autor responde sim, não e parcialmente não.

Sim, na medida em que temos o monopólio da produção, apoiado no mercado. Não, na medida em que temos o monopólio da produção pelo próprio setor estatal, conservando somente a *forma* das relações de mercado no interior deste setor; parcialmente não, na medida em que as tendências do monopólio socialista afetam a economia mercantil, acarretando, em muitos casos a liquidação da concorrência e a transformação da própria essência do mercado de mercadorias. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p.212)

Assim, no campo da circulação, a produção estatal é mercadoria na medida em que é produzida para o mercado – deduz-se assim que o mercado ainda é regido pela lei do valor. Ela não é mercadoria quando a relação de troca se dá dentro do próprio setor estatal, onde só a forma de mercado se mantém, mas não seu conteúdo, ou seja, as trocas não seriam reguladas pela lei do valor. Por fim, parcialmente não na medida em que existe o mercado privado na URSS, mas que este não se mantém na sua forma pura, sofrendo influências da esfera estatal.

Além disso, Preobrazhensky afirma que, em geral, na economia estatal, o caráter mercantil da produção declina na proporção do aumento da soma absoluta da produção e na proporção que aumenta a planificação e a organização de seu organismo econômico. Nesse sentido, há um reconhecimento do caráter social da lei do valor, e este fato na verdade parece se contradizer com sua primeira afirmação em relação às consequências do aumento da composição orgânica do capital.

O aumento da soma absoluta da produção e a importância da planificação e organização compõem a definição do autor do período de acumulação socialista primitiva, e também estão presentes no debate proposto por Marx sobre a questão do fetiche da mercadoria.

Seu balanço final é que a mais-valia, do ponto de vista da existência de mercadorias, está em colapso e em grande medida já foi eliminada pelo desenvolvimento das relações socialistas de produção. Esse ponto ficará mais evidente ao abordar a categoria preço dada pelo autor, na sequência.

Retorna-se agora às condições de existência da mais-valia enunciadas por Preobrazhensky. Será abordada agora a terceira delas e, na sequência, se voltará à segunda – seguindo a ordem de exposição do autor.

Este ponto consiste na existência de exploração entre a burguesia, classe dos proprietários dos meios de produção, e a classe trabalhadora, cuja única mercadoria a ser vendida a sua própria força de trabalho. Preobrazhensky afirma que a superação deste pressuposto da existência de mais-valia se encontra mais avançada do que a questão da produção de mercadorias analisada anteriormente. Sua supressão não foi evolutiva, mas através de saltos. Com a tomada do poder político e econômico pelo proletariado, a consequência é que a classe trabalhadora não poderia explorar a si mesma. Isso contribuiria para que a mais-valia se transformasse em sobreproduto.

Ele reconhece o caráter heterogêneo da classe trabalhadora, com a existência de trabalhadores com função de organizadores e a massa de trabalhadores, cujas remunerações divergem. Contudo, essa heterogeneidade é dentro de uma mesma classe e, mais do que isso, consiste em uma herança do capitalismo recebida pelo novo sistema. Para ele, portanto, a

desigualdade material decorrente dessa heterogeneidade não existe devido à estrutura de produção soviética, mas sobrevive apesar dela. Ela desapareceria progressivamente através do seguinte:

...desenvolvimento das forças produtivas da economia estatal, [da] elevação sistemática os salários, [do] controle, pelo sistema socialista, da instrução geral e técnica da juventude proletária e semiproletária, correlatamente a uma reaprendizagem dos adultos, conduzirão a um rápido aumento dos operários qualificados em relação aos operários não-qualificados e prepararão uma massa de trabalhadores para as funções de organização que excederá de longe o número de funções de organização e direção. E isto significará a dissolução das diferenças profissionais esclerosadas e a transição gradual a uma verdadeira solução socialista do problema dos organizadores e da massa através de uma aproximação entre ambos, com a transformação das profissões, dos agrupamentos esclerosados das mesmas e únicas pessoas, em funções preenchidas em rodízio, por toda a massa. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p.241)

De qualquer forma, ele reforça o argumento de que, ainda que haja heterogeneidade, setores como os Diretores Vermelhos, por exemplo, não possuíam nenhum monopólio sobre os meios de produção, sendo eles também empregados do Estado Operário. O crescimento quantitativo das forças produtivas dentro da economia estatal, desde que em um ritmo adequado, garantiria o desenvolvimento no sentido da eliminação dessa heterogeneidade.

Preobrazhensky sai da esfera das relações dentro do proletariado, onde ele chegou a conclusão de não haver exploração de uma classe por outra, para se debruçar sobre outras formas de exploração que ainda possam existir na URSS.

O primeiro tipo é baseado no fato de que uma fração do sobretrabalho seria destinada à remuneração dos técnicos em uma proporção que ultrapassaria o pagamento do trabalho altamente qualificado. Ele explica essa exploração pelo fato de que o desenvolvimento das relações socialistas seria insuficiente dentro do novo sistema educacional – é possível ver aqui a educação cumprindo um papel de dar as condições para a superação de uma condição de exploração, um dos pressupostos da eliminação da mais-valia.

Uma segunda forma de exploração consistiria no fato de que uma fração dos sobreprodutos estatais seria capturada pelo capital privado sob a forma de lucro comercial. Esta exploração se explicaria pelo desenvolvimento inadequado do sistema de distribuição que decorre da socialização dos meios de produção.

A terceira forma de exploração consistiria nos interesses dos empréstimos internos cobertos pelo campesinato, *nepmen* e pequena burguesia, bem como o pagamento eventual de juros de antigos e novos empréstimos estrangeiros. Também se inclui aqui um hipotético mal

planejamento da acumulação socialista primitiva, onde a economia privada se aproprie do excedente do Estado em uma maior proporção que este do excedente daquela.

Assim, conclui-se que, do ponto de vista da existência de duas classes distintas, de possuidores e não possuidores de meios de produção, não haveria mais a produção de mais-valia – dada a propriedade social dos meios de produção na esfera estatal. Os vestígios da organização da produção capitalista seriam eliminados pelo desenvolvimento da lei da acumulação socialista primitiva, tanto pelo crescimento do setor estatal quanto pela educação e reorganização dos trabalhadores.

Volta-se, agora, ao segundo ponto elencado por Preobrazhensky como uma condição para a existência da mais-valia: a configuração da força de trabalho enquanto uma mercadoria.

Mais uma vez, a resposta de Preobrazhensky sobre a existência da mais-valia sob essa perspectiva é sim e não. A força de trabalho seria mercadoria quando se olha para a economia como um todo. O número de operários empregados pelo Estado é inferior ao empregado pelo setor privado – lembrando que isso inclui, e na verdade é majoritariamente a agricultura.

Ainda assim, mesmo os empregados no setor estatal reproduzem sua força de trabalho empregando a grande maioria de seu orçamento para comprar bens de consumo da produção privada, ou seja, o processo de reprodução da força de trabalho está ligado de modo muito estreito à economia mercantil.

No campo especificamente da economia estatal, o nível do fundo dos salários no seu conjunto é regulamentado pela lei da acumulação socialista primitiva, e não pela oferta e procura por mão de obra. Ainda não se trata absolutamente do sistema de distribuição intrinsecamente inerente às relações socialistas de produção – apenas do começo da preparação das condições prévias a uma tal distribuição, das quais uma das premissas é a separação entre o fundo salarial no seu conjunto e a ação da lei do valor.

Temos novamente aqui um interessante exemplo do fato de que, com a socialização dos meios de produção, certas modificações puramente quantitativas – o desenvolvimento das forças produtivas e da riqueza material na economia estatal, intensificam automaticamente o processo de dissolução das categorias da sociedade capitalista. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 218)

A distribuição dentro do fundo geral dos salários, contudo, se mantém quase inteiramente burguesa, ou seja, a forma do salário continua capitalista. A escala hierárquica de salários se manteria até que a formação de trabalhadores qualificados se adaptasse às relações de produção socialistas da economia estatal – tanto na divisão das profissões quanto nos incentivos burgueses para a produção. “Os incentivos socialistas não caem do céu. Cumpre

desenvolvê-los através de uma reeducação prolongada do elemento humano criado na economia mercantil, de uma reeducação no espírito das relações coletivas de produção” (*ibidem*, p. 218).

Na seção VI do Livro I de O Capital (2013), Marx destaca a diferença do pagamento do trabalho e do pagamento da força de trabalho. Ele destaca que a forma salário sob o capitalismo contribuiria para o encobrimento desta relação, por sua fetichização, pois daria a aparência de que o salário paga a atividade trabalho. Marx (2013) destaca o fato de que a venda do trabalho em si não faz sentido, visto que “para ser vendido no mercado como mercadoria, o trabalho teria, ao menos, de existir antes de ser vendido. Mas se o trabalhador pudesse dar ao trabalho uma existência independente, o que ele venderia seria uma mercadoria, e não trabalho” (p.606).

Além disso, caso o que se vendesse fosse de fato o trabalho, a existência do mais-valor só se explicaria pela troca de não equivalentes. Assim, o salário reflete, na verdade, o valor da força de trabalho que consiste no valor dos itens necessários para a reprodução desta força de trabalho em um contexto determinado.

Mais uma vez, contudo, Marx alerta para o fato de a expressão “valor do trabalho” se difundir surge das próprias relações de produção, que têm esta aparência. Desta forma, a forma salário apaga a divisão entre trabalho necessário e mais-trabalho, dando ao conjunto do trabalho a aparência de trabalho pago. Soma-se a isso elementos como a variação do salário quando da variação da duração da jornada de trabalho, bem como a diferença individual entre os salários de trabalhadores que executam a mesma função, os quais dão uma contribuição para a visão do salário como o pagamento do valor do trabalho.

Nesta seção, ainda, Marx apresenta as formas do salário por tempo e do salário por peça. Os dois são apresentados como variações desta mesma lógica do salário. O autor considera que a forma do salário por peça é a mais adequada ao capitalismo, visto facilitar a existência de descontos salariais e de fraudes capitalistas quando da avaliação da qualidade dos produtos, a diminuição do gasto com a supervisão do trabalho, bem como uma facilitação da elevação do grau de intensidade do trabalho – já que esta se torna do interesse pessoal do próprio trabalhador. O salário por peça desenvolveria, ainda, uma individualidade ligada a um “sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole dos trabalhadores; por outro lado, sua concorrência uns contra os outros” (MARX, 2013, p.626).

Preobrazhensky se pergunta então sobre qual seria a forma do salário que melhor corresponderia às condições de trabalho na economia estatal do proletariado durante seu desenvolvimento. Durante o Comunismo de Guerra havia operado o sistema de rações, ou seja, um abastecimento coletivo e uma remuneração coletiva. Esta forma de remuneração, por consistir em uma ruptura brusca e de uma só vez com os estímulos individuais e pequeno-

burgueses no trabalho, fracassou. No momento em que ele escreveu o livro, em 1926, imperaria o salário por peça ou salário diário/mensal. Sua defesa consiste em que seria necessário chegar a um método combinado de remuneração individual e coletiva e depois para a remuneração do operário coletivo ao invés do individual.

Assim, o aspecto de transição nesse quesito consiste no fato de o fundo de salários ser comandado pelo princípio da acumulação socialista primitiva. Por outro lado, a lei do valor ainda teria vigência, pois a maior parte dos trabalhadores se encontrariam inseridos em relações de trabalho na esfera privada da produção. Além disso, suas formas salariais em geral também seriam espaços de ação da lei do valor.

A última premissa para a existência da mais-valia elaborada por Preobrazhensky determina a necessidade de existência de um sobreproduto, o qual, com exceção do período do comunismo de guerra, também existe no regime soviético.

Buscando trazer uma síntese entre os fatores enumerados, o autor considera ser melhor designar o excedente que vem para a economia estatal depois de satisfeitas as necessidades de consumo dos operários da indústria estatal de sobreproduto, e não de mais-valia, visto que isso caracteriza não somente o que existe (já que em alguns aspectos o autor aponta que a mais-valia ainda existiria), mas as suas tendências de desenvolvimento. Em relação à indústria privada continuaria válido tudo que Marx escreveu sobre o trabalho assalariado.

Preobrazhensky aponta a existência de uma contradição entre a lei do desenvolvimento das relações socialistas de produção em geral e aquela da transformação dos salários.

Enquanto lei na qual se expressam todas as tendências conscientes e espontâneas da intensificação do ritmo da reprodução ampliada na economia estatal coletiva, ela aparece, por isso mesmo, como a lei do desenvolvimento das relações socialistas de produção em geral. Mas, por outro lado, enquanto lei de limitação dos salários no interesse da acumulação, ela restringe o ritmo de transformação dos salários em razão de consumo do trabalhador na economia socialista por que – a partir do momento em que os instrumentos de trabalho são socializados - é precisamente a rápida elevação dos salários que conduz tanto à separação entre os salários e o valor da força de trabalho como às premissas materiais de desenvolvimento da cultura proletária, socialista. Esta contradição da lei da acumulação socialista primitiva decorre integralmente de seu caráter historicamente transitório. A tendência à superação da categoria do salário, quer dizer, a tendência ao reforçamento da *qualidade* socialista das relações de produção entra em contradição com a tendência à extensão *quantitativa* do domínio da economia estatal e de suas relações de produção sob sua forma *atual*, isto é, de seu caráter socialista. O próprio termo “acumulação socialista primitiva” expressa este duplo caráter da lei: o adjetivo “socialista” entra em contradição com o substantivo “acumulação” ao qual está ligado não apenas gramaticalmente, mas também no seu processo histórico real. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 221)

O autor, assim, destaca a existência de um aspecto qualitativo e de um quantitativo relacionado à lei de acumulação socialista primitiva. Essa sua afirmação impede que se reduza sua formulação à mera acumulação material quantitativa de capital. Está presente em sua reflexão a necessidade de transformas relações de produção – nesse caso específico a forma salário e aquilo que ela expressa. O reconhecimento do caráter contraditório da transição é um mérito no sentido de negar o mecanicismo, não só na análise do capitalismo, mas na construção de sua superação.

Seguindo a análise das categorias propostas por Preobrazhensky, surge a categoria preço. Traça-se brevemente algumas características desta categoria para Marx e então passar-se-á à análise proposta por Preobrazhensky.

No terceiro capítulo do Livro I de O Capital (2013), Marx afirma que a expressão de valor de uma mercadoria em ouro é sua forma-dinheiro ou seu preço. O preço teria por um lado um caráter qualitativo, visto que sua capacidade de medida de valor deriva do fato de que há trabalho cristalizado em seu material, condição para seus status de equivalente universal. Por outro, teria também um caráter quantitativo, quando de sua condição como padrão de preços. Nesse sentido, uma definição inicial de preço seria a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria.

A grandeza de valor da mercadoria expressa, portanto, uma relação necessária - e imanente ao seu processo constitutivo - com o tempo de trabalho social. Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca entre uma mercadoria e a mercadoria-dinheiro existente fora dela. Nessa relação, porém, é igualmente possível que se expresse a grandeza de valor da mercadoria, como o mais ou o menos pelo qual ela vendável sob dadas circunstâncias. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e grande de valor, ou o desvio do preço em relação à grandeza de valor, reside, portanto, na própria forma-preço. (MARX, 2013, p. 176-7)

Durante grande parte de sua obra, Marx utiliza o pressuposto de que os preços das mercadorias correspondem aos seus valores. Contudo, como apontado, desde o Livro I ele já aponta a possibilidade de que isso não se dê na realidade – como de fato não se dá. É no Livro III da obra que o autor, ao tratar da questão do lucro e do preço de produção, traz a questão da realização do mais-valor para um outro nível de abstração. Ali, Marx afirma que os capitais individuais se apropriam de uma massa de mais-valor diferente daquela que produzem, seja para cima ou para baixo.

O suposto de que as mercadorias das diferentes esferas da produção são vendidas a seus valores significa apenas, naturalmente, que seu valor é o centro de gravitação em

torno do qual giram os preços e com base no qual se compensam suas constantes altas e baixas. (MARX, 2017, p. 212)

Essa divergência entre preço e valor, contudo, é estrutural e não circunstancial (CARCANHOLO, 2013). O mecanismo que determina esses preços é a concorrência, possibilitando que alguns capitalistas consigam realizar mais mais-valor do que realmente produziram, enquanto outros realizam menos. Somente do ponto de vista do capital total a mais valia produzida corresponde àquela apropriada. Contudo, ainda que não se possa dizer que os preços das mercadorias individuais correspondam a seus valores, em seu conjunto eles gravitam em torno do valor, sendo ele, portanto, sua referência de última instância.

Preobrazhensky aborda a questão dos preços para avaliar o quanto essa forma se transforma em custos de trabalho da produção naquele momento da URSS. Para tanto, ele esboça as diversas combinações possíveis estabelecidas no universo das trocas na URSS e a forma como a lei do valor impacta sobre elas, qual o nível de planificação possível e a forma como a categoria preço se altera dentro de cada contexto.

Antes de iniciar, cabe destacar que o autor abstrai nesse tópico do texto a questão dos métodos de remuneração do trabalho, os quais já foram discutidos especificamente na sessão que trata da questão da mais-valia.

Preobrazhensky divide sua exposição em (1) Setores que produzem meios de produção para produzir meio de produção; (2) Setores que produzem meios de produção para produção de bens de consumo; e (3) Setores que produzem bens de consumo. Dentro de cada uma dessas subdivisões o autor constrói as várias possíveis combinações entre a esfera estatal e privado.

D) Setores que produzem meios de produção para produzir meios de produção

a) Estado como produtor e comprador monopolista

Nesta situação, a produção e apropriação não são regulados pelos métodos espontâneos da concorrência, mas pela integração do plano financeiro dos diferentes ramos dessa produção. Isso não significa dizer que a influência da lei do valor foi completamente suprimida, mas que ela se dá de uma nova forma, como uma pressão do mercado mundial que se abate sobre a economia como um todo. Sendo assim, a ação da lei do valor sobre os preços é mínima. A categoria preço adquiriria um caráter puramente formal dentro do setor estatal. A única esfera em que ela teria ainda uma influência forte seria sobre a força de trabalho - sobre o que já foi falado.

b) Estado como produtor monopolista, mas sem o monopólio das compras

A planificação teria seus limites determinados pelo volume da demanda efetiva, quando voltada para o mercado interno, e a capacidade e preços do mercado externo, quando voltado para o comércio exterior.

A lei do valor tem sua ação não somente sobre o volume da acumulação no setor estatal, mas também sobre a divisão do emprego da força de trabalho. Neste caso, a categoria preço adquire um duplo caráter: ela é método de cálculo, ou seja, a forma de distribuição planificada dos recursos no interior do setor estatal (assim como descrito no ponto 'a' deste item), mas também cumpre uma função no processo de acumulação socialista primitiva, a qual é limitada pela ação da lei do valor, quando se refere às trocas entre a economia estatal e a privada. O resultado deste conflito influencia a repartição das forças produtivas, em especial a força de trabalho.

c) Estado não tem monopólio nem da produção nem das compras

Esta categoria englobaria uma parte menor da produção. Nos casos em que o Estado predomina, a lei do valor age na mesma direção que a lei da acumulação socialista, visto que os preços de mercado serão em geral os preços que o Estado fixar para a produção.

Quando se trata da venda dos meios de produção que fornecerem matéria prima para a produção estatal e que são majoritariamente produzidos pela economia privada, especificamente a economia camponesa, a lei do valor passa a ter uma influência mais forte. Contudo, isso não quer dizer que ali se cria uma arena do livre mercado. Para explicá-lo, Preobrazhensky constrói algumas sub-hipóteses deste formato:

- (i) Estado como comprador monopolista

Neste caso não seria tanto o mercado que ditaria seus preços ao Estado, mas o contrário. Ainda assim, haveria uma limitação dada à ação do Estado pela lei do valor no que diz respeito ao limite máximo dos preços, dado pelo preço médio do mercado mundial, e o limite mínimo dos preços, dado pelas despesas com a mão de obra. Consequentemente, toda a diferença entre os preços dados pela lei do valor seria resultado da lei da acumulação socialista primitiva - a planificação, dessa forma, limitaria a ação da lei do valor: “a luta em favor da planificação é

antes de tudo uma luta pela acumulação dos recursos materiais da economia estatal que asseguram o desenvolvimento de certas relações de produção em prejuízo de outras relações de produção” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 195).

Outras formas de crescer a influência do setor estatal consistem no sistema de crédito estatal e a política de preços do Estado, a qual tem uma influência sobre a distribuição das forças produtivas na economia camponesa – encorajando certas culturas em detrimento de outras - e, dessa forma, introduzindo elementos da planificação estatal

O próprio preço transforma-se aqui, de uma categoria da economia mercantil, de uma função da lei do valor, em alguma coisa de transitório, que tende para o cálculo socialista quando das trocas entre a cidade e o campo, embora a mercadoria da economia camponesa, comprada a um preço estabelecido pelo Estado, não esteja ainda, em relação à produção, em vias de se transformar em produto. (*ibidem*, p.197)

- (ii) Matérias-primas adquiridas em grande quantidade pelos produtores privados

Aqui, o papel regulador do Estado é muito menor e a ação da lei do valor, portanto, mais forte. Uma forma de combater a lei do valor neste caso consiste em diminuir o preço dos produtos estatais e aumentar sua produção. Isso reforça o papel do Estado nesta esfera e torna pouco vantajoso para os camponeses o trabalho doméstico com sua própria matéria prima.

II) Produção de Meios de Produção para produção de bens de consumo

A lei do valor teria um impacto mais forte aqui do que sobre o setor de produção de meios de produção, visto que há um papel mais importante da economia privada na produção e na venda, flutuações dos preços das matérias primas, uma dependência mais considerável e mais direta em relação à demanda efetiva da economia privada e uma maior influência da oferta e da procura. Aqui, corre-se o risco de existir uma desproporção entre a produção industrial e a demanda efetiva do país, a qual se soluciona em termos socialistas a partir da extensão planificada da indústria estatal até o nível do aumento da demanda. Aqui, a lei do valor modifica a política estatal de preços fixos e planejados e sua força é proporcional ao crescimento da acumulação do capital privado.

Preobrazhensky a seguir faz um pequeno resumo das tendências apresentadas até então:

Vimos que a lei do valor, fazendo abstração do problema da força do trabalho, exerce um mínimo de influência na esfera da produção quando o Estado é ao mesmo tempo produtor e comprador monopolista dos meios de produção. Isto significa que a

indústria pesada constitui o elo mais socialista de nossa economia estatal, o setor em que mais rapidamente avançou o processo de substituição das relações de mercado por encomendas planejadas e preços controlados no interior do organismo unificado da economia estatal. Foi aí que o processo de transformação do preço numa repartição planejada de recursos no interior do setor estatal progrediu mais e que começou a realizar-se o processo de transformação da mercadoria em produto. No domínio da produção estatal de bens de consumo, a influência da lei do valor é muito maior. Ela é tanto maior quanto a indústria estatal é menos monopolista e as matérias-primas elaboradas nos ramos da pequena produção, que estão submetidas à ação do elemento espontâneo das relações de mercado, desempenham um papel mais importante no cálculo dos custos de produção. Na medida, enfim, em que passamos para a economia privada, quer dizer, antes de mais nada para a economia camponesa, a lei do valor é limitada ao máximo pela lei da acumulação socialista nos ramos da produção camponesa dos meios de produção destinados à grande indústria, quer dizer, na esfera da produção de matérias-primas industriais, na sua grande maioria, compradas pelo Estado (*ibidem*, p. 203).

III) Bens de consumo da economia camponesa que são comprados pelo Estado

Neste campo, o Estado não consegue exercer sua influência através da produção por ser muito pequeno. Dessa forma, a regulação só é possível no domínio das trocas e do crédito, sendo que este último é muito pouco utilizado.

Através das trocas, o Estado como comprador organizado para a massa do consumo urbano interno e como monopolista na esfera do comércio externo consegue garantir sua influência. Existe uma pressão do mercado externo, visto que a URSS participa de uma parte muito pequena dele, bem como do mercado interno, visto que a maior parte dos cereais mercantilizáveis atende a própria demanda camponesa. Ainda assim, a tendência é o aumento do papel regulador do Estado – visto que o aumento da produção significa o aumento dos excedentes e, assim, mais exportação, da qual o Estado é o único mediador.

IV) Trocas entre o campesinato

Este é o setor em que a regulação planejada impacta menos. Existe algum nível de influência do Estado sobre o preço dos cereais, mas ele é limitado pela característica da relação estabelecida entre os sujeitos. Em geral os cereais são comprados pelos camponeses pobres, que pagam frequentemente através de trabalho. Desta forma, a regulação dos preços dos cereais pelo Estado não consegue afetar essas relações de exploração. Trata-se do setor em que a lei do valor predomina amplamente.

A determinação da ação da lei do valor se dá, neste recorte proposto pelo autor, a partir do contato que cada esfera da indústria tem diretamente com o mercado privado. As esferas da produção que se produzem e consomem a partir do próprio setor estatal seriam as menos

afetadas - contudo é importante apontar que ele não diz ter sido eliminada a influência da lei do valor.

Ele cita a existência de uma mínima influência da lei do valor sobre a indústria pesada que seria o mais socialista da economia estatal. As esferas mais diretamente em diálogo com os setores privados da economia sofreriam um impacto maior, havendo, contudo, a lei da acumulação socialista também buscando contrabalancear essa disputa.

A categoria do lucro na economia estatal

No terceiro Livro III de O Capital (2017), Marx define o lucro como uma forma mistificada do mais-valor. O capitalista, ao ver sua produção constituída pelo preço de custo, não diferenciando entre capital constante e capital variável, passa a ver o mais-valor como um excedente do preço de custo da mercadoria, cuja origem vem igualmente de seus distintos elementos de valor, ou seja, tanto dos meios de produção quanto do trabalho. O lucro, contudo, pode na prática do mercado não ser igual ao valor do mais-valor, podendo variar sua proporção do mais-valor total produzido sem, contudo, deixar de ser lucro. A taxa de lucro é determinada pela divisão do mais-valor produzido pelo capital total empregado, diferentemente da taxa de mais-valor, onde o mais-valor é dividido pelo capital variável.

Marx avança para apontar a formação de uma taxa de lucro média a partir da concorrência, a qual também influencia a alocação de capitais. A equalização das taxas de lucro leva a formação dos preços de produção e, assim, de uma apropriação desigual de mais-valor em comparação ao total por ele produzido, quando relativa ao capitalista individual, e igual quando relativa ao capital total.

Este ponto já foi abordado brevemente quando tocada a questão dos preços para Marx, e não cabe aqui entrar em mais detalhe visto que a discussão proposta por Preobrazhensky se refere ao mecanismo geral de regulação do lucro e alocação de capitais, ou seja, se refere ao mecanismo da concorrência e à regulação da lei do valor na sociedade capitalista.

Neste ponto, Preobrazhensky se pergunta sobre a determinação da taxa de lucro para os trustes estatais, a forma como são distribuídos os novos capitais entre os diferentes ramos da economia estatal e sobre o que substituiria a ação da lei do valor na economia estatal.

Diferentemente do capitalismo, o programa de produção é conhecido na economia estatal, bem como planejado. Como consequência do reforço do princípio da planificação na economia estatal, assim como no mercado interno de matérias-primas industriais modifica-se a própria natureza do lucro e do instrumento de igualização da taxa de lucro. A categoria lucro

desaparece enquanto relação de distribuição existente na sociedade burguesa como também desaparece quase completamente enquanto regulador da distribuição das forças produtivas entre os diferentes ramos da economia estatal coletiva. Ao invés de haver uma taxa de lucro, no sentido capitalista, passa a existir uma taxa de acumulação socialista para cada ramo da produção - dada pelo planejamento.

Em consequência da socialização da indústria e do desenvolvimento do princípio de planificação na economia estatal e, especialmente da acumulação socialista, a categoria “lucro” não somente desaparece enquanto relação de distribuição na sociedade burguesa (conjuntamente com a liquidação da classe capitalista) como também desaparece quase completamente enquanto regulador (que se baseia na lei de valor) da distribuição das forças produtivas entre os diferentes ramos da economia estatal coletiva. (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 225)

O principal modo de distribuição dos novos capitais que não se incorporam ao capital de empresas em funcionamento é o sistema bancário, que o faz de modo planejado. Naquele momento, a economia estatal soviética seguiria ainda de modo bastante espontâneo a linha de ação da lei de acumulação socialista primitiva no sentido de que o balanço global da acumulação de cada ano não seria determinado com antecedência e traçado deliberada e planejadamente através do conjunto do sistema de preços planejados – não era consciente sempre dos dirigentes econômicos o seguir dessa lei, embora isso acabe acontecendo.

Outra diferença da produção capitalista consistiria no fato de o lucro das empresas estatais não ser dividido em um fundo de consumo dos capitalistas e em um fundo de acumulação – só restaria o fundo de acumulação. Além disso, procura-se determinar antecipadamente o fundo de acumulação necessário com base no plano de produção – parte pode ser coberto por meios orçamentários e parte por uma política de preços. Ao invés da lei dos preços de produção existiria uma política de preços ditada pela tarefa de obter cada ano, um fundo de acumulação determinado para a economia estatal.

Categoria da renda

Ao tratar da questão da renda, Preobrazhensky define a categoria tal qual elaborada por Marx, destacando a sua utilização para o modo de produção capitalista desenvolvido, quando este abrange o setor agrícola.

Ele sustenta que não faz sentido falar desta categoria para as relações soviéticas, seja quando se trata da renda absoluta - “a parte da mais-valia criada pelos operários assalariados na agricultura capitalista, que está ligada na sua origem a uma baixa composição orgânica do

capital agrícola e não participa do processo de igualização da taxa de lucro de toda a produção capitalista” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 231) - seja na renda diferencial – cuja fonte é o fundo geral da mais-valia de toda a sociedade capitalista, distribuída a partir do critério da fertilidade da terra.

Ele caracteriza a existência de formas de produção no campo que produzem uma renda territorial capitalista, cuja origem é o trabalho não pago dos operários. Dentre os exemplos que cita cabe destacar a questão dos *kulaks*, os quais ele reconhece não se tratarem dos agricultores-capitalistas de Marx, mas que ainda assim são “no essencial e segundo as tendências de seu desenvolvimento, um grupo que pode e deve ser submetido a um imposto territorial especial, não importando se isso for feito independentemente do imposto geral sobre a renda ou simultaneamente com ele” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 234).

Contudo, a distribuição desta renda se dá de forma completamente distinta do capitalismo, visto que quem a recebe não é um proprietário privado da terra nem o Estado capitalista, mas um Estado socialista. Ele destaca, ainda, que quando se trata das empresas estatais do campo não existe renda, mas somente mais uma das formas de distribuição dos recursos estatais no interior do setor estatal.

Por fim, Preobrazhensky trata do imposto sobre a agricultura não capitalista, a qual não produziria uma renda territorial no sentido marxista da palavra, mas ainda assim haveria uma alienação em benefício do Estado de uma parte de seu sobre produto. Esta taxa seria necessária e racional, visto a necessidade de pagamento das despesas do orçamento público, as quais devem ser cobertas por operários e camponeses. Além disso, os camponeses também usufruiriam e precisariam desse desenvolvimento de sua economia em direção a formas mais elevadas como cooperativas.

Percebe-se, assim, mais uma origem de excedentes a serem apropriados pelo Estado soviético e, portanto, a constituir uma fonte de acumulação socialista primitiva. Preobrazhensky destaca menos o caráter transitório da categoria renda, quando aplicada à realidade soviética, mas seu papel como espaço para apropriação desigual entre Estado e economia privada.

O autor não trata da categoria na perspectiva da sua utilização em relação à produção estatal agrícola em moldes coletivos, seja para pensar a sua possibilidade ou não de utilização ou a forma como ela é alterada por este caráter de produção.

O juro, o sistema de crédito

Preobrazhensky destaca a existência dentro da economia soviética de juros, no sentido dado por Marx em sua análise do sistema capitalista, os quais devem ser analisados tal qual o faz a economia política, mas também de um outro fenômeno que, apesar de ser denominado juro, do correspondente capitalista só conserva a forma, tendo sido seu conteúdo já alterado dentro da economia socialista mercantil. Ele passa, então, à análise das diversas formas de juros existentes na realidade soviética.

Primeiramente, ele fala sobre o juro usurário, o qual desempenharia a função de esgotar a pequena produção sem favorecer o seu desenvolvimento para uma forma mais complexa de trabalho. Essa forma de juro não é exclusiva nem tipicamente capitalista, embora exista também sob este sistema, mas se manteve durante o período soviético.

O juro capitalista, segundo Marx, consiste em uma fração do lucro que deve ser paga ao possuidor e fornecedor do capital emprestado na medida em que ele pega um capital emprestado e não o seu próprio. A partir desta definição, Preobrazhensky identifica o fato de que o juro capitalista ocorre nas relações de compra e venda de capital-dinheiro no mercado privado da URSS, seja ele legal ou ilegal. Isto se passa no interior de estabelecimentos de crédito privado e também no mercado ilegal de capital usurário.

As particularidades desta forma de juro na URSS se relacionam, não ao fato de haver interferência estatal - visto que quase não há nesta esfera - mas ao fato de que o capital privado é na sua maioria agrícola e não industrial. Isso faz com que as relações de crédito acabem pouco desenvolvidas nesse sentido.

No que diz respeito às relações em que o capital privado se beneficia de créditos fornecidos pelo banco estatal, isto consiste em uma forma da mais-valia ser transferida do setor privado capitalista para os fundos da acumulação socialista primitiva. Durante o período do comunismo de guerra, em uma conjuntura de guerra se deu uma aparência de distribuição socialista à economia camponesa que continuava a ser pequeno-burguesa na esfera da produção.

Com o fim do Comunismo de Guerra, Preobrazhensky afirma que se adaptou o sistema de trocas à forma mercantil. Neste sentido, o sistema de crédito ganha um papel progressista, visto o caráter mais elevado de organização do controle, do cálculo e da repartição das forças produtivas do sistema bancário, mesmo sob o capitalismo. Ele afirma que, sob a economia soviética, há uma diminuição dos elementos de reificação presentes no capitalismo, e se atinge uma maior transparência nas relações de produção. O fetichismo do dinheiro, embora já parcialmente banido da esfera estatal, predomina na economia privada e nas fronteiras entre elas.

A planificação, o cálculo e o controle que resultam organicamente da socialização dos meios de produção nos mais importantes setores da economia soviética aparecem por sua própria essência *como um tipo mais elevado de planificação e de cálculo comparado aos que até agora pôde atingir o sistema capitalista de crédito mais desenvolvido e centralizado.* (PREOBRAZHENSKY, 1979, p.243)

Por fim, ao tratar do crédito fornecido dentro do próprio setor estatal, ele afirma ser absurdo considerá-lo como um juro, visto que consiste na verdade em mais uma forma de redistribuição de recursos dentro do setor estatal.

Neste sentido, ele aponta mais uma vez para o desmantelamento da categoria vinda do capitalismo dentro do âmbito estatal, ao passo que esta mesma categoria quando aplicada à esfera de relações entre a economia estatal e a economia privada se torna uma ferramenta de acumulação socialista primitiva.

Cooperação

Preobrazhensky afirma que a forma cooperativa não se vincula especialmente ao modo de produção socialista, existindo também sob o capitalismo e sob ele prosperando. Contudo, sob o capitalismo ela teria uma influência limitada, só adquirindo a uma importância especial depois da revolução socialista.

O papel que ela pode cumprir se relaciona, novamente, à disputa entre as duas leis reguladoras do período de transição soviético. O cooperativismo poderia ter uma função socialista na medida em que constitui um elo do sistema que evolui para o socialismo na base de suas próprias forças e tendências internas – esse sistema é a economia estatal do proletariado.

Na URSS da época existiam cooperativas de consumo e de produção. As de consumo propiciariam uma vinculação direta entre os pequenos produtores e a indústria estatal, constituindo uma forma de trazer a política de preços estatal para os produtores privado. Todavia, estas cooperativas seriam mais suscetíveis à pressão da lei do valor do que os órgãos estatais.

No que tange às cooperativas de produção, ele aponta que as comunas e *solvkhoses* ainda têm uma proporção maior em volume e crescimento dentro da economia soviética quando comparadas à economia privada, em especial na figura do *kulak* no campo. “Já dissemos muitas vezes que a luta da lei da acumulação socialista primitiva contra a lei do valor implica a luta pela hegemonia entre dois tipos diferentes de organização do trabalho humano: o tipo coletivo e o tipo capitalista privado” (PREOBRAZHENSKY, 1979, p. 251).

Dessa forma, entendendo que a lei de acumulação socialista primitiva implica o fortalecimento de formas coletivas de produção, ele identifica que a cooperação pode se aproximar do socialismo na medida em que está mais próximo do tipo coletivo de organização do trabalho.

Contudo, para que esta forma de produção ganhe espaço é necessária a ação da grande indústria urbana sobre a agricultura camponesa – ele cita o exemplo da produção de tratores. Ele conclui, assim, apontando que a passagem ao socialismo é possível através de cooperativas de produção, sendo a cooperação nas trocas só uma forma de abrir caminhos para isso.

Neste ponto há algumas reflexões importantes de Preobrazhensky. Em primeiro lugar, ao hierarquizar a influência das cooperativas de produção sobre as de troca, o autor revela uma primazia não só analítica, mas de transição, do âmbito da produção sobre o da circulação.

Ao tratar da produção, contudo, ele não se restringe a falar da técnica, compreendida enquanto desenvolvimento tecnológico material, ou ao volume de produção - temática muito reforçada ao longo do livro como um todo. Aqui, o central é a forma de organização do trabalho, ou seja, há um destaque para a organização coletiva do trabalho enquanto um termômetro do nível de transição ao socialismo alcançado.

Outro ponto interessante tratado aqui diz respeito à defesa do cooperativismo na produção no que se refere à produção agrária, o que destaca mais uma vez a existência de preocupações e propostas de Preobrazhensky para esta área. Isso deveria contribuir também para o fortalecimento da consciência de classe e para a cultura do campesinato. A produção coletiva cumpre um papel não somente econômico, mas também pedagógico (cultural) e político.

Essa leitura da defesa de Preobrazhensky da coletivização da produção no campo torna-se primordial para destacar a abordagem totalizante e dialética dele, como também para salientar uma solução totalizante, integrada e dialética para o problema da consciência de classe entre camponeses.

2.3.4. Nova Econômica - apêndices e a polêmica com Bukhárin

O apêndice do livro *The New Economics* de Preobrazhensky é composto por artigos escritos pelo autor para responder a seus críticos – esses apêndices estão disponíveis na edição em língua inglesa, mas não na versão traduzida para o português.

O primeiro e mais longo deles responde às críticas de Bukhárin, e os demais são considerados por Preobrazhensky como argumentações em grande medida derivadas deste primeiro. Ao rebater as críticas levantadas, o autor contribui para a melhor compreensão de aspectos de sua obra, bem como do contexto da discussão da época.

Basicamente, Preobrazhensky atribui as discordâncias apresentadas por Bukhárin à diferença do nível de abstração abordado pelos dois. Enquanto Preobrazhensky propunha uma teoria da economia soviética, Bukhárin estaria debatendo ações práticas da política econômica. Contudo, Preobrazhensky não considera que tal erro seja casual, mas que Bukhárin estaria se utilizando da discordância para a disputa política do partido.

Assim, ele sustenta que, primeiramente, o artigo analisado e criticado por Bukhárin - que se tornou posteriormente um capítulo do livro *Nova Econômica* - deve ser lido à luz do conteúdo do livro como um todo. Ele reafirma o método de abstração da esfera privada e da esfera estatal da economia para sua análise em forma pura para, posteriormente, passar a sua análise concreta - o que ocorreria em um segundo volume do livro, que infelizmente nunca foi publicado. Outra justificativa para a abordagem teórica da questão consiste na expressa abaixo, apresentada por Preobrazhensky no contexto de sua resposta à Ksenofontov. “Quanto mais camponês é um país, mais abstrato deve ser o método de análises, pois ele será muito mais importante para distinguir na política do Estado a qual é ditada pela lei da acumulação socialista e que é imposta pelo caráter camponês do país” (PREOBRAZHENSKY, 1965, p.283).⁵⁷

Preobrazhensky passa, então, a refutar cada um dos argumentos específicos apresentados por Bukhárin. O primeiro deles diz respeito à utilização dos termos “colônia” e “exploração”. Sobre o primeiro termo, ele afirma que foi utilizado não no sentido de o campesinato ser uma colônia literal, mas da sua analogia em termos de sistema econômico atrasado às ex-colônias. É possível entender aqui a ênfase dada por Preobrazhensky em seu livro sobre a recusa do método colonial como um método de acumulação socialista primitiva.

Passando ao termo exploração, Preobrazhensky afirma que Bukhárin cria argumentos supérfluos para discordância, visto que (i) Preobrazhensky nunca teria falado sobre a exploração do campesinato pelo proletariado, mas sim do sistema pré-socialista pelo sistema socialista e (ii) que o próprio Bukhárin reconhecia que a indústria socialista deveria receber um excedente dos pequenos produtores para seu fundo de acumulação. Como já apontou no prefácio de seu livro, Preobrazhensky se dispõe a abrir mão do termo “exploração”, desde que

⁵⁷ “The more peasant a country is, the more abstract must the method of analysis be, because it will be that much more important to distinguish in the State’s policy that which is dictated by the law of socialist accumulation and that which is imposed by the peasant character of the country”.

seu significado se mantenha, ou seja: “o equilíbrio das trocas de material (o que não é o mesmo que o equilíbrio das trocas comerciais entre os sistemas) entre as economias privada e socialista é favorável à última, e não vice-versa” (1965, p. 228)⁵⁸.

Esta temática da “exploração” do campesinato se desdobra em duas outras discussões: a utilização do termo “devorar” a produção camponesa e o bloco operário-camponês.

A expressão “devorar” a produção camponesa havia sido utilizada no contexto de sua passagem a formas coletivas de produção. Ele responde à crítica de Bukhárin de que isto não significaria a substituição da produção camponesa pela produção proletária no campo. Mais do que isto, afirma não ter desenvolvido em sua obra uma reflexão sobre qual a forma prática para efetuar esta transição, visto ser impossível desenvolver uma teoria sobre algo que não existe na prática - sua única obra a abordar o tema foi “Da NEP ao Socialismo” que trataria desta questão de forma hipotética. Esta ausência de uma formulação de passo a passo nesta transição não seria exclusividade sua, não havendo Lênin tampouco definido de forma meticulosa esta transição - mesmo em seu artigo “Da Cooperação”. Ainda que considere o incentivo financeiro ao desenvolvimento da cooperação importante, ele destaca a primazia do desenvolvimento da acumulação socialista para que haja condições materiais deste incentivo existir - o que não seria o caso naquele momento. De qualquer forma, mais uma vez ele destaca a primazia da esfera da produção como aquela em que se deveria investir na forma cooperada.

Sobre a temática do bloco operário/camponês, o centro da argumentação de Preobrazhensky consiste no fato de que a existência de concessões ao campesinato não ser um fim em si mesmo, tampouco ter como finalidade o mero bem-estar do campesinato, mas ter como objetivo a manutenção da ditadura do proletariado e o desenvolvimento da economia estatal. Ele critica Bukhárin por este não colocar a relação com o campesinato sob esta ótica.

Em relação a este tema, Bukhárin também teria criticado a utilização do termo “acumulação socialista primitiva” por Preobrazhensky, visto que não seria possível fazer um paralelo entre o proletariado e o campesinato na transição ao socialismo e os cavaleiros da acumulação capitalista primitiva e suas vítimas.

Em seu lugar, Bukhárin defende uma analogia com a relação entre a burguesia e a aristocracia rural, a qual é criticada por Preobrazhensky por um duplo viés: (i) pela opção de um período inadequado de comparação, visto que a aliança entre estes setores não teria se dado em um momento pré-capitalista, mas já propriamente capitalista e, decorrente desta primeira

⁵⁸ “the balance of exchange of material (which is not the same as the balance of the commercial exchange between the systems) between the private and socialist economies is in favor of the latter, and not vice versa”.

objeção; e (ii) que Bukhárin estaria comparando um período em que só havia um regulador geral da economia a outro em que haveriam dois - a URSS da época.

Preobrazhensky, então, dá uma definição mais precisa de seu entendimento do bloco entre trabalhadores e camponeses:

É que o proletariado, enquanto classe dominante e portanto como a classe que toma responsabilidade pela econômica soviética como um todo, ao liderar o campesinato em sua luta pela existência do sistema soviético, leva a cabo sua grande missão histórica de desenvolver e consolidar um novo tipo de economia, e luta contra toda vacilação, sensação de desapontamento, revoltas e recuos da parte de seu aliado. (PREOBRAZHENSKY, 1965, p. 245).⁵⁹

Além disso, destaca que o bloco se coloca contra as forças internas do capital, os senhores de terra e os capitalistas, e contra o capital mundial. A união contra este último teria um peso forte sobre a fidelidade dos camponeses pois, caso a revolução sucumbisse, a restauração do regime significaria, também, a restauração da dívida externa dos camponeses com o capital mundial.

Mais uma vez, contudo, Preobrazhensky destaca o fato de que sua análise sobre a relação concreta entre o proletariado e o campesinato seria feita no segundo volume de seu livro – que nunca foi publicado. Por fim, destaca que a lei da acumulação socialista não se esgota na relação entre proletariado e campesinato:

a acumulação socialista primitiva é a lei da relação entre o setor socialista de nossa economia e não somente a economia privada dentro do país, mas também economia mundial como um todo. Para transformar isso em uma teoria da relação entre economia estatal e economia camponesa é substituir o problema total pelo que só é uma parte dele (PREOBRAZHENSKY, 1965, p. 289)⁶⁰.

Os últimos pontos abordados por Preobrazhensky se relacionam à política econômica soviética e ao impulso a seu desenvolvimento. Sobre a política econômica, ele basicamente responde à afirmação de Bukhárin de que ele defenderia o aumento dos preços. Para responder a isso, ele afirma três pontos para uma política de preços: “uma política de preços correta para os produtos da indústria estatal deve servir estes três objetivos: acumulação por reprodução

⁵⁹ “It is that the proletariat, as the ruling class and therefore as the class which takes responsibility for the Soviet economy as a whole, by leading the peasantry in its struggle for the existence of the Soviet system, carries out its great historical mission of developing and consolidating a new type of economy, and fights against all vacillations, moods of disappointment, revolts and retreats on the part of its ally”.

⁶⁰ “primitive socialist accumulation is the law of the relation between the socialist sector of our economy and not only private economy inside the country but also the whole of world economy. To turn it into a theory of the relation between state economy and peasant economy is to substitute for the problem as a whole what is only one part of it”.

ampliada e pelo reequipamento técnico da indústria; salários crescentes; e preços decrescentes” (PREOBRAZHENSKY, 1965, p. 250)⁶¹.

Ele então aponta que seria o crescimento da produtividade do trabalho e da produção em geral no setor estatal que possibilitaria a realização destes três pontos. Assim, ele defende que haja um aumento da acumulação para a conseqüente baixa dos preços, que se parta da produção para a circulação.

Então Preobrazhensky trata da força que substituiria a concorrência enquanto impulsionador do desenvolvimento da economia sob o regime soviético. Para ele, este substituto ainda não está dado, mas que até aquele momento o elemento que vinha cumprindo este papel era o consumo da classe trabalhadora e do campesinato, sendo que esta última teria um caráter diferente, ainda que um mesmo efeito, por não ser interna ao sistema estatal.

Ele cita brevemente a questão da cultura, apontando que as temáticas da estrutura organizacional da economia, a acumulação da cultura socialista e o treinamento de um novo tipo de trabalhador na economia estatal serão objeto de seu segundo livro.

O último ponto tratado por Preobrazhensky em resposta à Bukhárin consiste no fato de Bukhárin não visualizar que do fato de o setor privado contribuir para o fundo de acumulação da economia estatal se desdobra a necessidade de trocas desiguais entre os setores. Reforça, ainda, que o período da acumulação socialista primitiva é um período de luta por sobrevivência da parte da economia soviética, que deve procurar ser superado da forma mais rápida possível.

E lutar pela existência da economia estatal, cercada pelo oceano do capitalismo mundial, significa lutar por estendê-la, por subordinar as formas pré-socialistas a ela em alguns casos, em outros por adaptar essas formas, em outros ainda por absorvê-las. (PREOBRAZHENSKY, 1965, p. 225)⁶²

A argumentação contra a desigualdade das trocas está presente em uma série de outros críticos. Ao responder Montylev sobre esta temática, Preobrazhensky estende seu argumento, no sentido de que, se naquele momento a determinante desta desigualdade reside sobre a acumulação socialista primitiva, a partir do momento em que a agricultura coletiva de larga escala se estabelecer será a diferença da produtividade entre elas que determinará esta não equivalência.

⁶¹ “A correct price policy for the products of state industry must serve these three aims: accumulation for expanded reproduction and for the technical re-equipment of industry; raising wages; and reducing prices”.

⁶² “And struggling for the existence of the state economy, surrounded by the ocean of world capitalism, means struggling to extend it, to subordinate the pre-socialist forms to it in some cases, in others to adapt these forms, in yet others to absorb them”.

Mas se nós desenvolvermos a agricultura coletiva de larga-escala, então quanto maior o papel que ela desempenhar, mais proporções de valor de troca entre a economia privada camponesa de pequena escala e o setor estatal dependerão das proporções nas quais o trabalho é distribuído entre a agricultura socialista cooperativa e a agricultura privada de pequena escala, e conseqüentemente, a não equivalência na troca entre agricultura privada e a industrial socialista aumentará mais uma vez devido ao crescimento na produtividade do trabalho na agricultura socialista e cooperativa. Dessa forma, mais uma vez não pode haver equivalência de troca (PREOBRAZHENSKY, 1965, p. 271).⁶³

Em complemento a este argumento, Preobrazhensky afirma que a produção agrícola estatal será um corpo único com a produção industrial – gradualmente diminuindo o caráter de mercado de suas relações.

Trocas não equivalentes entre a agricultura privada e todo o complexo da indústria estatal e agricultura estatal e cooperativa é, no caso dado, apenas uma expressão da não lucratividade da produção privada de pequena escala quando comparada com a produção socialista de larga escala e cooperativa (*ibidem*, p. 272).⁶⁴

2.4. Interpretações da Transição em Preobrazhensky

Esta seção tem como objetivo fazer um balanço das principais leituras feitas sobre Preobrazhensky na perspectiva de uma política de transição para na sequência, a partir do exposto até aqui, tentar elaborar uma compreensão sobre a teoria de transição de Preobrazhensky no que tange aos debates já tratados, visto que ainda abordar-se-á no próximo capítulo as questões referentes aos debates propostos pela Oposição de Esquerda no que concerne o internacionalismo e a democracia.

Conforme salientado no início deste trabalho, a obra de Preobrazhensky foi relativamente pouco explorada pelos estudos historiográficos. É possível traçar a existência de três maiores sínteses de sua obra, elaboradas por Alexander Erlich (1950), Richard B. Day (1975) e Donald A. Filtzer (1976). Será feita uma exposição dos pontos de vistas elaborados

⁶³ “But if we successfully develop large-scale collective farming, then the bigger the role it plays the more value-proportions of exchange between small-scale private peasant economy and the state sector will depend on the proportions in which labor is distributed between co-operative socialist farming and private small-scale farming, and consequently, non-equivalence in exchange between private farming and socialist industry will increase anew owing to the growth in the productivity of labor in socialist and cooperative farming. Therefore, there can once again be no equivalence of exchange”.

⁶⁴ “Non-equivalent exchange between private farming and the entire complex of state industry and state and cooperative farming is in the given instance only an expression of the unprofitability of small-scale private production when compared with large-scale socialist and co-operative production”

pelos autores, também incluindo argumentações de outras fontes bibliográficas que tocam em questões mais pontuais da obra de Preobrazhensky.

2.4.1. Alexander Erlich

O autor foi o responsável por impulsionar o debate no Ocidente sobre as discussões soviéticas sobre economia ocorridas nos anos 20, a partir de seu livro *The Soviet Industrialization Debate, 1924-1928* de 1960. Ele também possui um trabalho especificamente sobre Preobrazhensky (1950).

A tese geral defendida por Erlich é a de que o plano de industrialização e coletivização forçada implementado por Stálin na década de 30 foi a aplicação prática das teorias elaboradas por Preobrazhensky em um nível extremo. Isto não é sinônimo de afirmar que Preobrazhensky defendesse tais políticas, mas de encontrar em seus escritos elementos que, aprofundados e estendidos, formaram as bases dos planos quinquenais stalinistas.

Os pontos destacados do pensamento de Preobrazhensky por Erlich se relacionam basicamente à industrialização. O autor destaca o papel da industrialização, reposição e ampliação das forças produtivas como forma de garantir um nível de acumulação que evitasse a existência de uma nova “fome de bens” e acabar com o desequilíbrio entre os setores da economia soviética.

Além disso, Erlich destaca outros pontos como componentes da justificativa elaborada por Preobrazhensky para a necessidade da industrialização. Ele apontava a existência de uma sobrepopulação que deveria ser ocupada, o que não poderia ocorrer sem o desenvolvimento de meios de produção para tanto. Além disso, era necessário correr atrás do desenvolvimento tecnológico em comparação àquele do capitalismo ocidental, transição que não ocorreria do dia para noite e demandava o início dos esforços para realizá-la o quanto antes.

Por fim, Erlich também destaca a questão da conexão em rede dos vários setores da produção, o que implica na necessidade de se pensar a economia como um todo e não restrita a um setor individualmente. Ademais, a teoria da acumulação socialista primitiva teria como pontos principais o protecionismo socialista, com a garantia do monopólio do comércio exterior, e a acumulação a partir da política de preços.

Erlich situa que a posição apresentada por Preobrazhensky consistia, na verdade em um dilema cuja solução o autor não propunha.

O aumento drástico da propensão ao consumo como resultado da mudança na estrutura de renda pressionada para aumentar a oferta; a condição de deterioração do equipamento e a falta de capacidades de reserva adequadas tornaram esses aumentos impraticáveis, exceto por grandes aumentos no volume de construção do capital; o fator de "complementaridade" tornou ainda mais dramática a magnitude dessa expansão necessária. Mas as mesmas circunstâncias que empurraram para um grande volume de investimento colocaram obstáculos em seu caminho. Assim, a escassez de equipamentos permitiu que o investimento prosseguisse na escala desejada apenas à custa do consumo, enquanto a equalização da renda deixou pouco espaço para que poupanças voluntárias correspondessem ao aumento das despesas de investimento ou para que o consumo de luxo fosse reduzido e qualquer tentativa suficiente para substituir a propensão voluntária ao consumo certamente voltaria com efeitos drásticos (ERLICH, 1950, p. 80).⁶⁵

Assim, o impulso à industrialização com foco na produção de meios de produção teria como consequência um gargalo na esfera da produção do consumo. Erlich vê as decisões tomadas nos Congressos do Partido Comunista a partir de 1927 como um passo no sentido de aproximação das alas direita e esquerda do partido em termos de debate econômico sem, contudo, uma aproximação no campo político – tendo como resultado a expulsão e esmagamento da Oposição de Esquerda.

Erlich termina seu artigo apontando a industrialização implementada pelo stalinismo como uma regra não para o período primitivo do socialismo, mas a essência do socialismo em si - uma diferenciação da ênfase dada por Preobrazhensky.

2.4.2. Richard B. Day

Richard B. Day escreveu alguns artigos sobre Preobrazhensky (1982, 2014, 1975, 1977). Ele também foi responsável pela tradução de diversos dos escritos do revolucionário russo, com destaque para seu projeto atual dos *Preobrazhensky's Papers* (2014), já citado neste trabalho, e que pretende reunir a obra completa de Preobrazhensky.

65 “The drastic increase in the propensity to consume as a result of the change in the income structure pressed for increases in supply; the run-down condition of the equipment and lack of adequate reserve capacities made such increases impractical, except by large increases in the volume of capital construction; the "complementarity" factor dramatized even more the magnitude of this needed expansion. But the same circumstances which pushed toward a large volume of investment placed obstacles in its way. Thus the scarcity of equipment permitted investment to proceed on the desired scale only at the expense of consumption, while the equalization of income left little room either for voluntary savings to match the rise in investment expenditures or for luxury consumption to be cut down, and any attempt sufficiently to override the voluntary propensity to consume would be certain to boomerang with drastic effects”.

Sua leitura do autor basicamente o situa como um precursor teórico da concepção do socialismo em um só país, apesar da sua participação na Oposição de Esquerda, a qual notadamente se opôs a tal programa. Day sustenta esta leitura a partir da divisão da obra de Preobrazhensky em três momentos: (i) durante o comunismo de guerra; (ii) do início da NEP à 1923; e (iii) de 1923 em diante, incluindo aqui sua capitulação ao stalinismo.

O primeiro momento teria como característica a afirmação de que a avaliação do sucesso do período de transição se daria a partir do crescimento da quantidade de produtos - não mercadorias - que passam pelo Estado proletário. Para tanto, em escritos da época, como o livro “Dinheiro na época da ditadura do proletariado”, ele traçava como a distribuição dos produtos deveria ser organizada.

Em primeiro lugar, o Estado, junto com os sindicatos, determinaria as normas de pagamento dos produtos. Os bens de consumo seriam distribuídos de acordo com o número de horas de trabalho e o salário em espécie seria 80% do salário do operário, sendo a diferença distribuída através de um sistema de cupons. Ou seja, se destaca o forte papel centralizador do Estado e uma transição com uma grande substituição das transações monetárias já estaria em curso.

Para Day, esta foi uma tentativa de Preobrazhensky de utilização da teoria de Marx que esbarra nas diferenças da realidade da Rússia revolucionária em comparação ao mercado capitalista completamente desenvolvido cuja crise originaria as possibilidades do planejamento econômico.

Ainda assim, Day destaca que Preobrazhensky, ao reconhecer o fato de que o dinheiro continuaria tendo um papel limitado enquanto houvessem pequenos produtores de mercadoria voltados para o mercado local, situa isto como uma política da acumulação socialista primitiva, onde o dinheiro representava a abertura da possibilidade de trocas desiguais com o setor privado.

Day compara essas concepções de Preobrazhensky àquelas defendidas por Lênin no período, e caracteriza este último como mais cético. Lênin considerava em 1917 e 1918 que o capitalismo não poderia ser suplantado de uma vez por todas por uma economia planejada, mas daria espaço a um capitalismo de Estado. Para ele, a coexistência do planejamento e de elementos de mercado deveria se manter por um longo tempo. A universalização imediata do planejamento estatal era não só impossível, mas também indesejável do ponto de vista teórico. A externalização destas concepções no fim do período de Comunismo de Guerra levam Lênin a defender as bases da NEP, com a implementação do imposto em espécie e abertura comercial, bem como a consequente volta da economia monetária.

Preobrazhensky criticava o termo “Capitalismo de Estado” escolhido por Lênin por considerá-lo dúbio – apresentando um receio de que as ideias de Lênin pudessem significar um desenvolvimento do mercado em detrimento da indústria de larga-escala. Dentre os debates que empreendeu sobre esta temática, Day destaca sua divergência com Solkonikov, o qual levaria a defesa do capitalismo de Estado ao extremo.

Contudo, suas críticas são mal recebidas por Lênin, que teria apontado o caráter demasiado teórico de sua produção. A partir disso, Preobrazhensky inicia a produção de seu livro “Da NEP ao Socialismo”, o qual seria o marco do início do segundo período da obra de Preobrazhensky para Richard Day.

A caracterização dada por Day da obra aponta o fato de que, Preobrazhensky, ao não ter esperanças no mercado mundial como fonte de auxílio econômico para o desenvolvimento da URSS (fosse na figura de empréstimos ou comércio), teria adaptado sua teoria para o desenvolvimento das forças produtivas no interior da própria URSS.

Nesta obra, o autor afirmaria que o desenvolvimento industrial não dependeria de mercados externos e que os vastos recursos possuídos pela Rússia lhe dariam a possibilidade de se desenvolver em um organismo econômico autossuficiente. Ele situa a oposição de Preobrazhensky a políticas de concessões ao capital estrangeiro de Solkonikov nestes termos, de que a Rússia poderia desenvolver-se autonomamente.

Day afirma que a obra representou, também, uma inovação metodológica na abordagem do autor. Seus escritos monetários até então apontariam para a transição essencialmente como um salto não dialético para o comunismo. “Da NEP Ao Socialismo”, contudo, incorporaria a compreensão de Lênin da NEP enquanto uma unidade de opostos.

Ainda que reafirme a existência de uma contradição irreconciliável entre *kulaks* e planejadores socialistas, ele propõe algum tipo de cooperação entre eles, ainda que através do estabelecimento de trocas desiguais. Desta forma, Day sustenta que esta obra de Preobrazhensky antecipava a teoria do socialismo em um só país. A obra na época, contudo, não teve grande impacto ou reverberação sobre o *Gosbank* ou sobre o *Narkomfin*, onde se situava a real autoridade econômica.

A mudança na argumentação de Preobrazhensky teria se dado a partir de 1923. A publicação do artigo “A Lei fundamental da Acumulação Socialista”, em 1924, e que seria posteriormente incluído em sua obra “A Nova Econômica” (1979) publicada em 1926, seriam as obras chaves desta mudança. Ela, contudo, não significa uma ruptura por completo com a fase anterior. Na verdade, Day considera que metodologicamente a “Nova Econômica” seria uma elaboração em termos mais sofisticados da abordagem “Da NEP ao Socialismo”. Aqui a

economia soviética seria, também, retratada como uma unidade dialética de planejamento e mercado. As duas leis reguladoras da economia estariam em constante conflito e seria papel dos governantes soviéticos entenderem a interação entre estas leis e prever e evitar as dificuldades do período de transição.

Se em termos metodológicos Day traça uma continuidade entre estas duas obras, ele situa uma ruptura na questão temática. A ênfase da Nova Econômica é sobre a necessidade de superar o desequilíbrio entre a indústria e a agricultura através de um sistema de trocas desiguais para o sucesso da transição. Isto levaria a uma compreensão de Preobrazhensky de uma transição ao comunismo em termos de três etapas claramente definidas, um acréscimo quando comparado à produção de Marx, que previa somente duas. Day considera que tal inclusão se relaciona ao fato de a revolução ter ocorrido em um país isolado e tecnologicamente atrasado. Encontra-se uma posição semelhante à de Day também em Papagotiou e Sotiris (2017), que caracterizam a posição de Preobrazhensky como uma versão menos extremada das ações de Stálin na década de 30.

Day conclui apontando que a Nova Econômica desviou das questões relacionadas ao slogan de Stálin de socialismo em um só país. Ele considera a única resposta marxista satisfatória à Stálin ter sido dada por Trotsky, apontando que a URSS e o Ocidente capitalista representariam uma unidade de opostos da mesma forma que esta existia no interior da economia soviética, na figura da indústria e da agricultura. Ele considera que as elaborações feitas por Preobrazhensky não só davam as bases para a teoria do socialismo em um só país, como também tinham como desdobramento lógico a ofensiva sobre o *kulak*, embora ele não a tenha defendido nos termos de Stálin. Neste sentido, sua capitulação ao regime stalinista faria parte desta trajetória.

Em 1929, com seu ataque sobre o *kulak*, Stálin apresentou suas críticas como fato consumado e livrou Preobrazhensky da responsabilidade moral e intelectual de reconhecer as implicações de sua lógica. Desertando Trotsky e os remanescentes da Oposição de Esquerda, Preobrazhensky se juntou à burocracia stalinista em seu salto de volta aos métodos do Comunismo de Guerra. (DAY, 1975, p. 219).⁶⁶

2.4.3. Donald A. Filtzer

66 By 1929, with his attack on the kulak, Stalin presented his critics with a fait accompli and relieved Preobrazhensky of the moral and intellectual responsibility for acknowledging the implications of his logic. Deserting Trotsky and the remnants of the Left Opposition, Preobrazhensky rejoined the Stalinist bureaucracy in its leap backwards to the methods of War Communism.

Donald Filtzer escreveu sua tese de doutorado sobre a teoria da reprodução ampliada em Preobrazhensky. Em seu trabalho, o autor critica Alexander Erlich por considerar que Preobrazhensky teria chegado a uma contradição insolúvel quando em 1927 concluiu que o desenvolvimento autônomo do socialismo na URSS seria impossível, dependendo de uma revolução no Ocidente.

Por outro lado, ele também critica Richard Day e sua compreensão de que Preobrazhensky teria se acomodado à teoria do socialismo em um só país. A crítica geral que ele faz a ambos os autores é que eles dissociam o aspecto econômico do pensamento de Preobrazhensky, tanto de suas metodologias e de seus objetivos com sua teoria. Ele defende, então, que não é possível entender a obra de Preobrazhensky a partir de categorias burguesas. Tampouco pode-se entendê-la reduzindo o debate dos anos vinte à industrialização, igualando socialismo à industrialização. Não levar estas questões em consideração levaria a uma visão tecnicista e unilateral de Preobrazhensky, segundo Filtzer.

Filtzer destaca três pontos balizadores para compreender a teoria de transição de Preobrazhensky: o conceito de dois reguladores, seu entendimento de consciência de classe e a impossibilidade do socialismo em um só país.

Preobrazhensky já traria a questão dos reguladores conflitantes desde 1921, e demonstraria em seus escritos que a lei do valor não só existia como prosperava na URSS, influenciando até o próprio setor estatal. A única forma de se subordinar a lei do valor expressa na produção privada seria através do mercado - o espaço em que se encontravam. Assim, os métodos de subordinação, como as trocas desiguais, por exemplo, seriam adaptações à estrutura da economia privada - fosse ao mercado interno ou ao mundial. Contudo, o controle político estatal alteraria a essência destes processos que manteriam a forma capitalista, mas desenvolveriam um conteúdo distinto, voltado para o avanço da economia estatal. O conflito das leis também se daria dentro do próprio setor estatal. Para todos os efeitos, a solução era o planejamento.

Filtzer aponta que é possível reconhecer nos escritos de Preobrazhensky uma explicação sobre o surgimento da burocracia, um estrato não proletário dentro da economia e do aparato estatal que teria sua base material nos elementos capitalistas da economia estatal.

Assim, se encontra sob a lei da acumulação socialista não só o conflito do proletariado e os grupos sociais capitalistas, mas também entre o proletariado e a burocracia, embora não chegue ao ponto de igualar a burocracia à burguesia.

Filtzer considera que Preobrazhensky dá uma primazia analítica para a organização do trabalho humano. Neste sentido, seria equivocado considerar que o desenvolvimento

econômico puro e simples garantiria a abolição dos vestígios do capitalismo durante o período de transição. A riqueza material e o desenvolvimento técnico tornariam isto possível, e só.

Mais do que isso, Preobrazhensky consideraria que o desenvolvimento da indústria estatal era limitado por fatores não só econômicos, mas também pelo nível de cultura da população em geral e da classe trabalhadora em particular.

Filtzer traça que os escritos de Preobrazhensky do início da década de 20 teriam se voltado para a procura de soluções para esta questão, ao passo que os mais para meados da década o retratam como uma fonte fundamental de tensão e contradição dentro do sistema soviético. Ele identifica na obra do autor uma formulação de que a necessidade de aplicar métodos capitalistas dentro do setor socialista seria menos determinada pela existência do mercado, ou pela destruição interna da economia estatal, do que pelo baixo nível cultural do proletariado – defesa também feita por Trotsky em *A Revolução Traída*.

O livro *Da NEP ao Socialismo* relaciona de novo o atraso cultural do proletariado ao conceito de revolução permanente. Como na política e na economia, o proletariado e a massa da população teriam que desenvolver na transição aquilo que eles deveriam ter adquirido durante o capitalismo.

Por um longo período, no movimento marxista, e no movimento trotskista em particular, houve uma tendência a igualar “as forças produtivas” aos meios de produção, e a entender a classe trabalhadora como exterior e fora do último, como um chamado “fator subjetivo”. Isso introduz uma dicotomia específica e perigosa entre os chamados “fatores objetivos” (as forças produtivas – meios de produção e a presença histórica da classe trabalhadora) e os “fatores subjetivos” (por exemplo, a consciência da classe trabalhadora) na política revolucionária. Assim o ser é contraposto à consciência. Tais formulações implicam as questões de como essa consciência é formada em primeiro lugar e sua relação à forma na qual a classe trabalhadora está organizada ao redor dos meios de produção. Ao mesmo tempo, ela exclui a classe trabalhadora como um agente ativo ao, na verdade, definindo o estágio de desenvolvimento que as forças produtivas atingiram em qualquer momento da história; ela só precisa ser “convencida” da necessidade da revolução e os eventos vão cuidar de si próprios (FILTZER, 1976, p. 69).⁶⁷

67 “For a long time in the Marxist movement, and in the Trotskyist movement in particular, there has been a tendency to equate “the productive forces” with the means of production, and to perceive the working class as standing outside and apart from the latter as a so called “subjective factor. ” This introduces a specious and politically dangerous dichotomy between the so-called “objective factors” (the productive forces-qua-means of production and the historical presence of the working class) and the “subjective factors” (i. e., the consciousness of the working class) in revolutionary politics. Thus, being is counterposed to consciousness. Such formulations beg the questions of how this consciousness is formed in the first place and its relationship to the way in which the working class is organized around the means of production. At the same time, it excludes the working class as an active agent in actually defining the stage of development the productive forces have attained at any given moment in history; it need only be “convinced” of the necessity of revolution and events will take care of themselves”.

Filtzer considera, assim, que a partir de um entendimento das forças produtivas como englobando os meios de produção e o proletariado, como um agente ativo, a tônica do debate da industrialização seria outro.

Passando, por fim, à questão do socialismo em um país só. Filtzer afirma que os escritos de 22 e 23 de Preobrazhensky apontam para uma ausência de perspectivas em termos econômicos, por a indústria não ter capital suficiente para garantir à agricultura meios de produção mais avançados e a agricultura, sendo muito atrasada, não conseguir garantir comida nem matéria prima para alavancar a indústria - um círculo vicioso.

A partir de 24, o centro da contradição passa a ser a cultura e a consciência de classe. Contudo, a conclusão é semelhante: um círculo vicioso de uma cultura de classe que é necessária para o melhoramento da indústria e de um melhoramento da indústria que é necessário para um avanço na consciência.

Em outras palavras, a necessidade de uma revolução no ocidente era a conclusão inexorável não só da análise política geral de Preobrazhensky e da Oposição de Esquerda, mas da sua análise econômica específica das condições da reprodução ampliada sob condições soviéticas (FILTZER, 1976, p. 11).⁶⁸

Sem essa relação, a disputa entre a oposição de esquerda e o stalinismo se reduz a questão a um debate sobre política econômica, quando ela na verdade abrange outros pontos. Aqui podemos identificar a questão democrática, a qual também se relaciona com o debate de consciência e cultura proletária.

Além do aumento da riqueza social deve haver democracia proletária e uma luta contra a burocratização. Não importa o quão altamente qualificada seja a classe trabalhadora, se a divisão do trabalho e as relações sociais reificadas se mantiverem impregnados na sociedade, sem a democracia proletária, a classe trabalhadora nunca poderia generalizar o conhecimento que cada indivíduo ou cada setor da classe havia adquirido por sua experiência e prática. (FILTZER, 1976, p. 66).⁶⁹

Desta forma, a elaboração de Filtzer considera que a defesa do programa de industrialização proposto por Preobrazhensky só pode ser compreendida à luz do debate sobre

68 “In other words, the necessity for a revolution in the West was the inexorable conclusion not just of the overall political analysis of Preobrazhensky and the Left Opposition, but of his specific economic analysis of the conditions of expanded reproduction under Soviet conditions”.

69 “Along with the augmentation of social wealth there must be proletarian democracy and a struggle against bureaucratization. No matter how highly skilled the working class, if the division of labor and reified social relations remain entrenched in the society, without proletarian democracy the working class could never generalize the knowledge that each individual or each sector of the class had acquired out of their experience and practice”.

consciência de classe e democracia, um combate à burocratização e a defesa do internacionalismo como condições para a reprodução ampliada no setor estatal.

2.5. Uma síntese inicial

Será feita agora uma tentativa de traçar uma breve síntese dos elementos elencados até aqui sobre a teoria da acumulação socialista primitiva de Preobrazhensky. Chama-se este momento de uma elaboração mais completa desta teoria do autor.

Em primeiro lugar, concordamos com Filtzer (1976) e Millar (1978) quando apontam a necessidade de não reduzir o pensamento de Preobrazhensky ao debate sobre o ritmo de industrialização e a relação com o campesinato. O termo utilizado por Preobrazhensky, se bem que sua primeira aparição tenha vindo da pena de Smirnov, é uma analogia ao termo de Marx - acumulação primitiva. Essa analogia nos fala de uma definição enquanto a constituição das condições materiais para a reprodução socialista. Contudo, é claro em Marx e está presente em Preobrazhensky que quando se fala de condições materiais não se está falando somente de capital constante, mas de relações sociais - as quais também têm desdobramentos no campo da subjetividade. Assim, o processo de acumulação socialista primitiva é a constituição de condições materiais e sociais para a reprodução propriamente socialista. Esta última, cabe lembrar, ainda é um processo de transição - podemos associá-la à fase inferior do comunismo a que se refere Marx. Deve-se tomar o cuidado de não exigir dessa formulação a elaboração de uma transição ao comunismo, visto que não é a isso que ela se propõe.

Eu considero que o desenvolvimento do socialismo vai ser precedido pelo socialismo subdesenvolvido que conterà 'resto do antigo', dentre os quais o primeiro e mais importante será a incompletude da socialização dos meios de produção, o qual significará a existência de sobrevivências do modo pequeno-burguês e, conseqüentemente, a presença de duas classes, trabalhadores e camponeses, ainda que com uma enorme preponderância dos primeiros (PREOBRAZHENSKY, 1965, p. 301).⁷⁰

Os dois traços que são levantados por Preobrazhensky sistematicamente na definição da acumulação socialista são a propriedade social dos meios de produção – que é menos

70 "I consider that developed socialism will be preceded by underdeveloped socialism which will contain 'remnants of the old', among which the first and foremost will be incompleteness in the socialization of the means of production, which will signify the existence of survivals of the petty-bourgeois mode of production and, consequently, the presence of two classes, workers and peasants, even though with an enormous preponderance of the former".

mencionada pelo fato de a nacionalização, em especial da indústria, ter sido um processo ocorrido nos primeiros anos da revolução, ainda sob o Comunismo de Guerra - e a planificação da produção. Esta última significaria que a produção e a apropriação deixariam de ser regidos pela lei do valor, e passariam a obedecer aos critérios coletivamente determinados, que neste período deveriam responder às necessidades da acumulação socialista primitiva.

Pois bem, e para Preobrazhensky, de que forma se construiriam essas bases materiais? O processo descrito pelo autor é fundamentalmente de expansão das relações socialistas (note que não utilizei o termo estatais) através da destruição das relações capitalistas ou da pequena produção de mercadorias. Apesar do termo 'destruição' poder soar violento, isso não é uma necessidade – esta destruição pode se dar pelas mais diversas formas de coerção econômica ou, até mesmo, convencimento. O significado que se busca aqui é o da substituição da sociabilidade regida pela lei do valor por aquela regida pela lei da acumulação socialista primitiva. A acumulação socialista primitiva consistiria em todas as ações conscientes ou não que contribuíssem para este fim. É possível traçar, então, este processo como agindo sobre duas esferas na sociedade soviética: a esfera privada e a estatal.

Na esfera privada, o objetivo é apropriar-se de seu excedente, de modo que o potencial de reprodução ampliada se transfira ao Estado e às formas coletivas de produção. Na prática, é a expropriação gradual do setor privado a partir de mecanismos diversos já descritos neste capítulo, sejam eles extraeconômicos, econômicos ou baseados na produção. Todavia, isto não é tudo.

A acumulação diz respeito à expansão das relações socialistas, ou seja, uma reorganização do setor privado nestes marcos. Na URSS desse período, falar de setor privado é praticamente sinônimo de falar do setor agrário, e daí decorre que um dos objetivos é fazer a transição para formas de grande produção coletiva no campo.

Contudo, um elemento constante na obra de Preobrazhensky é o caráter voluntário desta transição. Ele vem temperado com certo otimismo da técnica, onde a superioridade técnica dessa forma de produção faria a transição parecer um desdobramento lógico aos camponeses.

Todavia, é possível relacionar isso ao fator que parece definidor da concepção de socialismo para Preobrazhensky, ou seja, a planificação. A planificação envolve um aspecto material - neste caso ter fazendas coletivas, terra, insumos e meios de produção como tratores, ou no mínimo um número grande de animais - e também um aspecto subjetivo - se a planificação significa retirar o véu mistificador da regulação da produção e distribuição da riqueza social, isso implica que os sujeitos participem dela e para tanto é necessário convencimento - daí a voluntariedade.

Do conjunto dos elementos da teoria de Preobrazhensky, a acumulação socialista primitiva, no que se refere à esfera privada e, especificamente, a seu componente de expropriação foi o tema que ganhou maior repercussão nos debates de então. Também é a temática mais presente e detalhada ao longo do livro, que cita uma diversidade de maneiras de implementá-la e a afirma repetidamente nas definições sucintas da lei - a lei da acumulação socialista primitiva consiste na acumulação do setor estatal às custas do excedente do setor privado.

A ênfase sobre o aspecto propriamente material também aparece, como será visto, sobre a argumentação do processo de industrialização. É possível compreender esta ênfase, em primeiro lugar, pelo contexto em que a discussão está inserida. A URSS da década de 20 é um país recém-saído de uma guerra mundial e de uma guerra civil que devastou sua produção, tanto industrial quanto agrícola.

A questão material, assim, é emergencial naquele período. Soma-se a isso o fato de que, dada a estrutura social da URSS à época, aprofundada após o período de guerra civil, há uma preponderância na população e na produção do pequeno campesinato. Daí se depreende que o bloco operário camponês constitui um fato não acessório para a manutenção do regime. Apesar de compreender-se os elementos conjunturais envolvidos, ainda assim os críticos contemporâneos de Preobrazhensky, ao se centrarem somente sobre a acumulação propriamente material, desviam o debate teórico da transição de uma forma de regulação das relações humanas para um debate reduzido à disputa entre campo e cidade.

Dentro disso, mesmo as contradições internas a cada um destes âmbitos, no que diz respeito a ação das duas leis reguladoras não são abordadas de forma aprofundada, embora estejam presentes na obra de Preobrazhensky.

Um mérito do pensamento de Preobrazhensky é justamente não opor a esfera estatal e a privada como *locus* de ação de cada uma das leis de forma pura. Ele aponta que há influência da lei do valor dentro da esfera estatal e que a lei da acumulação socialista primitiva também influencia as relações de mercado. Isso é especialmente relevante ao observar a presença de um debate extremamente economicista naquele período.

Bettelheim (1978) cita o exemplo do manual de economia política elaborado por Lapidus e Ostrovitianov. Nesse manual, partir-se-ia do pressuposto de que a propriedade estatal e a planificação fariam desaparecer as relações mercantis e capitalistas, sendo impossível utilizar categorias como preço e salário – negadas de uma forma unilateral, completamente diferente dos debates propostos por Preobrazhensky. Essa forma de caracterizar o processo acabava por reduzir as categorias a formas, e não como a expressão de relações sociais – cujo

conteúdo é negado pelo manual. “Tal como se pratica na época da NEP (quer dizer, ‘de cima para baixo’) a planificação econômica não modifica fundamentalmente a *exterioridade* dos diferentes trabalhos entre si, nem as condições em que participam os *produtores imediatos*”. (p. 259).

Outro exemplo de uma abordagem economicista da realidade soviética é a expressa em um discurso de Stálin no XIV Congresso do Partido Comunista Russo, ocorrido em 1925:

São empresas capitalistas de Estado? Não, não o são. Por quê? Por que nelas não se fazem representar duas classes, mas uma só, a classe operária que, personificada em seu Estado, possui os instrumentos e meios de produção e que não é explorada (...) Podem nos dizer que, ainda assim, isso não é o socialismo completo, se se leva em consideração os resquícios de burocratismo que ainda existem nos organismos dirigentes de nossas empresas. Isto é certo. Mas isso não é obstáculo para que a indústria estatal seja, por seu tipo, uma produção socialista. (*ibidem*, p. 275).

Para Preobrazhensky, contudo, a acumulação socialista primitiva também se dá na esfera estatal, já que ali se encontram manifestações da lei do valor a serem suplantadas. Preobrazhensky aponta a influência da lei do valor sobre a esfera estatal a partir da sua influência sobre a alocação dos recursos estatais a partir da pressão do mercado – seja interno ou externo - mas também na relação com a força de trabalho.

A forma do salário individual aparece como um bastião da mistificação em sua forma, e ainda carregado de estímulos individuais para o trabalho. Este ponto estaria relacionado a uma limitação cultural do proletariado soviético que impediria a passagem a outras formas mais próximas da remuneração coletiva e dos estímulos coletivos ao trabalho.

A argumentação em torno da necessidade do desenvolvimento cultural e da consciência da classe trabalhadora aparece em diversas obras de Preobrazhensky. Proporcionalmente, o espaço dado a ela é menor do que aquele dado à faceta propriamente material da acumulação socialista primitiva. Para além dos fatores já mencionados, Preobrazhensky repetidamente afirma que a temática será explorada no segundo volume de *A Nova Econômica*, o qual nunca foi escrito nem publicado. Essa ausência do segundo volume se relaciona com a conjuntura de disputa dentro do partido - o primeiro volume foi publicado em 1926 e já em 1927 a Oposição de Esquerda foi expulsa.

Os elementos apresentados até aqui suscitam algumas perguntas. O elemento da planificação é afirmado, em geral, sem sujeito nas enunciações de Preobrazhensky. Quem é o sujeito da planificação? De que forma o debate de democracia se relaciona a ele? Qual o papel do partido e sua relação com a classe e com o planejamento econômico?

Essas questões não foram respondidas até aqui e parecem precisar de uma discussão articulada com a produção da Oposição de Esquerda, da qual Preobrazhensky fazia parte. Cabe destacar a importância do debate democrático, não como anexo à discussão econômica, mas compondo seu caráter. A importância da discussão democrática dentro do debate dos anos 1920 no que se relaciona ao debate econômico é destacado por Albuquerque (2008) e, como é sabido, pelo desenrolar da história posterior da URSS, pode ter consequências trágicas.

Foi citada em alguns momentos a questão da revolução internacional enquanto uma necessidade para o sucesso do processo de transição na URSS. Cabe, também, aprofundar a análise desta temática nos escritos de Preobrazhensky à luz do debate da Oposição de Esquerda e da discussão sobre o socialismo em um só país.

Estas questões serão o tema do próximo capítulo e permitem, assim, ensaiar uma interpretação mais global da teoria da acumulação socialista do autor e situar a sua evolução ao longo de sua obra.

3. AS OPOSIÇÕES ENTRE 1923 E 1927 E O DEBATE DE PREOBRAZHENSKY

O presente capítulo tem como objetivo traçar um panorama sobre a atuação das oposições dentro do Partido Bolchevique entre 1923 e 1927, relacionando-o aos debates propostos por Preobrazhensky e abordados mais diretamente no capítulo anterior.

Esse período foi selecionado por consistir no período entre a criação da Oposição de Esquerda, também conhecida como Oposição de 23, e a expulsão de seus membros do partido.

Os documentos utilizados como referência consistem basicamente em declarações feitas pela oposição, transcrições de discursos de seus membros e textos de indivíduos representativos de posições da oposição, os quais serão referidos ao longo do capítulo. Também foram consultadas atas de Congressos e Conferências do Partido Bolchevique, bem como resoluções de suas instâncias – notadamente do Comitê Central e do *Politburo*. Também foi utilizada a historiografia sobre o tema.

É essencial situar a discussão econômica proposta por Preobrazhensky no interior do debate mais amplo de disputa partidária daquele momento. Isso se dá, em primeiro lugar, por não ser possível dissociar a produção econômica-teórica do autor da sua produção e atuação política, afinal, é um mesmo indivíduo que circula em ambas essas esferas.]

Mas, mais do que isso, o propósito da produção teórica de Preobrazhensky não era simplesmente acadêmico, tendo como objetivo dar instrumentos para a intervenção prática na economia soviética. Assim, é importante relacioná-lo ao conjunto de debates de política econômica ou geral que estavam no centro da discussão do período.

Por fim, pretende-se lançar argumentos que apontem esses dois aspectos da sua produção, o teórico-econômico e o propriamente político, não como um somatório de elementos distintos que conformam sua obra, mas como argumentos articulados entre si, os quais somente conjuntamente podem ser compreendidos em sua complexidade.

3.1. O debate sobre burocratização e Lênin

Os anos de desenvolvimento da NEP observaram uma “liberalização” no campo econômico, como já discutido no primeiro capítulo dessa dissertação, consistindo também em um período importante no estabelecimento do monopólio do poder político pelo Partido Bolchevique (BROUÉ, 1973).

Para além de um monopólio do poder com relação a organizações externas a ele, também se observa um processo de gradual diminuição da possibilidade de livre discussão interna. O tratamento dado à Oposição de Esquerda ao longo desse período é bastante ilustrativo dessa tendência. À medida em que avançar sobre os argumentos da oposição ao longo desse capítulo, pretende-se resgatar uma interpretação em que o processo de desenvolvimento econômico e político se integram e interdeterminam. Será visado também desenvolvê-lo no que diz respeito especificamente ao pensamento de Preobrazhensky, o desdobramento disso é também o reconhecimento desses vínculos entre a esfera política e econômica na constituição de um programa de transição.

Dezenas de milhares de trabalhadores e dos melhores militantes do Partido Bolchevique morreram durante o período da Guerra Civil. Isso significa que a carência enfrentada pela Rússia soviética após uma guerra mundial e de 4 anos de guerra civil não era somente material, a qual também era brutal como já destacado no primeiro capítulo, mas também dizia respeito à mão de obra, à classe e à militância que deveria construir a transição revolucionária em direção ao socialismo.

Pierre Broué destaca esse processo de mudanças no interior do partido em seu livro *El Partido Bolchevique* (1973). Ele aponta que com o fim da guerra civil, diversos indivíduos em busca de uma carreira aderiram ao partido. Apesar da existência de um primeiro expurgo no partido em meados de 1921 e dos apelos de Lênin (1993a) para que houvesse um maior critério e controle sobre o ingresso no partido, novas campanhas de filiação em massa ocorrem após a morte do líder bolchevique.

No X Congresso do Partido Bolchevique, o mesmo que aprovou as medidas conhecidas como NEP, ocorrido em março de 1921, também aprovou que o Comitê Central do Partido tivesse um novo poder de expulsão de seus membros. É possível ver sinais da concentração de poder por alguns indivíduos expressos durante o XI Congresso do Partido Bolchevique, ocorrido em abril de 1922, no qual Preobrazhensky já questiona a concentração de poder nas mãos de Stálin (BROUE, 1973).

A disputa sobre os rumos e sobre a direção do partido se aprofunda na primeira metade da década de 20. É importante destacar, ainda, que a doença de Lênin, que teve seu primeiro derrame em 1922, e piora em 1923, coloca ainda mais pressão sobre seu processo de sucessão.

É extremamente relevante que, na virada de 1922 para 1923, tenha havido uma alteração de alguns posicionamentos de Lênin, que apesar dos períodos de inatividade por motivos de

saúde, toma posicionamentos claros em relação à questão da Geórgia⁷¹, tece críticas à *Rabkrin*⁷² e dita seu testamento, no qual caracteriza cada um dos militantes mais destacados do Comitê Central como forma de pensar os rumos do partido. Todos esses fatos o associaram de forma mais próxima às posições expressadas por Trotsky e tinham uma postura bastante crítica à Stálin, particularmente, o qual estava diretamente envolvido na polêmica georgiana, havia estado à frente da *Rabkrin* anteriormente e é caracterizado de forma bastante crítica: “o Camarada Stálin, tendo se tornado o Secretário Geral, concentrou um poder enorme em suas mãos; e eu não tenho certeza que ele sempre sabe como usar esse poder com cautela o suficiente⁷³ (LENIN, 1993b, p. 117).

A primeira versão do testamento de Lênin foi redigida em 24 de dezembro de 1922, porém recebeu um adendo em 4 de janeiro de 1923, quando as relações entre Lênin e Stálin haviam se deteriorado ainda mais devido à postura agressiva de Stálin em relação à Krupskaja, companheira de Lênin.

Stálin é rude demais, e esse defeito, completamente suportável em relações entre nós comunistas, se torna insuportável na tarefa de Secretário Geral. Portanto, eu proponho aos camaradas que se ache uma maneira de remover Stálin dessa posição e indica-la para um outro homem que em todos os aspectos difira de Stálin somente na superioridade – isso é, mais paciente, mais leal, mais educado e atencioso aos camaradas, menos caprichoso, etc.⁷⁴ (LENIN, 1993b, p. 118)

As críticas expressas por Lênin então não se restringiam à abusos de uma figura específica, mas se referiam à questão da organização do partido e da sua burocratização de uma maneira mais ampla (BROUE, 1973).

Já era possível identificar a crítica à burocratização nos escritos de Lênin no fim da guerra civil. Ali ele apontava como a “questão democrática” a progressiva substituição do partido pela burocracia estatal e como o “problema do aparato” a ineficiência dessa burocracia bem como a presença de carreiristas e corruptos em seu interior (MONTEIRO, 2017b). Para

⁷¹ Nota da autora: A polêmica em torno da questão georgiana consistiu em um debate sobre o nível de autonomia que a Geórgia gozaria em sua participação na URSS. No processo de discussão sobre a temática, Lênin inicialmente, a partir dos informes obtidos por Stálin, se posicionou de acordo com este. Contudo, após ter conhecimento de informes da própria delegação georgiana, que eram diferentes daqueles dados por Stálin, e em aliança com Trotsky, altera sua linha e passa a apoiar a posição local, em oposição à linha de Stálin.

⁷² Nota da autora: A *Rabkrin*, ou Inspetoria de trabalhadores e camponeses, foi um órgão que tinha como objetivo fiscalizar e controlar os órgãos estatais entre 1920 e 1934.

⁷³ “Comrade Stalin, having become General Secretary, has concentrated an enormous power in his hand; and I am not sure that he always knows how to use that power with sufficient caution”.

⁷⁴ “Stalin is too rude, and this fault, entirely supportable in relations among us Communists, becomes insupportable in the office of General Secretary. Therefore, I propose to the comrades to find a way to remove Stalin from that position and appoint to it another man who in all respects differs from Stalin only in superiority— namely, more patient, more loyal, more polite and more attentive to comrades, less capriciousness, etc”.

Lênin ambas essas tendências estavam ligadas e tinham como principal raiz as heranças do Estado czarista e burguês. Contrariamente a suas expectativas iniciais, tal situação se aprofunda durante a NEP, havendo uma burocratização do controle da produção, e é nesse contexto que pode ser vista sua abordagem de tal temática em seus últimos escritos.

As propostas apresentadas por Lênin destacavam a necessidade de uma transformação estrutural e cultural, abrangendo propostas dirigidas ao partido e propostas dirigidas ao Estado, como sintetizado por Monteiro (2017a).

Para o PC, suas propostas focavam: uma maior rigidez no ingresso de novos membros, com uma considerável extensão do período de experiência e prioridade para camponeses e operários fabris, para evitar a entrada de “carreiristas” interessados em vantagens e privilégios; em punição exemplar aos comunistas que cometessem delitos, para coibir atos de predileção e proteção pelas autoridades; além de uma reforma no Comitê Central, visando reverter o predomínio de militantes que fossem funcionários do Estado e, portanto, materialmente ligados à burocracia administrativa. Analogamente, suas propostas em relação ao aparelho de Estado focavam no combate aos privilégios dos funcionários e na renovação de pessoal, através do ingresso nele de operários e camponeses que não tivessem exercido funções administrativas nos anos anteriores, para evitar os “vícios” da burocracia. A isso também se somavam a defesa contundente de uma significativa redução do aparelho administrativo e a defesa de contenção de medidas de exceção adotadas durante a guerra civil, em especial a limitação das funções da Tcheka, a polícia política soviética. (MONTEIRO, 2017a)

Dessa forma, pode-se ver que esteve presente como parte das últimas preocupações de Lênin a temática da burocratização e que ele destinou os momentos finais de suas forças para empreender uma disputa sobre essa questão, um debate que posteriormente seria desenvolvido pela Oposição de Esquerda e pela Oposição Unificada. Para tanto ele se aliou diretamente com Trotsky, o qual deveria levar à frente essas posições.

3.2. Trotsky e as teses sobre a Indústria

No XII Congresso do Partido Bolchevique, ocorrido em abril de 1923, Trotsky adotou a postura de não entrar em conflito direto com a chamada *troika*, grupo formado por Kamenev, Zinoviev e Stálin, cujo principal papel era conseguir uma maioria no Comitê Central do partido e impedir que Trotsky chegasse à sua liderança.

Durante esse fórum, embora contasse com a legitimidade das posições formuladas em conjunto com Lênin, Trotsky não se pronunciou sobre a questão da Geórgia – a qual colocava Stálin em uma posição crítica. Ao invés disso, estabeleceu uma aliança com Stálin e manteve a disciplina partidária no sentido de não tecer críticas sobre o aparato do partido. Seu foco no

congresso se deu sobre a aprovação da política econômica, a qual se baseou em um documento formulado por ele anteriormente intitulado Teses sobre a Indústria (1993a), publicado em março de 1923.

Este documento continha uma proposta de política econômica que compreendia basicamente um processo de industrialização mais acelerado do que aquele que se tinha até então. Ali, a industrialização é apontada como condição para a manutenção e desenvolvimento da ditadura do proletariado. Pode-se ver, assim, elementos em comum com as defesas que serão elaboradas pela Oposição de Esquerda e que já figuravam em escritos de Preobrazhensky da época referidos no capítulo anterior. “Em última análise a classe trabalhadora pode manter e fortalecer sua posição de liderança não através do aparato governamental, não através do exército, mas através da indústria, a qual reproduz o proletariado em si.”⁷⁵ (TROTSKY, 1993a, p. 124).

Na sua proposta, a economia soviética deveria ser subordinada a esse fim, o que demandava planejamento. Trotsky defendia, então, que a NEP não diminuía, mas aprofundava a necessidade de planejamento por parte do Estado, cujo plano se referiria ao setor estatal.

A preparação de nosso orçamento, a política de crédito do Estado, o sistema de medidas para a segurança militar do estado, toda atividade estatal em geral, deve ter como preocupação primordial o desenvolvimento planejado da indústria estatal.

(...)

A inter-relação entre indústria leve e pesada não pode ser decidida através somente do mercado, pois isso iria na verdade ameaçar a indústria pesada de destruição nos próximos anos, com uma perspectiva de sua restauração posterior sobre a base da propriedade privada, como um resultado do trabalho espontâneo do mercado.⁷⁶ (*ibidem*, p.124).

Isso não excluía a necessidade de também desenvolver a agricultura do país, mas apontava o perigo de deixar que o desenvolvimento industrial ficasse para trás quando comparado com o desenvolvimento agrícola. Mais do que isso, Trotsky aponta no documento que o crescimento da indústria seria condição para a posterior transformação do modo de organização na agricultura em direção a formas socialistas de produção. “A reprodução ampliada da indústria estatal, a qual é impensável sem a acumulação de mais-valor pelo Estado,

⁷⁵ “In the last analysis the working class can maintain and strengthen its guiding position not through the apparatus of government, not through the army, but through industry, which reproduces the proletariat itself.”

⁷⁶ “The preparation of our budget, the state's credit policy, the system of measures for the military security of the state, all state activity in general, must give primary concern to the planned development of state industry... The interrelationship between light and heavy industry cannot be decided through the market alone, for this would actually threaten heavy industry with destruction in the next few years, with the prospect of its restoration afterward on the basis of private property, as a result of the spontaneous work of the market”.

é por sua vez a condição para o desenvolvimento de nossa agricultura na direção socialista ao invés da capitalista” (TROTSKY, 1993a, p. 124).⁷⁷

O programa econômico relacionado à industrialização proposto por Trotsky foi aprovado, porém nunca implementado de fato. Seu posicionamento acrítico à direção e aos debates sobre a burocratização durante esse congresso, contudo, não significaram a ausência de críticas por parte dos demais presentes no congresso, as quais vieram nas vozes de figuras como Preobrazhensky, o qual denunciou a não aplicação de resoluções do X Congresso do PC relacionadas à democracia interna, havendo um agravamento de práticas autoritárias, com destaque para a suplantação em todos os níveis do sistema de eleição pelo de nomeações.

Essas, contudo, foram recebidas por Trotsky com uma postura de defesa do *Politburo* e de chamamento à disciplina partidária. Percebe-se assim que, nesse momento, ainda que vocalizasse alguns argumentos sobre a política econômica já presentes em defesas anteriores de Preobrazhensky e que seriam posteriormente desenvolvidos pelo autor, Trotsky e Preobrazhensky não têm uma atuação articulada nesse congresso.

3.3. A carta de Trotsky e a Declaração dos 46

Após o XII Congresso do PC, durante o verão de 1923, desenvolve-se a chamada crise das tesouras, a qual já foi referida no primeiro capítulo. A crise fez cair o nível de vida da classe trabalhadora e tem como resposta uma série de revoltas e greves, as quais se relacionavam também a protestos contra a repressão política em geral.

O Comitê Central organizou subcomissões para lidar com os diversos aspectos da crise, sendo a subcomissão sobre a situação política dirigida por Dzerzhinsky. A proposta elaborada por essa subcomissão, e posteriormente aprovada, tinha um caráter eminentemente repressivo.

Ela determinava que todos os membros do partido deveriam denunciar à GPU qualquer pessoa que pudesse estar relacionada com alguma atividade fracional dentro do partido. Observa-se também uma postura ofensiva contra Trotsky, que vê sua posição dentro do Comissariado de Guerra questionada e, embora não seja retirado do cargo, é obrigado a abrir espaço para a entrada de dois aliados da direção majoritária em seu comissariado, Voroshilov e Lashevich.

⁷⁷ “The expanded reproduction of state industry, which is unthinkable without the accumulation of surplus value by the state, is in turn the condition for the development of our agriculture in the socialistic rather than the capitalistic direction”.

A proposta de Dzerzhinsky e a evolução geral da disputa dentro do partido levam Trotsky a se pronunciar oficialmente sobre a questão em uma carta endereçada ao Comitê Central datada de 8 de outubro de 1923.

Nessa carta Trotsky inicia indignando-se perante a proposta de Dzerzhinsky de policiamento dos membros do partido entre si, visto que para ele seria uma obrigação evidente para todos os membros do partido a denúncia de qualquer atividade anti-partidária. Para ele, a aprovação de semelhante resolução seis anos após a revolução de outubro era sintomático dos rumos que o partido havia tomado então.

No campo econômico, Trotsky retoma as resoluções do XII Congresso, as quais previam um fortalecimento da *Gosplan* e do planejamento. Frente a isso, ele denuncia o fato de que a gestão da economia, ao invés de se referenciar em um plano ou em objetivos estabelecidos, é feita de forma contingente a partir de decisões isoladas do *Politburo*. “Para ser perfeitamente preciso, deve-se dizer: não há direção na economia e o caos vem do topo”⁷⁸. (TROTSKY, 1993b, p. 126)

Ele retoma a temática democrática no que diz respeito às nomeações para cargos. O XII Congresso havia aprovado uma resolução segundo a qual deveria haver um maior critério para a seleção dos administradores econômicos, com vistas a eliminação de indivíduos que buscassem no partido uma carreira ou estivessem desconectados do projeto político como um todo. Contudo, Trotsky aponta que na prática essa seleção passou a se basear no critério da possibilidade de manutenção do regime partidário de então.

Nas nomeações, remoções, transferências, os membros do partido têm sido avaliados sobretudo do ponto de vista do grau em que eles podem promover ou contrariar a manutenção do regime intra-partidário o qual – silenciosamente e não oficialmente, mas ainda assim efetivamente – está sendo preparado pelo Orgburo e o Secretariado do CC.⁷⁹. (TROTSKY, 1993b, p. 126)

Trotsky denuncia o poder do secretariado, em especial, que dispõe da possibilidade de apontar os cargos em todos os níveis de acordo com sua conveniência. A questão das nomeações teria se expandido a ponto de que em comparação com o período do Comunismo de Guerra, este não chegaria nem a um décimo do que era a quantidade de nomeações ocorridas no momento em que Trotsky escrevia. O resultado disso era a impossibilidade de um debate franco no interior do partido.

⁷⁸ “To be perfectly accurate, one must say: there is no direction of the economy, and chaos proceeds from the top”.

⁷⁹ “In appointments, removals, transfers, party members have been evaluated above all from the point of view of the degree to which they can promote or counteract the maintenance of the intra-party regime which—quietly and unofficially, but all the more effectively—is being set up through the Orgburo and the Secretariat of the CC.”

A carta segue afirmando que o conjunto de medidas proposto pela subcomissão do CC não teria a capacidade de resolver a situação enfrentada pelo partido naquele momento. Na verdade, a crise não se solucionaria a partir de medidas repressivas. Pelo contrário, o desenvolvimento econômico somado à democratização partidária seriam a real solução. Ele conclui, então, afirmando ser seu dever desenvolver a disputa sob essas concepções de forma ampla.

Em vista da situação que foi criada eu considero agora não só meu direito, mas meu dever contar a verdade para cada membro do partido que eu considere suficientemente preparado, maduro, senhor de si, e, portanto, capaz de ajudar o partido a sair desse beco sem saída sem convulsões faccionais e sublevações.⁸⁰ (TROTSKY, 1993b, p. 127)

A carta de Trotsky é logo seguida por uma declaração crítica assinada por 46 membros importantes do partido e direcionada ao *Politburo* e publicada em 15 de outubro de 1923. Essa declaração ficou conhecida, então, como “Declaração dos 46” (DANIELS, 1993, p.127-128) e é o documento que marca a constituição da Oposição de Esquerda. Dentre seus signatários pode-se destacar diversos heróis da guerra civil como Preobrazhensky, Alsky, Serebriakov, Antonov-Ovseienko, Ivan N. Smirnov, Vladimir Smirnov, Piatakov, Muralov, Saprionov, Osinsky, Sosnovsky e Vladimir Kossior.

Autores como Deutscher (1968) e Broué (1973) apontam que Trotsky não só não assinou a declaração como não teria participado diretamente de sua articulação. De fato, o agrupamento formado em torno dessa declaração era bastante heterogêneo, não contendo somente militantes próximos a Trotsky, como também membros da Oposição dos Trabalhadores⁸¹ e dos Decemistas⁸².

Ainda assim, é bastante improvável que Trotsky não tivesse alguma ideia da existência dessa articulação através de indivíduos como Preobrazhensky, Serebriakov, Pyatakov, Antonov-Ovseyenko e Smirnov, que lhe eram bastante próximos. De qualquer forma, pode-se ver que em diversas questões a oposição vai além daquilo que Trotsky havia apontado em sua carta de 8 de outubro.

⁸⁰ “In view of the situation that has been created I now consider it not only my right but my duty to tell it like it is to every member of the party whom I consider sufficiently prepared, mature, self-possessed, and therefore capable of helping the party get out of this blind alley without factional convulsions and upheavals.”

⁸¹ Grupo formado em 1920, criticava o processo de burocratização do partido bolchevique. Suas principais figuras eram Kollontai e Shlyapnikov. O grupo foi condenado pelo X Congresso do Partido Comunista Russo.

⁸² Grupo formado em março de 1919 no VIII Congresso do Partido Comunista Russo criticando a excessiva centralização do partido. Alguns de seus principais líderes foram Ossinsky e Smirnov. Deixa de existir após o X Congresso do Partido, quando há a proibição das facções.

Antes de entrar no conteúdo propriamente dito da declaração dos 46, é interessante observar a periodização desenvolvida por Law (1974) do primeiro estágio de luta da oposição, o qual se desenrola entre outubro de 1923 até janeiro de 1924.

Ele divide esse primeiro estágio em três momentos. No primeiro, a oposição teria tentado levantar os debates de forma secreta para depois impulsionar um debate amplo no partido, o qual foi seguido pela condenação de suas propostas e método.

O segundo momento seria aquele em que a liderança teria feito algumas concessões às demandas da oposição, principalmente no que diz respeito à abertura para debate. Por fim, o terceiro momento seria o de repressão à oposição, marcado pela sua condenação formal durante a XIII Conferência do Partido.

Volte-se, assim, ao primeiro momento, cujo início é marcado pela declaração dos 46. A declaração aborda dois pontos principais: a situação econômica e o regime partidário. No que diz respeito à situação econômica, ela critica a direção partidária por sua ação, inclusive a qualificando de inação, no âmbito econômico. É feito um chamamento ao planejamento, caracterizado enquanto essencial não só para o correto desenvolvimento econômico, mas como mínimo para se evitar uma grave crise. Essa questão é situada com a importância de que o desenvolvimento da URSS também tem frente à possibilidade da revolução internacional.

Passando à temática da burocratização, a declaração tece uma dura crítica à direção, a qual sob o verniz da unidade partidária seleciona os indivíduos e os debates para corresponderem aos interesses de uma posição determinada e estreita dentro do partido. Isso teria um efeito sobre a vida partidária:

Ao invés disso, nós observamos uma divisão cada vez mais progressiva do partido, não mais escondida de praticamente ninguém, entre a hierarquia secretarial e os leigos, entre os funcionários profissionais do partido, selecionados desde cima, e o partido simples de massas, o qual não participa da vida desse grupo.⁸³. (DANIELS, 1993, p. 128)

A crítica à democracia interna ao partido e ao curso econômico são aqui brevemente articuladas entre si. São apontadas como sendo causa e consequência umas das outras. É interessante observar que, embora essas temáticas já tivessem sido abordadas por outras oposições em períodos anteriores, é a oposição de 1923 a primeira a articulá-las tão diretamente

⁸³ Instead of this we observe a more and more progressive division of the party, no longer concealed by hardly anyone, into the secretarial hierarchy and the "laymen," into the professional party functionaries, selected from above, and the simple party masses, who do not participate in its group life.

(LAW, 1974). Essa articulação também pode ser reconhecida dos textos de Preobrazhensky, como demonstrado no segundo capítulo dessa dissertação.

Em resposta à Declaração dos 46, a direção partidária convocou um pleno do Comitê Central, juntamente com a Comissão Central de Controle e com delegados de dez organizações de direção do partido. Também estavam presentes 12 signatários da declaração. Trotsky não esteve presente por motivo de saúde.

Há um breve registro de que, antes de convocar essa reunião, a direção teria escrito uma carta em resposta tanto à carta de Trotsky quanto a carta dos 46. Essa carta, que nunca foi publicada e da qual só se conhece excertos, teria tido um foco na crítica à Trotsky. O Comitê Central não estaria disposto a dar espaço para Trotsky econômica ou militarmente. Também acusavam Trotsky de não cumprir as obrigações ditadas por suas tarefas partidárias e destacava as anteriores divergências entre este e Lênin.

No pleno do Comitê Central, ocorrido no dia 25 de outubro, Preobrazhensky apresentou uma resolução (1974), na qual sintetiza em propostas concretas as críticas dos 46. Nela, ele clamava pela implementação das resoluções sobre democracia interna aprovadas no X Congresso do PC. Basicamente, defendia a liberdade de discussão e agrupamento dentro do partido, controle da direção pela base, fim das nomeações e volta das eleições para os diversos cargos do partido, mudar a forma de integração dos militantes e rever as transferências de militantes motivadas por perseguição política. Há um destaque para que as bases do partido participem ativamente da formulação de sua política.

É necessário que uma ampla discussão sobre todas as questões importantes da vida do partido, política e econômica se dê em todas as organizações do Partido com permissão para que se levante na discussão questões partidárias, não apenas sob a recomendação dos Comitês do Partido, mas também por iniciativa das próprias células, e também de camaradas individuais⁸⁴. (PREOBRAZHENSKY *apud* LAW, 1974, p. 51)

A resolução apresentada por Preobrazhensky foi derrotada por aquela apresentada pela direção, intitulada “Sobre a Situação Interna do Partido” (GREGOR, 1974, p.207-208): 102 votos a 2 com 10 abstenções. A resolução vitoriosa afirma genericamente o apoio a medidas democratizantes e, sem se referir ao conteúdo expresso nem por Trotsky, nem pelos 46, condena ambas as declarações como atividades fracionais que colocavam em risco a vida do partido.

⁸⁴ “It is necessary that broad discussion of all important questions of Party, political, and economic life takes place in all Party organizations with permission to raise in discussion Party questions, not only on the recommendation of Party Committees but also on the initiative of the cells themselves, and also of individual comrades”.

O Plenário Conjunto do Comitê Central e a Comissão Central de Controle, reunidos em conjunto com os representantes de dez organizações do partido, consideram o discurso do camarada Trotsky, neste momento crucial para a revolução internacional e para o partido, ser um grave erro político, especialmente porque o ataque do camarada Trotsky ao Politburo assumiu o caráter objetivo de um discurso faccional que ameaçou golpear a unidade do partido e criar uma crise dentro do partido. (...) Os plenários do Comitê Central e da Comissão Central de Controle, juntamente com os representantes das dez organizações do partido, condenam resolutamente a Declaração dos 46 como um passo na direção de uma política de divisão fracional, assumindo essa forma talvez contra a vontade dos que assinam a declaração. Esta declaração poderia colocar toda a vida do partido nos meses sob a ameaça de uma luta intrapartidária, enfraquecendo assim o partido no momento mais crucial para o destino da revolução internacional⁸⁵ (GREGOR, 1974, p. 208)

3.4. A Derrota da Revolução Alemã

O ano de 1923 também tem grande importância nos rumos do desenvolvimento da revolução mundial – o que tem uma influência direta sobre os rumos da revolução na URSS e sobre o debate que analisamos em particular.

Na Alemanha, a partir de uma conjuntura de crise econômica e social principalmente a partir de 1921, surge uma oportunidade para a ação revolucionária por parte dos comunistas (LOUREIRO, 2005). Diferentemente de 1918-9, quando se encontravam em pequenos grupos desorganizados, o Partido Comunista Alemão tinha se estruturado enquanto uma importante força social, coesa e organizada. Contava com 200.000 membros em suas fileiras e tinha uma influência social que lhe garantia uma base eleitoral vinte vezes maior que o seu tamanho (BROUE, 1964).

Em julho de 1923, a partir de uma greve dos Impressores do Banco Nacional desenvolve-se uma greve geral. A greve se alastra pelo país com alto grau de radicalidade. São formadas as chamadas Centúrias Proletárias, uma espécie de braço armado revolucionário, como o exército vermelho, e os comunistas alemães esperavam que os comitês de fábrica e de desempregados cumprissem o papel de *soviets*. Nesse momento os alemães chegam a solicitar

⁸⁵ “The Joint Plenum of the Central Committee and the Central Control Commission, meeting jointly with the representatives of ten party organizations, consider Comrade Trotsky's speech, at this crucial moment for the international revolution and the party, to be a serious political error, especially because Comrade Trotsky's attack on the Politburo took on the objective character of a factional speech threatening to strike a blow at the party's unity and to create a crisis within the party.

The Central Committee and Central Control Commission plenums, together with the representatives of the ten party organizations, resolutely condemn the Declaration of the 46 as a step in the direction of a factional splitting policy, taking this form perhaps against the will of those signing the declaration. This declaration could place the whole life of the party in the months to come under the threat of an intra-party struggle, thus weakening the party at the most crucial time for the fate of the international revolution”.

a presença de Trotsky para auxiliar a condução do processo, mas isso é negado pelo *Comintern*, que envia Piatakov e Radek.

A posição adotada por parte da direção na Alemanha, e incentivada pelo *Comintern* diversas vezes nas figuras de Zinoviev e Stálin, era de frear o impulso revolucionário das massas, mantendo somente ações conspirativas – o que terminou por fim na renúncia à insurreição em outubro daquele ano.

Esse processo tem especial relevância para o curso dos debates da oposição por dois motivos principais. Em primeiro lugar, houve uma disputa de posição entre os triúnviros e Trotsky, particularmente sobre a linha a ser aplicada ao processo revolucionário alemão.

Será visto mais para frente nesse capítulo a forma como o desfecho fracassado da revolução alemã é depois utilizado na disputa, quando Trotsky escreve “As Lições de Outubro”, no qual ele faz uma alusão às posições vacilantes de Zinoviev e Kamenev em 1917 e as relaciona à derrota alemã. Em segundo lugar, a derrota alemã é um marco que parecia retirar a possibilidade de uma revolução na Europa ocidental em um futuro próximo, o que terá um impacto sobre a recepção de teorias como a do socialismo em um só país, posteriormente desenvolvida por Stálin.

3.5. O Debate sobre o Novo Curso

Após as resoluções que condenavam a Oposição, no dia 7 de novembro daquele ano, aniversário da Revolução de Outubro, foi publicado um artigo de Zinoviev no Pravda, intitulado “Novas Tarefas do Partido”, no qual ele dizia ser necessário colocar em prática a democracia operária dentro do partido e admitindo limitações do então regime partidário – aponta que diversas decisões vinham prontas das instâncias superiores para as instâncias de base.

Law (1974) aponta algumas hipóteses de porque a *troika* teria feito essas concessões à oposição. Dentre elas está a possibilidade de as críticas da oposição terem reverberado em outras esferas através de boatos ou mesmo uma tentativa de isolamento de Trotsky a partir de concessões feitas à oposição. Seja qual for a razão, esse texto de Zinoviev inaugurou o segundo momento da história da Oposição de 1923, de algumas concessões por parte da direção.

Principalmente no fim de novembro e no mês de dezembro houve uma discussão inflamada sobre os rumos do partido – Trotsky, contudo, não participou desses debates públicos. Foram os signatários da declaração dos 46 quem protagonizaram este momento. Preobrazhensky publicou um artigo no Pravda, datado de 28 de novembro, no qual afirmava

“que, desde a introdução da NEP, o partido havia seguido uma linha essencialmente incorreta em sua política interna do Partido”⁸⁶ (PREOBRAZHENSKY *apud* LAW, 1974, p.40). Ele segue tecendo críticas à burocratização do partido, como podemos ver no trecho abaixo:

É característico que, no momento em que estávamos cercados por frentes, a vida do partido revelasse muito mais vitalidade e a independência das organizações fosse muito maior. No momento em que apareceram não somente as condições objetivas para a reanimação da vida partidária e sua adaptação às novas tarefas mas que, além disso, existe uma verdadeira necessidade para agir dessa forma, resulta que não somente não temos avançado nem um paço em relação ao período do comunismo de guerra, mas, ao contrário, temos intensificado o burocratismo, a petrificação e o número de questões que se decidem a priori, por cima; acentuamos a divisão do partido que se havia iniciado durante o período da guerra, entre aqueles que tomam as decisões e carregam a responsabilidade e as massas que aplicam essas decisões do partido em cuja elaboração não tomaram parte.⁸⁷ (PREOBRAZHENSKY *apud* BROUE, 1973, p.246)

Em dezembro, nos debates em reuniões do partido em Moscou, os oradores da oposição pareciam estar ganhando cada vez mais apoio – sendo as principais figuras da oposição a comparecer às reuniões para defender seus posicionamentos Preobrazhensky e Saprónov. O Comitê Central da Juventude Comunista, por exemplo, havia aprovado o apoio à oposição.

No início de dezembro, ainda, ocorreu uma reunião do partido em um distrito industrial de Moscou, na qual Preobrazhensky propôs uma resolução que defendia basicamente a abolição do sistema de nomeações, a instalação da eleição como regra para os órgãos do partido, a responsabilidade dos órgãos partidários em relação ao partido, uma formulação precisa sobre a questão das frações, que se reservasse às células a decisão de aplicar medidas disciplinares contra membros do partido. Pode-se ver, então, o peso que a questão democrática ganha nas defesas da oposição nesse momento, bem como a importância que Preobrazhensky tem na articulação da oposição.

Frente a esse debate, em 5 de dezembro de 1923, Kamenev, Stálin e Trotsky assinam uma resolução comum que deveria marcar um compromisso entre os líderes (WADE, 1995, p.82-89). No campo da política econômica, a resolução aponta os avanços alcançados com a

⁸⁶ “that since the introduction of NEP the Party had been following "an essentially incorrect line in its internal Party policy"”

⁸⁷ “Resulta característico que, en la época en que estábamos rodeados de frentes, la vida del partido revelase mucha más vitalidad y la independencia de las organizaciones fuera mucho mayor. En el momento en que han aparecido no solo las condiciones objetivas para la reanimación de la vida del partido y su adaptación a las nuevas tareas sino que, por añadidura, existe una verdadera necesidad para el de obrar de esta forma, resulta que no solo no hemos avanzado ni un paso respecto al periodo del comunismo de guerra sino que, por el contrario, hemos intensificado el burocratismo, la petrificación y el número de cuestiones que se deciden a priori desde arriba; hemos acentuado la división del partido que se había iniciado durante el periodo de guerra, entre aquellos que toman las decisiones y cargan con la responsabilidad y las masas que aplican estas decisiones del partido en cuya elaboración no han tomado parte”.

NEP, mas também as contradições que a desarticulação entre o setor privado e estatal, mas também dentro do próprio setor estatal, trazem. O texto retoma a política aprovada no XII Congresso – lembrando que a política econômica ali aprovada foi aquela redigida por Trotsky – e destaca a importância da *Gosplan* e, portanto, do planejamento para superar as limitações e possíveis crises. Assim, embora não entre diretamente no mérito do ritmo de industrialização, o destaque dado ao planejamento pode ser considerado uma concessão à oposição.

A resolução continha diversas concessões também no que diz respeito à democracia partidária. Por exemplo, determinava que deveria haver liberdade da vida partidária e eleição de todos os cargos de direção do partido e de comissões pelas instâncias a eles subordinadas – embora não eliminasse a necessidade de confirmação dos secretários pelo CC. “Em nenhum caso, o direito de confirmar os secretários pode ser convertido em um direito de praticamente nomeá-los”⁸⁸ (WADE, 1995, p.86). Ela também determinava que deveria haver informação e educação para o conjunto do partido e que se deveria lutar contra a “perversão burocrática”.

Contudo, ela mantinha a condenação de agrupamentos fracionais dentro do partido, ainda que indicasse que nem toda oposição deveria ser interpretada como fracionalismo.

A democracia dos trabalhadores significa a liberdade de discussão franca sobre as questões mais importantes da vida partidária por todos os membros e a eleição de todos os principais funcionários do partido e comissões pelos órgãos imediatamente abaixo deles. No entanto, não implica a liberdade de formar agrupamentos faccionais, que são extremamente perigosos para o partido no poder, uma vez que eles sempre ameaçam dividir ou fragmentar o governo e o aparelho estatal como um todo. (WADE, 1995, p. 85)⁸⁹

O texto também citava e reforçava a resolução do Comitê Central de 25 de outubro, a qual havia condenado a Declaração dos 46 e a carta de Trotsky. A resolução assinada por Kamenev, Stálin e Trotsky foi aprovada por unanimidade na sessão conjunta do *Politburo* e da Comissão Central de Controle no dia 5 de dezembro, reunião da qual Trotsky não participou por motivo de doença.

Essa resolução era, portanto, contraditória na medida em que continha avanços na questão democrática, mas, ao mesmo tempo, não continha medidas práticas claras, dependendo

⁸⁸ “In no circumstances can the right of confirming secretaries be converted into a right of practically appointing them”.

⁸⁹ “Workers democracy means the liberty of frank discussion of the most important questions of party life by all members, and the election of all leading party functionaries and commission by those bodies immediately under them. It does not, however, imply the freedom to form factional groupings, which are extremely dangerous for the ruling party, since they always threaten to split or fragment the government and the state apparatus as a whole”.

bastante da interpretação daqueles que a implementassem daquilo que poderia ser considerado uma fração ou fracionalismo.

Trotsky escreveu em 8 de dezembro uma interpretação própria da resolução aprovada pelo Comitê Central, que foi publicada no Pravda no dia 11 de dezembro, e que posteriormente compôs o panfleto *Novo Curso* (TROTSKY, 1923) de Trotsky, ao qual nos referiremos na sequência desse texto.

A carta começa com suas desculpas pela ausência na reunião que discutiu a resolução que ele chama de O Novo Curso, por motivos de saúde. Ele dá grande importância à aprovação da resolução, a qual ele situa como um marco do desenvolvimento da história do partido – em artigos posteriores, sistematizados no panfleto *Novo Curso*, ele sistematizará esses períodos da história do partido e do período revolucionário.

Trotsky destaca que o centralismo e a democracia seriam dois elementos importantes para a existência do partido, constituindo duas faces da mesma moeda. O desafio seria conseguir harmonizá-los e o período do velho curso, anterior à aprovação da resolução, teria sido marcado por um desequilíbrio entre eles em direção ao centralismo, em direção ao aparato. Seria o burocratismo, e não a democracia, o responsável pelo surgimento de facções dentro do partido. “O centralismo mecânico é necessariamente complementado pelo faccionalismo, que é ao mesmo tempo uma caricatura maliciosa da democracia e um potencial perigo político.”⁹⁰ (TROTSKY, 1995b, p.93). E o seu antídoto, portanto, seria o estabelecimento da democracia dentro do partido. Antes do novo curso trazer essa questão à tona, isso era visto como heresia, faccionalismo e como uma infração à disciplina – sinais do peso do aparato.

Ele passa, então, a entrar no debate sobre de que forma o desenvolvimento da democracia se daria. Em primeiro lugar, está claro que o regime democrático seria estabelecido pelo próprio partido, e não como uma medida que partisse somente do aparato. Isso tem uma repercussão, por exemplo, sobre a visão que se tem sobre o conjunto dos membros do partido.

Ele se opõe à uma visão pedagógica da questão, defendendo que ela deve ser vista do ponto de vista político. Isso quer dizer que, ainda que a questão da formação ideológica dos membros do partido seja importante, ela não resolve por si só a questão da democracia. Essa questão não pode ser resolvida de forma professoral. Deve haver formação, mas as pessoas, em sendo do partido, devem participar ativamente do trabalho do partido, ou seja, ter uma militância ativa.

⁹⁰ “Mechanical centralism is necessarily complemented by faccionalism, which is at once a malicious caricature of democracy and a potential political danger”.

Ele passa, então, a caracterizar a juventude como sendo o “barômetro” mais confiável do partido para medir o seu nível de burocratismo. Isso é seguido de um alerta no qual afirma que a velha guarda não estaria imune ao problema do burocratismo, e que seria a sua colaboração ativa com a nova geração, de forma democrática, que lhe garantiria a manutenção de seu caráter revolucionário. “Mas o que é necessário, antes de tudo, é agir de modo que a tradição do partido não se concentre no aparelho de liderança, mas viva e seja constantemente renovada na experiência diária da organização como um todo”. (TROTSKY, 1995b, p.94)⁹¹

Para exemplificar tal fato ele faz uma comparação à segunda internacional, a qual em uma nota posteriormente adicionada ao texto, ele admite a possibilidade de ter sido uma comparação despropositada, dadas as diferenças das épocas históricas.

Por fim, ele destaca a necessidade de que haja liberdade dentro do partido para crítica e autodeterminação organizacional para que este de fato se torne ferramenta para execução da vontade coletiva. “Um bolchevique não é meramente um homem disciplinado; Ele é um homem que, em cada caso e em cada questão, cria uma opinião firme e defende-a de forma corajosa e independente, não só contra seus inimigos, mas também dentro de seu próprio partido”. (TROTSKY, 1995b, p. 93)⁹²

Além disso, também será necessário renovar o aparato, substituindo os “burocratas mumificados” e utilizando a democracia como o caminho para combater o burocratismo e o faccionalismo.

Embora não tenha sido esse seu objetivo, a carta foi recebida como um ataque pelo *triumvirato*. Deram ainda maior peso às respostas a ela por ter Trotsky assinado a resolução que a carta criticava. Pode-se ver que depois disso há uma diminuição espaço para o debate, não só do proposto por Trotsky, mas também da Oposição de Esquerda, visto que ambos eram diretamente associados pela direção majoritária.

Assim, a abertura de debates anunciada pelo artigo de Zinoviev se encerra com uma reunião local do partido em Moscou em 11 dezembro de 1923, da qual participaram mais de 1000 pessoas. Ali Kamenev falou da necessidade de revigorar o aparato do partido, mas se posicionou contrariamente a grupos no partido, independentemente de seu caráter fracional. Spranov foi o principal orador da oposição na ocasião e chegou a utilizar argumentos de Trotsky diretamente para sustentar suas posições.

⁹¹ “But what is necessary first of all is to act so that the tradition of the party is not concentrated in the leading apparatus, but lives and is constantly renewed in the daily experience of the organization as a whole”.

⁹² “A bolshevik is not merely a disciplined man; he is a man who in each case and on each question forges a firm opinion of his own and defends it courageously and independently, not only against his enemies, but inside his own party”.

Preobrazhensky apresentou um ataque direto ao triunvirato, questionando sua existência não regulamentada pelos estatutos do partido. Do outro lado, Kamenev criticou a carta publicada por Trotsky, solicitando que ele se explicasse sobre o ocorrido. Após essa reunião, caracterizada por Carr (1965) como a última em que houve um debate livre dentro do partido, iniciou-se um novo período de perseguição à oposição.

Chega-se, então, ao terceiro momento da história da oposição, conforme caracterizado por Law (1974). A partir de 15 de dezembro é possível ver um foco específico na repressão à oposição, e em especial sobre a figura de Trotsky. Isso se expressou através de um artigo de Stalin (1995^a) publicado no Pravda nesse dia e de um discurso de Zinoviev (1995a) também feito nesse dia.

Em seu discurso, Zinoviev afirma que o artigo de Trotsky é ambíguo em diversos pontos, mas que a sua interpretação correta deixa clara a existência de um ataque à linha aprovada pelo Comitê Central. Para ele, isso seria ainda mais grave dado que Trotsky teria aprovado o texto do CC. É nesse discurso que Zinoviev utiliza pela primeira vez a palavra trotskismo.

Também está presente a retomada de divergências passadas entre Trotsky e Lênin como um recurso para deslegitimar sua figura. Mais do que isso, o resgate das divergências do passado tem a função de mostrar como Trotsky teria voltado a seus erros anteriores e já apontados por Lênin então – isso fica claro quando se refere ao debate sobre a existência de grupos no interior do partido. Ainda assim, toma-se o cuidado de não romper completamente com Trotsky, que é descrito como membro chave do *Politburo*. Zinoviev, afirma que o problema da burocratização deve ser abordado pelo aparato partidário e que devem ser os trabalhadores, e não a juventude, o barômetro de tal ação. Também está presente no discurso uma associação direta entre Trotsky e a Oposição, cujo principal nome citado diversas vezes no discurso é o de Preobrazhensky.

Na carta de Stálin ele responde a diversos membros da oposição – Rafail, Preobrazhensky, Sapránov – e também à carta de Trotsky. Ele traça a oposição em geral como não possuindo um programa coerente e tampouco propositivo. Para sustentar tal afirmação ele afirma que as demandas da oposição eram, de início, uma reivindicação de que as resoluções sobre democracia aprovadas no X Congresso do partido, mas que a oposição se recusaria a tratar das resoluções tiradas naquele fórum que limitavam a democracia, no que dizia respeito ao banimento de facções. Segundo Stálin, a incapacidade da oposição de construir propostas práticas em torno dessa demanda a teria levado a reduzir suas reivindicações à renovação dos ocupantes dos cargos do partido.

Especificamente em relação à Preobrazhensky, Stálin retoma também divergências passadas no interior do partido – como visto, Zinoviev também o fez em relação à Trotsky. Stálin opõe Preobrazhensky a Lênin, ao questionar a proibição de grupos no interior do partido. Além disso também retoma as divergências com o grupo dos Comunistas de Esquerda, do qual Preobrazhensky fazia parte, durante a negociação da paz de Brest-Litovsky. Seu questionamento da carta de Trotsky segue na mesma linha do discurso de Zinoviev, associando-o diretamente à oposição:

Evidentemente, houve uma intenção diferente, a saber: diplomaticamente apoiar a oposição em sua luta contra o Comitê Central do Partido, enquanto fingia apoiar a Resolução do Comitê Central. Isso, de fato, explica o selo de duplicidade que a carta de Trotsky traz. Trotsky está em um bloco com os centralistas democratas e com uma seção dos "comunistas da esquerda" - esse é o significado político da ação de Trotsky. (STALIN, 1995^a, p. 107)⁹³

Por fim, ele afirma que o combate à burocratização passa pela diminuição exercida pelo aparato burocrático estatal, bem como pelo avanço no nível cultural dos trabalhadores – o que não poderia ser resolvido no curto prazo. Vê-se nessa carta e no discurso de Zinoviev algumas marcas do processo de combate à oposição: estigmatização dos indivíduos baseado em divergências passadas tiradas de contexto e uma negação do espaço para debate franco.

Essa diminuição do espaço para debate também pode ser reconhecida na política editorial do *Pravda*. Anteriormente, na sessão “Vida Partidária” do jornal, criada para o desenvolvimento desse debate, haviam sido publicados diversos artigos críticos ao Comitê Central do Partido. Contudo, há uma alteração do corpo editorial, pois os editores anteriores se demitiram por considerarem inadmissível as tentativas de intervenção por parte do Comitê Central.

Assim, a partir de 16 de dezembro de 1923 o *Pravda* passa a publicar atas de reuniões de comitês contra as teses de Trotsky e da oposição. Carr (1965) caracteriza que este teria sido o último período em que se observou um livre debate dentro do *Pravda*.

É possível visualizar mais um pouco do programa da Oposição em uma resolução submetida pelo grupo ao Comitê Central sobre a situação econômica, intitulada *Resolution on the Immediate Tasks of Economic Policy*” (OSSINSKY, 1995), apresentada por Ossinsky em 29 de dezembro de 1923. Essa resolução era uma crítica à resolução aprovada pelo *Politburo*

⁹³ “Evidently there was a different intention here, namely: diplomatically to support the opposition in its struggle against the Central Committee of the Party while pretending to support the Central Committee’s Resolution. That, in fact, explains the stamp of duplicity that Trotsky’s letter bears. Trotsky is in a bloc with the Democratic Centralists and with a section of the “Left Communists” – therein lies the political significance of Trotsky’s action”.

no dia 24 daquele mesmo mês. Ali está presente a crítica à falta de unidade do planejamento da economia como um todo. Destaca-se a ausência de um foco maior sobre a questão da administração da indústria na resolução aprovada pelo *Politburo*, bem como sobre a melhoria das condições de vida dos trabalhadores como um todo, em especial de políticas sobre o desemprego.

No mês de dezembro, Trotsky publica três artigos no *Pravda* que compõem o debate. Esses três artigos farão parte, em conjunto com outros quatro artigos, do panfleto intitulado *Novo Curso*, publicado em janeiro de 1924.

Nos três primeiros artigos publicados no *Pravda*, Trotsky aborda a questão da burocratização, que ele caracteriza como se relacionando com a concentração da energia militante sobre o aparato estatal, bem como com a lentidão do desenvolvimento industrial. Elementos que contribuiriam para a superação desse processo de burocratização seriam o desenvolvimento da revolução europeia e a velocidade do desenvolvimento econômico da URSS.

Nesse sentido, percebe-se que sua caracterização da burocratização é, diferentemente daquela de Lênin, não uma sobrevivência de um regime anterior – seja ele o czarismo ou o comunismo de guerra – mas sim um novo fenômeno, resultado das novas tarefas, funções, desafios e erros do partido.

O burocratismo não é uma característica fortuita de certas organizações provinciais, mas um fenômeno geral (...) Não é uma sobrevivência do período da guerra; é o resultado da transferência para o partido dos métodos e modos administrativos acumulados durante estes últimos anos. (TROTSKY, 1995c, p.124)⁹⁴

É nesse texto que Trotsky elabora uma periodização do processo revolucionário russo, contendo quatro períodos: a) os vinte e cinco anos que precederam outubro e que teriam sido sua preparação; b) o período de outubro, que começaria com as teses de abril e terminaria com a tomada do poder propriamente dita; c) o período que seguiu outubro; e d) o período que ele denomina de “novo curso”, ou seja, o momento em que ele escreve o texto, em que o partido estaria tomando as medidas necessárias para superar seus novos desafios históricos – relacionados com o debate de burocratização e, como visto, com a discussão sobre industrialização e democracia.

⁹⁴ “Bureaucratism is not a fortuitous feature of certain provincial organizations, but a general phenomenon (...) It is not a survival of the war period; it is the result of the transference to the party of the methods and the administrative manners accumulated during these last years”.

Após a revolução de outubro diversos elementos alheios ao partido teriam ingressado em suas fileiras para fazer carreira. Trotsky situa o expurgo desses indivíduos, ocorrido no verão de 1921, como um primeiro momento de preparação para o novo curso. Ao apontar o novo curso, tendo a resolução do CC aprovada em 5 de dezembro de 1923 como seu marco inicial, como um período histórico, Trotsky busca fugir da caracterização da burocratização enquanto um problema individual dos secretários do partido, apontando-a como uma época histórica. Essa periodização tem, inclusive, influência da conjuntura internacional, na medida em que Trotsky situa o “adiamento” da revolução alemã como um dos impulsos para o desenvolvimento do novo curso na URSS.

Ele destaca a importância do partido enquanto ferramenta revolucionária por sua capacidade de unificar experiências diversas para um planejamento global, mas também que essa função só pode ser plenamente desenvolvida caso haja democracia. Caminhar para mecanismos democráticos dentro do partido não significa para ele romper com o bolchevismo, mas sim a instituição de relações mais saudáveis entre os quadros antigos e a maioria dos novos membros do partido. Mais uma vez há a formulação de que a existência de grupos dentro do partido é uma consequência do burocratismo e que, para combatê-lo, deve-se, na verdade, combater sua causa.

O principal perigo do velho curso, resultado de causas históricas gerais e de quatro erros próprios, é que o aparelho manifesta uma tendência crescente de contrapor alguns milhares de camaradas, que formam quadros de liderança, ao resto da massa que só consideram como um objeto de ação. (TROTSKY, 1995c, p.125)⁹⁵

Nos demais capítulos que compõem o folheto Novo Curso, Trotsky aborda questões diversas que se relacionam ao debate de burocratização e responde a críticas feitas por seus opositores – dissociando leninismo de dogmatismo e abordando a questão camponesa. Fica patente a ligação que é estabelecida entre o desenvolvimento econômico da URSS e a burocratização e, portanto, sua vinculação com o programa de democracia.

Ele defende o crescimento econômico, especificamente da indústria estatal, como uma forma de combater as contradições do âmbito social que se desenvolviam durante a NEP, com o crescimento de setores como os *kulaks* e o aparecimento de uma camada de *nepmen* – os quais ele considera um perigo à revolução.

⁹⁵ “The chief danger of the old course, a result of general historical causes as well as of four own mistakes, is that the apparatus manifests a growing tendency to counterpose a few thousand *comrades*, who form the leading cadres, to the rest of the mass whom they look upon only as an object of action”.

É bastante claro que, precisamente, os fenômenos sociais negativos que acabamos de enumerar e que agora nutrem o burocratismo podem colocar a revolução em perigo se eles continuem a se desenvolver. Mencionamos acima essa hipótese: a crescente discórdia entre a economia estadual e camponesa, o crescimento dos *kulaks* no país, sua aliança com o capital industrial comercial privado, estas seriam dadas o baixo nível cultural das massas trabalhadoras do campo e em parte das cidades, as causas dos eventuais perigos contra-revolucionários.⁹⁶ (TROTSKY, 1923)

Frente a isso, ele enumera tarefas a serem desenvolvidas pelos revolucionários.

A luta contra o burocratismo do aparelho do Estado é uma tarefa excepcionalmente importante, mas prolongada, que é mais ou menos paralela às nossas outras tarefas fundamentais: a reconstrução econômica e a elevação do nível cultural das massas. O instrumento histórico mais importante para a realização de todas essas tarefas é o partido.⁹⁷ (TROTSKY, 1923)

O panfleto Novo Curso foi interpretado pela direção como um ataque e uma vinculação de Trotsky à Oposição e causou reações repressivas que se expressaram de forma exemplar na XIII Conferência e no XIII Congresso do partido.

3.6. XIII Conferência e Congresso do Partido Bolchevique

A tendência à diminuição do espaço do debate e de repressão à oposição também se fez presente na reunião do *Presidium* da Internacional Comunista, ocorrido no dia 6 de janeiro de 1924, no qual Zinoviev fez um duro discurso de crítica à Trotsky. Esse período repressivo tem sua coroação na XIII Conferência do Partido, em janeiro de 1924. Deutscher aponta que essa conferência tinha a marca burocrática na sua própria delegação, que teve fraudes e manipulações para não dar espaço para a oposição. Trotsky não esteve presente por motivos de saúde, novamente, e Preobrazhensky foi o porta-voz da oposição nesse fórum.

Em seu discurso abordou tanto o debate econômico, denunciando o crescimento do capital comercial e industrial privado, bem como se posicionou contra a associação do leninismo ao burocratismo, contra a exumação de antigas querelas e em defesa da democracia

⁹⁶ “It is quite plain that precisely the negative social phenomena we have just enumerated and which now nurture bureaucratism could place the revolution in peril should they continue to develop. We have mentioned above this hypothesis: the growing discord between state and peasant economy, the growth of the kulaks in the country, their alliance with private commercial industrial capital, these would be given the low cultural level of the toiling masses of the countryside and in part of the towns the causes of the eventual counter-revolutionary dangers”.

⁹⁷ “The struggle against the bureaucratism of the state apparatus is an exceptionally important but prolonged task, one that runs more or less parallel to our other fundamental tasks: economic reconstruction and the elevation of the cultural level of the masses. The most important historical instrument for the accomplishment of all these tasks is the party”.

operária. É importante ver como Preobrazhensky teve um papel bastante protagonista na organização da oposição, tanto na formulação de documentos, quanto nas suas aparições públicas.

Stálin fez diversas críticas à oposição, com especial foco sobre a figura de Trotsky, a quem ele atribuiria seis erros. Em primeiro lugar, Trotsky teria se colocado à parte dos outros membros do Comitê Central. Em segundo lugar, não teria se posicionado claramente sobre a controversa em vigência no partido, nem contra nem a favor do Comitê Central, nem contra ou a favor da Oposição. O terceiro erro seria sua oposição ao aparato partidário, o quarto o estabelecimento de uma oposição entre a juventude e a velha guarda do partido e, o quinto, sua ênfase sobre o papel dos intelectuais e estudantes na construção do partido. O último erro, por fim, seria a tentativa de diferenciar o conceito de grupos daqueles de fração, defendendo a possibilidade de existência de grupos dentro do partido. Stálin fecha então sua intervenção lendo para a conferência um ponto secreto de uma resolução aprovada no X Congresso do partido, o qual permitia a tomada de ações disciplinares contra membros do Comitê Central.

A resolução aprovada ali, intitulada “Sobre os resultados da discussão sobre o desvio pequeno burguês no partido” (WADE, 1995, p. 134-140) é um marco da condenação das atividades da oposição, ao mesmo tempo em que tenta não dissociar a defesa da democracia operária da linha aplicada pela direção.

A resolução apresenta a direção partidária como fonte da demanda por democracia muito antes de qualquer pronunciamento por parte da oposição, destacando a necessidade de que tal transição se desse de forma controlada. A oposição é retratada como um grupo oportunista que somente tocou no debate democrático por saber que ele teria apelo frente às fileiras do partido. Há referências, novamente à declaração dos 46 e a carta de Trotsky, ambos condenados como ações fracionais. Além disso, como o título da resolução já declara, a oposição e Trotsky são caracterizados como um desvio pequeno burguês.

Resumindo os resultados desses desentendimentos e analisando todo o caráter das atividades dos representantes da "oposição", a Conferência do Partido da União Soviética chega à conclusão de que, sob a forma da presente "oposição", temos diante de nós não apenas uma tentativa de revisão do bolchevismo, não apenas uma aberração direta do leninismo, mas também um desprezível desvio pequeno burguês. (...) Contra esse desvio pequeno-burguês, é necessária uma luta sistemática e enérgica de todo o nosso Partido. (WADE, 1995, p.137)⁹⁸

⁹⁸ “Summing up the results of these disagreements and analyzing the whole character of the activities of the representatives of the ‘opposition’, the Soviet Union Party Conference arrives at the conclusion that in the form of the present ‘opposition’, we have before us not only an attempt at a revision of Bolshevism, not only a direct aberration from Leninism, but also a blatant petty bourgeois deviation. (...) Against this petty bourgeois deviation, a systematic and energetic fight of our whole Party is necessary”.

Em diversos pontos a resolução toma um tom bastante duro, como este trecho: “O Partido aniquilará politicamente qualquer um que faça um ataque sobre a unidade das fileiras do partido. A unidade do partido está mais segura agora do que nunca”. (GREGOR, 1974, p. 210).⁹⁹

No restante da resolução, ao mesmo tempo em que se apontam medidas práticas de educação e formação para os militantes do partido, elas aparecem sempre com um caráter controlador, que tem como objetivo introduzir o verdadeiro bolchevismo e conter desvios.

O órgão central do partido (*Pravda*) deve ter funcionários adequados para explicar sistematicamente os fundamentos do bolchevismo e conduzir uma campanha contra todos os desvios. (...)O Comitê Central do partido e todos os centros locais do partido devem tomar imediatamente as medidas mais rigorosas para manter a disciplina bolchevique de ferro sempre que forem feitas tentativas para enfraquecê-la. (...)O partido deve punir com severidade particular qualquer tentativa de se envolver em "trabalho" faccional nas fileiras do Exército Vermelho.¹⁰⁰ (GREGOR, 1974, p. 211)

No período que se seguiu a XIII Conferência houveram inclusive suicídios por parte de opositoristas que estavam decepcionados com os rumos do partido, como Yevgenia Bosch, uma das principais líderes da oposição na Ucrânia.

O XIII Congresso do PC, ocorrido no fim de maior de 1924, foi uma repetição da XIII Conferência em maior escala, no que diz respeito ao tratamento da oposição, a qual não elegeu nenhum único delegado para sua composição. Houve novamente discussões em que se condenava a declaração dos 46 e os posicionamentos de Trotsky, o qual desta vez estava presente, e foi nesse fórum que Zinoviev demandou que Trotsky revisse sua posição, fazendo uma auto-crítica – uma atitude sem precedentes na história do partido.

Esse foi o primeiro congresso após a morte de Lênin, ocorrida em 21 de janeiro de 1924, e, apesar da existência do testamento político de Lênin, já referido neste texto, seu conteúdo não foi levado à discussão no congresso, tendo sido apresentado somente aos líderes de delegações em caráter sigiloso.

⁹⁹ “The party will politically annihilate anyone who makes an attempt on the unity of the party ranks. Party unity is more assured now than ever before”.

¹⁰⁰ “The party's Central Organ (*Pravda*) must be given the appropriate staff to enable it to explain systematically the foundations of bolshevism and to conduct a campaign against all deviations from it. (...)

The Central Committee of the party and all local party centers must immediately take the strictest measures to maintain iron Bolshevik discipline wherever attempts are being made to weaken it. (p.211)

(...)

The party must punish with particular severity any attempts to engage in factional 'work' in the ranks of the Red Army”.

Trotsky respondeu a demanda de Zinoviev afirmando algumas de suas posições e problematizando a forma absoluta como utilizou algumas categorias, como a democracia, por exemplo. Contudo, ponderava isso frente a absolutização feita pela própria direção, a qual seria motivadora de respostas duras da oposição. Por fim, ele reafirma sua obediência à disciplina partidária:

camaradas, nenhum de nós deseja estar certo, ou pode estar certo, porque o partido é o instrumento histórico único dado ao proletariado para o cumprimento de suas tarefas fundamentais. Já disse que nada é mais fácil do que dizer perante o partido: "todas essas críticas, todas essas declarações, advertências e protestos, eram simplesmente um mero erro". Mas, camaradas, não posso dizer isso, porque não penso assim. Eu sei que não se pode estar certo contra o partido. Pode-se estar certo apenas com o partido e através do partido, já que a história não criou outros caminhos para a realização do que é certo. Os ingleses têm um provérbio histórico: "meu país, certo ou errado". Com um direito histórico muito maior, podemos dizer: "certo ou não certo em questões concretas particulares, mas é o meu partido. (CARR, 1965, p.363)¹⁰¹

As resoluções aprovadas no congresso não abordam a temática da oposição diretamente, mas reafirmam as resoluções e atuação do Comitê Central no período anterior e versam sobre questões como a imprensa, agitação e propaganda e gestão do exército. Todas vêm temperadas de uma afirmação da necessidade da manutenção da unidade a qualquer custo. “Agora que o partido perdeu o camarada Lenin, a tarefa de assegurar a plena união do partido tornou-se ainda mais importante e necessária do que antes. A menor atividade faccional deve ser punida da maneira mais severa”¹⁰². (GREGOR, 1974, p. 227)

A oposição de 1923, ou Oposição de Esquerda, foi completamente desarticulada após o XIII Congresso. Isso não significa que suas demandas tenham deixado de existir, e reaparecerão em outros movimentos oposicionistas que se seguem. Contudo, seus membros deixam de atuar de maneira organizada até 1925, havendo um hiato na em sua organização.

¹⁰¹ ‘Comrades, none of us wishes to be right, or can be right, against his party. The party is in the last resort always right, because the party is the unique historical instrument given to the proletariat for the fulfilment of its fundamental tasks. I have already said that nothing is easier than to say before the party: “All this criticism all these declarations, warnings and protests, were simply a sheer mistake”. But, comrades, I cannot say this, because I do not think so. I know that one cannot be right against the party. One can be right only with the party and through the party, since history has created no other paths to the realization of what is right. The English have a historical proverb: “My country, right or wrong”. With far greater historical right can we say: “Right or not right in individual particular concrete questions, but it is my party”.’

¹⁰² “Now that the party has lost Comrade Lenin, the task of ensuring full party unity has become even more important and necessary than before. The smallest factional activity must be punished in the severest fashion”.

3.7. O Debate Literário e a aparição do Socialismo em um só País

O ano de 1924 seguiu com o aprofundamento do culto à Lênin, tanto a partir de ações práticas – como a mudança do nome de Petrogrado para Leningrado e a construção de estátuas e memoriais ao líder bolchevique por toda a União Soviética – e também no âmbito dos debates.

Um marco em relação a isso é o texto “Fundamentos do leninismo” (STALIN, 1995b). Ele é composto por uma série de palestras proferidas por Stálin na Universidade de Sverdlov em abril de 1924, as quais foram posteriormente publicadas no *Pravda* entre 26 de abril e 18 de maio daquele ano.

No texto, Stálin afirma que o leninismo não seria a aplicação do marxismo à realidade histórica específica da Rússia, mas sim uma teoria válida internacionalmente. “O leninismo é o marxismo da era do imperialismo e da revolução proletária. Para ser mais exato, o leninismo é a teoria e as táticas da revolução proletária em geral, a teoria e a tática da ditadura do proletariado em particular”¹⁰³. (*ibidem*, p.162)

Ele justifica essa afirmação tanto pela condição histórica do imperialismo, que teria criado as condições objetivas para a revolução a escala internacional, quanto pelo fato de Lênin ter desenvolvido sua teoria a partir da vivência prática de um evento revolucionário e também do embate teórico e prático com a Segunda Internacional. Esses elementos somados dariam o caráter universal do leninismo.

Ele passa, então, a tratar da questão histórica específica da revolução da Rússia e a apontar a explicação dentro da teoria leninista que a tornava justificável. O desenvolvimento do capitalismo em sua etapa imperialista aponta para o desenvolvimento revolucionário não necessariamente onde o capitalismo tem suas forças produtivas mais desenvolvidas, mas no elo mais fraco da cadeia imperialista.

A Rússia teria constituído esse elo, porém, pela constituição de seu proletariado revolucionário, esse processo se desdobrou para uma revolução socialista. Ele retoma essa caracterização para, então, opô-la à noção de “revolução permanente”, a qual ele julga inadequada:

Os adeptos da "revolução permanente" não entenderam o papel importante do campesinato na Revolução Russa, subestimaram a força da energia revolucionária do campesinato, subestimaram a força e capacidade do proletariado russo para liderar o campesinato e, assim, dificultaram o trabalho de emancipar o campesinato da

¹⁰³ “Leninism is Marxism of the era of imperialism and the proletarian revolution. To be more exact, Leninism is the theory and tactics of the proletarian revolution in general, the theory and tactics of the dictatorship of the proletariat in particular”.

influência da burguesia, o trabalho de reunir o campesinato em torno do proletariado. (STALIN, 1995b, p. 169)¹⁰⁴

Desta forma, ele buscava reconstruir a divergência de Lênin com relação ao debate de revolução permanente apresentado por Trotsky antes da revolução russa. Stálin afirma que Lênin teria sempre defendido a possibilidade de uma revolução socialista, e que isso não teria sido uma ruptura em seu pensamento em 1917.

Nesse sentido, não seria a questão da possibilidade da revolução socialista a discordância com a revolução permanente, mas sim a leitura que esta teria sobre o campesinato, que menosprezaria seu potencial revolucionário. O centro do combate à Revolução Permanente aqui é, portanto, a questão camponesa, mas ver-se-á que, à medida em que a questão do socialismo em um só país se desenvolveu enquanto doutrina, ela também passou a compor o rol de argumentos contrários à revolução permanente. A teoria do socialismo em um só país aqui, contudo, dá somente uma pequena aparição sem todas as consequências de sua argumentação. Stálin afirma que:

Anteriormente, a vitória da revolução em um país era considerada impossível, pela pressuposição de que exigiria a ação combinada dos proletários de todos ou pelo menos de uma maioria dos países avançados para alcançar a vitória sobre a burguesia. Agora, este ponto de vista já não se enquadra nos fatos. Agora, devemos proceder da possibilidade de tal vitória, pelo caráter desigual e espasmódico do desenvolvimento dos vários países capitalistas sob as condições do imperialismo, o desenvolvimento dentro do imperialismo de contradições catastróficas que levam a guerras inevitáveis, o crescimento do movimento revolucionário em todos os países do mundo - tudo isso conduz, não apenas à possibilidade, mas também à necessidade da vitória do proletariado em países individuais. (*ibidem*, p. 169)¹⁰⁵

Ele afirma, contudo, que a revolução para ser plenamente vitoriosa depende da revolução internacional, devido à resistência às forças imperialistas e capitalistas externas – não menciona nada quanto a vinculação dessa necessidade ao desenvolvimento interno da economia

¹⁰⁴ “The adherents of “permanent revolution” did not understand the important role of the peasantry in the Russian Revolution, underestimated the strength of the revolutionary energy of the peasantry, underestimated the strength and ability of the Russian proletariat to lead the peasantry, and thereby hampered the work of emancipating the peasantry from the influence of the bourgeoisie, the work of rallying the peasantry around the proletariat”.

¹⁰⁵ “Formerly, the victory of the revolution in one country was considered impossible, on the assumption that it would require the combined action of the proletarians of all or at least of a majority of the advanced countries to achieve victory over the bourgeoisie. Now this point of view no longer fits in with the facts. Now we must proceed from the possibility of such a victory, for the uneven and spasmodic character of the development of the various capitalist countries under the conditions of imperialism, the development within imperialism of catastrophic contradictions leading to inevitable wars, the growth of the revolutionary movement in all countries of the world – all this leads, not only to the possibility, but also to the necessity of the victory of the proletariat in individual countries”.

socialista na URSS. Estabelece, então, uma ligação com a revolução internacional, para a qual a revolução nacional seria uma impulsionadora, e não dependente.

Por fim, outro tópico tocado por Stálin é a questão da defesa da unidade do partido. Ali ele fala da incompatibilidade da existência de facções dentro do partido com a sua unidade, o que não significa que não poderiam haver discordâncias, mas que uma vez que o debate tivesse sido fechado, todos teriam de se submeter. Ele cita a condenação de Lênin no X Congresso da existência de facções dentro do partido e afirma que o “partido se torna forte através do expurgo de elementos oportunistas” (*ibidem*, p.182)¹⁰⁶

Além disso, também ocorreu durante a primeira metade de 1924 uma grande campanha de filiação ao partido bolchevique, conhecida como Recrutamento Lenin, quando 200 mil pessoas ingressaram no partido, aumentando seu contingente em 40%. Essa filiação tinha como objetivo aumentar o número de trabalhadores dentro do partido, mas cabe apontar que flexibilizou bastante os critérios para sua adesão – ao contrário do que Lênin havia defendido em seus últimos escritos quando tratou da questão da burocratização (DANIELS, 1988).

Hatch (1989) apresenta a existência de um debate no interior da historiografia sobre o tema. Por um lado, haveriam autores que, ecoando visões elaboradas pela esquerda do partido no período, situariam esse processo de filiação em massa como parte do processo de burocratização, criando uma massa de membros obedientes ao secretariado. Por outro lado, alguns historiadores, ainda que reconheçam em parte o afirmado por esse primeiro grupo, também destacam o fato dessa filiação cumprir o papel de aproximar o partido da classe trabalhadora.

No verão daquele ano, é possível identificar o início de uma cisão dentro do triunvirato que havia derrotado Trotsky e a oposição. Ainda assim essa divisão não era explícita e o grupo ainda se mantinha unido pela oposição a Trotsky.

Sintomático desse período foi a reação por parte dos triúnviros à publicação por Trotsky de um panfleto em homenagem à Lênin. O texto tratava basicamente da relação entre Lênin e Trotsky, destacando sua proximidade e colocando o debate de ideias entre os dois dentro de um campo de igualdade, bastante destoante do tom geral de glorificação de Lênin adotado pelo restante da liderança. O texto foi duramente criticado e Trotsky foi acusado de querer se igualar a Lênin. Nesse contexto as decisões do *Politburo* passaram a ser tomadas por uma instância informal paralela, a qual excluía Trotsky.

¹⁰⁶ “...party becomes Strong by purging itself of opportunist elements.”

As polêmicas se aquecem ainda mais a partir da publicação do texto “Lições de Outubro” (TROTSKY, 1979) de Trotsky, no outono de 1924, o qual figurava como introdução para uma coletânea de seus textos de 1917 - alguns autores (DEUTSCHER, 1968; BROUE, 1973) chegam a apontar essa publicação como fornecedora de um novo fôlego à unidade do triunvirato. Nesse texto, ao abordar a derrota da revolução alemã, Trotsky retoma divergências existentes em 1917, destacando o papel vacilante de Zinoviev e Kamenev frente ao plano de tomada de poder em outubro – e teria sido esse mesmo tipo de resistência a causa da derrota alemã.

A narrativa toda do texto destaca a necessidade de aprender com a revolução de outubro e de não repetir os erros que mesmo experientes dirigentes bolcheviques – sempre se referindo a Kamenev e Zinoviev que são praticamente os únicos citados nominalmente no texto – cometeram em 1917. Apesar de dizer que não procurava usar esses episódios contra Zinoviev e Kamenev, seus erros ganham muito destaque:

“Não só Zinoviev e eu” declara -, “mas também uma série de camaradas, reputamos de inadmissível; de acto funesto para o proletariado e a revolução, tomar a iniciativa da insurreição armada nesta altura, com a actual correlação de forças, independentemente do Congresso dos soviets e a alguns dias da sua convocação”. Já dissemos, mas voltamos a dizer: o estudo das nossas divergências não pode nem deve ser considerado, de maneira nenhuma, como dirigido contra os camaradas que defenderam então uma política errada. Mas, por outro lado, seria inadmissível riscar o capítulo mais importante da história do Partido, só porque todos os seus membros não andavam então a par da revolução do proletariado. (TROTSKY, 1979)

Essa publicação abre um período de ataques ainda mais duros à Trotsky – diversos desses artigos, embora não os únicos, publicados no *Pravda* sob o título de *Trotskismo ou Leninismo?*. Kamenev fez uma série de discursos a partir de novembro de 1924, onde apontava os erros de Trotsky: (i) a sua política no debate sobre Brest-Litovsk era uma subestimação do papel do campesinato, travestido de retórica revolucionária; (ii) sua linha na questão dos sindicatos teria sido uma tentativa de aprofundar o comunismo de guerra frente à resistência camponesa; (iii) a insistência de Trotsky sobre o planejamento teria como objetivo a instituição de uma ditadura da indústria; e (iv) sua denúncia em 1923 da direção do partido e da burocracia partidária teriam sido devido a subestimação das condições de realização do socialismo em um país camponês. Concluía, então, declarando a incompatibilidade entre trotskismo e leninismo.

Stálin também se pronuncia nesse debate, e sai em defesa de Zinoviev e Kamenev. No exercício dessa defesa, ele também constrói uma nova narrativa sobre outubro, na qual o papel de Trotsky não teria sido mais destacado do que de outros militantes, não sendo especialmente importante (PRADO, 2017). É a primeira vez em que há uma manipulação direta da história da

revolução dentro da disputa pelo poder, tendência que se aprofundará com o passar dos anos. Segundo Stálin o trotskismo seria composto pela ideia da revolução permanente, ou seja, a revolução sem levar em conta o campesinato pobre como uma força revolucionária. Além disso, o trotskismo não teria fé na essência do bolchevismo partidário, em seu caráter monolítico. A terceira característica do trotskismo seria falta de fé nos líderes do bolchevismo, em especial em Lênin.

Zinoviev também escreveu um artigo nessa polêmica, embora dentre os líderes do *Politburo* tenha sido o menos destacado a intervir nas discussões. Seu artigo, publicado em 30 de novembro de 1924 no *Pravda* sob o título de *Bolchevismo ou Trotskismo*, se dedica mais a se defender do que a atacar Trotsky. Outros textos foram escritos por Safarov, Kviring, Molotov, Krupskaya e Gusev. Os artigos foram posteriormente reunidos em um volume chamado *For Leninism* em janeiro de 1925. Esse debate ficou conhecido como o debate literário. Destacado texto produzido também foi o *A new Discovery in soviet economics, or how to destroy the worker peasant-bloc* (BUKHARIN, 1995b), texto publicado por Bukhárin, no qual ele procura associar Trotsky e a teoria da acumulação socialista primitiva de Preobrazhensky e caracterizá-los ambos como inimigos do campesinato. Por fim é também no curso dessa polêmica que Stálin publica o texto *The October Revolution and the Tactics of the Russian Communists* (STALIN, 1995d), em 20 de dezembro de 1924, o qual contém a primeira formulação mais explícita da teoria do socialismo em um só país.

Ali Stálin caracterizava as especificidades da Revolução Russa como sendo:

Em primeiro lugar, o fato de que a ditadura do proletariado nasceu em nosso país como um poder que surgiu com base em uma aliança entre o proletariado e as massas trabalhadoras do campesinato, sendo este último liderado pelo proletariado. Em segundo lugar, o fato de que a ditadura do proletariado se estabeleceu em nosso país como resultado da vitória do socialismo em um só país - um país em que o capitalismo estava pouco desenvolvido - enquanto o capitalismo era preservado em outros países onde o capitalismo estava mais desenvolvido. ... (STALIN, 1995d, p.278)¹⁰⁷

A caracterização é que a revolução foi feita com a concepção do socialismo em um só país desde o seu início, já que essa teoria teria sido desenvolvida por Lênin – um desdobramento de sua lógica de análise a partir do desenvolvimento desigual e combinado, segundo Stálin. Ao opor a teoria da revolução permanente ao socialismo em um só país, Stálin a aproxima do

¹⁰⁷ “Firstly, the fact that the dictatorship of the proletariat was born in our country as a power which came into existence on the basis of an alliance between the proletariat and the laboring masses of the peasantry, the latter being led by the proletariat. Secondly, the fact that the dictatorship of the proletariat became established in our country as a result of the victory of socialism in one country – a country in which capitalism was little developed – while capitalism was preserved in other countries where capitalism was more highly developed...”

menchevismo e expande sua argumentação quando comparado ao texto “Fundamentos do Leninismo”. Naquele texto o autor questionava a teoria de Trotsky principalmente pelo viés da desvalorização do campesinato. Aqui, contudo:

Até agora, apenas um aspecto da teoria da "revolução permanente" geralmente tem sido notado - falta de fé nas potencialidades revolucionárias do movimento camponês. Agora, para ser justo, isso deve ser complementado por outro aspecto: a falta de fé na força e capacidade do proletariado russo. (STALIN, 1995d, p. 282)¹⁰⁸

Ele mantém, ainda, o vínculo com a revolução internacional, situando a revolução russa como impulsionadora da revolução mundial, mas não enquanto dependente dela.

Nesse período diversas instâncias de base de Moscou que tinham alguma influência de Trotsky ou da oposição passam a ser controladas pelo triunvirato, em especial por Stálin. O *Pravda* publica seguidamente resoluções de instâncias diversas do partido condenando Trotsky e moções do tipo também são aprovadas pelos PCs de outros países.

É nesse período, também, publicada uma carta de Trotsky para Chkheidze datada de 1913 na qual ele expressava críticas extremamente duras à Lénin no contexto do debate da época. Dentro do já mencionado esforço de canonização do líder soviético, a apresentação de uma carta com dissidências pouco corteses o colocava dentro de um campo ainda menos confortável frente a opinião geral.

No dia 15 de janeiro, Trotsky envia uma carta (1995c) ao Comitê Central com o objetivo de auxiliar o debate sobre ele próprio que constava na pauta da próxima reunião daquele fórum. Nessa carta ele primeiramente afirma que não iria responder às acusações de querer assumir o posto de Lénin por que qualquer afirmação sua seria utilizada somente para aumentar ainda mais a polêmica, independentemente de seu conteúdo.

Contudo, recusa as acusações de menosprezar o campesinato e de ter uma visão pessimista das perspectivas da revolução na Rússia frente ao cenário internacional. Ele propõe sua saída do comissariado de guerra, a qual é aceita, bem como se coloca à disposição para qualquer tarefa que o partido lhe designe.

Nessa ocasião, Zinoviev chegou a propor a sua expulsão do *Politburo*, a qual, contudo, não foi aprovada – Stálin esteve dentre aqueles que se opuseram à tal ação. A resolução aprovada na reunião do Comitê Central ocorrido dois dias depois da ocasião, contudo, é

¹⁰⁸ Hitherto only one aspect of the theory of “permanent revolution” has usually been noted – lack of Faith in the revolutionary potentialities of the peasant movement. Now, in fairness, this must be supplemented by another aspect – lack of Faith in the strength and capacity of the Russian proletariat.

extremamente dura, criticando a carta de Trotsky e enumerando detalhadamente todos os erros de Trotsky desde a revolução de 1917, dando especial ênfase a suas divergências com Lênin.

Todas as ações do camarada Trotsky contra a política geral do partido de 1918 a 1924 tiveram, em última análise, sua fonte no fracasso semi-menchevique em compreender o papel do proletariado nas relações com as seções não proletárias e semi-proletárias da classe trabalhadora, na minimização do papel do Partido na Revolução e na construção socialista e na incapacidade de entender que o Partido Bolchevique só pode cumprir sua missão histórica se for realmente unânime em opiniões e caráter monolítico. (WADE, 1995 p.293)¹⁰⁹

A resolução também o adverte para que atente à disciplina partidária e afirma que caso ele não altere sua atitude será excluído do *Politburo* e até mesmo do Comitê Central. A proposta de sua saída do comissariado de guerra é aceita e encaminha-se a existência de propaganda sobre o caráter anti-bolchevique do trotskismo. “O trotskismo era uma falsificação do comunismo no espírito de uma aproximação aos padrões "europeus" de *pseudo-marxismo*, ou seja, em última instância, no espírito da "socialdemocracia" europeia”. (WADE, 1995, 292).¹¹⁰

Há, também, uma ênfase sobre o discurso da unidade do partido, tema que ganha espaço crescente na retórica da liderança do partido bolchevique.

Na XIV Conferência do Partido, ocorrida entre 27 e 29 de abril de 1925, Stálin propôs uma resolução que continha a noção de socialismo em um só país em seu teor, partindo do reconhecimento da estabilização do capitalismo e, portanto, da necessidade do socialismo em um só país.

Zinoviev e Kamenev, contudo, teceram críticas que apontavam uma limitação técnica do desenvolvimento de uma economia socialista na URSS isolada – mas não desejavam romper por completo sua aliança. Dessa forma, foi aprovada na conferência uma resolução menos acentuada, mas que no limite defendia o socialismo em um só país. A lógica aqui foi de inserir o socialismo em um só país dentro de uma tradição da narrativa da NEP, não enquanto um retrocesso, mas enquanto uma etapa do desenvolvimento nacional do socialismo.

É também nesse período que Eastman publica nos EUA seu livro *Since Lenin died*, no qual ele trata dos diversos problemas dentro do partido bolchevique, da perseguição à Trotsky e menciona o conteúdo do testamento de Lênin. Trotsky é pressionado a negar a veracidade da

¹⁰⁹ “All the actions of Comrade Trotsky against the general party policy from 1918 to 1924 ultimately had their source in the semi-Menshevik failure to understand the role of the proletariat in relations to the non-proletarian and semi-proletarian sections of the working class, in minimizing the role of the Party in the Revolution and in socialist construction, and the failure to understand that the Bolshevik Party can fulfil its historic mission only if it is really unanimous in opinions and monolithic in character”.

¹¹⁰ “Trotskyism was a falsification of communism in the spirit of an approximation to ‘European’ patterns of pseudo-Marxism, i.e. in the last resort, in the spirit of ‘European’ social-democracy.”

narração de Eastman em nome da defesa da URSS e da unidade do partido e o faz através de uma carta sobre o assunto (TROTSKY, 1995a).

Vê-se que ao longo desse período, ainda que a oposição não estivesse atuando de forma organizada, os métodos de ataque e repressão a potenciais opositores vão se refinando – como a referência às divergências históricas do partido e mesmo a falsificação da história. Esses elementos aumentam o corpo das críticas sobre democracia e burocratização que se construíram no período posterior. Além disso, desenvolve-se a teoria do socialismo em um só país, que também será um elemento importante de crítica da oposição.

3.8. O fim do triunvirato

Após a XIV Conferência, Stálin consegue situar cada vez mais espaços sob seu controle – processo que já havia se iniciado com o XIII Congresso do PC, quando o Comitê Central foi aumentado, dando abertura para a entrada de diversos nomes desconhecidos e sob o controle de Stálin, o que também ocorreu com a Comissão Central de Controle (DANIELS, 1988).

Ainda que Zinoviev tivesse até o fim de 1924 focado na oposição à Trotsky, sem se preocupar com Stálin, este já vinha dando sinais de crítica sutis à Zinoviev e Kamenev em 1924 e a partir do outono daquele ano começa a tomar medidas organizacionais focadas em combater Zinoviev, que lhe garantem um controle ainda maior sobre a máquina do partido em Moscou.

A tensão entre os triúnviros se aprofundou e ganhou contornos de uma disputa entre Moscou, dominada por Stálin, e Leningrado, sob influência principalmente de Zinoviev. Essa busca por apoio em Leningrado, contudo, também tem um impacto sobre a política de Zinoviev e Kamenev, visto que o triunvirato até então havia se mantido unido sob uma plataforma pró-camponês, em geral, e o partido em Leningrado era de composição majoritariamente operária.

Em cinco de setembro de 1925 Zinoviev, Kamenev, Krupskaya e Sokolnikov lançam a Plataforma dos Quatro, que trazia questões relacionadas à política econômica, especialmente em relação à questão camponesa e à democracia, demandando debates pré-congressuais livres. Há uma unidade também na oposição ao domínio de Stálin. Ataques a Stálin também podem ser identificados no artigo de Zinoviev “Filosofia de uma Época” e em seu livro “Leninismo”.

Às vésperas do XIV Congresso, que se iniciou em 18 de setembro de 1925, Stálin ofereceu uma proposta de acordo à oposição: as visões da maioria seriam aceitas como oficiais; os membros do *Politburo* não se atacariam no congresso; os erros mais profundos dos zinovievistas seriam condenados; a maioria dos postos de direção de Leningrado seria alterada

e o editor do *Pravda* de Leningrado seria substituído. Por outro lado uma cadeira do secretariado seria concedida à um representante de Leningrado e também teriam um componente no conselho editorial do *Pravda*. A proposta foi vista como uma afronta pela oposição. Assim, Zinoviev anunciou a divisão no congresso, ao apresentar um relatório de minoria em oposição ao relatório político principal do *Politburo*, apresentado por Stálin em um discurso de cinco horas de duração.

Em seu discurso (WADE, 1995, p.329-369), Zinoviev apontou os pontos principais de defesa da oposição. Tratou das dificuldades de construir o socialismo em um país atrasado de maioria camponesa, bem como de formar uma direção coletiva após a morte de Lênin – ele chega a defender a volta dos grupos excluídos do partido anteriormente para que trabalhassem sob a direção do Comitê Central.

No que diz respeito à relação com o campesinato, ele criticou a noção de que a NEP seria sinônimo de socialismo, o que considerava uma falta de fé na possibilidade de construção do socialismo – acusação que também aparece do outro lado do debate, quando Bukhárin toma a palavra (WADE, 1995, p. 348). Zinoviev afirma ser a favor do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, conforme as resoluções aprovadas na XIV Conferência do Partido, as quais seriam parte de um recuo geral representado pela NEP, mas um recuo necessário para a continuidade do desenvolvimento.

A esse recuo necessário, Zinoviev opõe a política da direção na figura de Bukhárin, citando a célebre frase que conclamava os camponeses a enriquecer. Além disso, também afirmou a necessidade de construção do socialismo em um nível internacional, mantendo um tom de resposta às críticas que sofria de pessimismo em relação as possibilidades de construção do socialismo na URSS. “Não lançamos dúvidas sobre a possibilidade do desenvolvimento socialista da União Soviética, já que os pré-requisitos econômicos e políticos existem, mas a realização final do socialismo só é possível a nível internacional.” (WADE, 1995, p. 343)¹¹¹

Kamenev seguiu na mesma linha em sua fala, apontando a NEP como fonte de fortalecimento não somente dos elementos socialistas, mas também dos capitalistas no campo e na cidade (WADE, 1995, p.351). Além disso, também defendeu fortemente o direito da oposição de expressar suas posições perante o partido, criticando duramente a concentração de poder nas mãos de Stálin:

¹¹¹ “We throw no doubts whatever upon the possibility of the socialist development of the Soviet Union, since the economic and political prerequisites exist, but the final realization of socialism is only possible on an international scale”.

Estamos contra a criação de uma teoria do "Chefe" contra o estabelecimento de um "Chefe". Estamos contra o Secretariado, que, na prática, combinou política e organização, posicionando-se acima do órgão político. (...) Não podemos considerá-lo normal, mas acho isso prejudicial para o partido, se tal situação for prosseguida, onde o Secretariado combina a política e a organização e, de fato, a política pré-dictaminista. (...) Cheguei à convicção de que o camarada Stalin não pode cumprir o papel de unificador dos bolcheviques. (KAMENEV, 1993a, p.146)¹¹²

Em seu discurso de fechamento do debate, Stálin acusa Zinoviev de menosprezar o camponês médio e ir, portanto, contra Lenin. Além disso, coloca abertamente a possibilidade de uma eventual expulsão da oposição:

Estamos contra a política de expulsão; é uma abominação para nós. Mas isso não deve significar que os líderes terão permissão para hesitar de forma irrestrita. O partido quer a unidade, e irá alcançá-la, com Kamenev e Zinoviev, se eles quiserem, e sem Kamenev e Zinoviev, se eles não quiserem. (WADE, 1995, p.362)

Ao longo de todo o debate a Oposição de 1923 e Trotsky não intervieram, mesmo quando as defesas da atual oposição confluíam com as críticas que eles haviam feito anteriormente. O único momento em que Trotsky se pronunciou foi para reagir contra as alterações no quadro editorial do *Pravda* de Leningrado.

As resoluções aprovadas no congresso foram aquelas propostas pela direção e incluíram uma outra direcionada ao partido em Leningrado, na qual se dizia que a representação enviada ao congresso por aquela cidade não teria representado as posições locais, procurando isolar a direção e os delegados da base de Leningrado.

Após o congresso, em janeiro de 1926, foi enviada uma carta (CUMMINS, 1998) para todas as seções da Internacional Comunista com o objetivo de explicar as resoluções aprovadas no XIV Congresso e combater a oposição constituída por Zinoviev, uma vez que este gozava de prestígio perante a Internacional. Sua ênfase caiu sobre o sucesso da NEP, seu caráter de desenvolvimento do socialismo, bem como sobre a possibilidade do desenvolvimento do socialismo em um só país.

Ainda que pontos relacionados à industrialização tenham sido aprovados, a política geral do congresso ainda era a da direita do partido, protagonizada por Bukhárin, de defesa da relação com o campesinato e de uma transição lenta e gradual. “Qualquer subestimação do camponês médio leva objetivamente ao enfraquecimento da ditadura do proletariado”

¹¹² “We are against creating a theory of the "Chief" we are against establishing a "Chief" We are against the Secretariat, which has in practice combined both policy and organization, standing over the political organ. (...) We cannot consider it normal but think it harmful to the party, if such a situation is continued where the Secretariat combines both policy and organization, and in fact predecides policy. (...) I have arrived at the conviction that Comrade Stalin cannot fulfill the role of unifier of the Bolsheviks”.

(DANIES, 1988, p. 262)¹¹³ Além disso, prevaleceu no congresso a defesa da doutrina do socialismo em um só país, e foi decretada a luta contra todos aqueles que não tivessem crença nesse rumo.

Ao término do congresso, a oposição foi completamente derrotada: a votação foi 559 a favor do relatório do *Politburo* contra 65 a favor do relatório alternativo da oposição. Mais do que uma derrota referente à política geral do congresso, isso representou uma derrota sobre o controle do partido em Leningrado. A liderança local foi substituída, tendo até mesmo Zinoviev sido retirado da presidência do comitê executivo do *soviet* de Petrogrado – posição que ocupava desde 1917. Também foram retirados os opositoristas de todos os postos de liderança do partido.

3.8. A Oposição Unificada

Em abril de 1926, Stálin fez um discurso em uma reunião da liderança do partido em Leningrado (1998a), no qual ele expôs o início de uma segunda etapa da NEP, que seria caracterizada pela industrialização.

A primeira fase da NEP teria sido uma preparação para essa segunda, se dedicando à agricultura, dando as bases para a possibilidade de desenvolvimento da indústria, através do desenvolvimento do mercado interno e de uma produção de matérias primas agrícolas para a indústria e para consumo dos trabalhadores. Identifica-se uma mudança do posicionamento de Stálin não só na sua crescente ênfase sobre a industrialização, mas inclusive sobre o caráter dessa industrialização, com uma ênfase maior sobre a indústria pesada. “Daqui resulta que a industrialização deve ser entendida, acima de tudo, como o desenvolvimento da indústria pesada em nosso país, e especialmente de nossa própria indústria de construção de máquinas, que é o principal eixo da indústria em geral”. (*ibidem*, p. 15)¹¹⁴

Stálin abordou, então, as formas a partir das quais se poderia acumular o suficiente para garantir o desenvolvimento da indústria. Rejeitando os métodos utilizados pelo capitalismo, como o colonialismo, e o auxílio estrangeiro através de empréstimos, que fariam da URSS dependente do imperialismo, ele defendeu que esse acúmulo deveria vir da própria poupança dentro da URSS.

¹¹³ Any underestimation of the middle peasant objectively leads to the undermining of the proletarian dictatorship.

¹¹⁴ “It follows from this that industrialism is to be understood above all as the development of heavy industry in our country, and especially of our own machine-building industry, which is the principal nerve of industry in general”.

Ele cita alguns possíveis métodos de efetivar essa poupança, como o crédito, o esforço para reduzir o excedente da esfera privada, reservas da indústria e do Estado em geral bem como a taxação dos mais ricos. Destaca a necessidade do planejamento e da diminuição do aparato como forma de deixá-lo mais barato.

Essas defesas têm uma clara semelhança com o programa defendido tanto pela Oposição de 23 quanto pela Oposição de Zinoviev e Kamenev. Em especial, diversas das propostas colocadas estão dentro e pontos apresentados por Preobrazhensky em seus textos econômicos.

É importante frisar, contudo, que nesse momento Stálin não faz ainda defesas no teor que fará mais para o final da década de 20 e início da década de 30, quando ocorreu a coletivização forçada da agricultura e a industrialização acelerada na URSS.

Outra ressalva importante de ser colocada pontualmente aqui, mas que será melhor desenvolvida no fim desse capítulo, diz respeito à não articulação dessas propostas com um processo de revolução mundial nem de democratização – pontos presentes nas formulações da Oposição. Mesmo que se focasse, entretanto, naquilo que há de comum entre as propostas, seria possível reconhecer em Stálin naquele momento um esforço de diferenciação desses setores, trazendo argumentos presentes na polêmica entre Preobrazhensky e Bukhárin, sobre a relação entre o campesinato e o proletariado, acusando a oposição de defender a exploração dos camponeses – lembrando que a polêmica entre Preobrazhensky e Bukhárin sobre os termos exploração e colônia especificamente se desenvolveu entre 1924 e 1926, mesmo período desse discurso de Stálin.

Há pessoas no Partido que consideram a massa trabalhadora do campesinato como um corpo estranho, como um objeto de exploração para a indústria, como algo da natureza de uma colônia para nossa indústria. São pessoas perigosas, camaradas. Para a classe trabalhadora, o campesinato não pode ser um objeto de exploração nem uma colônia. A economia camponesa é um mercado para a indústria, assim como a indústria é um mercado para a economia camponesa. (...) Portanto, não podemos concordar com os camaradas que de vez em quando pedem que se exerça uma maior pressão sobre o campesinato sob a forma de aumento excessivo da tributação, preços mais altos de produtos manufaturados, e assim por diante. Não podemos concordar com eles porque, sem que eles estejam conscientes disso, eles minam a aliança da classe trabalhadora e do campesinato e enfraquecem os alicerces da ditadura do proletariado. (STALIN, 1998^a, p22-23)¹¹⁵

¹¹⁵ “There are people in the Party who look upon the laboring mass of the peasantry as a foreign body, as an object of exploitation for industry, as something in the nature of a colony for our industry. These are dangerous people, comrades. For the working class, the peasantry can neither be an object of exploitation nor a colony. Peasant economy is a Market for industry, just as industry is a Market for peasant economy. (...) Hence we cannot agree with those comrades who every now and then urge that greater pressure should be exerted on the peasantry in the shape of excessive increases of taxation, higher prices of manufactured goods, and so on. We cannot agree with them because, without themselves being aware of it, they undermine the alliance of the working class and peasantry and shake the foundation of the dictatorship of the proletariat”.

Após sua derrota, a oposição zinovievista se volta para uma aliança com Trotsky em abril de 1926. Apesar da confluência em diversos pontos programáticos a que chegaram, o estabelecimento dessa aliança não era algo dado.

Dos opositores de 1923, Radek defendia que se formasse um bloco com Stálin, Serebriakov via com simpatia um bloco com Zinoviev e Mrachkovsky se opunha a ambas as coalisões. Ao longo das negociações venceu a posição de estabelecer uma unidade com os zinovievistas, visto o perigo oferecido por Stálin. Para efetivar tal unidade, os zinovievistas admitiam que haviam contribuído para a fabricação do “trotskismo” durante as polêmicas de 23 e 24 e que a oposição de 23 tinha razão em diversos pontos. Por outro lado, Trotsky se absteria de defender a teoria da revolução permanente em nome da oposição.

Ao longo do verão de 1926, a oposição unificada se organiza e procura adeptos de forma mais ou menos clandestina. Composta por de 4 a 8 mil militantes, em um universo de um partido com 750 mil, possuía membros engajados na luta prática e em frentes importantes do partido – majoritariamente membros da velha guarda e jovens. Ainda assim, a liderança do partido garantia sua maioria não pelo número de pessoas contadas individualmente, mas pelo seu controle sobre o aparato partidário.

A Oposição Unificada proclamou sua existência oficialmente pela primeira vez em uma reunião do Comitê Central em 14 de julho de 1926, com a Declaração dos Treze (CUMMINS, 1998, p.49-53). A declaração da oposição propunha defender os interesses dos trabalhadores contra os *kulaks*, *nepmen* e burocracia e a melhoria dos salários industriais como condição para aumento da produtividade.

Também propunham uma reforma fiscal, ou seja, que a burguesia da NEP pagasse impostos mais altos sobre seus lucros e que no campo houvesse uma diferenciação da taxa para o *kulaks* – se falava sobre um aumento da taxa em 50% ou da instituição de empréstimos compulsórios - e que os mais pobres fossem isentos.

A coletivização do campo era outro ponto, embora seja importante ressaltar que não deveria ser forçada, nem total, não havendo referência à eliminação do *kulak* enquanto classe, como aparecerá no discurso da liderança no fim da década de 20. O aumento do ritmo da industrialização também fazia parte do programa, que considerava as resoluções do XIV Congresso insuficientes nesse sentido, embora essa defesa fosse sempre combinada com a defesa do internacionalismo, ou seja, não apontava a saída do desenvolvimento da URSS como suficiente por si só. “O socialismo será vitorioso no nosso país em conexão direta com a

revolução do proletariado europeu e mundial e com a luta do Oriente contra o jugo imperialista ...” (CUMMINS, 1998, p.52)¹¹⁶

Outra questão era a ligação da pauta econômica com a política, sendo apontado que a industrialização e o desenvolvimento econômico em geral deveriam ser controlados pelos trabalhadores: “Em uma economia socialista em construção, a condição fundamental para os gastos econômicos dos recursos da nação é o controle vigilante das massas, sobretudo pelos trabalhadores nas fábricas e plantas”. (CUMMINS, 1998, p.52)¹¹⁷ Daí deriva também a crítica à burocratização, que é responsável pelo fato de os trabalhadores não se identificarem com o partido e suas políticas.

Assim, defendem uma abertura democrática do partido, para que os indivíduos possam expressar suas opiniões livremente – e citam Lênin para corroborar suas defesas. “Somente com base na democracia partidária é possível uma liderança saudável e coletiva. Não há outro caminho”. (CUMMINS, 1998, p. 52)¹¹⁸

Nos meses que seguiram, alguns eventos internacionais tiveram influência sobre a disputa em curso. Em maio de 1926 houve um golpe militar na Polônia orquestrado por um setor simpático ao *Comintern*.

A greve geral no Reino Unido fracassou em maio de 1926 – um golpe sobre a política de frente unificada exercida a partir da relação com o *Anglo Russian Trade Union Committee*.

Trotsky se utiliza desses eventos, sobre os quais ele havia defendido posições distintas da maioria, para criticar a ação da mesma. Posteriormente, também a questão chinesa dará força à oposição.

A oposição teve de se organizar de forma conspirativa, utilizando técnicas usadas pela luta clandestina dos revolucionários no período do czarismo. Uma dessas reuniões clandestinas, realizada em um bosque e contando com a presença do deputado do comissariado de guerra Lashevick foi descoberta pelo partido e posteriormente utilizada como elemento para afirmar a sua ação fracional.

Em julho de 1926 ocorre uma reunião do Comitê Central, no qual a oposição é caracterizada enquanto um desvio pequeno burguês e é acusada de estar promovendo atividades fracionais – acusações sustentadas sobre a declaração dos 13 e sobre a reunião clandestina de que Lashevick participara. Nessa reunião Lashevick foi expulso do Comitê Central e Zinoviev

¹¹⁶ “Socialism will be victorious in our country in direct connection with the revolution of the European and world proletariat and with the struggle of the East against the Imperialist yoke...”

¹¹⁷ “In a Socialist Economy which is under construction, the fundamental condition for economic expenditure of the nation’s resources is vigilant control by the masses, above all by the workers in the factories and plants”.

¹¹⁸ “Only on the foundation of party democracy is healthy, collective leadership possible. There is no other path.”

do *Politburo*, embora Trotsky tenha permanecido – talvez uma manobra da direção para tentar dividi-los.

Em setembro de 1926, durante a preparação da XV Conferência do partido, a oposição decide levar a disputa sobre a linha partidária para as bases do partido – participando de diversos debates em células de base. São repreendidos pela liderança e tem dificuldade em levar os debates frente aos agitadores enviados pela maioria para atrapalhar através de gritos e xingamentos.

Naquele momento, a oposição se encontrava em uma encruzilhada onde, por não acreditar na necessidade de um novo partido, estava impedida de buscar apoio fora dele, mas que tampouco lhe era autorizado buscar apoio dentro dele pela supressão da democracia (DEUTSCHER, 1968).

Dessa forma, em outubro de 1926, é estabelecida uma trégua nos debates. A oposição publicou um texto no *Pravda* no qual afirma que estava se desmobilizando, pois não desejariam a construção de um novo partido, mas que seguiriam construindo a oposição dentro do Comitê Central.

Cada um de nós compromete-se a defender suas concepções apenas na maneira estabelecida pelos estatutos e pelas decisões do Congresso e do comitê central do nosso partido, já que estamos convencidos de que tudo o que for justo em tais concepções será adotado pelo partido no curso do seu trabalho futuro. (BROUÉ, 1973, p.323)¹¹⁹

Essa trégua, contudo, não dura muito, pois uma semana depois Stálin traz ao *Politburo* uma proposta de relatório a ser submetido à XV Conferência, o qual definia a oposição como um desvio socialdemocrata e demandava que seus membros se retratassem perante suas posições. É provável que essa ofensiva de Stálin tenha sido uma reação à publicação literal por Max Eastmann do testamento de Lenin no exterior, ocorrida nesse período.

É nessa reunião que Trotsky chama Stálin de “coveiro da revolução” – frase que depois ficou célebre e que segundo outros membros do *Politburo* nunca seria perdoada por Stálin. Em reunião do Comitê Central entre 23 e 26 de outubro, Trotsky e Kamenev foram expulsos do *Politburo* e Zinoviev foi substituído por Bukhárin na presidência da internacional comunista.

Durante a XV Conferência, ocorrida entre o fim de outubro e o início de novembro de 1926, os debates seguiram e um novo baque sobre a oposição foi a ruptura de Krupskaya com

¹¹⁹ “Cada uno de nosotros se compromete a defender sus concepciones únicamente en la forma fijada por los estatutos y por las decisiones del Congreso y del comité central de nuestro partido pues estamos persuadidos de que todo cuanto sea justo en tales concepciones será adoptado por el partido en el curso de su trabajo futuro”.

o grupo, anunciada nesse fórum. A oposição foi novamente condenada como um desvio social-democrata que “só pode destruir a unidade do partido, enfraquecer a ditadura do proletariado e deixar o campo livre para todas as forças anti-proletárias que, dentro do país, tentam enfraquecer e derrubar a ditadura (BROUE, 1973, p. 330)¹²⁰.

É notável a citação do nome de Preobrazhensky em diversos discursos proferidos na conferência, como o de Rykov (CUMMINS, 1998, p.68-131), sempre sendo apontado como uma referência da formulação teórica da oposição. Essas referências vêm com a caracterização de uma política equivocada em relação ao campesinato, o qual buscaria explorar como uma colônia – termos presentes na polêmica já apresentada entre Bukhárin e Preobrazhensky. “Esta plataforma, que é fundamentalmente falsa e, no que diz respeito às relações entre o proletariado e o campesinato, é anti-leninista, ameaça destruir o alívio entre os trabalhadores e os camponeses.” (CUMMINS, 1998, p. 99)¹²¹

A oposição responde negando os rótulos utilizados pela liderança do partido para caracterizá-los e centra sua crítica, como se vê nos discursos de Kamenev e Zinoviev (CUMMINS, 1998, p. 68-131), principalmente sobre a figura de Bukhárin e a questão do *kulak*, defendendo uma coletivização gradual da agricultura. Seus discursos foram interrompidos diversas vezes pelo público e Zinoviev nem mesmo conseguiu concluir sua fala. Em suas intervenções, também criticaram a teoria do socialismo em um só país: “A teoria da revolução proletária internacional, cujas bases foram colocadas por Marx e Engels e elaboradas por Lênin, continua sendo nossa bandeira. A vitória final do socialismo em um país é impossível.” (CUMMINS, 1998, p.124)¹²²

Em oposição, Stálin afirma a autoria de Lênin da teoria do socialismo em um só país: “É preciso reconhecer, camaradas, que foi Lenin e nenhum outro que por primeiro estabeleceu a prova da possibilidade da vitória do socialismo em um só país” (STALIN, 1993a, p.156)¹²³. Essa conferência dá a tônica do que seriam os debates na sequência, da dureza empregada pela direção e do caráter que teria o XV Congresso do partido.

Em abril de 1927, a questão chinesa traz um debate importante para a oposição. Nessa ocasião, Chiang Kai-Shek dá um golpe e massacra os seus aliados comunistas em Shangai. A

¹²⁰ “solo puede destruir la unidad del partido, debilitar la dictadura de proletariado y dejar el campo libre a todas aquellas fuerzas anti-proletarias que, dentro del país, intentan debilitar y derribar la dictadura”.

¹²¹ “This platform which is fundamentally false and, with regard to the relations between the proletariat and the peasantry, is anti-Leninist, threatens to destroy the alliance between the workers and peasants”.

¹²² “The theory of the international proletarian revolution, whose foundations were laid by Marx and Engels and elaborated by Lenin, remains our banner. The final victory of socialism in one country is impossible”.

¹²³ “One must recognize, comrades, that it was Lenin and no other who first of all established the proof of the possibility of the victory of socialism in one country alone.”

liderança do partido tinha defendido a aliança com Chiang Kai-Shek e a permanência no Kuomintang, enquanto a oposição já vinha há algum tempo defendendo a ruptura com esse setor.

No dia 9 de maio de 1927, Zinoviev criticou a política da liderança sobre a China em uma reunião que não era estritamente interna ao partido, o que leva a liderança a fazer duros ataques a ele.

A oposição, então, lança a Declaração dos 84, no dia 25 de maio, que continha solidariedade à Zinoviev e uma dura crítica à liderança. Após essa declaração, uma série de opositoristas foi enviada para missões no exterior, incluindo Preobrazhensky, que foi enviado para Paris.

Também é em maio que a Inglaterra rompe relações diplomáticas com a URSS, o que traz um clima de medo sobre a possibilidade de uma guerra – fato que é utilizado pela liderança para combater ainda mais brutalmente as iniciativas “fracionais” da oposição em um momento em que se requeria unidade máxima.

O que, depois de tudo isso, deve ser dito sobre nossa azarada oposição em conexões com seus últimos ataques contra nosso Partido diante da ameaça de uma nova guerra? O que deve ser dito sobre o fato de que essa oposição encontrou a ameaça de guerra uma ocasião apropriada para intensificar seus ataques contra o partido? (CUMMINS, 1998, p. 214)¹²⁴

Somou-se aos argumentos de combate à oposição o fato de que a despedida de Smilga, opositorista transferido para o leste da URSS, ocorrida em junho na estação de trem de Moscou, acabou se tornando um comício da oposição, onde Trotsky deu um discurso. Além disso, em uma reunião do Comitê Central Trotsky fez uma alusão à revolução francesa, citando a declaração de Clemenceau, o que foi interpretado pela liderança como uma ameaça de golpe militar – Stálin falava de uma frente de Trotsky à Chamberlain.

Tudo isso leva à aprovação de uma resolução de reprimenda à Trotsky e Zinoviev em 9 de agosto de 1927 (CUMMINS, 1998, p.231-236), na qual há uma sistematização dos ataques à unidade dos partidos proferidos pelas duas figuras, bem como uma ameaça de expulsão caso não abandonassem sua postura fracional.

Em setembro de 1927, a oposição preparou uma nova plataforma a ser apresentada no XV Congresso. Essa plataforma continha uma caracterização geral da situação da URSS então, apontando o perigo do crescimento do número de *kulaks*, burocratas e *nepmen* – apontados

¹²⁴ “What, after all this, should be said of four luckless opposition in connections with its latest attacks on our Party in face of the threat of a new war? What should be said of the fact that it, this opposition, has found the war threat an appropriate occasion to intensify its attacks on the party?”

como inimigos centrais da revolução naquele estágio. O desenvolvimento da NEP teria levado a um crescimento do capitalismo no interior da URSS ao mesmo tempo em que as condições de vida do proletariado pioravam.

São apontados, para além da base proletária, o campesinato pobre e médio como aliados para construir o processo de transição em direção ao socialismo, que tem uma dependência sobre o nível de desenvolvimento tecnológico e de produção da indústria para dar condições de que haja uma transição para formas coletivas de produção no campo. Assim, a industrialização aparece também como um meio de garantir a transformação da produção no campo.

A plataforma criticava duramente as políticas da liderança partidária, tanto no que diz respeito à política externa – tocando na questão chinesa e inglesa – quanto interna. Há um destaque importante para a questão democrática. A oposição caracteriza que naquele momento as políticas do partido seriam todas determinadas de cima para baixo sem espaço para a demonstração de discordâncias. Também é criticada a noção do socialismo em um só país, e ainda que a figura de Stálin seja bastante diretamente criticada, há críticas fortes também à Bukhárin.

Essa plataforma congrega novamente argumentos de ordem política, social e econômica de forma articulada, com críticas à liderança, mas também proposições práticas. Apesar do esforço da oposição, o período de discussão pré-congressual foi reduzido dos tradicionais 3 meses para somente um e o *politburo* proibiu a impressão da plataforma da oposição.

Acima de tudo [foi] porque o Comitê central não desejava legalizar a facção de Trotsky e não tinha legitimidade para legalizá-lo, pois não tem direito de legalizar grupos de facções. Lenin disse, na resolução do Décimo Congresso do Partido sobre a unidade, que a saída de "plataformas" é um dos sinais mais importantes de uma luta faccional. Apesar disso, a Oposição elaborou uma "plataforma" e exigiu sua publicação, o que estava em contradição com a resolução do Décimo Congresso do Partido. (DANIELS, 1988, p.312-3)¹²⁵

Quatro dias após essa proibição agentes da GPU encontraram um foco de impressão da plataforma da oposição. Os operadores da gráfica foram presos e Preobrazhensky e Serebriakov foram expulsos do partido enquanto responsáveis pelo fato. No fim de outubro Zinoviev e Trotsky são expulsos do Comitê Central.

¹²⁵ “Above all [it was] because the central Committee did not wish to legalize Trotsky’s faction, and was not entitled to legalize it, as it is altogether not entitled to legalize factional groups. Lenin said, in the resolution of the Tenth Party Congress on unity, that the existence of “platforms” is one of the most important signs of a factional struggle going on. In spite of this, the Opposition worked out a “platform” and demanded its publication, which was in contradiction to the resolution of the Tenth Party Congress”.

A oposição, contudo, ensaia mais uma aparição pública. Eles organizaram uma intervenção dentro das paradas de comemoração da Revolução de Outubro, que ocorreram no dia 7 de novembro de 1927. Ali, os opositores, em Moscou e em Petrogrado, levaram cartazes e fotos dos líderes oposicionistas. Contudo foram duramente reprimidos e mesmo fisicamente atacados¹²⁶.

A oposição consegue cerca de 5 ou 6 mil assinaturas para sua plataforma, mas a entrega com somente algumas centenas, buscando evitar as conseqüentes perseguições políticas que recaíam sobre os signatários. Trotsky e Zinoviev são, finalmente, expulsos do partido no dia 15 de novembro.

no que diz respeito aos camaradas Trotsky e Zinoviev, que são os principais líderes de toda essa atividade antipartidária que está se desenvolvendo claramente em uma atividade anti-soviética e minando a ditadura do proletariado, observando que a demanda categórica dirigida aos camaradas Zinoviev e Trotsky na sessão de novembro de 1927 para interromper imediatamente a organização de reuniões ilegais antipartidárias e renunciar à extensão das discussões dentro do partido além dos limites do partido foi respondida por eles com uma ostentosa saída da sessão do presidium da Central Comissão de Controle e várias horas depois por uma resposta escrita datada de 2 de novembro de 1927, na qual essencialmente rejeitam esses compromissos com o partido que são mais fundamentais para cada membro do partido - expulsar os camaradas Trotsky e Zinoviev das fileiras do Partido Comunista Russo (GREGOR, 1974, p. 308)¹²⁷

Indignado pela expulsão de Trotsky e Zinoviev, bem como submetido à uma grave situação de saúde, Ioffe, um velho amigo de Trotsky, se suicida no dia 16 de novembro. Deixa uma carta onde afirma ser sua morte uma forma de protesto. O enterro de Ioffe acaba se tornando uma pequena manifestação da oposição, com milhares de presentes, onde Trotsky fez um pequeno discurso.

No começo de dezembro, a oposição publica uma declaração, conhecida como a Declaração dos 121, na qual afirmava não abdicar de seus pontos de vista, mas que reconhecia a divisão do partido como perigo maior. A oposição reconhecia sua responsabilidade no curso do debate, embora considerasse que não detinha a maior parte dela. Ali também propunha que

¹²⁶ Nota da autora: Um relato dessa repressão pode ser encontrado em uma carta escrita por Trotsky ao Comitê Central em 9 de novembro de 1927 (GREGOR, 1998).

¹²⁷ “with regard to comrades Trotsky and Zinoviev, who are the main leaders of this entire anti-party activity which is clearly developing into an anti-Soviet activity and undermining the dictatorship of the proletariat, noting that the categorical demand directed at comrades Zinoviev and Trotsky at the session of I I November 1927 to immediately stop the organization of illegal anti-party meetings and to renounce the extension of intra-party discussions beyond the limits of the party was answered by them with an ostentatious exit from the session of the presidium of the Central Control Commission, and several hours later by a written answer dated II November 1927 in which essentially they reject these commitments to the party which are most fundamental for each party member – to expel comrades Trotsky and Zinoviev from the ranks of the VKP”.

as formas de controle interno do partido fossem alteradas e que os expulsos do partido fossem readmitidos.

O XV Congresso do Partido foi unânime em considerar que as posições da oposição eram incompatíveis com a filiação ao partido. Assim, confirma-se a expulsão de diversos membros da Oposição, e outros seriam expulsos no período posterior ao congresso, em termos bastante duros, como pode-se ver no discurso de Stálin sobre o tema:

Aconteceu porque os principais grupos da oposição provaram ser um grupo de intelectuais pequeno-burgueses divorciados da vida, divorciados da revolução, divorciados do Partido, da classe trabalhadora. (...) Temos apenas um conjunto de termos: a oposição deve se desarmar inteira e inteiramente, em aspectos ideológicos e organizacionais. (Vozes: "Muito correto!" Aplausos prolongados). Eles devem renunciar às suas visões anti-bolchevique abertamente e honestamente, diante do mundo inteiro. STALIN, 1993b, p.158-9)¹²⁸

E também na resolução do XV Congresso:

Em questão de ideologia, a oposição passou de diferenças táticas de opinião para programáticas, revisando os pontos de vista de Lênin e deslizando para a posição menchevique. A negação da possibilidade da construção vitoriosa do socialismo na URSS e, conseqüentemente, a negação do caráter socialista de nossa revolução; a negação dos caminhos socialistas do desenvolvimento na aldeia sob condições da ditadura proletária e da política de aliança entre o proletariado e as massas básicas do campesinato com base na construção socialista; finalmente, a negação real da ditadura proletária na URSS ("Thermidor") e o capitulismo e o derrotismo relacionados com ela - toda essa orientação ideológica transformou a oposição trotskista em um instrumento de democracia pequeno-burguesa dentro da URSS e em um anexo auxiliar da social-democracia internacional fora de suas fronteiras. (GREGOR, 1974, p.335).¹²⁹

Frente a isso, a Oposição Unificada se fragmenta. O setor de Zinoviev e Kamenev decide se submeter às condições ditadas pelo partido. Kamenev, em nome dos zinovievistas, submeteu

¹²⁸ "It happened because the leading groups of the opposition proved to be a group of petty-bourgeois intellectuals divorced from life, divorced from the revolution, divorced from the Party, from the working class. (...) We have only one set of terms: the opposition must disarm wholly and entirely, in ideological and organizational respects. (Voices: "Quite right!" Prolonged applause). They must renounce their anti-Bolshevik views openly and honestly, before the whole world".

¹²⁹ "In matters of ideology the opposition has passed from tactical differences of opinion to programmatic ones, revising Lenin's views and sliding over to the Menshevik position. Denial of the possibility of the victorious construction of socialism in the Ussr and, consequently, denial of the socialist character of our revolution; denial of the socialist paths of development in the village under conditions of the proletarian dictatorship and the policy of alliance between the proletariat and the basic masses of the peasantry on the basis of socialist construction; finally, the actual denial of the proletarian dictatorship in the USSR ('Thermidor') and the capitulationism and defeatism connected with it - this whole ideological orientation has transformed the Trotskyite opposition into an instrument of petty bourgeois democracy within the USSR and into an auxiliary detachment of international social democracy outside its borders".

ao XV Congresso uma declaração renunciando à toda ação faccional, como podemos ver na fala de Kamenev:

Diante de nós está a questão de escolher uma das duas estradas. Uma dessas estradas é um segundo partido. Esta estrada, sob as condições da ditadura do proletariado, é a ruína para a revolução. Este é o caminho da degeneração política e de classe. Para nós, esta estrada é proibida, excluída por todo o sistema de nossos pontos de vista, por todo o ensinamento de Lênin sobre a ditadura do proletariado ... Resta, portanto, o segundo caminho. Esta estrada é ... se submeter completamente e totalmente ao partido. Nós escolhemos esse caminho, pois estamos profundamente convencidos de que uma política leninista correta pode triunfar apenas em nosso partido e através dele, não fora do partido e contra ele. (KAMENEV *apud* DANIELS, 1988, 318)¹³⁰

Seu pedido, contudo, foi recusado, tendo sido decidido que o partido esperaria um prazo de seis meses para considerar sua adesão novamente. Os demais opositores se mantiveram fora do partido, embora parte deles tenha retornado dali a dois anos – sendo Preobrazhensky um deles.

No período entre 1923 e 1927 é que se aprofundam os elementos de burocratização, ausência de democracia e de uma linha econômica pró-camponato criticados pela oposição. É possível observar, a partir dos documentos analisados aqui, que a oposição articula o debate entre o âmbito econômico, político e social em suas críticas. A repressão que ela sofre é sintoma do próprio fenômeno que critica.

Nesse período, se torna evidente a importância da figura de Preobrazhensky, sendo impossível considera-lo somente mais um dentre os opositoristas. Sua presença é importante, sua figura representa a oposição publicamente diversas vezes e ele participa ativamente da formulação de suas políticas.

Dessa forma, é essencial relacionar a tônica dos debates da oposição àquela de seus textos individuais, que se complementam e complexificam, abordando diversas esferas para além do âmbito econômico.

¹³⁰ “Before us stands the question of choosing one of two roads. One of these roads is a second party. This road, under the conditions of the dictatorship of the proletariat, is ruinous for the revolution. This is the road of political and class degeneration. For us is this road forbidden to us, excluded by the whole system of our views, by all the teaching of Lenin on the dictatorship of the proletariat... There remains, therefore, the second road. This road is... to submit completely and fully to the party. We chose this road, for we are profoundly convinced that a correct Leninist policy can triumph only in our party and through it, not outside the party and against it”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a partir da documentação analisada, é possível chegar a algumas caracterizações que permitem melhor compreender a obra de Preobrazhensky. A produção do autor consiste em resposta a diversos fatores presentes na época e não pode ser explicada unilateralmente, sob risco de perder sua riqueza e de aspectos de seus escritos mesmo perderem sentido.

As determinantes predominantes para compreender seu pensamento são: (i) as condições materiais da URSS na década de 20; (ii) o processo de burocratização do Partido Bolchevique; (iii) a necessidade da transição ao socialismo; (iv) a revolução russa dentro da perspectiva da revolução mundial.

O primeiro ponto, as condições materiais da URSS na década de 20, foi explorado no Capítulo 1, “Acumulação Socialista em Preobrazhensky à luz do Comunismo de Guerra e da NEP”, desta dissertação. Ali, destacou-se o fato de que a elaboração teórica sobre a transição ao socialismo construída por Preobrazhensky não consiste em uma teoria abstrata e universal da questão, mas está profundamente enraizada na brutal carência material enfrentada na URSS do período.

Após uma sequência de cinco anos de Guerra Mundial, seguidos de mais três de Guerra Civil, a URSS viu sua produção geral reduzida a menos da metade, tanto pela perda de territórios economicamente importantes no tratado de Brest-Litovsky¹³¹, quanto pela destruição de forças produtivas, redução da população urbana e falta de incentivos para a produção agrícola.

No cenário do fim do Comunismo de Guerra, quando a discussão analisada ganha seus contornos mais definidos, as produções agrícola e industrial representavam ínfimas partes da produção pré-guerra e a população das cidades havia sido reduzida para menos da metade, o que implicava também em uma diminuição do proletariado.

Nesse sentido, é claro que a questão da necessária e urgente reconstrução material do país não pode ser vista como mero detalhe, e sua centralidade nos debates e na obra de Preobrazhensky se explica nesse sentido.

Isso não significa dizer que na formulação de Preobrazhensky, ao se conseguir reconstruir as forças produtivas da URSS o suficiente, ou seja, ao se acumular o suficiente em

¹³¹ Com o tratado de Brest-Litovsky a Rússia de então perdeu um quarto de seu território, 45% de sua população, um terço de sua produção agrícola, 75% de sua produção de carvão e ferro e quase 30% de suas rendas (FALKNER, 2017, p.227).

termos de produção material, estariam dadas as condições para a passagem a uma nova etapa, não mais de acumulação primitiva socialista, mas de reprodução propriamente socialista. A reconstrução material é parte das condições, mas não é a única, e o peso de sua presença se relaciona diretamente a esse contexto de pós-guerras e de devastação da realidade econômica da época.

Ao olhar para o tipo de reconstrução material que é defendida por Preobrazhensky, contudo, reconhece-se a ênfase sobre o processo de industrialização, que deveria ser mais intenso e mais rápido. Contudo, essa afirmação e defesa não tem um caráter meramente de reconstituição material da produção.

Isso fica especialmente claro ao analisar a discussão proposta pela Oposição de Esquerda, já em 1923, mas que se apresenta também na Oposição Unificada posteriormente. A Oposição apresentou ao longo desse período uma forte crítica democrática que tinha como centro a questão da burocratização do Partido Bolchevique. Esse programa democrático, entretanto, não figurava como um elemento paralelo à questão econômica, sendo representados, na verdade, como esferas que se interdeterminam.

Aqui, o desenvolvimento industrial mais lento significa uma recomposição da classe trabalhadora também mais lenta e, portanto, de seu posicionamento enquanto protagonista da revolução também mais lento. Dessa forma, a defesa da industrialização não tem só um caráter de produção de riqueza material, mas também de reconstrução da composição social necessária à transição socialista. Mais uma vez cabe destacar o papel protagonista desempenhado por Preobrazhensky nas oposições, o que se evidenciou os documentos da oposição aqui analisados.

Avançando no argumento, também é importante apontar o caráter da industrialização defendida por Preobrazhensky e pela Oposição. Uma industrialização em moldes capitalistas, mas que conseguisse produzir riqueza material, não se apresenta como suficiente para o autor – também importa sua forma de organização. Isso fica evidente quando se vê que o próprio nível de consciência da classe trabalhadora se apresenta enquanto uma limitação para o avanço do desenvolvimento da indústria, e deve ser trabalhado de modo a permitir que ela avance em sua forma de organização para um paradigma socialista.

Dessa afirmação é possível desdobrar duas compreensões importantes do autor: em primeiro lugar, ao apontar a consciência da classe trabalhadora como um fator limitador do desenvolvimento industrial, há um pressuposto de que a classe é um sujeito do processo de produção em direção ao socialismo. Em segundo lugar, esse entendimento também aponta para uma compreensão não meramente economicista da classe que, se tem uma relação com seu

papel ocupado no âmbito da produção, não é suficiente que ali esteja localizada, ou seja, que seja classe trabalhadora, para revelar seu potencial revolucionário.

Aqui também insere-se a centralidade que o autor dá ao planejamento enquanto parte da construção de uma economia não fetichizada, mas que pode ser controlada por aqueles que controlam também a produção – ainda que não tenha ido à fundo nas consequências de pensar as formas como esse planejamento poderia se dar de formas mais democráticas.

Outros pontos de sua obra que caminham em direção a essa compreensão são a sua leitura das categorias de Marx. Ao avaliar a pertinência da aplicação das categorias elaboradas pelo filósofo alemão, Preobrazhensky não considera a indústria soviética como plenamente socialista somente por ter sido socializada. Ao contrário, ele reconhece a sobrevivência da lei do valor não só na esfera privada da URSS, mas também dentro de seu âmbito estatal, em especial no que diz respeito à força de trabalho.

Ele reconhece ali a existência da extração de mais-valor, ainda que aponte que a terminologia sobreproduto pudesse ser mais adequada dada a tendência à desagregação do mais-valor devido ao processo revolucionário. Dentro disso, um dos elementos que o autor cita como uma possibilidade de transição a uma forma socialista de produção consiste na implementação de salários coletivos para os trabalhadores, por exemplo.

Essa lógica também se estende para suas proposições para o campo. Como apontado ao longo da dissertação, desde seus escritos de 1918, é reconhecida em Preobrazhensky a defesa de uma transição da forma de produção no campo. Essa transição deveria se dar em direção a formas coletivas de produção, como *arteis*, comunas, cooperativas e fazendas coletivas como os *sovkhovi*. O caráter gradual e voluntário dessa transição sempre esteve presente em seus escritos e também pode ser encontrado nos documentos da oposição.

Nos documentos publicados pela Oposição Unificada, ou nos discursos proferidos por membros da mesma, há críticas duras à figura do *kulak* bem como um chamamento para a disputa do campesinato médio e aliança com o campesinato pobre. Contudo, de forma alguma se fala sobre o extermínio do *kulak* enquanto classe, como foi a marca do regime stalinista do início da década de 30. Pelo contrário, as propostas são parte de um programa econômico de transição, mais uma vez, gradual e voluntária, ou seja, que envolve também a ação dos camponeses. Mais uma vez se pode ver a importância que o desenvolvimento da consciência dos indivíduos, aqui do campesinato, cumpre na sua formulação da transição ao socialismo.

É possível relacionar essa questão ainda à demanda democrática manifesta pela Oposição. A defesa da democracia tem um lugar central nas discussões da Oposição de Esquerda em 1923, está presente na Oposição liderada por Zinoviev em 1924 – embora esta

não tenha sido composta por Preobrazhensky – e continua como item programático importante na Oposição Unificada a partir de 1925. A maior parte dessa discussão tem foco na democracia interna do partido, ou seja, nos mecanismos de decisão, nomeação ou eleição de secretários e outros representantes bem como a possibilidade da livre expressão de divergências e organização de grupos.

Ainda assim, aparecem em alguns documentos da oposição menções à democracia relacionada às massas, e não somente ao interior do partido. Essas menções evoluem mesmo em direção à prática se consideramos, por exemplo, a manifestação de 7 de novembro de 1926/7, quando a oposição foi às ruas tentar disputar as massas em relação à disputa interna do partido.

Isso não quer dizer que não haja uma limitação nessa defesa democrática, que de fato é bastante centrada no interior do partido. Porém, é possível identificar contradições entre a necessidade de reconstituição da classe trabalhadora e de desenvolvimento de sua consciência no sentido de sua participação ativa no desenvolvimento econômico e a restrição do âmbito democrático ao interior do partido, a qual poderia servir como pressão para uma radicalização das demandas democráticas.

Outro ponto essencial para compreender as elaborações de Preobrazhensky é a relação de sua proposta de acumulação socialista primitiva com o processo de revolução mundial. A resposta formulada por Preobrazhensky não consiste em uma resposta autossuficiente para a revolução na URSS. Suas propostas não consistiam em uma elaboração que tinha como objetivo o desenvolvimento do socialismo na URSS isolada. Se visto dessa perspectiva, de fato as proposições de Preobrazhensky colocariam a URSS dentro de um beco sem saída, no sentido de que suas propostas não são plenamente factíveis isoladamente. Mas isso se dá justamente pelo fato de elas nunca terem sido assim propostas – sua perspectiva do desenvolvimento econômico russo estava diretamente relacionada com os rumos da revolução mundial.

Sendo assim, seria teleológico afirmar que suas propostas não teriam sentido ou desembocariam necessariamente no que ocorreu durante o stalinismo no sentido de que isso parte do pressuposto de que a revolução europeia não ocorreu, fato que não estava dado ainda naquele momento.

Assim, vê-se a presença do internacionalismo em sua obra afirmado de forma de categórica, e de forma ainda mais central no programa da oposição que ele compôs. Essa questão ganhou especial relevo a partir de 1924, quando Stálin elabora a teoria do socialismo em um só país. Ao se contrapor a essa teoria, a oposição defendeu a impossibilidade da construção final do socialismo dentro de um único país e a necessidade do apoio da revolução

européia, não como uma forma de evitar ataques estrangeiros à URSS, mas também como base para seu desenvolvimento econômico. Além das formulações diretas da oposição, é importante, assim, relacionar esse debate também à concepção de revolução permanente de Trotsky.

Dessa forma, é possível caracterizar a elaboração de Preobrazhensky de um processo de acumulação socialista primitiva enquanto uma teoria bastante complexa e rica, na medida em que, a partir de condições históricas particularmente difíceis, propõe a construção de uma transição em direção ao socialismo que não é meramente economicista, que envolve a dimensão do sujeito revolucionário da classe trabalhadora, se relaciona à defesa da democracia e da revolução internacional de forma orgânica dentro do contexto de disputa do partido bolchevique durante a década de 1920.

Considera-se não ser possível caracterizar a política implementada por Stálin de coletivização forçada do campo e de industrialização acelerada no fim dos anos 20 e início dos anos 30 enquanto expressão prática da doutrina elaborada por Preobrazhensky e pela Oposição em geral naquele período, pois isso seria o mesmo que desconsiderar os demais aspectos dessa teoria explorados durante essa dissertação.

Mais do que isso, vislumbrar os debates ocorridos durante a década de 20 permite ver a pluralidade de possibilidades e projetos existentes no seio do Partido Bolchevique. Sem reduzir as possibilidades históricas às determinações dadas pelos debates de vanguarda, reconhecer essa pluralidade contribui para o questionamento das chamadas teses da continuidade presentes dentro da historiografia sobre a URSS.

Desenvolvida primeiramente pelos historiadores conhecidos como *cold Warriors* e retomada pelo revisionismo culturalista contemporâneo, a tese da continuidade sustenta a existência de uma continuidade entre Lênin e Stalin, igualando bolchevismo e stalinismo e situando na própria natureza da revolução soviética a origem de seu desenvolvimento stalinista posterior (SEGRILLO, 2011; MONTEIRO, 2017; MURPHY, 2005).

Os revisionistas contemporâneos chegam ao ponto de estender essa continuidade até o período pré-revolucionário, encontrando linhas de permanências desde o czarismo que caracterizariam o desenvolvimento posterior da revolução. Essas leituras, que ignoram as condições materiais da história e lhe atribuem um determinismo monocausal, terminam por caracterizar a revolução de outubro como mero golpe por parte dos bolcheviques.

A história social da revolução russa contribuiu muito para questionar essas narrativas, apontando a existência de múltiplas causalidades dentro dos fenômenos históricos da revolução e colocando as massas soviéticas como protagonistas de sua história.

O debate da década de 1920 na URSS, e em especial sobre a figura de Preobrazhensky, apresentado aqui busca contribuir no sentido de considerar que existiram projetos diversos, mesmo no âmbito da vanguarda, que fracassaram. Que havia pluralidade dentro do Partido Bolchevique e que, portanto, não se pode considerar que o stalinismo já estivesse dado em sua gênese.

Desde os debates propostos pela Oposição de Esquerda, mas passando também por outras posições intermediárias não organizadas na disputa partidárias pelo poder, é possível reconhecer propostas distintas daquela implementada pelo stalinismo. Busca-se, assim, contribuir para uma visão mais complexa dessa revolução, que não simplifique sua explicação a fatores únicos, mas permita visualizar as múltiplas possibilidades nela presentes.

REFERÊNCIAS

Appeal to all members of the Leningrad Organization - XIV Party Congress (18-31 December 1925). *In: GREGOR, Richard (Ed.) Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.* Toronto: University of Toronto Press, 1974.

BUKHARIN, N. How one should not write the history of October – Article in the Pravda (2 November 1924). *In: WADE, Rex A (Ed.). Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.* Gulf Breeze: Academic International Press, 1995a.

_____. A New Revelation Concerning the Soviet Economy or How to destroy the worker-peasant bloc (On the question of the economic basis of Trotskyism) – Article in the Pravda (12 December 1924). *In: WADE, Rex A (Ed.). Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.* Gulf Breeze: Academic International Press, 1995b.

CENTRAL COMMITTEE AND THE CENTRAL CONTROL COMMISSION. On the Anti-party Statements of the Leaders of the Opposition (14 November 1927) *In: GREGOR, Richard (Ed.) Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.* Toronto: University of Toronto Press, 1974.

Decision of the Joint Plenum of the CC and CCC of the Soviet Union in the matter of comrade Lashevich and Other Comrades and on the Unity of the Party. (23 July 1926) *In: CUMMINS, Alex G (Ed.). Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.* Gulf Breeze: Academic International Press, 1998.

Declaration of the Thirteen (14 July 1926). *In: CUMMINS, Alex G (Ed.). Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.* Gulf Breeze: Academic International Press, 1998.

Fifteenth Party Conference of the CPSU – Reports and Debates (26 October – 3 November 1926). *In: CUMMINS, Alex G (Ed.). Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.* Gulf Breeze: Academic International Press, 1998.

Fifteenth Party Congress Resolutions – On Central Committee Report (7 December 1927). *In: CUMMINS, Alex G (Ed.). Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.* Gulf Breeze: Academic International Press, 1998.

JOINT PLENUM OF THE CENTRAL COMMITTEE AND THE CENTRAL CONTROL COMMISSION. Resolution on the Intra-party Situation (27 October 1923). *In: GREGOR, Richard (Ed.) Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.* Toronto: University of Toronto Press, 1974.

JOINT PLENUM OF THE CENTRAL COMMITTEE AND THE CENTRAL CONTROL COMMISSION. On the Expulsion of Comrades Zinoviev and Trotsky from the Central Committee of the VKP(b) (21-23 October 1927) *In: GREGOR, Richard (Ed.) Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.* Toronto: University of Toronto Press, 1974.

JOINT PLENUM OF THE CENTRAL COMMITTEE AND THE CENTRAL CONTROL COMMISSION. On the Situation in the Party as a Result of Factional Activity and the Violation of Party Discipline by a Number of Central Committee Members (23, 26 October 1926). *In*: GREGOR, Richard (Ed.) **Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.** Toronto: University of Toronto Press, 1974.

KAMENEV, L. The Party and Trotskyism – Speech at Meeting of the Central Council of Trade Unions (18 November 1924). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995.

_____. Speech to the Fourteenth Party Congress, December. 1925. *In*: DANIELS, Robert.V (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia. From Lenin to Gorbachev.** Burlington: University of Vermont Press, 1993a.

_____. Speech at the Fifteenth Party Conference - 1926. *In*: DANIELS, Robert.V (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia. From Lenin to Gorbachev.** Burlington: University of Vermont Press, 1993b.

LENIN, I. Better few, but better. March 1923. *In*: DANIELS, Robert.V (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia. From Lenin to Gorbachev.** Burlington: University of Vermont Press, 1993a.

_____. Continuation of notes (December 24, 1922) - Lenin's Testament. *In*: DANIELS, Robert.V (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia. From Lenin to Gorbachev.** Burlington: University of Vermont Press, 1993b.

On the Central Committee Report - XIV Party Congress (18-31 December 1925). *In*: GREGOR, Richard (Ed.) **Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.** Toronto: University of Toronto Press, 1974.

On the Central Committee Report - XV Party Congress (2-19 December 1927). *In*: GREGOR, Richard (Ed.) **Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.** Toronto: University of Toronto Press, 1974.

On the Opposition - XV Party Congress (2-19 December 1927). *In*: GREGOR, Richard (Ed.) **Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.** Toronto: University of Toronto Press, 1974.

On the Opposition Bloc in the VKP(b) - XV Party Conference (26 October-3 November 1926). *In*: GREGOR, Richard (Ed.) **Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.** Toronto: University of Toronto Press, 1974.

On the Results of the Discussion and on Petty Bourgeois Deviation in the Party (18 January 1924). *In*: GREGOR, Richard (Ed.) **Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.** Toronto: University of Toronto Press, 1974.

On the Results of the Discussion and on Petty Bourgeois deviation in the party [Resolution of the Thirteenth Party Conference] (18 January 1924). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925**. Gulf Breeze: Academic International Press, 1995.

OSSINSKY, V.V. Resolution on "The Immediate Tasks of Economic Policy" – Motion at a meeting of party organizations and active party workers of the Moscow Party Organization (29 December 1923) *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925**. Gulf Breeze: Academic International Press, 1995.

PREOBRAJENSKI, E. A. **A Nova Econômica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Autobiography (1886-1916). *In*: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M.(ed.) **The Preobrazhensky Papers. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920**. Boston: Brill, 2014a.

_____. Anarchism and Communism. *In*: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M.(ed.) **The Preobrazhensky Papers. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920**. Boston: Brill, 2014b.

_____. **From NEP to Socialism** - a glance into the future of Russia and Europe. London: New Park Publications Ltd, 1973.

_____. Peasant-Russia and Socialism, Towards a Review of Our Agrarian Programme. *In*: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M.(ed.) **The Preobrazhensky Papers. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920**. Boston: Brill, 2014c.

_____. The Economic Policy of the Proletariat in a Peasant Country. 1922. *In*: PREOBRAZHENSKY, E.A. **The Crisis of Soviet Industrialization**. New York: The Macmillan Press LTD, 1980a.

_____. Paper Money in the Epoch of Proletarian Dictatorship. *In*: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M.(ed.) **The Preobrazhensky Papers. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920**. Boston: Brill, 2014d.

_____. The Problem of Economic Equilibrium Under Concrete Capitalism and in the Soviet System. *In*: PREOBRAZHENSKY, E.A. **The Crisis of Soviet Industrialization**. New York: The Macmillan Press LTD, 1980b.

_____. Economic Equilibrium Under Concrete Capitalism and in the System of the USSR. *In*: PREOBRAZHENSKY, E.A. **The Crisis of Soviet Industrialization**. New York: The Macmillan Press LTD, 1980c.

_____. **The New Economics**. Oxford: Oxford University press, 1965.

_____. Economic Equilibrium in the System of the USSR. *In*: PREOBRAZHENSKY, E.A. **The Crisis of Soviet Industrialization**. New York: The Macmillan Press LTD, 1980d.

_____. As perspectivas da Nova Política Econômica. (1921) In: BERTELLI, Antonio Roberto. **A Nova Política Econômica (NEP) - Capitalismo de Estado, transição e socialismo.** São Paulo: Global, 1987.

_____. Economic Notes I. On the Goods Famine. (1925). In: PREOBRAZHENSKY, E.A. **The Crisis of Soviet Industrialization.** New York: The Macmillan Press LTD, 1980e.

_____. Economic Notes II. (1926). In: PREOBRAZHENSKY, E.A. **The Crisis of Soviet Industrialization.** New York: The Macmillan Press LTD, 1980f.

_____. Economic Notes III: On the advantage of a theoretical study of the soviet economy. (1926). In: PREOBRAZHENSKY, E.A. **The Crisis of Soviet Industrialization.** New York: The Macmillan Press LTD, 1980g.

_____. E.A. Preobrazhensky's Chapters from the Book The ABC of Communism (Co-authored with N.I. Bukharin). In: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M.(ed.) **The Preobrazhensky Papers. Archival Documents and Materials. Volume I: 1886-1920.** Boston: Brill, 2014e.

_____. Resolution on Party Democracy - Resolution put to the enlarged plenary session of the Central Committee and the Central Control Commission, October, 25th-27th, 1923. In: LAW, David S. The left opposition in 1923, **Critique: Journal of Socialist Theory**, 2:1, p. 37-52, 1974.

Resolution from a joint meeting of the Politburo and the Presidium of the CCC and other leaders of the Party "On Building the party" (5 December 1923.) In: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995.

Resolution from the CC on Trotsky's dismissal from his Military positions. (17 January 1925). In: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995.

Resolution on Party Construction – XIV Party Conference (27-29 April 1925). In: GREGOR, Richard (Ed.) **Resolutions and Decisions of the Communist Party of the Soviet Union. Volume 2. The early soviet period. 1917-1929.** Toronto: University of Toronto Press, 1974.

Resolution on the Violation of Party Discipline by Comrades Zinoviev and Trotsky (9 August 1927). In: CUMMINS, Alex G (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1998.

Results of Fourteenth Party Congress. Information Letter sent to All Comintern Sections by Party Central Committee (13 January 1926). In: CUMMINS, Alex G (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1998.

STALIN, J. The Discussion, Rafail, the Articles by Preobrazhensky and Sapanov, and Trotsky's letter. The discussion – Article published in the Pravda (15 December 1923). In: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995a.

_____. The foundations of Leninism (April 1924). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995b.

_____. Leninism or Trotskyism? – Speech at Meeting of the Central Council of Trade Unions (19 November 1924) *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995c.

_____. The October Revolution and the Tactics of the Russian Communists (17 December 1924). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995d.

_____. Article on Lenin published on the Rabochaia Gazeta (21 January 1925). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995e.

_____. Report on the Economic Situation of the Soviet Union and the Policy of the Party at a Meeting of the Leningrad Leadership (13 April 1926). *In*: CUMMINS, Alex G (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1998a.

_____. Letter to Molotov, Rykov, Bukharin and other friends. (25 June 1926). *In*: CUMMINS, Alex G (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1998b.

_____. Notes on Contemporary Themes. (28 July 1927). *In*: CUMMINS, Alex G (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1998c.

_____. Concluding Remarks at the Fifteenth Party Conference – 1926. *In*: DANIELS, Robert.V (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia. From Lenin to Gorbachev.** Burlington: University of Vermont Press, 1993a.

_____. Political Report of the Central Committee to the fifteenth Congress of the CP.S.U. 1927. *In*: DANIELS, Robert.V (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia. From Lenin to Gorbachev.** Burlington: University of Vermont Press, 1993b.

The Declaration of the Forty-Six (October 15, 1923). *In*: DANIELS, Robert.V (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia. From Lenin to Gorbachev.** Burlington: University of Vermont Press, 1993.

The Fourteenth Party Congress Endorses the Stalin-Bukharin Leadership. (23 December 1925). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995.

The Fourteenth Party Congress – Reports and Debates. (18-23 December 1925). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995.

TROTSKY, L. Letter in which Trotsky Repudiates Eastman's account of the political Struggle in the Soviet Union. (1 July 1925). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995a.

_____. **Platform of the joint opposition.** 1927. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1927/opposition/index.htm>. Acesso em: 19/12/2017.

_____. The New Course – I: Letter to the Central Committee (8-10 December 1923) *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995b.

_____. The New Course – II (28-29 December 1923). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995c.

_____. Trotsky's Resignation – letter to the CC. (15 January 1925) *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995d.

_____. Letter to Politburo and CCC (9 November 1927). *In*: CUMMINS, Alex G (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 4. Stalin grasps power 1926-1928.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1998.

_____. Theses on Industry. (March 6, 1923). *In*: DANIELS, Robert.V. (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia.** From Lenin to Gorbachev. Burlington: University of Vermont Press, 1993a.

_____. Letter of L. D. Trotsky to the Members of the CC and the CCC of the RCP(B) (October 8, 1923). *In*: DANIELS, Robert.V (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia.** From Lenin to Gorbachev. Burlington: University of Vermont Press, 1993b.

_____. **As lições de outubro.** 1924. Lisboa: Edições Antídoto, 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1924/licoes/index.htm> Acesso em: 19/12/2017.

_____. **The New Course.** 1923. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/1923/newcourse/index.htm> Acesso em: 19/12/2017.

ZINOVIEV, G.V. Speech delivered at the Fourteenth Petrograd Provincial Party Conference (1 December 1923). *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995a.

_____. The Struggle for the Party - Speech delivered to a meeting of officials of the Petrograd organization of the Party (15 December 1923) *In*: WADE, Rex A (Ed.). **Documents of Soviet History. V. 3. Lenin's Heirs 1923-1925.** Gulf Breeze: Academic International Press, 1995b.

_____. Minority Report to the Fourteenth Party Congress, December, 1925 *In*: DANIELS, Robert.V (Ed). **A Documentary History of Communism in Russia.** From Lenin to Gorbachev. Burlington: University of Vermont Press, 1993.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. Plano x Mercado na História do Pensamento Econômico: Quatro Rodadas de um Grande Debate. **Est. econ.**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-395, 2008.

BALANCO, Paulo A. **Socialismo e Mercado**: a dialética econômica da transição nos países atrasados e a ruptura stalinista. Tese - Doutorado em Economia). Instituto de Economia, Unicamp. 1996

BETTELHEIM, Charles. **A luta de classes na união soviética. Primeiro período (1917-1923)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Las Luchas de Clases en la URSS. Segundo período (1923-1930)**. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

BROUÉ, Pierre. **El Partido Bolchevique**. Madrid: Editorial Ayuso, 1973.

_____. **Comunistas contra Stalin**: masacre de una generación. Malaga: SEPHA, 2007.

_____. **The German left and the Russian opposition (1926-8)**, 1985. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/broue/1985/06/gerleft.html>. Acesso em: 30/11/2017.

_____. **Germany 1921: The March Action**, 1964. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/etol/writers/broue/works/1964/summer/march-action.htm> Acesso em: 30/11/2017.

CARCANHOLO, Marcelo. Apontamentos Críticos sobre a Teoria da Crise em Rosa Luxemburgo. In: CEMARX, 5., 2007, **Anais**. Campinas: CEMARX, 2007.

_____. **Lei do Valor e a Economia Soviética**: implicações para o debate sobre a transição. Disponível em: [https://www.academia.edu/34966890/lei do valor e economia sovi%C3%A9tica.pdf](https://www.academia.edu/34966890/lei_do_valor_e_economia_sovi%C3%A9tica.pdf) Acesso em: 15/01/2018.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital**: essência e aparência. Vol.2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CARR, Edward Hallett. **A History of Soviet Russia. Bolshevik Revolution 1917-1923**. Vol. 2. New York: W. W. Norton & Company, 1985.

_____. **The Interregnum**. 1923-1924. A History of Soviet Russia. MacMillan, 1965.

_____. **Socialism in one Country**. 1924-1926. London: Macmillan & Co Ltd., 1959.

DANIELS, Robert Vincent. **The conscience of the revolution**: communist opposition in Soviet Russia. Boulder: Westview Press, 1988.

DAVIES, R.W. As opções econômicas da URSS. *In*: HOBBSBAWM, E.J. (org) **História do Marxismo**. v. 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

DAY, Richard. B. Preface. *In*: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M.(ed.) **The Preobrazhensky Papers. Archival Documents and Materials**. Volume I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014.

_____. On "Primitive" and Other Forms of Socialist Accumulation A Review of Preobrazhensky, Bukharin and Trotsky. **Labor / Le Travail**, Vol. 10, pp. 165-174, 1982.

_____. Preobrazhensky and the Theory of the Transition Period. *In*: **Soviet Studies**, Vol. 27, No. 2, pp. 196-219, Apr., 1975.

_____. Trotsky and Preobrazhensky: the troubled unity of the left opposition. *In*: **Studies in Comparative Communism** 10.1-2, p.69-86, 1977.

DEUTSCHER, Isaac. **O Profeta Armado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **O Profeta Desarmado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **O Profeta Banido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

DOBB, Maurice. **Soviet Development since 1917**. London: Routledge and Kegan Paul LTD, 1948.

_____. The Discussions of the Twenties on Planning and Economic Growth. *In*: **Soviet Studies**, Vol. 17, No. 2, pp. 198-208, Oct. 1965.

ERLICH, Alexander. Preobrazhenski and the economics of soviet industrialization. *In*: **Quarterly Journal of Economics**, vol. 64, no. I, pp. 57-88, Feb. 1950.

_____. **The Soviet Industrialization Debate, 1924-1928**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1960.

FALKNER, Neil. **A People's History of the Russian Revolution**. London: Pluto Press, 2017.

FILTZER, Donald A. **E.A. Preobrazhensky and the Theory of Expanded Reproduction in the USSR During the Period of Primitive Socialist Accumulation**. Ph. D. thesis – Institute of Soviet and East European Studies, University of Glasglow, 1976.

_____. Introduction. *In*: PREOBRAZHENSKEY, E.A. **The Crisis of Soviet Industrialization**. New York: The Macmillan Press LTD, 1980.

_____. Preobrazhensky and the problem of the Soviet transition, *In*: **Critique: Journal of Socialist Theory**, 9:1, 63-84, 1978.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo**. Teoria e História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GOLDMAN, Wendy Z. **Women, the State and Revolution**. Soviet Family Policy and Social Life, 1917-1936. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

GORINOV, M.M. Foreword. *In: DAY, Richard B.; GORINOV, Mikhail M.(ed.) The Preobrazhensky Papers. Archival Documents and Materials.* Volume I: 1886-1920. Boston: Brill, 2014.

GORINOV, M.M.; TSAKUNOV, S.V. Life and Works of Evgeny Alekseevich Preobrazhensky, *In: Slavic Review*, 50, 2, p. 286–96, 1991.

HATCH, J. The “Lenin Levy” and the Social Origins of Stalinism: Workers and the Communist Party in Moscow, 1921-1928. *In: Slavic Review*, 48(4), 558-577. 1989.

HEGEDÜS, Andrés. A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica. *In: HOBBSAWM, E.J. (org) História do Marxismo.* v. 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOWARD, M.C.; KING, J.E. **A History of Marxian Economics.** Volume I, 1883-1929. Princeton University Press: Princeton, 1989.

LAW, David S. The left opposition in 1923. *In: Critique: Journal of Socialist Theory*, 2:1, p. 37-52, 1974.

LENIN, I. Sobre o imposto em espécie - O significado da nova política econômica e suas condições. *In: BERTELLI, Antonio Roberto. A Nova Política Econômica (NEP).* Capitalismo de Estado, transição e socialismo. São Paulo: Global, 1987.

LEWIN, Moshe. **Political Undercurrents in Soviet Economic Debates.** From Bukharin to the Modern Reformers. Princeton: Princeton University Press, 1974.

LOUREIRO, I. M. **A Revolução Alemã.** (1918-1923). São Paulo: Editora Unesp, 2005.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MACHADO, Gustavo. Sobre a possibilidade de uma revolução russa nos escritos de Marx. **Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, Ano XII. n. 23 . v. 1, Abr. 2017.

MALLE, Silvana. **The Economic Organization of War Communism, 1918-1921.** Cambridge University Press, 2002.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. **Lutas de Classes na Rússia.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **A Guerra Civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011a.
 _____. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MONTEIRO, Marcio Lauria. Revolução Russa e revisionismo historiográfico: o retorno neoliberal da “tese da continuidade” entre bolchevismo e stalinismo. *In*: JUNIOR, C.Z.D; MELO, D. B.; CAILI, G.G. (Orgs) **Contribuição à Crítica da Historiografia Revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017a.

_____. A luta de Lenin Contra Stálin e a burocratização soviética. *In*: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017, de O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917). Niterói, 2017b. **Anais** (online). Disponível em: <
<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC17/mc171.pdf>> Acesso em: 20/10/2017.

MILLAR, James R. A Note on Primitive Accumulation in Marx and Preobrazhensky. *In*: **Soviet Studies**, Vol. 30, No. 3, pp. 384-393, Jul. 1978.

MIEVILLE, China. **October. The story of the Russian Revolution**. London: Verso, 2017.

MURPHY, Kevin. **Revolution and Counterrevolution**. Class struggle in a Moscow Metal Factory. New York: Berghan Books, 2005.

NETO, João Machado Borges. As várias dimensões da lei do valor. *In*: Nova Economia, 14 (3), p. 143-158, setembro-dezembro de 2004.

NOVE, Alec. Introduction. *In*: PREOBRAZHENSKY, E. **The New Economics**. Oxford: Clarendon Press, 1965.

_____. **An Economic History of the USSR**. 1917- 1991. Penguin Books: London, 1969.

PAPAGOTIOU, Dimitris; SOTIRIS, Panagiotis. **Rethinking Transition as Struggle, Experimentation and Cultural Revolution**: Value-Form Theory and Questions of Revolutionary Strategy. Paper presented at the 2017 London Historical Materialism Conference.

PRADO, Carlos. Bolchevização ou stalinização? As transformações no regime interno a partir do V Congresso da IC. *In*: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017, de O capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917). Niterói, 2017b. **Anais** (online). Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC17/mc173.pdf>. Acesso em: 20/10/2017.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Apresentação. *In*: PREOBRAZHENSKY, E. **A Nova Econômica**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1979.

VASCONCELOS, Joana Salém. Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929). *In: Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 18, Ano IX, out./2013.

SEGRILLO, Angelo. Historiografia da revolução russa: antigas e novas abordagens. *In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 41, ago. 2011. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6535>. Acesso em: 17/10/2017.

TELO, Mario. Bukharin: economia e política na construção do socialismo. *In: HOBSBAWM, E.J. (org) História do Marxismo*. v. 7. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

TICKTIN, H.H. Towards a political economy of the USSR. *In: Critique: Journal of Socialist Theory*, 1:1, 20-41, 1973.